

MÓDULO I – Introdução ao Direito Constitucional

AULA 01

APRESENTAÇÃO E INTRODUÇÃO AO CURSO

Muitas vezes sentimos dificuldades em apreender a disciplina Direito Constitucional pelo fato de a encararmos como um conjunto de artigos, parágrafos, alíneas, etc.

O Direito Constitucional não se confunde com a própria Constituição Federal de 1988. Esta é, obviamente, fortemente influenciada por aquele, mas o Direito Constitucional deve ser encarado como algo muito mais amplo, inclusive como uma forte ferramenta na luta por uma sociedade mais justa. O nosso cotidiano está todo permeado de Direito Constitucional e vice-versa. Então vamos nos despir de qualquer conceito prévio e tentemos absolver esse interessantíssimo ramo do Direito.

O Direito Constitucional é ligado embrionariamente a conceitos e construções políticas que lhe servem, até hoje, de base. Assim sendo, o estudo desse interessante ramo do Direito será infrutífero se não tivermos em mente conceitos básicos de Teoria Geral do Estado.

AULA 2

O QUE É UM “ESTADO”?

Estado soberano X Estado-membro

Muitas vezes, em nosso dia-a-dia, ouvimos notícias como estas:

- “O presidente Lula foi recebido com as honras de chefe de Estado...”
- “Os Estados já iniciaram a cobrança do IPVA...”

Apesar de as duas notícias estarem utilizando a palavra Estado, não estão se referindo à mesma coisa.

O conceito de **Estado** pode ser desmembrado em dois: **Estados soberanos** ou **Estados-Membros** (ou da Federação). O primeiro exemplo citado faz referência a um Estado soberano, ou seja, um país. O segundo exemplo trata de um estado-membro, que é quem possui competência tributária para cobrar o imposto sobre veículos automotores (por exemplo, o Estado do Rio de Janeiro).

Para a existência de um Estado (no sentido de país) é necessária a existência de três caracteres: **povo**, **território** e **soberania**.

Povo

Povo é o conjunto de todos os nacionais de um país, no nosso caso, todos os brasileiros (natos ou naturalizados); **população** é o conjunto de todas as pessoas que habitam em um determinado país (um jamaicano que venha a morar no Maranhão, por exemplo); e **cidadão** é todo aquele sujeito que pertença ao povo brasileiro e tenha capacidade eleitoral ativa (poder de voto) ou capacidade eleitoral passiva (poder de ser votado). Devemos sempre ter em mente que é possível ter a capacidade ativa sem ter a capacidade passiva (um cidadão de 17 anos, por exemplo), mas não é possível ter a capacidade passiva sem ter a ativa, já que a Constituição diz que são inelegíveis os inalistáveis (§ 4º do art. 14 da CF/88).

Território é o espaço dentro do qual o Estado exerce seu poder de forma exclusiva. Em sua concepção jurídica, ele é algo bem mais amplo do que o conceito geográfico que imaginamos. Para o Direito Constitucional Brasileiro, o território engloba o mar territorial, a

plataforma continental, o espaço aéreo, os navios e as aeronaves militares onde quer que estejam, por exemplo.

Soberania

Soberania é a capacidade de fixar suas próprias competências, bem como a de tomar decisões em última instância.

São exemplos de estados soberanos os Estados Unidos da América do Norte, México, Cuba, Alemanha, ou seja, os países. Por outro lado, temos também os Estados da Federação, que são aqueles elementos dotados apenas de mera autonomia (que é diferente de soberania) e que fazem parte de um país, como, por exemplo, Rio de Janeiro, Piauí, Goiás, etc. Assim sendo, é muito importante saber, quando da leitura de um texto, se se está falando de um Estado Soberano ou de um Estado Federativo, e isso só será possível mediante uma análise do contexto em que a palavra **Estado** está sendo usada.

AULA 3

Os Diversos Tipos de Estado

A origem do Estado é muito antiga (provavelmente coincide com a origem do direito de propriedade) e, como o homem, evoluiu (imagine-se fazendo uma viagem no tempo; com certeza os governos seriam bem diferentes dos atuais). A formatação dos Estados atuais foi resultado de um complexo fenômeno histórico que resultou em diversos modelos estatais. Estudaremos alguns desses modelos.

FORMAS DE ESTADO

• **Federação:** a federação nasce de uma união de Estados que perdem sua soberania e preservam apenas uma autonomia política. O Estado federado é dividido em parcelas menores, dotadas de **autonomia** (e não soberania) e de **receitas próprias**, que são os Estados da Federação. Essa **descentralização política** cria unidades administrativo-políticas, que irão adequar as ações estatais às peculiaridades de cada região e aos anseios de cada população local. Na Constituição Federal de 1988, a forma federativa do Estado foi erigida a *status* de cláusula pétrea, ou seja, não pode ser abolida do texto constitucional por emenda. Alexandre de Moraes traz os elementos básicos para a existência de uma organização constitucional federalista:

- os cidadãos dos diversos Estados-membros aderentes à Federação devem possuir a nacionalidade única desta;
- repartição constitucional de competências entre a União, Estados-membros, Distrito Federal e município;
- necessidade de que cada ente federativo possua uma esfera de competência tributária que lhe garanta renda própria;
- poder de auto-organização dos Estados-membros, Distrito Federal e municípios, atribuindo-lhes autonomia constitucional;
- possibilidade constitucional excepcional e taxativa de intervenção federal, para a manutenção do equilíbrio federativo;
- participação dos Estados no Poder Legislativo Federal, de forma a permitir-se a ingerência de sua vontade na formação da legislação federal;
- possibilidade de criação de novo Estado ou modificação territorial de Estado existente, dependendo da aquiescência da população do Estado afetado;
- existência de um órgão de cúpula do Poder Judiciário para interpretação e proteção da Constituição Federal.

O *caput* do art. 1º da CF/88 trouxe o princípio da indissolubilidade do vínculo federativo, que proíbe qualquer movimento separatista em nosso país. Isso não impede que os



Estados e Municípios criem subdivisões, fusões ou incorporações. O que se proíbe é a invocação de direito de secessão para a criação de um novo Estado soberano. Caso isso ocorra, será possível a decretação de intervenção federal (CF, art. 34, I) com a finalidade de manutenção da integridade nacional. Caso houvesse um movimento armado separatista, poder-se-ia cogitar, em tese, a ocorrência do crime de ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, que, segundo o art. 5º, XLIV, da CF/88, é inafiançável e imprescritível.

- **Estado Simples ou Unitário:** aqui não há a divisão em unidades autônomas. Só há um governo central, como no caso da Inglaterra, que não é dividido politicamente. Existem alguns países que possuem um certo grau de descentralização, como no caso da Itália e da França, que são divididas em distritos que, no entanto, não são autônomos. Essa forma de estado é caracterizada por uma centralização político-administrativa.
- **Confederação:** é a união de Estados soberanos os quais podem, se quiserem, sair da confederação a qualquer momento. Um exemplo seria a URSS, que reunia as repúblicas socialistas soviéticas. O instrumento formalizador das confederações é um tratado internacional dissolúvel.

EXERCÍCIO

1. No Brasil, a forma de Estado existente é a:
 - a) confederação.
 - b) federação.
 - c) mista.
 - d) simples.

Gabarito: letra b. No Brasil, a forma de Estado é a federação, com Estados autônomos, mas não soberanos.

AULA 4

FORMA DE GOVERNO

- **Monarquia:** o Estado monárquico pode ser conceituado pelo trinômio vitaliciedade/hereditariedade/irresponsabilidade. A célebre frase do rei Luís XIV, "O Estado sou eu", reflete bem a idéia de monarquia, que é o governo no qual a figura do governante se confunde com a própria figura do Estado. Por conta disso, o governante só saía do governo quando morria; o cargo era passado para os parentes mais próximos e o rei não era responsabilizado por eventuais erros que cometesse em sua gestão (o rei não erra).

Hoje já existem as chamadas monarquias constitucionais, nas quais vigora um poder monárquico que não é absoluto, havendo formas de limitação e de atuação do povo no processo decisório.

- **República:** nessa forma de governo, o Estado não pertence a nenhum rei, imperador ou deus, mas sim ao povo. Seu nome vem do latim *res* (coisa) + *publica*, ou seja, é um Estado que pertence a todos e que, assim sendo, é marcado pelo seguinte trinômio: eletividade/temporariedade/responsabilidade.

Dessa maneira, os representantes serão eleitos para mandatos temporários e haverá a possibilidade de se responsabilizar o mau governante.

Sistemas de Governo

- **Presidencialismo:** nos países que adotam esse sistema, há um governante que acumula as funções de chefe de governo (chefia do poder executivo) e de chefe de Estado (representante diplomático).

- **Parlamentarismo:** esse sistema separa as funções de chefe de governo e de chefe de Estado em duas autoridades diferentes. Um dos melhores exemplos é o caso da Inglaterra, onde o chefe de governo tem responsabilidade política, mas não tem mandato, podendo ser deposto pelo parlamento, que, por sua vez, pode ser dissolvido pelo chefe de estado, no caso a rainha. Nesse caso, a rainha “reina, mas não governa”.

AULA 5

Regime político

Autoritário ou não democrático

Nesse caso, as decisões políticas não decorrem da vontade do povo.

Democrático

São aqueles regimes nos quais o povo detém o poder. Demo significa “povo” e cracia significa “poder”. Assim, democracia denota poder do povo (soberania popular). Lincoln foi um dos que melhor definiu a democracia ao dizer que esta era “o governo do povo, pelo povo e para o povo”. Os regimes democráticos subdividem-se em outros três regimes:

Democracia direta: o povo é argüido diretamente a respeito das decisões que o Estado deve fazer. Em virtude do crescimento dos Estados, é hoje um regime pouco utilizado (somente alguns cantões suíços ainda o utilizam).

Democracia indireta: nesse regime, o povo escolhe representantes que irão fazer as opções políticas o país.

ATENÇÃO: Não confunda eleição direta com democracia direta. Na eleição dos representantes na democracia indireta, é utilizado o instrumento da eleição direta, que não se confunde com democracia direta.

Democracia semidireta: quando convivem os dois sistemas anteriores. É o caso, por exemplo, do Brasil, onde o povo exerce sua soberania direta, por meio do plebiscito ou da iniciativa popular, por exemplo, e indiretamente, pela eleição de representantes políticos.

EXERCÍCIO

1. Julgue os itens abaixo.

- a) A democracia é o poder do povo, porém é correto afirmar que no Brasil não há hipótese de democracia direta, prevalecendo a democracia indireta com representantes eleitos.
- b) Existem três tipos de democracia: direta, indireta e semidireta, no Brasil vigora o último (semidireta).

Gabarito: a) F. Há a hipótese de exercício direto, como no caso do plebiscito e do referendo, estudados posteriormente.
b) V.

AULA 6



Entendendo a Constituição

Antes de se iniciar o estudo do Direito Constitucional propriamente dito, necessário se faz entender alguns pontos de extrema importância.

O que é uma Constituição?

Constituição é a lei maior, é a reunião de todos os valores supremos de um Estado, instituída para regular a atuação governamental, as relações jurídicas existentes na sociedade, bem como proteger os indivíduos de abusos do poder público.

Para Alexandre de Moraes:

Deve ser entendida como a lei fundamental e suprema de um Estado, que contém normas referentes à estruturação do Estado, à formação dos poderes públicos, forma de governo e aquisição do poder de governar, distribuição de competências, direitos, garantias e deveres dos cidadãos.

Celso de Mello, por sua vez, entende a constituição como:

Um complexo de regras que dispõem sobre a organização do Estado, a origem e o exercício do Poder, a discriminação das competências estatais e a proclamação das liberdades públicas.

Uma constituição pode ser vista por três principais óticas. Essas concepções em conjunto poderão dar uma idéia completa de o que seja uma constituição.

Concepção sociológica: a constituição seria a reunião dos fatores reais de poder existentes na sociedade. O documento chamado de constituição seria apenas uma constituição de papel. Essa tese foi defendida por Ferdinand Lassalle. Segundo ele, se o povo comesse a entender que a pena de morte deveria ser dada aos crimes hediondos, por exemplo, isso já estaria inserido na constituição, já que inserido no desejo da sociedade. Uma futura constituição “de papel” que trouxesse essa nova previsão nada mais faria do que se adequar à verdadeira constituição.

Concepção política: nesse caso, a constituição poderia ser encarada como o conjunto de opções políticas de um Estado e não um reflexo da sociedade. Nos dizeres de Carl Schmitt, uma decisão política fundamental. Muitos atribuem a ele o título de teórico do nazismo, pois suas idéias teriam possibilitado a criação de um estado de segregação racial, já que separava o Estado de concepções morais.

Concepção jurídica: defendida por Hans Kelsen, essa forma de conceituação encara a constituição como a norma hipotética fundamental, ou seja, a lei máxima de um Estado, a qual deve ser respeitada por todas as outras normas jurídicas. Essa hierarquia é visualmente representada por uma pirâmide, na qual a constituição estaria no topo, enquanto as demais leis estariam em sua base. Para que esse sistema funcionasse, era preciso a estipulação de mecanismos que protegessem o ordenamento jurídico contra normas que ferissem a constituição.

Esse sistema hoje existe e é chamado controle de constitucionalidade.

AULA 7

Entendendo a Constituição

O que contém uma constituição?



- Segundo José Afonso da Silva, uma constituição contém cinco tipos de elementos:
- Elementos orgânicos: que definem a estrutura do Estado (exemplo, art. 2º).
 - Elementos limitativos: limitam a atuação do Estado (exemplo, art. 5º).
 - Elementos socioideológicos: opções de ordem social, econômica, etc. (exemplo, art. 7º).
 - Elementos de estabilização constitucional: garantem a estabilidade da constituição (exemplo, cláusulas pétreas).
 - Elementos formais de aplicabilidade: são verdadeiros “manuais de instrução” para a aplicação da constituição (exemplo, art. 5º, § 1º).

Como é feita?

Uma constituição pode derivar dos trabalhos de uma Assembléia Nacional Constituinte, de um processo histórico ou até mesmo revolucionário. O poder que institui inicialmente uma constituição é o chamado poder constituinte originário, visto que irá compor o texto constitucional sem se vincular a nenhuma regra, valor ou norma anterior. Esse poder tem caráter eminentemente excepcional, dado que sua existência pressupõe derrubar/apagar a constituição anterior, sendo absoluto e ilimitado. Tal poder geralmente nasce em virtude de guerras, conflitos graves, revoluções ou no caso de Estados recém-criados, o que não deixa de ser uma mudança drástica no panorama social, político e econômico de uma sociedade.

O poder constituinte derivado é poder de reformar a constituição e de elaborar constituições estaduais. Esse poder existe, em primeiro lugar, porque o constituinte originário sabe que a constituição não é um documento perfeito, mas sim algo que precisa ser aperfeiçoado e, em segundo lugar, porque a sociedade muda, evolui, devendo, portanto, ser mudada também a constituição. No Brasil, o poder constituinte derivado é aquele que o Congresso Nacional ou os órgãos máximos do Poder Legislativo Estadual exercem por meio de emendas à Constituição, pelas revisões constitucionais e pela confecção das Constituições estaduais, sendo em quaisquer casos subordinado e condicionado.

AULA 8

Entendendo a Constituição

Podemos classificar o poder constituinte derivado da seguinte maneira:

- De reforma
 - de emenda
 - de revisão
- Decorrente

As emendas são modificações que podem ser feitas desde que seguidas as regras definidas na Constituição.

As revisões são oportunidades que o constituinte originário deu ao constituinte derivado de, após um determinado período de tempo, fazer a revisão da Constituição por meio de um processo mais simplificado que o da emenda constitucional. O constituinte deu um prazo de 5



anos para que fossem analisados os pontos merecedores de reforma na Constituição. Assim, tal como previsto no art. 3º do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias –, ocorreu, em 7 de junho de 1994, a edição de seis emendas constitucionais de revisão. Esse processo simplificado de alteração constitucional requereu apenas a votação da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional em sessão unicameral.

O poder constituinte decorrente é o exercido pelos Estados-Membros na confecção de suas Constituições estaduais.

Desse processo advém o elemento legitimador, que garante o poder da Constituição: o fato de esta derivar de uma assembléia constituinte formada de parlamentares eleitos democraticamente, ou seja, o povo, indiretamente, faz a Constituição. Não estamos dizendo que somente democraticamente se imponha uma constituição, mas com certeza essa foi a opção da atual Constituição Federativa do Brasil.

AULA 9

Entendendo a Constituição

Qual a sua importância ?

Se analisarmos a fundo todas as situações com que nos deparamos em nosso dia-a-dia, perceberemos que em praticamente todas elas existem valores reconhecidos e garantidos pela Constituição.

A partir do momento em que a Constituição nos garante, por exemplo, o direito de propriedade, temos aí a garantia institucional de que não nos veremos privados de nossos bens sem o devido processo legal. É obvio que nem por isso deixamos de perder nossos bens de forma arbitrária, como, por exemplo, em um assalto. A Constituição não pode impedir que as pessoas cometam delitos, mas com certeza prevê que, se identificado o autor do crime, deverá este ressarcir o dano causado.

Infelizmente, muitas vezes nos questionamos o porquê da existência de uma constituição se, apesar de tudo, continua a haver inúmeras injustiças, cometidas muitas vezes pelos próprios entes governamentais. Será que, por isso, podemos dizer que a Constituição “não funciona”? Acredito que não, já que há uma grande diferença entre o ser e o dever ser. A Carta Magna estipula como deveria ser, e cabe a cada um de nós lutar para que ela seja observada em todos os atos da vida civil.

Como se divide?

A Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, como qualquer texto normativo, foi dividida seguindo certos parâmetros, com o intuito de facilitar sua consulta e de estabelecer uma sequência temática. Imagine se a Bíblia não fosse dividida em versículos ou se a lista telefônica não fosse separada por ordem alfabética, seria muito difícil encontrar algo, não? Assim, a Carta Magna foi dividida em:

- **títulos,**
- **capítulos,**
- **seções** (essas três primeiras divisões são indicadas por algarismos romanos),
- **artigos** (1º, 2º, 15, etc.),
- **parágrafos** (parágrafo único, § 1º, § 2º, etc.),
- **incisos** (I, II, V, XX, etc.) e ,
- **alíneas** (a, b, c, d, etc.).

AULA 10



Entendendo a Constituição

É preciso decorar todo o texto da Constituição?

Não, basta entendê-la. É humanamente impossível decorar todo o texto constitucional, porém uma boa leitura periódica é capaz de consolidar, para o aluno, os seus principais conceitos.

O que é um preâmbulo?

Grande é a discussão a respeito do conceito e da utilidade do preâmbulo, que é o texto que antecede a Constituição, como um prefácio antecede um livro. Muitos países possuem preâmbulos em suas constituições, tais como Estados Unidos, Cuba, França, Alemanha, Japão, Suíça, dentre outros. Segundo alguns autores, a palavra vem do latim *pre* (que antecede) + *ambulare* (caminho, marcha). Assim sendo, seria o preâmbulo uma proclamação de algo novo, um resumo das intenções da Assembléia Constituinte.

Alguns autores acreditam que ele faria parte da Constituição (Hans Kelsen); para outros, serviria simplesmente como elemento a auxiliar a interpretação da Constituição (Alexandre de Moraes); e, por fim, existem aqueles que acreditam que ele não tem aplicação prática (Canotilho, Ives Gandra). Independentemente da posição adotada, devemos sempre observar a importância dessa declaração dos valores proclamada pela Assembléia Nacional Constituinte de 1988, que assim descreveu seu papel:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

Para se ter uma noção da importância do preâmbulo constitucional, o Supremo Tribunal Federal já julgou uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI 2.076) em que se alegava a inconstitucionalidade do Preâmbulo da Constituição do Estado do Acre, porque esse não continha a expressão “sob a proteção de Deus”. Essa ação foi julgada improcedente, pois o STF entendeu que o preâmbulo não tem força normativa.

O que é o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT?

Se nós tivermos à mão qualquer exemplar da Constituição Federal de 1988, poderemos notar que logo ao final teremos um outro texto, denominado Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que nada mais é do que uma série de instruções que servem para organizar a passagem da ordem constitucional anterior para a atual, ou seja, coordenar o momento de adaptação para a nova Constituição.

Além disso, o ADCT prevê situações excepcionais que nada tem a ver com esse período de adaptação, como a previsão da CPMF, por exemplo. Algumas de suas disposições têm validade até hoje, como, por exemplo, os direitos trabalhistas previstos no art. 10 (licença-paternidade de 5 dias; “estabilidade” da gestante e do Cipeiro; etc.).

Cumpramos ressaltar que em nada se difere a força do ADCT com a do texto constitucional em si, podendo inclusive ser objeto de emendas constitucionais, que estudaremos mais adiante.

AULA 11

Classificação das Constituições

Quanto à forma

Uma constituição é escrita quando seus preceitos vêm documentados em forma de um texto único. Por sua vez, classifica-se como não escrita aquela cujas normas não estão previstas em um texto único, mas sim em usos, costumes, leis, etc. Um exemplo de constituição não escrita é a da Inglaterra.

Quanto à origem

Em relação à sua origem, podem as constituições se classificar como promulgadas (aquelas que se originam de um órgão/assembleia constituinte eleita democraticamente) ou outorgadas (elaboradas por uma pessoa ou por um grupo de pessoas sem qualquer participação popular, sendo assim uma constituição imposta). No Brasil, tivemos tanto constituições outorgadas, em 1824, 1937 e 1967, quanto promulgadas, em 1891, 1934, 1946 e a atual de 1988.

Quanto à estabilidade

Quanto à estabilidade, as constituições podem ser de quatro tipos, quais sejam: as imutáveis, as rígidas, as flexíveis e as semi-rígidas.

As imutáveis são aquelas que em hipótese alguma podem ser alteradas, o que é inconcebível diante das constantes mudanças que atingem nossa sociedade e que trazem, quase sempre, mudanças também nas formas de atuação do Estado.

Por sua vez, as **constituições rígidas** são aquelas que já trazem em si a possibilidade de alterações, mas que, para tanto, prevêm, no dizer de Michel Temer, um processo especial e qualificado, de modo a dificultar a constância de modificações em seu conteúdo.

Temos também as **constituições flexíveis** (geralmente são as não escritas), que são as que não demandam nenhum procedimento especial para serem alteradas, bastando a atividade comum do poder legislativo, ou seja, são alteráveis como qualquer lei.

Por fim, temos as **semi-rígidas ou semiflexíveis**, que são aquelas que em parte são rígidas, isto é, exigem um procedimento especial, mais elaborado, para que sejam modificadas, enquanto outras partes não exigem nenhum procedimento especial, bastando o procedimento comum, ordinário, de elaboração de leis, para que se mude a Constituição.

AULA 12

Classificação das Constituições

Quanto à extensão

No que tange à sua extensão, podem as constituições se classificar como **analíticas**, quando prevêm em seu texto várias situações específicas, descrevendo o maior número possível de regras para o bom funcionamento do Estado. São, por sua vez, **sintéticas** as constituições que descrevem apenas os princípios, as normas gerais, descrevendo o papel do Estado de forma mais concisa e resumida.

Quanto ao modo de elaboração



Podem ser seguidos dois modelos de elaboração de uma constituição.

Existem as **constituições dogmáticas**, que são aquelas elaboradas por um órgão, por uma assembleia constituinte, e existem as **constituições históricas ou costumeiras**, nascidas de um lento processo histórico de estabelecimento dos elementos fundamentais de uma sociedade.

Quanto ao modelo

Existem dois principais modelos de constituição: a constituição-garantia, que é o modelo clássico, que estabelece a divisão dos poderes, etc.; e a constituição-dirigente, que é a que prevê metas de evolução política.

Como se classifica a Constituição Brasileira atual?

A nossa Constituição Federal de 1988 classifica-se como **escrita**, visto que se apresenta em um documento único; **promulgada**, já que elaborada por um poder constituído democraticamente; **rígida**, pois exige, em qualquer situação, um procedimento especial para sua modificação; **analítica**, dado que descreve em pormenores todas as normas estatais e todos os direitos e garantias por ela defendidos em seus duzentos e cinquenta artigos; **dogmática**, pois elaborada por uma assembleia nacional constituinte; e, por fim, dirigente, já que estabelece metas que até hoje são buscadas.

AULA 13

Aplicabilidade das Normas Constitucionais

Segundo José Afonso da Silva, as normas podem ter sua aplicabilidade classificada em três tipos:

- plena,
- contida,
- limitada.

Normas de eficácia plena são as que desde sua vigência já produzem ou podem produzir todos os efeitos para as quais foram criadas (como, por exemplo, o *habeas data*, que, mesmo antes da edição da lei que o regulamentou, já podia ser impetrado).

Normas de eficácia contida são aquelas que o constituinte já regulou suficientemente, mas que podem ser limitadas, restringidas pela legislação infraconstitucional (como, por exemplo, o direito à liberdade profissional, previsto no art. 5º, XIII, da CF/88, que pode ser restringido caso seja editada lei que estabeleça requisitos específicos para o desempenho de determinado ofício).

Normas de eficácia limitada são as que somente produzem seus efeitos após a edição de uma lei posterior que lhe confira aplicabilidade (um exemplo de norma de eficácia limitada é aquela que estabelece a proporcionalidade do aviso prévio – art. 7º, XXI, da CF/88 –, que, enquanto não editada a lei regulamentadora, será de trinta dias para todos os trabalhadores).

AULA 14

Interpretação das Normas Constitucionais

Muitas vezes ouvimos a frase: “O seu direito acaba onde começa o direito do outro”. Esse ditado expressa muito bem a dificuldade encontrada pelo aplicador do direito, que muitas



vezes tem de resolver qual dentre dois direitos garantidos pela Constituição deve prevalecer. A hermenêutica constitucional é o mecanismo que tem por objetivo a harmonização de normas constitucionais que entrem em conflito.

Existem alguns princípios que devem sempre ser lembrados quando tivermos de interpretar a Constituição:

- Princípio da unidade: a interpretação deve evitar a existência de contradições entre as normas;
- Princípio do efeito integrador: na resolução dos conflitos, deve-se priorizar os critérios que favoreçam a integração política e social do Brasil;
- Princípio da máxima efetividade ou da eficiência: deve-se buscar a interpretação que conceda mais eficácia à norma constitucional;
- Princípio da conformidade funcional: os órgãos que interpretam a Constituição não podem chegar a uma conclusão que subverta, altere ou perturbe o esquema organizatório-funcional constitucionalmente estabelecido pelo constituinte originário;
- Princípio da harmonização: a interpretação deve evitar o sacrifício total de um dos bens jurídicos em conflito;
- Princípio da força normativa da constituição: deve ser adotada a interpretação, dentre várias possíveis, que garanta maior eficácia, aplicabilidade e permanência das normas constitucionais.

Prática Geral - Questões de (1 a 3)

Julgue os itens:

a) (Procurador Federal - Cespe - 2006 - com adaptações) As normas constitucionais de eficácia contida são aquelas em que o legislador constituinte regulou suficientemente os interesses relativos a determinada matéria, mas deixou margem à atuação restritiva por parte da competência discricionária do poder público, nos termos que a lei estabelecer ou nos termos dos conceitos gerais nela enunciados.

b) (Procurador Federal – Cespe – 2006 – com adaptações) Norma constitucional de eficácia limitada é aquela que apresenta aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, porque somente incide totalmente sobre os interesses a que se refere após uma normatividade ulterior que lhe desenvolva a aplicabilidade.

Gabarito:

- a) Certo
- b) Certo

(Exame de Ordem / 2002) São normas constitucionais de eficácia contida aquelas

- a) em que o legislador constituinte regulou suficiente os interesses relativos a determinada matéria, mas deixou margem à atuação restritiva por parte do legislador infraconstitucional.
- b) que, desde a entrada em vigor da Constituição, produzem ou têm possibilidade de produzir todos os seus efeitos
- c) por meio das quais o legislador constituinte traça esquemas gerais de estruturação e atribuição de órgãos, entidades ou institutos, para que o legislador ordinário os estructure, em definitivo, mediante lei.

d) em que o constituinte, em vez de regular, direta e imediatamente determinados interesses, limita-se a traçar-lhes os princípios para serem cumpridos pelos seus órgãos (legislativo, executivos e judiciais).

Gabarito:

- a) Certa
- b) Errada - Essas são as normas de eficácia plena.
- c) Errada - Essas são as normas de eficácia limitada.
- d) Errada - Essas são as normas programáticas.

(Exame de Ordem/2000) Recentemente, o STF entendeu que, até que haja lei definindo o subsídio mensal a ser pago a ministro do STF, não prevaleceria o teto único de remuneração para os três Poderes da República, estabelecido pelo art. 37, XI da Constituição Federal. Esta decisão entendeu, portanto, que a norma constitucional que estabeleceu o teto único de remuneração seria norma

- a) de eficácia limitada a aplicação diferida.
- b) de eficácia plena e aplicabilidade imediata.
- c) de eficácia contida e aplicabilidade imediata.
- d) auto-aplicável.

Gabarito:

- a) Certo - Trata-se de norma de eficácia limitada e aplicação diferida pois a norma só terá aplicabilidade após a edição de lei que a regule.
- b) Errado
- c) Errado
- d) Errado

Módulo 2- Princípios Fundamentais

Aula 1

Princípios Fundamentais

Fundamento nada mais é que a base, assim como é a fundação de uma casa. Princípio é o início, o começo de tudo. Assim sendo, os princípios fundamentais previstos no Título I da Constituição Federal de 1988 são os referenciais de tudo que será aqui estudado, ganhando especial importância para nosso curso. Conceituaremos aqui todos os princípios, fundamentos e objetivos constitucionalmente previstos:

Princípios e Características

- **República:** conforme estudamos, é a forma de governo que se baseia no trinômio eletividade/temporariedade/responsabilidade.
- **Federação:** já vimos que essa forma de Estado pressupõe a existência de unidades políticas autônomas.
- **União indissolúvel:** em seu art. 1º, a Constituição Federal de 1988 diz expressamente que a República Federativa do Brasil é “formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal”. Ora, quando se diz que algo se dilui, entende-se que é facilmente desmanchado ou dividido. Assim sendo, a partir do momento em que se determina a indissolubilidade de nosso país, temos a proibição de qualquer divisão territorial que desconstitua essa União. Então, isso quer dizer que ao se dividir um Estado ou um Município se vai de encontro à Constituição? Não, visto que essa indissolubilidade só abrange o território brasileiro como um todo, proibindo a existência de movimentos separatistas e não suas subdivisões internas como dos Estados e Municípios. Dessa forma, o que fica proibido é a divisão do Brasil em outro Estado Soberano, ou seja, outro país. Já as divisões, fusões ou criações de Estados e Municípios são claramente permitidas no art. 18, §§ 3º e 4º, da Carta da República.
- **Estado Democrático de Direito:** Talvez nada tenha sido tão revolucionário para a história política do mundo quanto à criação do Estado Democrático de Direito, que foi a quebra de uma forma de governar que servia apenas à satisfação dos interesses dos reis ou outros tipos de senhores, sem se preocupar com regras ou garantias.



Um Estado de Direito é aquele em que as ações, tanto governamentais, quanto privadas, são reguladas por leis/normas regularmente constituídas, que, por também se tratar de um Estado Democrático, devem ser elaboradas por um poder escolhido pelo povo, ou seja, democraticamente, bem como destinadas aos interesses desse povo.

Aula 2

Fundamentos I

- **Soberania:** esse princípio subdivide-se em:

- nacional,
- popular (direta e indireta).

A soberania nacional determina a não-sujeição de um país a qualquer ordem que não derive de seu governo. Não deve o Brasil obedecer a ordens de quaisquer outros países, por exemplo, não deve se subordinar a nenhum outro organismo internacional. Além disso, soberania também significa a capacidade de estabelecer as divisões internas de competência.

Já a soberania popular é aquela que o povo exerce, sendo direta quando o povo o faz sem intermédio, dizendo o que realmente quer, como no plebiscito ou na iniciativa popular de leis. Por sua vez, será indireta quando exercida por meio de representantes eleitos democraticamente.

- **Cidadania:** em primeira análise, esse princípio corresponde a uma série de direitos e deveres reservados àqueles que detêm a capacidade eleitoral ativa e passiva, o que, em outras palavras, quer dizer poder de votar e ser votado. Deve-se aqui estabelecer uma importante diferenciação existente entre população, povo e cidadão. População é o conjunto de todas as pessoas que habitam um país (por exemplo, um estrangeiro que mora no país). Povo é o conjunto de todos os nacionais, ou no nosso caso, todos os brasileiros (por exemplo, um goiano que mora no Afeganistão). Cidadão é todo aquele que possui capacidade eleitoral (por exemplo, um maranhense com 25 anos de idade que preencha certos requisitos que serão estudados mais adiante).

- **Dignidade da pessoa humana:** isso significa que todos terão direito a serem tratados de forma digna, respeitosa e honrosa. Tal princípio traz uma série de reflexos, como a proibição de tortura, de penas perpétuas, de penas de morte, etc.

• **Valores sociais do trabalho e a livre iniciativa:** ao se respeitar não só os valores econômicos, que significam alcançar o maior lucro possível em menor tempo, mas também os valores sociais do trabalho, o constituinte busca proteger o trabalhador das arbitrariedades, da despedida arbitrária, dos trabalhos indignos, enfim, uma série de garantias que valorizem o trabalhador na sociedade e não que o tratem como mera mercadoria.

Por sua vez, a defesa da livre iniciativa visa impedir que algum grupo monopolize o mercado, usando de seu poderio econômico para impedir novas iniciativas de empresas de menor porte.

• **Pluralismo político:** significa que poderão existir várias concepções, várias idéias, vários grupos políticos, mesmo que contrários às idéias do governo. Não se deve confundir esse princípio com o pluripartidarismo político, que representa tão-somente a possibilidade de existência de mais de um partido político, ou seja, um conceito mais restrito que o de pluralismo político, que não se limita a partidos, abrangendo quaisquer grupos ou concepções políticas. Esse princípio estava longe de ser respeitado pelo regime militar.

• **Princípios aplicados às relações internacionais:** muitos são os princípios previstos no art. 4º da Constituição, os quais visam sempre preservar a independência dos países e suas culturas. Assim sendo, diante de um conflito entre dois países, a Constituição prevê sempre uma solução pacífica e, se possível, que se busque a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, tentando, assim, evitar ao máximo os conflitos armados. Prevê ainda, a Constituição, a concessão de asilo político, que nada mais é do que a proteção, no território nacional, de pessoas que estejam sendo perseguidas em seus países simplesmente em decorrência de suas concepções políticas.

Aula 3

Separação dos Poderes

Art. 2º *São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.*

A Constituição Federal de 1988, como de tradição, adotou o sistema tripartido de separação dos poderes. A separação dos poderes, doutrina defendida por Montesquieu em seu livro *O Espírito das Leis*, teve sua origem de longa data, na Grécia. Essa doutrina determina a divisão das funções estatais em basicamente três, que são as de administrar, legislar e julgar. No Brasil, essas três funções são exercidas pelo Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, respectivamente. Essa separação procura, principalmente, evitar abusos de poder, já que um poder fiscaliza e limita a atuação do outro. Esse sistema denomina-se “pesos e contrapesos”.

A divisão dos poderes, no entanto, não é absoluta, sendo que cada um dos poderes exerce, em menor ou maior grau, todas as funções. Por exemplo, o Legislativo julga os

crimes de responsabilidade do Presidente da República, o Executivo legisla quando cria medidas provisórias e o judiciário administra quando gerencia seu próprio orçamento.

Com a criação do Conselho Nacional de Justiça, muito se discute a respeito de uma possível quebra no esquema constitucional de tripartição dos poderes, já que teríamos um órgão externo fiscalizando, controlando o Poder Judiciário. O Constituinte derivado, ao editar tal emenda, não inseriu, na composição dos conselhos, membros componentes do Executivo ou do Legislativo, o que contribui para a tese de constitucionalidade da Emenda Constitucional nº 45/2004. De qualquer forma, somente o tempo e o Supremo Tribunal Federal poderão nos dizer, exatamente, qual o papel, a importância e o reflexo do Conselho Nacional de Justiça.

Aula 4

Objetivos fundamentais

Art. 3º *Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:*

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;*
- II - garantir o desenvolvimento nacional;*
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;*
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.*

Os objetivos da Constituição, que estão descritos em seu art. 3º, representam metas ainda não alcançadas que o poder constituinte entendeu como fundamentais para a República Federativa do Brasil. Esses objetivos vêm sempre representados por verbos no infinitivo e são assim definidos:

- Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- Garantir o desenvolvimento nacional;
- Erradicar a pobreza e a marginalidade e Reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Ao estipular essas metas, a Constituição automaticamente reconhece que o país ainda possui muitos problemas, mas que ainda há tempo de mudar.

Aula 5



Princípios

Art. 4º *A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:*

- I - independência nacional;*
- II - prevalência dos direitos humanos;*
- III - autodeterminação dos povos;*
- IV - não-intervenção;*
- V - igualdade entre os Estados;*
- VI - defesa da paz;*
- VII - solução pacífica dos conflitos;*
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;*
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;*
- X - concessão de asilo político.*

Princípios são a essência da vontade política expressa na Constituição, seja na forma que estrutura o Estado, na forma que este se relacionará com outros Estados ou nas limitações que impõe ao Estado frente aos cidadãos (direitos e garantias fundamentais). Expressam o mandamento nuclear de um sistema a direcionar os valores e bens nele previstos.

Tratam da forma em que o Estado Brasileiro relacionar-se-á com os Estados estrangeiros, pautando-se em tais princípios.

Parágrafo único. *A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.*

DIREITO CONSTITUCIONAL

MÓDULO III

AULA 1

Direitos e Garantias Fundamentais

Os direitos e garantias individuais foram ganhando cada vez mais espaço desde a Revolução Francesa. Como dito anteriormente, o art. XVI da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, trazendo um freio ao poder absolutista do Estado, trouxe a previsão de que “qualquer sociedade na qual a garantia dos direitos não está em segurança, nem a separação dos poderes determinada, não tem constituição”.

AULA 2

Direitos e Garantias Fundamentais – 2

Os primeiros a surgir foram os relacionados às liberdades básicas, como o direito à vida e o direito de ir e vir, que são os direitos de primeira geração, ou de primeira dimensão. Os direitos de primeira geração exigem principalmente atitudes negativas do Estado, um não fazer, uma abstenção (*status negativus*). Não se pode, por exemplo, punir um criminoso com a pena de morte porque estaria sendo ferido o direito básico da vida. Esses direitos são os direitos civis e políticos.

Logo após esse primeiro movimento, com a emergência de revoltas sociais dos trabalhadores, surgiram os direitos sociais, econômicos e culturais, que são os direitos de segunda geração, ou de segunda dimensão. Tais direitos, ao contrário dos primeiros, exigem uma prestação positiva do Estado, um fazer, uma ação.

Por fim, com o fortalecimento das instituições democráticas e da sociedade surgiram os direitos relativos a um meio ambiente equilibrado, à qualidade de vida, à paz e outros interesses difusos que são os de terceira geração, ou seja, direitos pertencentes à sociedade como um todo (direitos coletivos em sentido lato). Para fins didáticos, as três gerações de direitos e garantias fundamentais podem ser relacionadas, respectivamente, com os três direitos reivindicados pela Revolução Francesa: Liberdade (1ª geração), Igualdade (2ª geração) e Fraternidade (3ª geração).

Hoje já se fala em direitos de quarta geração, mas não temos, aí, unanimidade conceitual. Para alguns os direitos de quarta geração seriam aqueles relacionados à engenharia genética e seus avanços. Para outros, esses direitos seriam os direitos nascidos com a globalização. Por fim, parte da doutrina identifica nos direitos de quarta geração, direitos republicanos, que traduzem a capacidade de o indivíduo atuar de forma ativa na construção das políticas públicas, por meio, por exemplo, dos conselhos.

AULA 3

Direitos e Garantias Fundamentais – 3

Apesar de parecerem sinônimos, direitos e garantias não se confundem. Direito é o objeto, aquilo que é diretamente conferido ao indivíduo, uma espécie de bem a ele pertencente, enquanto garantias são os mecanismos que buscam proteger tais direitos. “Direitos se declaram (caráter declaratório), garantias se estabelecem (caráter instrumental)”. Dessa maneira, procura a Constituição estabelecer uma série de valores indispensáveis ao bem-estar de todos. Os principais direitos e garantias fundamentais são divididos em individuais, coletivos, sociais, nacionalidade e políticos.

As principais características dos direitos fundamentais são a inalienabilidade (intransferíveis, inegociáveis), imprescritibilidade (sempre passíveis de exercício, independentemente do tempo), irrenunciabilidade (pode até não ser exercido, mas não renunciado) e relatividade (pode ser reduzido quando houver conflito com outros direitos).

A partir dessa aula já temos exercícios.

AULA 4

Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

De todos os artigos da Constituição, sem dúvida alguma o artigo 5º é o mais extenso e importante, aplicando-se esse dispositivo não só aos brasileiros, mas também aos estrangeiros residentes no país, de forma a garantir o direito à **vida**, à **liberdade**, à **igualdade**, à **segurança** e à **propriedade**. Apesar de a redação do art. 5º restringir a aplicação dos direitos aos estrangeiros residentes, a doutrina estende a aplicação dessas

liberdades públicas não só aos residentes no país, como também aos estrangeiros em trânsito pelo Brasil ou a brasileiros não residentes no Brasil e que estejam em nosso território. A aplicabilidade, assim, dos direitos e deveres individuais e coletivos é ampla, tendo como sujeito ativo e passivo pessoas físicas e pessoas jurídicas, tanto de direito público quanto de direito privado, naquilo que compatível. Além dos direitos e garantias expressos no artigo 5º, outros podem ser acrescentados por meio de tratados internacionais. O § 1º do art. 5º ressalta a imediata aplicação desse rol de direitos e deveres individuais e coletivos.

A vida é defendida pela Constituição de forma ampla, não abrangendo apenas o direito de nascer e de permanecer vivo. No direito civil, ela é reconhecida apenas se houver o nascimento com vida. Para o direito constitucional, a vida é muito mais ampla, abrangendo temas como proibição da eutanásia, proibição do aborto (somente permitido no caso de estupro ou no caso de risco de vida para a mãe, que são excludentes de ilicitude), a pena de morte, o direito à integridade física e moral, bem como a proibição da tortura. Uma interpretação extensiva é capaz de vincular o direito à vida como o direito à existência, abrangendo, assim, as pessoas jurídicas (posicionamento já adotado em provas do Cespe).

Esse direito fundamental é encarado por alguns autores como sendo o mais fundamental dos direitos (Alexandre de Moraes). Diante disso, podemos supor que o direito à vida deve prevalecer quando houver um conflito de direitos fundamentais, salvo raras exceções, como, por exemplo, a pena de morte nos casos de guerra declarada.

A Emenda Constitucional nº 45/2004, que implementou a famosa “reforma do Poder Judiciário”, inseriu, no art. 5º, uma nova hipótese de emenda constitucional totalmente *sui generis*. Até edição da citada emenda, os tratados internacionais que fossem ratificados pelo Congresso Nacional adquiriam força de lei federal. Um exemplo clássico era o Tratado de São José da Costa Rica, que, mesmo após ser ratificado pelo Congresso Nacional foi considerado pelo Supremo Tribunal Federal, em precedente que analisava a possibilidade de prisão civil do depositário infiel (instituto que será analisado posteriormente), como dispositivo legal com *status* de lei federal. Após a Emenda Constitucional nº 45/2004, criou-se a possibilidade de admissão de tratados internacionais que tratem sobre direitos humanos, desde que aprovados por 3/5 (três quintos) dos membros das Casas do Congresso Nacional, em dois turnos, com força de emenda constitucional. Assim, a partir de agora, o texto constitucional passa a incluir, além das emendas constitucionais e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Congresso Nacional pelo procedimento acima descrito.

Outra novidade trazida pela EC nº 45/2004 foi a expressa previsão de submissão da República Federativa do Brasil às Cortes Penais Internacionais em cuja constituição tenha manifestado adesão. A necessidade de previsão constitucional desse tema se justifica pelo

fato de envolver a própria soberania de nosso país, que passa a se submeter às decisões emanadas de um organismo internacional. Já existem, atualmente, Tribunais Penais Internacionais, cuja legitimidade é frequentemente questionada, principalmente pelos Estados Unidos da América do Norte.

O rol de direitos e garantias do Título II da Constituição Federal tem caráter meramente exemplificativo, e não taxativo¹. Outros direitos podem ser inseridos em virtude do regime e dos princípios adotados pela Constituição, bem como por tratados internacionais dos quais o Brasil faça parte.

Cabe lembrar que os direitos e deveres individuais e coletivos, especialmente em relação aos direitos relacionados à vida, à igualdade, à liberdade e à propriedade, também se aplicam a pessoas jurídicas no que for cabível.

Estudaremos alguns dos setenta e sete incisos que compõem esse artigo, concentrando-se nos principais direitos e garantias por ele protegidos. De forma a tornar o estudo mais dinâmico, adequaremos a disposição dos incisos para estudarmos separadamente alguns temas tratados pelo art. 5º da Constituição Federal. São eles: liberdades/inviolabilidades; tópicos de Direito Civil; tópicos de Direito Penal; tópicos de Direito Processual; e remédios constitucionais. Vejamos:

AULA 5

Liberdades / Inviolabilidades

Podemos perceber nesse tópico alguns direitos e garantias clássicos, tais como a liberdade de expressão e o direito de ir e vir, bem como outros, nitidamente derivados de uma espécie de trauma pós-ditadura e que fez o constituinte cercar o cidadão de amplas garantias contra um regime de exceção, tais como o direito de reunião e a proibição da censura.

Princípio da Isonomia

Segundo esse princípio, **todos são iguais perante a lei**. Assim sendo, uma lei que proíba flamenguistas de fazerem determinado concurso não poderia ser considerada, de forma alguma, constitucional. Cabe lembrar que esse princípio também abrange a **igualdade do homem e da mulher**, sendo que quaisquer **diferenciações só** são admitidas **se previstas na própria Constituição**. É óbvio que essa prerrogativa não pode ser levada ao pé da letra, de forma que pode haver diferenciações, desde que não sejam

¹ ADI 939/DF-STF.

discriminatórias, como, por exemplo, o voto, que não é obrigatório aos maiores de setenta anos, já que isonomia não significa tratar todos de maneira exatamente igual, mas sim, tratar os iguais de maneira igual e os desiguais de maneira desigual na medida de suas desigualdades. Etimologicamente, essa palavra nasce da união de iso = igual + nomos = norma, ou seja, “norma igual” para todos. Qualquer discriminação deve estar fundada em um pressuposto fático-racional, como, por exemplo, o direito à proteção do mercado de trabalho da mulher, constitucionalmente previsto e que é baseado numa exclusão histórica da mulher, assim como a exclusão histórica dos negros e índios.

A doutrina distingue os termos “igualdade na lei” e “igualdade perante a lei”. O primeiro seria dirigido ao legislador, que não pode editar leis que estabeleçam distinções entre pessoas que estejam na mesma situação. O segundo estabeleceria a obrigação de que o aplicador do direito, ao interpretar e executar as normas o faça de forma equânime. Essa distinção, extremamente analítica, não deve ser utilizada na interpretação da norma inscrita no art. 5º, *caput*, da Constituição Federal. Em outras palavras, não devemos interpretar o texto constitucional no sentido de que a igualdade somente seja direcionada ao aplicador, pois tal interpretação levaria à absurda conclusão de que o constituinte permite que o legislador edite normas totalmente discriminatórias, desiguais, injustas. O princípio da isonomia, como norma constitucional, deve ser interpretado de forma a conferir-lhe a maior eficácia possível, o que impõe dizer que a isonomia se aplica tanto ao legislador como o aplicador da lei.

José Afonso da Silva, nesse sentido, afirma que a distinção entre tais termos, feita pelo Direito estrangeiro, se faz desnecessária entre nós, já que a isonomia, não adstrita ao seu sentido individualista, ou seja, atenta às peculiaridades dos grupos que integram a sociedade, se dirige principalmente ao legislador, que será o destinatário útil de tal mandamento.

A isonomia formal, introduzida pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em seu art. 1º, é uma igualdade de caráter negativo, que proíbe a estipulação de privilégios. Tal igualdade é vista de uma forma individualista, já que não leva em conta as diferenças, principalmente de cunho econômico. Já a igualdade material tem um caráter mais social, levando em conta as diferentes capacidades individuais, não sendo apenas uma igualdade perante a lei, mas sim, uma igualdade também na lei. Por exemplo, ao estipular vagas para deficientes em um concurso público, a administração pública está tratando os iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual, aplicando, assim, a isonomia material. Se, por outro lado, a administração pública prevê, em um concurso para delegado, que homens e mulheres irão fazer um teste físico que exige a mesma força, não há, aí, isonomia material, mas sim, formal, pois se está tratando todos de forma igual e “ponto final”, sem levar em conta as diferenças orgânicas femininas.

Graças a esse pressuposto, o **crime de racismo** será inafiançável (o que significa que não há a possibilidade de pagamento de fiança, que é um valor pago para que o acusado responda ao processo penal em liberdade), imprescritível (não sujeito à prescrição, ou seja, o direito de punir do Estado não se extingue com o tempo) e sujeito à pena de reclusão (iniciada em regime inicial fechado), já que significa tratar iguais de forma desigual.

O inciso I do art. 5º da CF traz a previsão da isonomia entre os sexos masculino e feminino. Dispõe o inciso que eventuais distinções entre homens e mulheres devem estar previstas na própria Constituição. Com base nisso, alguns autores, como José Afonso da Silva, chegam a afirmar que a lei pode estabelecer discriminações relacionadas ao gênero. Preferimos, porém, o entendimento de Alexandre de Moraes, que vê a possibilidade de estabelecimento de distinções também por meio de lei, já que limitar a isonomia aos casos expressamente previstos na CF levaria a uma limitação enorme ao princípio da isonomia material. Também não concordamos com a parcela da doutrina que vê nesse inciso uma norma protetiva da mulher. Entendemos que a interpretação do princípio isonômico entre homens e mulheres deve avaliar o caso concreto, sem partir de uma pressuposta fragilidade feminina, o que, ao invés de caracterizar uma política afirmativa das minorias, leva à perpetuação do estereótipo de quase semi-imputabilidade da mulher.

Aprofundamento no tema

Interessante é a questão relativa à interpretação sistemática do art. 5º, *caput*, e seu inciso I. Se todos são iguais perante a lei, por que explicitar que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações? A primeira interpretação que nos parece plausível é a de que o inciso I descreve a igualdade perante os sexos, que admite exceções nos termos da Constituição, como a que acontece na diferenciação de idade e tempo de contribuição para a aposentadoria ou na inexistência de obrigação de prestar serviço militar obrigatório, que favorecem as mulheres. A outra interpretação, que muitas vezes é feita, é no sentido de que o inciso I vem reafirmar o princípio da isonomia, sendo que a expressão “homens e mulheres” é utilizada para se referir a toda a humanidade, ou seja, todos os homens e todas as mulheres, reafirmando o direito à igualdade. Por fim, uma terceira e última interpretação que nos parece plausível é aquela que interpreta o *caput* como uma referência à igualdade perante a lei, enquanto o inciso I retrata a igualdade na lei, ou seja, no processo de formação dos direitos e obrigações legais. A interpretação que nos parece mais correta é a primeira, cabendo lembrar que o estudo dos anais da Constituição, ou seja, a descoberta da vontade do constituinte propriamente dita, não é capaz, por si só, de expurgar tais questionamentos, dado que, após o “nascimento” do ato normativo, o que prevalece é a vontade da lei e não mais a vontade do legislador (no caso, do legislador constitucional).

Princípio da Legalidade

Apesar de serem muitas vezes confundidos, os princípios da legalidade e da reserva legal não definem exatamente a mesma coisa. Pelo princípio da **legalidade** estipula-se que **ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei**, sendo assim **um conceito genérico**, já que abrange quaisquer atos praticáveis pelo indivíduo. Por sua vez, o princípio da **reserva legal** define que **certas situações deverão ser, obrigatoriamente, definidas em lei**, constituindo assim um **conceito mais específico**, já que apenas alguns atos, desde que constitucionalmente previstos, deverão segui-lo. Existe o princípio da reserva legal, por exemplo, aplicado aos crimes (art. 5º, XXXIX, da CF/1988), já que constitucionalmente só uma norma regularmente constituída pelo poder legislativo pode definir o que deve ser considerado como ato criminoso (“não há crime sem lei anterior que o defina”).

O princípio da legalidade é aplicado tanto no âmbito da Administração Pública quanto nas relações existentes entre indivíduos, particulares. No Direito Administrativo, portanto, quando se trata de princípio da legalidade (ou legalidade restrita), pode-se dizer que o administrador só pode fazer o que a lei permitir (mesmo no ato discricionário, em que o administrador é guiado pela conveniência e oportunidade, ainda assim vigora a legalidade do art. 37 da CF/1988). Nós, particulares, porém, podemos fazer tudo que a lei não proíba (princípio da autonomia da vontade), e não apenas o que a lei permite.

AULA 7

Dignidade da Pessoa Humana

O inciso III do art. 5º da Constituição dispõe que “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”. Tal proteção, por vezes identificada como o princípio da dignidade da pessoa humana, volta-se não apenas contra o sofrimento físico, mas também à coerção moral (nesse sentido também o inciso XLIX do art. 5º da CF/1988). Dentro desse contexto, o inciso XLIII considera a prática da tortura um crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo, se omitirem. De acordo com a Lei nº 9.455/1997, constitui crime de tortura:

- constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:



- a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;
- b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;
- c) em razão de discriminação racial ou religiosa;
- submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Aprofundamento no tema

Um tema polêmico que ainda não foi pacificado pela jurisprudência é o relativo às excludentes de ilicitude trazidas pelo Código Penal em relação ao aborto. De acordo com a lei (art. 128 do CP), é lícito o aborto quando não houver outra forma de salvar a mãe e quando a gravidez resulta de estupro (se derivar de atentado violento ao pudor também é possível, já que se trata de analogia *in bonam partem*). A primeira excludente (salvar a vida da mãe) está plenamente adequada ao texto constitucional, pois “coloca-se na balança”, ou seja, contrapõem-se dois direitos idênticos de mesmo “peso”: a vida da mãe e a vida do nascituro. No segundo caso, porém, a constitucionalidade é duvidosa, já que a lei penal (infraconstitucional), não pode criar exceção ao direito à vida que não foi prevista no texto constitucional. Reforçamos que a presente discussão é indicada apenas a título de reflexão, como forma de suscitar o debate de novos temas relacionados à disciplina.

AULA 8

Liberdade de Expressão

A liberdade de manifestar o pensamento não se apresenta de forma absoluta, devendo assim respeitar dois requisitos em seu exercício. Em primeiro lugar, **aquele que se expressa deve se responsabilizar por quaisquer danos decorrentes** desse ato, cabendo, inclusive, o **direito de resposta**, que nada mais é que a cessão de um espaço em algum meio de comunicação para que a pessoa ofendida se defenda publicamente, à custa daquele que a ofendeu. Em segundo plano, **é vedado/proibido o anonimato**, já que, se assim não fosse, dificilmente se conseguiria concretizar o que foi disposto acima, que é a obrigação de indenizar o dano, já que, sendo o autor anônimo, não haveria como responsabilizá-lo. Apesar de todas as limitações, o mais importante é que **não há mais** a possibilidade da existência da **censura** em nosso país, instituto este que prevaleceu em décadas passadas.

O art. 220 da Constituição Federal disciplina a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação. Estipula, por exemplo, a plena liberdade de informação jornalística, a vedação a qualquer forma de censura de natureza política, ideologia e artística e as restrições relacionadas à propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias.

AULA 9

Liberdade de Consciência e de Crença

Liberdade de consciência é um conceito amplo, visto que **significa** a liberdade que cada indivíduo possui de **ter suas próprias convicções**, sejam elas políticas, filosóficas, etc. Por sua vez, a **liberdade de crença** traz para o texto constitucional a **proibição de qualquer discriminação religiosa**, abrangendo ainda a **proteção aos cultos**, liturgias e locais onde estes estejam sendo realizados. A Constituição foi mais longe ainda, prevendo não só a não-discriminação, mas também estipulando que é **dever do Estado criar condições favoráveis à assistência religiosa nos locais de internação coletiva**, como hospitais, presídios, asilos, etc. Não podemos, porém, nos esquecer de que, salvo raríssimas exceções, **não pode o governo patrocinar cultos ou subvencionar igrejas**, visto que o **Brasil é um Estado laico**, e não um Estado religioso.

Somente em um caso é prevista a restrição de direitos em virtude de concepção religiosa ou filosófica. Vejamos que caso é este. Vamos supor que Francisco pertence a um grupo de pacifistas que pregam a não-violência (esse impedimento é chamado imperativo de consciência, que pode decorrer de crença religiosa e de convicção filosófica ou política). Poderá ele ser obrigado a servir ao exército brasileiro? Não, ele não será obrigado, mas as Forças Armadas é obrigada, de acordo com o art. 143, § 2º, da CF/1988, a designar a obrigação de cumprir algum serviço alternativo, se estivermos em tempo de paz. Somente se houver recusa também da obrigação alternativa, Francisco poderá ser privado de seus direitos políticos, no caso. Assim sendo, apenas se tivermos recusa da obrigação alternativa poderá “algum cidadão” ser privado de direitos em virtude de suas convicções.

A relação Estado/religião também é regulada nos arts. 19, I; 150, VI, b; e 210, § 1º, todos da Constituição Federal.

AULA 10



Inviolabilidade da Intimidade, Vida Privada, Honra e Imagem

Existem valores que são constitucionalmente invioláveis, de forma a proteger o conteúdo de vários direitos, em especial a intimidade, o domicílio, as correspondências, as comunicações telegráficas e telefônicas. Começaremos a tratar da inviolabilidade do direito à intimidade.

A Constituição prevê a proteção à **intimidade**, à **vida privada**, à **honra** e à **imagem** das pessoas, sendo que o desrespeito a essas regras impõe ao autor a responsabilidade por danos morais e materiais causados a terceiros. Cabe ressaltar que essa inviolabilidade deve ser vista de forma relativa, principalmente no que se refere às pessoas de vida pública, já que uma foto tirada de um cantor famoso, mesmo que no âmbito de sua intimidade, pode ser perfeitamente publicada, já que ao participar da vida pública, tacitamente, renuncia-se a uma parcela de sua intimidade, desde que, obviamente, se respeitem certos limites. Se assim não o fosse, inviabilizaríamos a atividade jornalística. A Emenda Constitucional nº 45/2004, alterando o inciso IX do art. 93 da CF/1988, definiu que o segredo de justiça somente pode prevalecer nos casos em que a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudicar o interesse público à informação, estabelecendo, assim, uma clara ordem de prioridade entre esses dois direitos fundamentais (direito à informação e direito à intimidade). O direito de intimidade protege as relações interpessoais íntimas do indivíduo (amigos, familiares, companheiros), não se confundindo com o direito de estar só, em paz e tranqüilo (direito à privacidade). Embora alguns identifiquem o direito de intimidade como sinônimo de identidade, verifica-se no texto constitucional que há distinções entre ambos (diferenciação já defendida em questões do Cespe/Unb). Um indivíduo pode estar sozinho em seu apartamento e ter sua privacidade devassada. Por outro lado, uma pessoa pode estar em um jantar de amigos, em sua casa, e ter sua intimidade plenamente preservada. A proteção da vida privada se mostra mais abrangente, trazendo à tona toda uma gama de relações que podem ter um caráter menos próximo, como círculos profissionais, acadêmicos, etc., bem como o direito de decidir como pretende definir seu modo de vida (por conta disso, defendo que o direito à vida privada se identifica muito mais com o direito à privacidade que se refere à possibilidade de estar só, em paz, tranqüilo, ou, como se define, o *right* ou *privacy*).

Já ficou assentado pela **Jurisprudência** (jurisprudência significa a tendência dos Tribunais em decidir de uma determinada maneira em alguns casos, principalmente nos que inspiram dúvidas de interpretação. Em outras palavras, é o entendimento reiterado dos Tribunais. A jurisprudência também é fonte do Direito) do Supremo Tribunal Federal que a publicação de imagens não autorizadas, para fins comerciais, resulta em indenização por dano moral.

AULA 11

Inviolabilidade de Domicílio

“A casa é o asilo inviolável do indivíduo”, nela somente se **pode adentrar em 5 hipóteses**:

- 1ª) **com consentimento** do morador;
- 2ª) quando haja **flagrante delito**, como, por exemplo, se algum crime esteja sendo ou tenha acabado de ser cometido naquele momento, em caso de perseguição do autor após o crime e existência de objetos do crime.
- 3ª) caso de **desastre**;
- 4ª) prestar **socorro**;
- 5ª) por **determinação judicial** (não cabe determinação de autoridade policial, por exemplo), desde que **durante o dia**. Alguns entendem que o período diurno seria de 6h às 18h ou até as 20h, mas o melhor e mais aceito é o de que dia é o período após o nascer e antes do pôr-do-sol, ou seja, entre a aurora e o crepúsculo. Essa regra visa resguardar o repouso noturno. Esse período limita a possibilidade de penetração no domicílio, não restringindo, porém, de forma absoluta, a permanência após tal horário.

Se a polícia chegar para cumprir o mandado à noite o que poderá fazer é: a) entrar no domicílio se houver consentimento do morador ou; b) aguardar o início do dia. A autoridade nunca poderá utilizar-se de meio que impossibilite a permanência no domicílio (bomba de gás, por exemplo) para forçar um fugitivo a sair do domicílio para, então, prendê-lo.

Aquele que não permite que policiais entrem em seu domicílio à noite para cumprir um mandado de prisão não comete o crime de favorecimento pessoal (art. 348 do Código Penal), por exemplo, já que está exercendo regularmente seu direito à inviolabilidade de domicílio.

A não-observância dessas proibições corresponderá ao crime previsto no art. 150 do Código Penal.

AULA 12

Sigilo de Correspondência, Comunicações Telegráficas, Dados e Comunicações Telefônicas



O sigilo de correspondências, apesar de não possuir requisitos constitucionalmente previstos para quebra, não é absoluto. Pode ser restringido quando estiver em confronto com outros direitos fundamentais (ex.: quebra da inviolabilidade da correspondência do presidiário, para evitar a práticas de atividades criminosas).

Nenhum sigilo é absoluto, mas para que se quebre o sigilo de **comunicações telefônicas deve haver autorização judicial**, que somente será dada se necessária à investigação de algum crime ou para instruir processo penal. Também são protegidos os dados contidos em e-mail (salvo se utilizado no âmbito de uma empresa, como ferramenta profissional), homepages, etc. A não-observância poderá constituir, por exemplo, o crime dos arts. 151 e 152 do Código Penal. A quebra do sigilo telefônico somente será concedida se esse for o único meio de prova e se o crime no qual a decisão se baseia for apenado com pena de reclusão.

De acordo com a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, a gravação telefônica (o mesmo se aplica para a gravação de conversa entre presentes) feita ou autorizada por um dos interlocutores, sem a ciência dos demais, é prova lícita, principalmente quando tende a ser utilizada como instrumento de defesa. Traduzindo: se você grava uma conversa com um funcionário de uma empresa que realiza concursos e que lhe telefona oferecendo o gabarito do concurso, essa gravação poderá ser utilizada para provar sua inocência em uma futura ação penal. Se, porém, uma terceira pessoa, sem autorização judicial, grava essa conversa sem a autorização de qualquer dos interlocutores, essa prova é considerada ilícita, não podendo ser aceita como prova.

O sigilo de correspondência, de comunicação telegráfica e telefônica pode ser restringido pelo decreto que instituir o estado de defesa, que será estudado posteriormente. Durante a vigência do estado de sítio, poderá haver restrições relacionadas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informação e liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei.

AULA 13

Liberdade de Ação Profissional

É livre o exercício profissional, atendidas as qualificações profissionais estabelecidas em lei. Um bacharel em Direito não pode pleitear, por exemplo, o exercício da Medicina. A regra é a seguinte: se a atividade não possuir requisitos legais para seu exercício, qualquer pessoa pode exercer tal profissão. Se, por outro lado, a lei estipular alguma qualificação, somente aqueles que a possuam podem se dedicar a tal atividade. Por óbvio, então, uma

atividade ilícita não está enquadrada dentro da liberdade de ação profissional. O direito é uno, sendo que sua divisão existe apenas como medida didática. Se considerássemos a liberdade profissional como um direito absoluto ou ilimitado (cabe lembrar que todos os direitos e garantias são relativos), estaríamos aniquilando todo o direito penal, o que é inconcebível.

Questão relevante surge da análise da atividade das garotas de programa. Em verdade, não há qualquer ilegalidade no exercício da profissão de prostituta, que se equipara a qualquer atividade de prestação de serviços (pode, inclusive, figurar como segurada junto ao INSS, desde que pague a contribuição previdenciária). A única diferença é que essa atividade nunca poderá ser considerada um emprego propriamente dito, já que, para que haja uma relação empregatícia, é necessária a figura do empregador, o que nunca existirá em relação à essa pessoa que satisfaça a lascívia de outrem mediante contraprestação pecuniária, pois o “patrão” (o cafetão ou a cafetina, por exemplo) desta atividade estaria, este sim, praticando uma atividade ilícita, tipificada nos arts. 227 a 231 do Código Penal.

AULA 14

Liberdade de Informação

O direito à informação é regulado pela constituição em dois níveis: público (art. 5º, XXXIII) e privado (5º, XIV). Na primeira análise, a Constituição prevê o direito público subjetivo que possuímos de receber dos órgãos públicos informações de interesse particular coletivo ou geral. São excepcionadas as informações imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado (ex. informações militares estratégicas).

Pergunta-se: é possível que um órgão público restrinja o acesso a informações pessoais, alegando que são sigilosas? A resposta que nos parece mais plausível é negativa, já que, sendo informações do próprio indivíduo que as solicita, não é possível que sejam sigilosas em relação a ele próprio. Se forem informações verdadeiras, o indivíduo já deve conhecê-las, e se forem falsas, a retificação via ação de *habeas data* (ação que será estudada posteriormente) só trará benefícios para a segurança da sociedade e do Estado. Pensar o contrário nos remeteria ao mórbido período da ditadura militar, em que os arquivos do SNI – Serviço Nacional de Informações – monitoravam e arquivavam informações de pessoas sem que elas tivessem o devido acesso.

Sob o aspecto privado, individual (inciso XIV), esse direito representa a possibilidade que todos nós conquistamos, após 1988, de ter acesso livre à informação, independentemente de restrições estatais. É garantido, ainda, o sigilo da fonte, quando

necessário ao sigilo profissional. Assim sendo, o jornalista que edita determinada matéria não é obrigado a indicar qual é sua fonte, seu informante, por exemplo (um exemplo clássico é o do chamado “caso Watergate”, no qual um informante, apelidado de “garganta profunda” passava informações privilegiadas aos jornalistas do “Washington Post”, e que levaram à renúncia do presidente Richard Nixon, do Estados Unidos. Os jornalistas não puderam ser obrigados a revelar a identidade do informante, que, 30 anos depois, descobriu-se ser Mark Felt, que era vice-diretor do FBI). Além disso, profissionais como psicólogos, advogados e até mesmo clérigos não podem ser obrigados a revelarem segredos recebidos no exercício de suas atividades, mesmo que autorizados por seus clientes.

AULA 15

Direito de Ir, Vir e Permanecer (Liberdade de Locomoção)

Todos nós temos o direito de locomoção dentro do território nacional, sendo este não só o direito de caminhar pelas ruas, de não ser preso arbitrariamente, mas também, em sentido amplo, o direito de não encontrar dificuldades em se locomover entre os estados da Federação. Em alguns casos, tal direito **pode ser limitado**, como na hipótese de **guerra declarada** e decretação do **Estado de sítio** (com a anuência do Congresso Nacional), hipóteses nas quais é possível que o Estado torne obrigatória a permanência em localidade determinada.

Segundo a Constituição “é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens”. Da análise desse dispositivo, podemos chegar a algumas conclusões. A primeira é a de que o Estado brasileiro não pode garantir esse direito fora do território brasileiro (ex.: garantir a migração de um brasileiro para o território dos Estados Unidos da América do Norte), já que iria além do alcance da soberania nacional. Por outro lado, entende este autor que o fato de a Constituição determinar que a lei deve estipular os requisitos para exercício do direito leva à conclusão de que se trata de norma de eficácia contida, já que norma infraconstitucional (como a lei do estrangeiro, por exemplo) pode diminuir o alcance da norma constitucional (sugerimos ao leitor revisar o tema “aplicabilidade das normas constitucionais”).

Tão grande é a importância desse instituto que existe uma ação mandamental, um remédio constitucional especialmente destinado a protegê-lo, que é o *habeas corpus*.

Devemos ter sempre em mente que o direito de ir e vir com seus bens pelo território nacional em tempos de paz não assegura qualquer imunidade tributária (ex.: um sujeito não pode ir ao Paraguai, comprar seis caixas de uísque e alegar na alfândega que não pagará impostos, pois tem o direito de livremente se locomover no território nacional com seus bens). Em contraposição, porém, a Constituição Federal delimita que é proibido estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais e intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio (art. 150, V, da CF/1988).

AULA 16

Direito de Reunião

Trata-se de mais um direito protegido por nossa Constituição e que não possui paralelo no antigo regime militar. Dessa forma, a partir de 1988 todos têm o direito de se reunir, desde que atendidos os seguintes **requisitos**:

- 1º) **inexistência de armas**;
- 2º) **local aberto** ao público;
- 3º) **não frustrar**/coincidir com **outra reunião** já marcada;
- 4º) **prévio aviso** à autoridade competente (cabe lembrar que não se trata de autorização, mas de simples aviso que possibilite à autoridade tomar as medidas cabíveis, como desviar o trânsito, por exemplo, e impedir que se marque outra reunião para o mesmo dia).

Constitui uma importante inovação trazida pela Constituição que pode ser exercida de forma estática (assembléia de trabalhadores) ou dinâmica (passeata/carreata).

Apesar de não ser um requisito expresso, há entendimento de que a temporariedade da reunião é um pressuposto intrínseco ao direito de se reunir em locais abertos ao público.

AULA 17

Direito de Associação

O direito associação revela-se um direito individual de expressão coletiva que permite a uma pluralidade de sujeitos o estabelecimento de um vínculo com vistas à proteção de interesses comuns. Tal direito possui uma série de características relevantes que passamos a analisar.

- 1º) Deve ter **fins lícitos**, ou seja, que não vão de encontro à lei.

2º) **Não pode ter caráter paramilitar**, assim entendidos aqueles grupos, armados ou não, que se utilizam de hierarquia interna, uniformes ou palavras de ordem, semelhantes às Forças Armadas. Essa é uma questão de segurança interna, visto que só o Estado pode possuir forças militares.

3º) A criação de associações **independe de autorização** e elas não estão sujeitas à interferência Estatal.

4º) As **cooperativas possuem**, para sua criação, uma série de **requisitos legais** listados na Lei nº 5.794/1971.

5º) As atividades de uma associação **só podem** ser **suspensas por** conta de **decisão judicial e**, para que sejam **dissolvidas**, isto é, proibidas definitivamente de funcionar, é necessário que haja **decisão judicial transitada em julgado**. Existe o trânsito em julgado da decisão judicial quando não cabem mais recursos contra esta decisão, sendo assim uma decisão revestida de caráter definitivo.

6º) Ninguém pode ser obrigado a associar-se, nem mesmo a manter-se associado, constituindo-se uma liberdade e não uma obrigação.

7º) A Associação pode representar/defender, no Judiciário ou fora deste, seus associados, desde que expressamente autorizada para tanto. Por sua vez, os sindicatos, que estudaremos mais à frente, não precisam desta autorização, podendo defender os interesses da classe sem qualquer autorização expressa. Cabe lembrar que a associação, via de regra, atua como representante processual (que necessita de autorização), enquanto, excepcionalmente, no caso do Mandado de Segurança Coletivo, pode servir de substituto processual (defendendo em nome próprio direito alheio, sem necessidade de outorga de mandato).

Aprofundamento no tema

O direito de reunião e o de associação são classificados como direitos individuais de expressão coletiva, já que exercidos em prol da coletividade, mas de forma individualizada (posicionamento defendido por José Afonso da Silva e adotado pelo Cespe/Unb). Outros direitos e garantias, diferentemente, só podem ser exercidos por um ente coletivo, sendo, portanto, classificados como um direito coletivo propriamente dito (exemplos: mandado de segurança coletivo, mandado de injunção coletivo e ação popular).

AULA 18

Tópicos de Direito Civil



Analisaremos neste tópico alguns institutos afetos ao Direito Civil e que foram inseridos no capítulo dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.

Direito de Propriedade

O direito de propriedade (poder de usar, gozar, dispor e reivindicar um bem), analisado sob a ótica constitucional, deve ser visto de forma relativa, já que antes dele deve ser observada a função social da propriedade. Exemplificando, se um bem pode ser utilizado pela coletividade não há razão para que fique concentrado nas mãos de poucos. Podemos concluir, portanto, que a propriedade é encarada pela Constituição em seu caráter social, voltada para a busca do bem-estar geral (o Estado promove a função social da propriedade, por exemplo, quando “derruba”, ou seja, torna pública a patente de certos remédios). Para que cumprisse essa função social, a Constituição criou certos institutos que passaremos a analisar.

AULA 19

Desapropriação

Como o próprio nome já indica, desapropriar significa retirar a propriedade. Esse procedimento será adotado desde que atenda a uma necessidade ou utilidade públicas, ou por interesse social, ou seja, deve atender à coletividade. Porém, não pode o Estado proceder a um confisco de bens, devendo então pagar previamente ao dono uma indenização justa em dinheiro, salvo alguns casos excepcionais em que tal pagamento pode ser feito em títulos da dívida pública (art. 182, § 4º, III, da CF/1988 – desapropriação de imóveis urbanos) ou da dívida agrária (art. 184 da CF/1988 – desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária). Títulos da dívida, em outras palavras, são documentos nos quais o Estado promete pagar determinada quantia, em determinado tempo, com uma certa correção monetária, ou seja, “devo, não nego, pago quando puder”. Não cabe ao Judiciário analisar se deve ou não o Estado desapropriar, restando apenas ao expropriatário recorrer à justiça para revisar o valor da indenização. Por fim, o art. 243 da CF/1988 determina que as áreas que estejam sendo utilizadas para a plantação ilegal de plantas psicotrópicas (*canabis sativa lineu*, por exemplo) serão expropriadas sem o pagamento de qualquer indenização ao proprietário, o que consiste em um verdadeiro confisco estatal.

AULA 20

Desapropriação

O texto se repete pois o professor continua a aula anterior.

Como o próprio nome já indica, desapropriar significa retirar a propriedade. Esse procedimento será adotado desde que atenda a uma necessidade ou utilidade públicas, ou por interesse social, ou seja, deve atender à coletividade. Porém, não pode o Estado proceder a um confisco de bens, devendo então pagar previamente ao dono uma indenização justa em dinheiro, salvo alguns casos excepcionais em que tal pagamento pode ser feito em títulos da dívida pública (art. 182, § 4º, III, da CF/1988 – desapropriação de imóveis urbanos) ou da dívida agrária (art. 184 da CF/1988 – desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária). Títulos da dívida, em outras palavras, são documentos nos quais o Estado promete pagar determinada quantia, em determinado tempo, com uma certa correção monetária, ou seja, “devo, não nego, pago quando puder”. Não cabe ao Judiciário analisar se deve ou não o Estado desapropriar, restando apenas ao expropriário recorrer à justiça para revisar o valor da indenização. Por fim, o art. 243 da CF/1988 determina que as áreas que estejam sendo utilizadas para a plantação ilegal de plantas psicotrópicas (*canabis sativa lineu*, por exemplo) serão expropriadas sem o pagamento de qualquer indenização ao proprietário, o que consiste em um verdadeiro confisco estatal.

AULA 21

Requisição Administrativa

Uso em eminente perigo público significa que a autoridade competente pode usar um bem particular desde que haja uma urgência, como no caso de uma perseguição policial, por exemplo. Como não se pode prever essa urgência, a indenização será posterior e proporcional ao dano causado ao bem.

A entrega do bem à autoridade é compulsória, sendo que o particular que não obedecer comete ato ilícito passível de punição civil e administrativa.



AULA 22

Impenhorabilidade da Pequena Propriedade Rural

A **pequena propriedade rural**, entendida como aquela de pequeno porte, trabalhada pela família e voltada para a subsistência desta, não pode ser penhorada por dívidas decorrentes de empréstimos feitos para a produção.

Por conta disso, o empréstimo a esse tipo de produtor fica menos atrativo para as instituições financeiras. Para garantir o crédito, a Constituição prevê que a lei deve dispor sobre meios de financiar o desenvolvimento da atividade produtiva.

Direito Autoral e de Propriedade Industrial

Os autores de **obras ou inventos industriais** possuem todos direitos e privilégios de uso sobre suas criações, porém, para garantir a função social, esse direito é temporário, sendo assim, após certo tempo (que varia de acordo com o bem protegido) a invenção ou obra se torna um bem comum. Além dos **direitos autorais**, são protegidos também os direitos conexos (intérpretes, músicos, etc.) e as participações individuais em obras coletivas, abrangido o direito de fiscalizá-las. A principal diferenciação entre os bens de propriedade autoral e os bens de propriedade industrial é a sua finalidade. Os primeiros têm finalidade estética, relacionada à literatura, às artes, etc. Os bens industriais, por sua vez, relacionam-se a uma utilidade (marcas, invenções, modelos de utilidade, nomes de empresas, etc.) e estão sujeitas, em sua maioria, a registro perante o INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

Aprofundamento no tema

As obras protegidas por direito autoral serão consideradas de domínio público em três hipóteses (Lei nº 9.610/1998):



1ª) decurso do prazo de 70 (setenta) anos da morte do autor ou do último co-autor, contados de 1º de janeiro do ano subsequente (nas obras anônimas ou pseudônimas corre o prazo da primeira publicação);

2ª) Morte do autor sem deixar herdeiros;

3ª) Autor desconhecido, ressalvados os caso de folclore ou outros conhecimentos étnicos e tradicionais.

Alguns aspectos do direito autoral são inalienáveis, ou seja, não podem ser negociados. São exemplos dessas parcelas que ficam fora do comércio o direito de paternidade (indicação de quem é o autor da obra) e o direito de conservar a obra inédita.

Por fim, acrescente-se que o Supremo Tribunal Federal não considera inconstitucional a atribuição exclusiva conferida pela lei à instituição denominada ECAD, de fiscalizar e arrecadar direitos autorais no território brasileiro.

AULA 23

Direito de Herança

É protegido o direito de **herança**, sendo que a lei irá beneficiar os herdeiros brasileiros, frente aos estrangeiros, salvo se o testamento disser o contrário. O que ocorre é o seguinte: a Constituição Federal busca a proteção do cônjuge e filhos brasileiros em relação aos parentes estrangeiros. Vamos supor a seguinte situação. Imagine que Maria é casada com Arnold, que é norte-americano. Arnold possui patrimônio no Brasil e nos Estados Unidos. Caso Arnold venha a falecer (tornando-se o "de cujus"), caberá à lei brasileira definir regras de sucessão dos bens de Arnold situados em nosso território. O juiz que for estabelecer a sucessão irá, então, aplicar a lei que favorece a família brasileira: a lei do país de origem do estrangeiro ou a lei brasileira. Outra interpretação que pode ser dada é a de que a lei pessoal do "de cujus" é o testamento, que faz lei para o processo de sucessão. Essa segunda interpretação não é a mais aceita. E a pergunta que vem à cabeça é a seguinte: por que a lei brasileira deve privilegiar a família (leia-se: cônjuge e filhos) brasileira? A resposta é simples: porque o Estado brasileiro não possui qualquer poder sobre os bens situados fora do Brasil, não podendo, assim, deixar que seja aplicada uma lei estrangeira que beneficie os parentes estrangeiros, deixando a família brasileira sem os recursos necessários à sua subsistência. Por fim, cabe esclarecer que tal proteção deve abranger também os companheiros.

Aprofundamento no tema

Esse preceito foi inserido na Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-Lei nº 4.657/1942) pela Lei nº 9.047/1995, que alterou a redação do § 1º do seu art. 10.

AULA 24

Defesa do Consumidor

É garantida pela Constituição a defesa, pelo Estado, dos direitos do consumidor. O art. 48 do ADCT estipulava que o Congresso Nacional, dentro de 120 (cento e vinte) dias da promulgação da Constituição, deveria elaborar o código de defesa do consumidor. Essa determinação foi cumprida 2 (dois) anos depois, com a promulgação da Lei nº 8.078/1990, que regula a defesa dos direitos do consumidor.

AULA 25

Direito Adquirido, Ato Jurídico Perfeito e Coisa Julgada

Segundo o texto constitucional, a lei não poderá prejudicar:

- o direito adquirido
- o ato jurídico perfeito
- a coisa julgada

Dessa maneira, o Poder Legislativo deverá sempre respeitar estes institutos que passaremos a conceituar, que definem o princípio da irretroatividade da lei civil.

- **Direito Adquirido:** É **aquele que se incorpora à esfera patrimonial do indivíduo**, por exemplo, o funcionário público que recebe um adicional ao seu salário não poderá perder este direito em virtude de lei posterior, já que se trata de um direito adquirido. É aquele direito que a pessoa já possui por preencher todos os requisitos de fruição (ex.: servidor público que preenche todos os requisitos para a aposentadoria).
- **Ato Jurídico Perfeito:** Existem atos jurídicos e atos jurídicos perfeitos. Atos jurídicos são os atos que trazem reflexos na esfera jurídica, tais como o ato de ir a uma loja e comprar um sofá que será entregue daqui a 30 (trinta) dias. A partir desse

momento, temos um ato que produz efeitos jurídicos, como no caso de a loja não entregar no prazo. Por sua vez, o ato jurídico perfeito **é o ato jurídico que tenha completado todos os seus efeitos**. Vamos nos utilizar do exemplo do contrato de alienação fiduciária. Suponhamos que um contrato de empréstimo por alienação fiduciária seja realizado. Imagine agora que uma lei venha a declarar a impossibilidade de contratação de empréstimos por alienação fiduciária. Nesse caso, a lei não alcançará os contratos que já estejam perfeitos.

- **Coisa Julgada:** Já estudamos anteriormente que o trânsito em julgado de uma decisão seria a não-existência de possibilidade de recurso em um processo. Assim sendo, a coisa julgada é o **objeto do processo** sob o qual ocorreu o trânsito em julgado. Por exemplo, um processo por dano moral tem por objeto uma condenação. **Se houver o trânsito em julgado** do processo, a condenação a indenizar se torna uma coisa julgada.

AULA 26

Tópicos de Direito Penal

- **Princípio da Reserva Legal** ou da **Anterioridade da Lei Penal:**

O princípio da **Reserva Legal** estipula que **para que haja crime** e sua respectiva pena, **necessária** se faz a existência de uma **lei** (em sentido estrito) que assim preveja, não cabendo mais a nenhum outro ato, tais quais portarias, resoluções, medidas provisórias, etc. Medida provisória não pode determinar tipos legais (crimes), já que não preenche o requisito da estrita legalidade e também fere o art. 62, § 1º, *b*, da CF/1988, que veda a edição de MPs para disciplinar direito penal.

AULA 27

Tópicos de Direito Penal – 2

- **Princípio da Irretroatividade da Lei Penal (ou ultratividade da penal mais benéfica):**

A lei penal **só** retroage, ou seja, só se aplica a atos pretéritos quando serve **para beneficiar o réu**. Assim, uma lei que aumente a pena de determinado crime só se aplica

aos delitos cometidos após sua vigência, enquanto uma lei que diminua uma pena se aplica a todos os crimes, tanto ocorridos após, quanto antes da vigência da lei.

Aprofundamento no tema

Como fica a situação das pessoas que cometeram atos ilícitos antes da edição de uma lei nova, em parte mais benéfica e em parte mais maléfica? Parte da doutrina, minoritária, defende que poderia se fazer uma **combinação de leis**, trazendo da lei nova apenas o que seja benéfico ao réu. A maior parte da doutrina, porém, acredita que a combinação de leis transformaria o juiz em um verdadeiro legislador, o que é vedado pelo princípio da separação dos poderes.

A aplicação da lei penal mais benéfica independe da fase do processo penal, podendo ser efetuada até mesmo a favor de acusados cujas sentenças condenatórias já tenham transitado em julgado.

Nos crimes permanentes (ex.: seqüestro), para efeito de aplicação da teoria da irretroatividade, considera-se consumado o crime na data em que praticados os últimos atos executórios. Em outras palavras, o criminoso é punido pela lei vigente à data em que cessou a execução do crime, salvo nos casos de retroação da lei benéfica.

AULA 28

Crimes de Repressão Especial

Além da repressão prevista para o crime de racismo, a Lei Maior também repudia outros crimes.

Os crimes de tortura, tráfico de drogas, terrorismo e hediondos são inafiançáveis e insuscetíveis de graça (benefício **individual** concedido ao criminoso) ou anistia (benefício **coletivo** concedido a todos aqueles que praticaram determinado fato típico, criminoso, em determinado período de tempo).

Os crimes de grupos armados contra o Estado Democrático e a ordem constitucional são inafiançáveis (não permitem ao acusado pagar fiança para responder ao processo ou inquérito em liberdade) e imprescritíveis (não há prescrição do *ius puniendi* do Estado).

AULA 29

Pessoalidade ou da Personalização da Pena

Nenhuma pena pode ser aplicada à pessoa diversa da que cometeu o crime. Existe apenas um caso em que uma pena pode ser transferida da pessoa que realmente cometeu o crime, que ocorre quando o autor morre e, assim sendo, passam seus herdeiros a serem responsáveis em indenizar a vítima até, no máximo, o valor da herança. Ressalte-se que somente a obrigação de reparar o dano e a perda de bens podem ser transferidos aos herdeiros.

AULA 30

Penas Permitidas e Penas Proibidas

O princípio da individualização da pena, indicado no *caput* do inciso XLVI do art. 5º da CF/1988, busca evitar generalizações, determinando que a aplicação da pena deve levar em conta todas as circunstâncias subjetivas e objetivas que envolvem o ato delitivo.

penas permitidas	Penas proibidas
Privação (ex.: prisão) ou restrição de liberdade (ex.: limitação de final de semana).	Morte, salvo no caso de guerra declarada. Os crimes que permitem essa pena estão previstos no Código Penal Militar.
Perda de bens	Perpétuas (ex.: ninguém pode cumprir pena de prisão por mais de 30 anos)
Multa	Trabalhos forçados
Prestação social alternativa (ex.: auxiliar entidades filantrópicas)	Banimento (desterrar, expulsar a pessoa de seu local de origem)
Suspensão de direitos (ex.: exercer determinada profissão)	Cruéis

As penas que são indicadas nesse inciso formam uma listagem meramente exemplificativa, podendo a lei criar, posteriormente, novas formas de penalizar.

Em relação à pena de morte, a declaração de guerra, segundo o artigo 84, XIX, CF/1988, será feita pelo presidente da República, com autorização ou referendado pelo Congresso Nacional.

AULA 31

Penas Permitidas e Penas Proibidas

Observação: O texto repete o da aula anterior porque o professor continua nessa aula a explicar o mesmo assunto.

O princípio da individualização da pena, indicado no *caput* do inciso XLVI do art. 5º da CF/1988, busca evitar generalizações, determinando que a aplicação da pena deve levar em conta todas as circunstâncias subjetivas e objetivas que envolvem o ato delitivo.

penas permitidas	Penas proibidas
Privação (ex.: prisão) ou restrição de liberdade (ex.: limitação de final de semana).	Morte, salvo no caso de guerra declarada. Os crimes que permitem essa pena estão previstos no Código Penal Militar.
Perda de bens	Perpétuas (ex.: ninguém pode cumprir pena de prisão por mais de 30 anos)
Multa	Trabalhos forçados
Prestação social alternativa (ex.: auxiliar entidades filantrópicas)	Banimento (desterrar, expulsar a pessoa de seu local de origem)
Suspensão de direitos (ex.: exercer determinada profissão)	Cruéis

As penas que são indicadas nesse inciso formam uma listagem meramente exemplificativa, podendo a lei criar, posteriormente, novas formas de penalizar.

Em relação à pena de morte, a declaração de guerra, segundo o artigo 84, XIX, CF/1988, será feita pelo presidente da República, com autorização ou referendado pelo Congresso Nacional.

AULA 32

Conceitos Importantes no Direito Penal

Extradicação: Entrega de estrangeiro ou brasileiro naturalizado para que seja processado ou condenado.

Deportação: Retirada de **estrangeiro** que não cumpra os requisitos de migração.

Expulsão: Retirada de **estrangeiro** que cometa atos contrários aos interesses do país.

Banimento / desterro / exílio: Retirada de **nacional** do território brasileiro. É proibido no Brasil.

AULA 33

Tópicos de Direito Processual

Direito ao amplo acesso ao Judiciário

Toda pessoa tem direito a recorrer ao Poder Judiciário para proteger um direito seu ou para se precaver de uma simples ameaça a esse direito. Assim sendo, o direito de ação é um direito a todos conferido, independente de estar com razão ou não. A lei não pode criar impedimentos para o acesso do indivíduo à proteção do Poder Judiciário. Um exemplo de barreira legal seria a exigência de que o proprietário de automóvel pagasse a multa para somente após questionar judicialmente sua legalidade. Essa lei seria (materialmente) inconstitucional, por ferir o disposto no art. 5º, XXXV, da CF/1988.

A própria Constituição, porém, em seu art. 217, excepciona a rigidez de tal princípio ao determinar que “o Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva”, que terá um prazo máximo de 60 (sessenta) dias para proferir decisão final.

Alguns institutos foram criados com a finalidade de tornar o Judiciário mais ágil, diminuindo a quantidade de processos. É o caso do instituto da arbitragem (eleição de particular para decidir um conflito), da comissão de conciliação prévia (criada no âmbito da Justiça do Trabalho, e que busca a resolução extrajudicial das pendências trabalhistas) e da necessidade de prova da prévia negativa administrativa para o ajuizamento da ação de *habeas data* (necessária para a configuração do interesse de agir). Tais institutos não

devem ser considerados ofensivos ao princípio do amplo acesso ao Judiciário, mas sim, elementos que tornam a atividade judicante mais efetiva e célere.

Para cada causa haverá um juiz competente, este é o princípio do **juiz natural**. A proibição não permite a existência de **tribunais ou juízos de exceção**, que seriam tribunais criados especificamente para julgar determinadas causas visando beneficiar alguma das partes, ou então tribunais competentes para julgar determinada causa, mas que se utilizam de procedimentos não previstos na legislação processual.

Curiosidade:

Alguns institutos que visam a agilizar a atividade jurisdicional foram instituídos desde a Constituição de 1824. São eles, por exemplo, a arbitragem (art. 160 da CF/1824) e a tentativa obrigatória de conciliação (art. 161 da CF/1824).

AULA 34

Princípio do Juízo Natural e a Vedação à Criação de Tribunais ou Juízos de Exceção

Esse princípio se resume em basicamente duas afirmações:

As autoridades do Poder Judiciário que atuem em determinado processo precisam ser as competentes para tal (juiz natural). O Poder Judiciário, apesar de ser uno, possui diversos ramos especializados predeterminados, visando garantir maior eficiência e imparcialidade nos julgamentos. Caso alguém seja julgado por juiz que não seja competente para a causa, haverá ofensa ao princípio do juiz natural. O STJ, por exemplo, decidiu que o juiz natural para ação de reconhecimento e dissolução de união homoafetiva (entre pessoas do mesmo sexo) deve ser julgada pelo juiz da vara cível, e não da vara de família, mesmo que a questão envolva a guarda de menor.

Não podem ser criados tribunais ou juízos de exceção, ou seja, regras especiais/privilégios para se processar determinadas pessoas. Isso não significa que não poderá haver foros privilegiados em relação a certas autoridades como o presidente da República (foro por prerrogativa de função), pois nesses casos, além de previsão constitucional, tem-se uma proteção ao livre exercício do cargo, e não um privilégio da pessoa.

AULA 35



Tribunal do Júri

Para alguns, o **Tribunal do Júri** seria mais uma forma legítima de cidadania direta, já que consiste em um julgamento realizado pela própria sociedade; para outros, dentre os quais me incluo, finda por constituir em uma forma injusta e não criteriosa de se julgar alguém. Esse Tribunal, formado, ao final, por sete julgadores (chamados juízes de fato), sorteados entre pessoas comuns, do povo, será o competente para julgar os **crimes dolosos contra a vida**, quais sejam o homicídio, o aborto, o infanticídio, a instigação e auxílio ao suicídio nos quais o agente age de forma intencional (dolosa). Não se incluem, por outro lado, os crimes de latrocínio (roubo seguido de morte) e de lesão corporal seguida de morte, por não serem crimes propriamente crimes contra a vida. Inclui-se no rol de crimes julgados pelo júri aqueles nos quais o agente age motivado pelo dolo eventual, o que significa que o agente, mesmo não possuindo a intenção de matar, prevê o resultado e assume o risco de produzi-lo. Essa competência não é taxativa, sendo que a legislação infraconstitucional pode estender o julgamento pelo Tribunal do Júri a outras figuras típicas.

São características do júri:

- **Plenitude de defesa.** Plenitude da defesa não deve ser confundida com a ampla defesa, que é garantida aos processos administrativos e judiciais em geral. A plenitude de defesa, conferida aos julgamentos no Tribunal do Júri, significa a faculdade concedida ao advogado de utilizar todos os meios de convencimento possíveis e lícitos para convencer os jurados. Os jurados, juízes leigos, de fato decidem de acordo com sua íntima convicção, sem necessidade de fundamentar seu veredicto, o que permite que o defensor busque, mesmo que de forma desvinculada do argumento lógico-jurídico, a absolvição do réu. O advogado, portanto, pode estudar o perfil dos jurados, formular perguntas ao réu no interrogatório, atuar de forma ativa na inquirição das testemunhas em plenário, etc. A plenitude da defesa inclui, ainda, a possibilidade de o juiz destituir o defensor quando o réu se mostrar indefeso, nos termos do art. 497, V, do CPP, bem como a capacidade que o acusa possui de participar na elaboração do questionário.

- **Sigilo de votações.** O professor Reinaldo Rossano, em seu manual, expõe a posição doutrinária de que a votação deve ser encerrada quando alcançado o veredicto majoritário

de 4 (quatro) votos, já que a votação unânime, de 7 (sete) votos, acaba por permitir que se conheça com precisão em que sentido votaram os jurados².

- **Soberania de veredictos.** Significa que nem mesmo o juiz-presidente (chamado juiz de direito) pode alterar o que decidido pelo Tribunal do Júri, limitando-se a efetuar os cálculos (dosimetria) da pena. Essa soberania, porém, não impede que haja recurso da decisão tomada pelo conselho de sentença, sendo que o Tribunal de Justiça pode anular a sentença caso seja contrária às provas dos autos. Outra garantia constitucional que pode alterar um veredicto do júri sem ofender a sua soberania é a revisão criminal, que pode ser realizada a qualquer tempo, sempre a favor do réu, podendo levar inclusive à sua absolvição.

Aprofundamento no tema

A regra da competência do Tribunal do Júri possui algumas exceções. Exemplificando, aqueles que possuem foro por prerrogativa de função fixado pela Constituição Federal (prefeitos, promotores, governadores, etc.) são julgados pelo Tribunal indicado para julgar tais autoridades (Tribunal de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, etc.), e não pelo Tribunal do Júri. Ou seja, nos casos em que a norma constitucional estadual prevê a prerrogativa de que certa autoridade seja julgada em foro privilegiado, em caso de homicídio doloso prevalecerá a competência do júri. Por outro lado, o júri pode julgar crimes que não sejam dolosos contra a vida quando forem conexos a um crime de sua competência (ex.: se o réu estupra e tenta matar a vítima, o Tribunal do Júri julgará o acusado pelo estupro e pela tentativa de homicídio).

Quanto à competência do júri, convém destacar a Súmula 721 do STF, que, corroborando com as conclusões acima expostas, dispõe que “a competência constitucional do tribunal do júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecida exclusivamente pela Constituição Estadual”.

AULA 36

Extradição

A extradição (passiva) é o ato de entrega de um indivíduo, pelo Estado em que este se encontra refugiado, a um outro Estado que o solicita (extradição ativa), para que seja processado e julgado por determinado crime ou para que cumpra pena a ela já imposta. No Brasil, o processo de extradição segue uma série de critérios determinados, por exemplo, pela lei do estrangeiro, tais como existência de reciprocidade, não-aplicação de pena de morte no país solicitante, etc. Extradicação não se confunde com expulsão, que é a retirada

² ALVES, Reinaldo Rossano, Direito Processual Penal, Editora Fortium, Brasília, DF, p. 117.

de um estrangeiro de nosso território por ter atentado contra a ordem política ou social, ou seja, por ser uma *persona non grata* em nosso país. Deportação, por sua vez, é a retirada de nosso território daquele indivíduo que esteja irregularmente em nosso país, sem os requisitos legais indicados, por exemplo, na Lei nº 6.815/1980 (Lei do Estrangeiro). A expulsão e a deportação nunca poderão ser aplicadas a brasileiros, pois, senão, teríamos uma pena de banimento, que é proibida constitucionalmente. Em nível constitucional, temos basicamente três regras que limitam a extradição:

- O brasileiro nato não será em hipótese alguma extraditado.
- O brasileiro naturalizado poderá ser extraditado nos seguintes casos:
 - quando o pedido de extradição se fundamenta em crime cometido antes da naturalização;
 - quando o pedido se fundamente em comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- Nenhum estrangeiro será extraditado por crime político ou de opinião. Esses crimes são aqueles que visam punir o indivíduo que se recuse a aceitar alguma concepção política ou ideológica, constituindo assim uma repressão do governo de origem.

AULA 37

Princípio do Devido Processo Legal

A Constituição estipula que ninguém será preso ou perderá seus bens sem que haja o devido processo legal, que nada mais é do que uma série de características que devem ser observadas na atividade judiciária. O Poder Judiciário possui, sem dúvida alguma, importante papel em nossa sociedade, emitindo juízos de valor que são de observância obrigatória por todos. Assim, reconhece-se que há a necessidade de cercar o jurisdicionado de todas as garantias possíveis, de modo a não deixá-lo sujeito a arbitrariedades perante o Poder Judiciário. Daí nasce o princípio do devido processo legal, determinando que se observem regras essenciais à atividade jurisdicional. Por exemplo, o início do processo sem a comunicação (citação) do réu, não permite que ele venha se defender, o que fere o princípio do devido processo legal.

Como se pode perceber, dentre tais garantias encontramos o contraditório e a ampla defesa, que representam, respectivamente, a oportunidade de se contestar as afirmações da outra parte e a de se provar a verdade por todos os meios admitidos pela lei. O devido processo legal reúne três características básicas: o contraditório, a ampla defesa e a regularidade formal. No art. 5º, LIV, da CF/1988 temos o chamado “devido processo legal

substancial” (intimamente ligado à razoabilidade e proporcionalidade), enquanto no inciso LV desse mesmo artigo temos o que se denominou “devido processo legal processual”, envolvendo a garantia do contraditório e da ampla defesa (para melhor estudo da matéria, sugerimos a análise do voto proferido pelo Ministro Carlos Velloso na ADI 1.511/DF-STF). A regularidade formal se refere à observância do regramento processual legal, ou seja, às fases e atos descritos na legislação processual.

A Suprema Corte reconhece na disciplina do Direito Processual a necessidade de que, em nulidades relativas e absolutas, sempre que possível haja a comprovação de efetivo prejuízo processual para que se declare a nulidade do processo em virtude do desrespeito do devido processo legal. Trata-se da garantia do “pas de nullité sans grief”, que proíbe a declaração de nulidade sem a comprovação de efetivo prejuízo das partes (AI 559.632-AgR/MG-STF).

Pode-se dizer que uma evolução na teoria dos direitos fundamentais é a sua aplicação nas relações privadas. No julgamento do RE 201.819/RJ-STF, o Ministro Gilmar Mendes ressaltou que as garantias constitucionais do devido processo do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa se aplicam a relações entre particulares, no caso, relacionadas à exclusão de associado do quadro da sociedade civil União Brasileira de Compositores – UBC, que integra a estrutura do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD, entidade que atua com exclusividade na defesa dos direitos autorais em nosso país.

Aprofundamento no tema

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, apesar da divergência de alguns ministros, vem se sedimentando no sentido de reconhecer que garantia do contraditório e da ampla defesa possui um conteúdo mínimo na própria Constituição, que independe de interpretação de lei ordinária (Código de Processo Civil, por exemplo). Qual seria a utilidade prática disso? A vantagem seria a possibilidade de defesa desses institutos por meio do recurso extraordinário, perante o STF, já que teríamos ofensa direta à Constituição Federal. (RE 427.339/GO-STF)

No julgamento do HC 86.634-MC/RJ-STF, o ilustre Ministro Celso de Mello, asseverando não ser esse o pensamento prevalente na Suprema Corte, entendeu existir, no que tange ao réu preso, o direito de, sob pena de nulidade absoluta, comparecer à audiência de instrução processual em que sejam inquiridas testemunhas arroladas pelo Ministério Público. Tal prerrogativa de autodefesa, que encontra guarida em convenções internacionais, como o Pacto de São José da Costa Rica (art. 8º, § 2º, *d* e *f*) e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (art. 14, n.3, *d*), seria uma das projeções concretizadoras da cláusula “due process of law”. Entendemos, porém, que tal entendimento deve ser aplicado com temperamento no caso concreto, levando-se em conta a relevância da audiência e a real possibilidade de intervenção do réu, para que não se estenda ainda mais o prazo de duração e o custo procedimental do Processo Penal.

Em respeito ao princípio do devido processo legal, incumbe à parte a escolha de seus advogados. Nessa tarefa, a parte pode fazer a indicação do representante de forma múltipla (indicando vários advogados) ou de forma individualizada (concedendo o mandato a um advogado específico). A simples juntada de mandato, credenciando novos advogados

para atuarem na causa, não significa a revogação tácita dos poderes outorgados na revogação anterior (RE 410.463/SP).

AULA 38

Inadmissibilidade das Provas Obtidas por Meios Ilícitos

Todo e qualquer indício que se pretenda utilizar como meio probatório deve ter sido obtido de forma lícita, ou seja, de acordo com a lei. Por exemplo, uma arma obtida por meio de invasão a um domicílio não pode ser considerada em um processo criminal, já que fora conseguida por meio de um crime, ou seja, ato ilícito. Essa medida visa desestimular o cometimento de novos crimes com o objetivo de se conseguirem provas.

Pela teoria dos frutos da árvore envenenada, a prova obtida a partir de uma prova obtida de forma ilícita também será desconsiderada pelo juiz, o qual deverá mandar desentranhá-la dos autos.

AULA 39

Princípio da Presunção de Inocência (Princípio da Presunção de Não-Culpabilidade)

Significa dizer, no dito popular, que “ninguém é culpado até que se prove o contrário”. Em sentido mais técnico, resulta que todos aqueles que estão sendo acusados de determinado crime devem ser considerados inocentes até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, ou seja, até que haja uma sentença condenando o réu, sobre a qual não caiba mais recursos. A existência de prisões cautelares, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não fere esse princípio, porém a prisão fundada em decisão condenatória recorrível (aquela em que, por exemplo, o acusado ainda pode recorrer) deve estar motivada em razões de ordem cautelar (risco de que o réu vá fugir ou que volte a delinquir, por exemplo). Assim, uma prisão preventiva que, por exemplo, seja decretada unicamente em virtude da gravidade do crime, deixando o juiz de citar fatos concretos que a justifique, é inidônea³.

Aprofundamento no tema

De acordo com o entendimento da Suprema Corte, a prisão do art. 594 do Código de Processo Penal não é compulsória nem tem caráter de execução provisória da condenação penal (HC 83.592/RS-STF). Assim, a prisão para apelar é considerada legítima

³ HC 85.583/MG-STF.

e não fere o princípio da presunção de inocência se fundamentada nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal (HC 84.434/SP-STF).

- **Ação penal privada subsidiária:**

Para que o Estado puna um criminoso, é necessário o oferecimento de uma denúncia (Ministério Público) ou uma queixa (lesado ou representante legal). A maioria dos crimes é punível com ação penal pública, que é de competência do Ministério Público. Caso esse órgão fique omissa, a Constituição garante à vítima ou aos representantes legais o direito de ingressar com ação privada em substituição à pública, que é a chamada ação penal privada subsidiária.

AULA 40

Princípio da Publicidade e o Segredo de Justiça

Os atos processuais em um Estado Democrático de Direito como o nosso devem ser públicos. O segredo de justiça só é admissível para a defesa da intimidade ou quando o interesse social o exigir. Por exemplo, as causas de família só podem ser consultadas pelas partes e por seus advogados.

Curiosidade:

A publicidade dos atos judiciais remonta à Constituição de 1824, que determinava, em seu art. 159, que nas causas criminais a inquirição das testemunhas e demais atos do processo, eram, depois da pronúncia, públicos.

AULA 41

Direitos dos Presos

Nossa Carta Maior, de forma humanitária, trouxe uma série de previsões que visam à proteção do preso no Brasil, vejamos:

- Serão os presos separados de acordo com a idade, sexo e gravidade do delito.
- Devem ser respeitados em sua integridade física e moral.
- Presidiárias devem ter condições que possibilitem a permanência com seus filhos durante o período de amamentação.

- Aquele que puder ser identificado por documentos civis não pode ser obrigado a se identificar criminalmente (inclusive por processo datiloscópico e fotográfico), salvo nos casos previstos pela Lei nº 10.054/2000, quais sejam:
 - estiver indiciado ou acusado pela prática de homicídio doloso, crimes contra o patrimônio praticados mediante violência ou grave ameaça, crime de receptação qualificada, crimes contra a liberdade sexual ou crime de falsificação de documento público;
 - houver fundada suspeita de falsificação ou adulteração do documento de identidade;
 - o estado de conservação ou a distância temporal da expedição de documento apresentado impossibilite a completa identificação dos caracteres essenciais;
 - constar de registros policiais o uso de outros nomes ou diferentes qualificações;
 - houver registro de extravio do documento de identidade;
 - o indiciado ou acusado não comprovar, em quarenta e oito horas, sua identificação civil.
- Só poderá ocorrer a prisão nos seguintes casos:
 - flagrante delito, que qualquer um **pode** efetuar (o cidadão comum, diferentemente das autoridades policiais, não é obrigado a efetuar prisões em flagrante);
 - ordem judicial escrita e fundamentada (não basta ordem de delegado de polícia, por exemplo);
 - prisão disciplinar militar;
 - prisão por crime contra o Estado, aplicável somente nos períodos de decretação de Estado de Defesa;
 - prisão civil por dívida.
- Sempre que o juiz perceber que uma prisão é ilegal, determinará o seu imediato relaxamento. Por exemplo, imaginemos que um indivíduo foi preso por incesto. Feita a comunicação, o juiz deve determinar o imediato relaxamento da prisão, já que incesto não é crime no Brasil.

AULA 42

Direitos dos Presos

- Deverá haver pelo menos **duas comunicações** necessárias quando efetivada uma prisão, quais sejam:
 - **ao juiz**, para que verifique se não se trata de uma **prisão ilegal**, dado que se isto for verificado **deverá ser determinado o relaxamento** da prisão, como no caso de,

por exemplo, ser verificado que foi negado o direito à fiança quando, o preso na verdade possuía tal benefício.

- **à família ou à pessoa determinada pelo preso**, para que o preso receba a assistência necessária de seus familiares e de seu advogado. As disposições legais que determinavam a possibilidade de incomunicabilidade do preso não foram recepcionadas pela Constituição Federal de 1988.

- O preso **deve ser informado de seus direitos**, dentre os quais o de permanecer calado. Não se pode, assim, obrigar-se a pessoa presa a confessar ou prestar algum depoimento. A norma do art. 186 do Código de Processo Penal em sua redação original não respeitava tal preceito constitucional, razão pela qual foi considerada não recepcionada pela Constituição atual⁴. Apesar de a Carta Maior se referir aos presos, entende-se que a sistemática constitucional nos leva à conclusão de que essa é uma garantia constitucional de todo cidadão, que não pode, por exemplo, ser obrigado a prestar declaração em depoimento policial no qual seja qualificado como investigado.

- **Ninguém será preso por dívidas (prisão civil), salvo** em dois casos:

- **devedor de obrigações alimentícias** (por exemplo, pensões alimentícias devidas ao filho), quando possua condições de pagá-las. Controvérsia existe no que tange à possibilidade de prisão do devedor de obrigação alimentícia decorrente de ato ilícito, ou seja, a responsabilidade *ex delicto*, que enseja decisões em diversos sentidos nos Tribunais de Justiça.

- **depositário infiel**, que ocorre nos casos em que alguém, seja por determinação **judicial**, seja por **contrato**, fica incumbido de guardar determinado bem móvel de outrem e não o faz de maneira prudente e honesta. Nos casos de contrato de alienação fiduciária (Decreto-Lei nº 911/1969), muito utilizado para a compra de carros ou motos, o alienante (que fica utilizando o bem, enquanto paga as prestações) poderá ser preso caso não pague o empréstimo e não devolva o bem, por ser equiparado a depositário. O pacto de São José da Costa Rica, tratado do qual o Brasil é signatário, não permite esse tipo de prisão. O Supremo Tribunal Federal⁵, porém, sob o fundamento de que o tratado equivale a lei federal ordinária, decidiu que a prisão do alienante fiduciário é possível, visto que a Constituição Federal estaria acima do tratado internacional firmado. O contrato de depósito, porém, não se limita aos casos de alienação fiduciária, sendo utilizado também em diversos outros casos. O depositário judicial, por sua vez, é aquela pessoa que fica incumbida, por determinação de um juiz, de guardar determinado bem até que haja uma decisão judicial definitiva sobre a titularidade ou sobre o direito de posse desse bem.

⁴ HC 83.703/SP-STF.

⁵ HC 72.131/RJ-STF.

- O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial. Essa medida busca evitar o cometimento de abusos pela autoridade, já que, sendo identificadas, poderão ser responsabilizadas nos casos de abuso de autoridade (Lei nº 4.898/1965).

AULA 43

Celeridade Processual

Esse direito fundamental foi inserido na Constituição Federal pela Emenda nº 45/2004, que no art. 5º, LXXVIII, prevê que todos possuem direito a uma razoável duração do processo e de meios que garantam a celeridade de sua tramitação. Tal dispositivo é aplicável tanto aos processos administrativos quanto aos judiciais, que deverão receber uma rápida solução do poder público.

Muito questionável é a utilidade desse dispositivo, dado que faz supor que o problema da demora na solução das lides em nosso Poder Judiciário existe pelo simples fato de não haver, até então, dispositivo que “avisasse” os magistrados a respeito da importância da celeridade no trâmite dos processos. A celeridade processual sempre foi considerada um direito relacionado à própria dignidade da pessoa humana, que implicitamente já vinculava a atividade jurisdicional. Como bem dizia Rui Barbosa: “Justiça tardia não é Justiça”.

Aprofundamento no tema

Um lado positivo da previsão constitucional da celeridade dos processos é a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal vir a declarar inconstitucionais dispositivos legais que venham a ferir tal preceito. Um lado negativo desse instituto é que, por estar previsto na Constituição, passa a ser matéria argüível em recurso extraordinário, abrindo a possibilidade de interposição de novos recursos, o que acabará por tornar ainda mais lenta a máquina judiciária.

Uma outra análise que pode ser feita é a possibilidade de um juiz, utilizando-se do controle difuso, afastar a aplicação, por inconstitucional, de dispositivo processual já existente e que seja incompatível com a celeridade processual. Acredito ser muito remota

tal hipótese, pois exigiria uma discricionariedade muito grande do juiz em escolher qual procedimento adotar, o que acarretaria em possíveis nulidades a serem argüidas em grau de recurso.

Por fim, quanto à aplicabilidade desse instituto, tudo nos leva a crer tratar-se de disposição de eficácia plena, ou seja, que permite sua aplicação independentemente de existência de regulamentação.

Tais questões e tantas outras somente serão solucionadas a partir da interpretação a ser dada pelo Supremo Tribunal Federal, que é o órgão de maior legitimidade para exercer a interpretação da Constituição.

AULA 44

Remédios Constitucionais

No estudo dos direitos e garantias fundamentais, os ditos remédios constitucionais, dentre eles as ações mandamentais, talvez sejam os mais importantes elementos a serem analisados. Como todo remédio, essas ações visam proteger o indivíduo contra alguns males, ou mais propriamente contra o desrespeito a alguns direitos considerados fundamentais, cabendo ao Poder Judiciário seu processamento e julgamento. Vejamos:

- **HABEAS CORPUS**, que em latim significa **corpo livre**, busca em suma proteger o direito líquido e certo, que todos nós temos, de ir e vir. Dessa maneira, é uma ação que será concedida àquele que sofrer ou se sentir ameaçado de sofrer uma coação em seu **direito de locomoção**, tendo as seguintes características:
 - é uma **ação gratuita**, ou seja, ninguém precisa pagar custas ou taxas judiciárias;
 - **qualquer um pode** impetrar (pedir ao judiciário sua apreciação), mesmo os menores de idade, analfabetos, estrangeiros ou pessoas jurídicas. O Ministério Público também pode impetrar essa ação. A inexigibilidade de advogado para sua impetração advém, além do texto constitucional, do previsto no item 6 do art. 7º do Pacto de São José da Costa Rica (tratado internacional do qual o Brasil é signatário), que prevê o seguinte:

Toda pessoa privada da liberdade tem direito a recorrer a um juiz ou tribunal competente, a fim de que este decida, sem demora, sobre a legalidade de sua prisão ou detenção e ordene sua soltura se a prisão ou a detenção forem ilegais. Nos Estados-Partes cujas leis prevêm que toda pessoa que se vir ameaçada de ser privada de sua liberdade tem direito a recorrer a um juiz ou tribunal competente a fim de que este decida sobre a legalidade de tal ameaça, tal recurso não pode ser restringido nem abolido. O recurso pode ser interposto pela própria pessoa ou por outra pessoa.

- Será **preventivo** quando a pessoa se achar ameaçada em sua liberdade e **repressivo** (também chamado liberatório ou corretivo) quando a suposta violência já

estiver ocorrendo. Pode ser concedido até mesmo **de ofício** (sem que qualquer pessoa esteja impetrando a ação), quando o juiz verificar sua conveniência.

Não cabe quando a violência seja legítima, como, por exemplo, uma pessoa sendo presa após um julgamento que determine sua condenação, mas tão-somente quando haja **ilegalidade ou abuso de poder**.

Encontraremos no *habeas corpus* praticamente três “personagens”: o impetrante (quem ajuíza), o paciente (quem sofre a ilegalidade ou abuso de poder) e o coator (quem pratica a ilegalidade ou abuso de poder). O impetrante não precisa ser advogado nem mesmo ser procurador do paciente. O paciente pode ser o próprio impetrante se impetrar HC em sua própria defesa. A pessoa jurídica pode ser impetrante, mas, a princípio, não pode ser paciente, pois não possui direito de locomoção (pessoa jurídica é uma ficção, algo abstrato e que não deve ser confundido com o estabelecimento comercial, que possui desdobramentos físicos, reais).

Pode ser concedida **liminar** no *habeas corpus* se forem preenchidos seus requisitos: “periculum in mora” (risco de dano irreparável) e o “fumus boni iuris” (pedido que parece estar de acordo com o direito).

Contra **prisão disciplinar militar** não cabe *habeas corpus*, salvo para questionar requisitos formais da prisão (ex.: quando a autoridade incompetente).

Aprofundamento no tema

Apesar de o Código de Processo Penal regulamentar o *habeas corpus* como um recurso, a melhor classificação desse remédio é a de **ação**. Todavia, algumas vezes ele pode possuir função recursal, como nos casos de HC concedido para reformar decisão que indefere pedido de liberdade provisória ou de revogação de prisão preventiva.

A nova redação do art. 114 da CF (redação dada pela EC nº 45/2004) trouxe uma inovação que é a possibilidade de julgamento de *habeas corpus* **pela Justiça do Trabalho**, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.

Verificada a **prescrição**, ainda que o recurso interposto perante o tribunal seja intempestivo, cabe deferimento de *habeas corpus* de ofício (AI 544.607-QO/SP).

De acordo com o STF, **não cabe habeas corpus**:

- cujo objeto seja resolver sobre o ônus das custas judiciais (Súmula **395**);
- contra omissão de relator de extradição, se fundado em fato ou direito estrangeiro cuja prova não constava dos autos, nem foi ele provocado a respeito (Súmula **692**);
- contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada (Súmula **693**);
- contra a imposição da pena de exclusão do militar ou de perda de patente ou de função pública (Súmula **694**);
- quando já extinta a pena privativa de liberdade (Súmula **695**).

Uma prática muito comum é a impetração sucessiva de *habeas corpus* nas diversas esferas do Poder Judiciário, até que o Supremo Tribunal Federal seja acionado para julgar o caso. A Súmula **691**-STF, porém, impede tal prática, ao dispor que não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do relator que, em *habeas corpus* requerido a Tribunal Superior, indefere a liminar. Isso evita um desvirtuamento do sistema, já que impede que o STF seja encarado como uma quarta instância do Poder Judiciário, além de impedir uma evidente supressão de instância, já que o julgamento em caráter liminar possui um caráter precário, que muitas vezes não é

mantido quando do julgamento definitivo da causa. Cabe lembrar que há uma grande tendência na relativização da presente Súmula (HC 86.634-MC/RJ e HC 86.864-MC/DF).

Como se pode depreender das súmulas citadas, o STF não permite a utilização do HC contra atos que não firam diretamente o direito de ir e vir. No caso de **suspensão condicional do processo** (caso em que o acusado se submete a algumas condições para não ser processado criminalmente), porém, apesar de não estar preso, o indivíduo sofre uma ameaça ao direito de locomoção, o que justifica a impetração de *habeas corpus*. (HC 85.747/SP-STF)

O art. 648 do Código de Processo Penal traz uma **enumeração** meramente **exemplificativa** (*numerus apertus*) das hipóteses de cabimento do *habeas corpus*. Isso não impede que essa ação seja utilizada em casos não previstos na lei, desde que esteja envolvido o direito de locomoção de qualquer pessoa física. Vejamos quais são os casos nos quais a lei processual prevê o ajuizamento do *habeas corpus*:

- a) quando não houver justa causa;
- b) quando alguém estiver preso por mais tempo do que determina a lei;
- c) quando quem ordenar a coação não tiver competência para fazê-lo;
- d) quando houver cessado o motivo que autorizou a coação;
- e) quando não for alguém admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei a autoriza;
- f) quando o processo for manifestamente nulo;
- g) quando extinta a punibilidade.

A admissibilidade de **recurso ordinário ou extraordinário** da decisão impugnada, ou a mera interposição desses recursos não impedem a impetração de *habeas corpus* (HC 83.346/SP-STF).

AULA 45

Remédios Constitucionais – 2

HABEAS DATA é a ação que visa proteger o direito líquido e certo às **informações** a nós referentes. Assim sendo, seja para **obter** informações referentes a própria pessoa, seja para **retificá-las**, qualquer pessoa pode e deve impetrar *habeas data* junto ao juiz competente⁶.

Trata-se de uma **ação gratuita** (dica: as ações começadas com a palavra *habeas* são gratuitas). O § 1º do art. 1º da Lei nº 9.507/1997 dispõe que :

considera-se de caráter público todo registro ou banco de dados contendo informações que sejam ou que possam ser transmitidas a terceiros ou que não sejam de uso privativo do órgão ou entidade produtora ou depositária das informações.

Dessa disposição legal, deduz-se que o rol de entidades que podem ser abrangidas pelo HD não é restrito a órgãos públicos, pertencentes à Administração Pública.

A presente ação possui uma tripla finalidade. Será concedida, portanto:

⁶ Banco Central – Técnico – FCC – 2006.

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

c) para a anotação nos assentamentos do interessado, de contestação ou explicação sobre dado verdadeiro, mas justificável, e que esteja sob pendência judicial ou amigável.

O impetrante pode ser uma pessoa física (natural) ou uma pessoa jurídica, nacional ou estrangeira.

Não é possível a utilização do HD para acesso, retificação ou anotação relacionados a informações de terceiros, já que se trata de uma ação de caráter personalíssimo, que somente abrange as informações pessoais do impetrante. Sobre o tema relativo ao HD perante dados sigilosos, vide tópico relacionado ao direito de informação.

Ponto muito importante e muito cobrado é a diferenciação relacionada aos casos de cabimento do *habeas data* e do mandado de segurança. Devemos ter sempre em mente que, quando o direito a informação adquirir um caráter público, não será cabível o HD, mas sim, o MS. Por exemplo, o direito de receber informações de órgãos públicos (art. 5º, XXXIII, da CF/1988) e o de obter certidões (art. 5º, XXXIV, b, da CF/1988) podem atingir informação de caráter público, não necessariamente pessoal (lista de aprovados em um concurso, p. ex.) o que nos remete à ação de mandado de segurança, que serve para proteger o direito líquido e certo à informação.

Aprofundamento no tema

1) Só caberá o *habeas data* quando houver recusa a anterior pedido feito de acesso (o impetrado possui prazo de 10 dias), de retificação de ou anotação (prazo de 15 dias). Pergunta-se: qual é a razão desse requisito? Exigir que o indivíduo ingresse com pedido administrativo antes de ingressar com a ação judicial não fere o direito ao amplo acesso ao Judiciário? Não, já que, como qualquer ação, uma das condições de admissibilidade do HD é a existência de interesse de agir, que só será constatado com a prova do indeferimento do pedido de informações. Se não houver tal prova, haverá a carência da ação constitucional de *habeas data* (RHD 22/DF-STF).

2) A simples menção de nomes de pessoas prestado em depoimento perante comissão parlamentar de inquérito, por exemplo, não é capaz de gerar direito público subjetivo à proteção do *habeas data* por parte das pessoas indicadas. É necessário provar que há prejuízo para as partes citadas para fazer uso do *habeas data*, sob pena de que qualquer pessoa tivesse acesso a dados sigilosos colhidos na investigação pelo simples fato de ter sido citada em depoimento (HD 71/DF-STF).

AULA 46

Remédios Constitucionais – 3

MANDADO DE SEGURANÇA é a ação mandamental genérica, isto é, visa proteger **quaisquer direitos líquidos e certos que não o direito de locomoção e o direito aos dados pessoais**. É, digamos, para os remédios constitucionais, o que o coringa é para o jogo de baralho, visto que serve para defender quaisquer direitos líquidos e certos, quando ameaçados por ilegalidade ou abuso de poder exercido por autoridade pública, salvo se couber *habeas corpus* ou *habeas data*, caso em que estes devem ser usados.

Denomina-se direito líquido e certo aquele direito sob o qual não paira nenhuma dúvida, por exemplo, ninguém tem dúvida de que possui o direito à vida, que é um direito líquido e certo. Em outras palavras, esses direitos são os claramente delimitados quanto à sua extensão, existência e aplicabilidade. Pode-se dizer que o direito líquido e certo é também aquele direito que não exige outra prova que não seja a documental. Em outras palavras, trata-se do direito que não exige prova pericial ou testemunhal.

O Mandado de Segurança deve ser impetrado até o prazo de 120 (cento e vinte) dias do ato por meio do qual a autoridade fere o direito líquido e certo por ilegalidade ou abuso de poder (art. 18 da Lei nº 1.533/1951). Quando houver uma prestação de trato sucessivo, como, por exemplo, uma vantagem pecuniária de servidor público, o prazo decadencial é contado a partir de cada novo ato, salvo se houver rejeição expressa da pretensão pela autoridade da pretensão pela autoridade coatora. Assim, se a Administração simplesmente parou de pagar uma parcela remuneratória, entende-se que a ilegalidade se renova mês a mês (RMS 24.736).

É admitida a concessão de liminar em MS.

AULA 47

Remédios Constitucionais – 4

O Mandado de Segurança pode ser impetrado de **forma coletiva** em dois casos:

- por Partido Político, desde que possua pelo menos um deputado ou um senador no Congresso Nacional;
- por organização sindical, entidade de classe ou associação, na defesa dos interesses de seus membros ou associados, sendo exigido que a associação já exista a pelo menos um ano.

A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe independe de autorização de seus associados (Súmula 629-STF) e pode ser utilizada para a defesa dos interesses de apenas uma parte da categoria (Súmula 630-STF).

Aprofundamento no tema

Na Justiça do Trabalho, pode ser concedida a tutela antecipada nos processos em que o juiz verifique que há fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu. A decisão que concede a tutela é decisão interlocutória. Como no processo do trabalho as decisões interlocutórias só podem ser impugnadas quando proferida a sentença, cabe, se a decisão concessória ferir direito líquido e certo, mandado de segurança.

De acordo com o Supremo Tribunal Federal, o instrumento adequado para se pleitear o fornecimento, por certidão, do nome dos autores de denúncias formuladas contra um indivíduo (ou seja: “quero saber quem está me acusando”) é o mandado de segurança, e não o *habeas data* (RMS 24.617/DF-STF).

Apesar de possuir natureza jurídica de ação constitucional de natureza civil, o mandado de segurança pode voltar-se contra ato de jurisdição penal. Sua utilização está restrita aos casos nos quais não seja cabível o HC ou o HD. Assim sendo, o cabimento do mandado de segurança em matéria criminal pressupõe a impossibilidade de reparação do dano pelos remédios processuais já existentes, ou ainda a necessidade de atribuição de efeito suspensivo a recurso.

O mandado de segurança não deve servir de substituto da ação direta de constitucionalidade, julgada pelo Supremo Tribunal Federal com a finalidade de analisar a constitucionalidade da lei em tese, o que se denomina controle abstrato de constitucionalidade. A Súmula 266-STF dispõe expressamente que não cabe mandado de segurança contra lei em tese. Assim, a utilização do mandado de segurança com a finalidade de exercer controle de constitucionalidade se limita aos casos de violação concreta da constituição.

AULA 48

Remédios Constitucionais – 5

MANDADO DE INJUNÇÃO é a ação que busca persuadir o Poder Legislativo ou alguma autoridade que possua poderes normativos a criar normas que regulamentem direitos e liberdades constitucionais, bem como prerrogativas referentes à nacionalidade, soberania e cidadania. Por exemplo, se a Constituição diz que todos têm direito a seguro desemprego, mas o Legislativo não regulamenta, ou seja, não estipula como, quando e quanto se deve pagar, qualquer um que se veja impossibilitado de exercer esse direito pode impetrar Mandado de Injunção para que o **Judiciário supra a omissão, tendo em vista o caráter mandamental da ação**. Em alguns casos os outros poderes também poderão estar omissos, como no caso de lei não editada e que seja de iniciativa privativa do presidente da República. Nesse caso um MI pode ser ajuizado contra o chefe do Poder Executivo.

O mandado de injunção consubstancia o que chamamos **controle concreto de constitucionalidade por omissão**, já que analisa se o constituinte está, em um caso concreto, se omitindo de legislar. Devemos ressaltar que essa ação não tinha muito efeito prático, já que pelo princípio da separação dos poderes, que estudaremos mais à frente, o Poder Judiciário entendia que não podia intervir na atividade do Poder Legislativo, limitando-se, portanto, no caso de provimento da ação a comunicar o poder omissor.

Esse posicionamento mudou a partir do julgamento do MI 721/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, em 30 de agosto de 2007, ocasião na qual o Supremo Tribunal Federal entendeu que o mandado de injunção possuía um caráter mandamental, e não apenas declaratório, razão pela qual teria o condão de conceder o direito que estaria sendo obstado pela falta de norma regulamentadora. No caso concreto, tratava-se de MI impetrado contra o Presidente

da República, por servidora pública, no qual se pleiteava a concessão de aposentadoria especial, na forma do art. 40, § 4º, da Constituição Federal. O Supremo Tribunal Federal, então, concluindo pela existência de mora na regulamentação do dispositivo, concedeu o direito à aposentadoria especial nos moldes da Lei 8.213/91, que disciplina o regime geral de previdência social. Um aspecto muito importante que foi considerado nesse precedente foi a eficácia imediata dos direitos fundamentais, preconizada pelo § 1º do art. 5º da Constituição Federal.

Alexandre de Moraes define diversas correntes existentes dentre aqueles que tentaram definir os efeitos do mandado de injunção. Para os adeptos da posição concretista, o mandado de injunção teria o efeito de declarar a existência da omissão e implementar, desde logo, o direito previsto na Constituição Federal. A posição concretista, por sua vez, é dividida em concretista geral ou individual. Para a concretista geral, competiria ao Poder Judiciário determinar a regulamentação do dispositivo constitucional a ser aplicada em todos os casos semelhantes, independentemente de impetração de mandado de injunção, ou seja, com efeito “erga omnes”. Segunda a concretista individual, o Judiciário apenas deveria dispor sobre o direito do impetrante, sem formular regras gerais.

Surge, ainda, uma subdivisão da teoria concretista individual. Segundo o autor ela pode ser direta ou intermediária. Seria direta quando se entende que o Judiciário, verificando a omissão deve, desde logo, implementar o direito requerido. Pela Intermediária, porém, caberia ao Poder Judiciário, antes de dizer o direito aplicável ao caso concreto, conceder um prazo ao órgão ou autoridade omissa para regulamentação.

Por fim, segundo a posição não-concretista, o mandado de injunção teria apenas um caráter declaratório, levando o Judiciário a cientificar o poder omissor sobre a sua mora legislativa.

Apesar de possuir semelhanças com a ADI por omissão (que será estudada posteriormente), dela se difere, tendo em vista que se trata de sistema diverso de controle de constitucionalidade.

É admitida, jurisprudencialmente, a interposição de mandado de injunção coletivo.

MI 168/RS-STF

MI 472/DF-STF

AULA 49

Remédios Constitucionais – 6

Ação popular

É assegurado a todos os cidadãos o direito de mover uma ação popular, visando proteger a moralidade da administração, o meio ambiente e o patrimônio histórico e cultural. O principal requisito para que seja movida essa ação é que seu autor seja cidadão brasileiro (com capacidade eleitoral ativa) ou por um português equiparado (quase-nacionalidade). Essa será uma ação gratuita, ou seja, sem cobrança de custas ou honorários advocatícios, desde que não seja comprovada a má-fé do autor. Essa previsão de cobrança de custas, no caso de má-fé, tem o intuito de impedir o ajuizamento de ações

populares sem que realmente existam atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa.

Aprofundamento no tema

A ação popular é um importante instrumento de defesa dos interesses difusos pela sociedade e é considerada por muitos como uma forma de exercício direto da democracia. Pessoa jurídica não tem legitimidade ativa (para ajuizar) para ação popular (Súmula 365-STF).

Para se ajuizar a ação popular não é necessário que já exista o dano, podendo ser ajuizada de forma preventiva, para evitar o dano (AO 506-QO/AC-STF). Essa ação, porém, não poderá ser utilizada contra atos de conteúdo jurisdicional (sentença, por exemplo), já que não possuem caráter administrativo (Pet 2.018-AgR/SP).

AULA 50

Direito de petição

O direito de petição pode cumprir duas finalidades: defesa de direito próprio (ou alheio) ou para “denunciar” atos ilegais ou abusivos praticados contra autoridade pública (direito de representação). Sua origem deriva do direito anglo-saxão (*right of petition*), abrange a proteção a direitos individuais ou coletivos e assume a forma escrita.

Será sempre exercido independentemente do pagamento de taxas (entende-se que abrange qualquer valor, em sentido amplo, não se referindo, portanto, ao conceito de taxa apenas como espécie de tributo).

Direito de certidão

É o direito que o particular tem de exigir que a Administração Pública expeça um documento provando fato para a defesa de um interesse legítimo. Essa certidão terá fé pública, ou seja, presunção de legitimidade.

Não será expedida certidão sobre fato acobertado pelo sigilo. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias para expedir o documento (Lei nº 9.051/1995). Também será gratuito, sem recolhimento de taxas.

Gratuidades previstas na Constituição

Aos reconhecidamente pobres ou que provarem a **insuficiência de recursos**, dependendo do caso, é garantida:

- **Registro Civil de Nascimento;**

- **Certidão de Óbito.**
- **Assistência Jurídica integral e gratuita;**

Para que tenha acesso à assistência jurídica integral, que envolve não apenas a gratuidade de taxas, mas também a assistência da defensoria pública, deve o requerente comprovar sua insuficiência de recursos a demonstrar a impossibilidade de custear o processo judicial sem prejudicar sua subsistência. A assistência jurídica gratuita pode ser concedida até mesmo a pessoas jurídicas, desde que demonstrem estar em má situação financeira que a impossibilite de custear o processo judicial (Rcl 1.905-ED-AgR/SP) e, por ser integral, engloba também outros elementos necessários à proteção judicial, como exames de DNA⁷.

Embora o registro civil de nascimento e a certidão de óbito tenham recebido, como decorrência de problemas de ordem prática, total gratuidade segundo a legislação infraconstitucional, registre-se que a Carta maior apenas aplica tal benefício aos reconhecidamente pobres.

Os *habeas corpus* e os *habeas data* sempre são gratuitos, como já havíamos analisado anteriormente, independentemente da condição social dos impetrantes. Os atos necessários ao exercício da cidadania, como o título de eleitor ou o ato de votar, por exemplo, também serão gratuitos, independentemente de comprovação da insuficiência de recursos ou da pobreza.

AULA 51

Direitos Sociais

Dedica a Constituição um capítulo inteiro aos direitos sociais, quais sejam, a **educação**, a **saúde**, a **alimentação**, o **trabalho**, a **moradia**, o **lazer**, a **segurança**, a **previdência social**, a proteção à **maternidade** e à **infância** e a **assistência aos desamparados**. Esses direitos aqui delineados possuem um caráter protetivo, assistencial. Trata-se dos direitos fundamentais predominantemente de segunda geração (introduzidos em nosso país com a política social do Estado Novo, adotada na Era Vargas - 1934) e que são relacionados também no Título VIII do texto constitucional. Cabe frisar que nem todos os direitos sociais estão previsto no Capítulo II do Título da Constituição Federal, sendo possível encontrá-los em todo o texto constitucional. Não se trata, portanto, de um rol exaustivo.

Jurisprudência do STF

⁷ RE 207.732/MS.

Questão tormentosa que hoje se apresenta é aquela relativa à possibilidade de se limitar a efetividade dos direitos fundamentais em nome do **princípio da reserva do possível**. Em outras palavras, isso resulta em saber se o Estado pode deixar de cumprir com seu papel de garantir os direitos sociais à população sob a alegação de que não possui recursos materiais para tanto.

Sobre essa mudança de paradigma, o Supremo Tribunal Federal vem expedindo alguns pronunciamentos no sentido de que o Estado não pode deixar de atender à população sob a alegação de que não possui receita orçamentária. A maioria dos casos se relaciona à atuação do Estado na área da Saúde, nos quais o Tribunal tem julgado procedentes recursos interpostos com o objetivo de se autorizar a compra de medicamentos. É o caso do RE 393.175/RS-STF, do qual pedimos licença para transcrever brilhante pronunciamento do Ministro Celso de Mello, relator:

***Cumpre não perder de perspectiva** que o direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à **generalidade** das pessoas pela própria Constituição da República. Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade **deve** velar, **de maneira responsável**, o Poder Público, a quem incumbe formular - **e implementar** - políticas sociais e econômicas **que visem a garantir**, aos cidadãos, o acesso universal e igualitário à assistência médico-hospitalar.*

***O caráter programático** da regra inscrita no art. 196 da Carta Política - que tem por destinatários **todos** os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro (JOSÉ CRETELLA JÚNIOR, “**Comentários à Constituição de 1988**”, vol. VIII/4332-4334, item n. 181, 1993, Forense Universitária) - **não pode converter-se em promessa constitucional inconsequente, sob pena** de o Poder Público, **fraudando** justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, **de maneira ilegítima**, o cumprimento de **seu** impostergável dever, por um gesto **irresponsável** de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado.*

Conforme estudamos, o Brasil terá como um de seus fundamentos a busca da função social do trabalho e, para tanto, prevê a Constituição Federal alguns direitos do trabalhador. Os direitos dos trabalhadores podem ser divididos em duas categorias: direitos individuais e direitos coletivos do trabalho. Os trabalhadores urbanos e rurais são tratados de forma igualitária, sendo que a maioria dos seus direitos individuais está descrita no art. 7º da CF, que passaremos a estudar.

AULA 52

Isonomia Trabalhista



A Constituição Federal se preocupou com a discriminação entre os trabalhadores que apresentam formas diferentes de contratos. Sendo assim, cuidou o texto de impor o tratamento igualitário entre os trabalhadores:

- urbanos e rurais;
- portadores de deficiência;
- manual, técnico e intelectual;
- com vínculo empregatício permanente e trabalhador avulso;

Não pode, ainda, haver diferenças por motivos de sexo, idade, cor ou estado civil.

AULA 53

Proteção da Relação de Trabalho

• **Proteção contra a despedida arbitrária** ou sem justa causa, prevendo, para tanto, uma indenização a ser paga ao trabalhador, prevista em lei complementar. Atualmente, uma indenização compensatória imposta ao empregador que age dessa forma é a multa de 40% sobre o saldo do FGTS do trabalhador, autorizada pelo art. 10 do ADCT.

Aprofundamento do Tema:

Em respeito à garantia constitucional contra a despedida arbitrária, o STF decidiu que a aposentadoria espontânea pode ou não ser acompanhada do afastamento do empregado de seu trabalho. Assim, só se pode falar em readmissão quando o trabalhador aposentado encerra a relação anterior de trabalho e posteriormente inicia outra, porque, caso contrário, haverá continuidade do trabalho⁸.

- **Seguro desemprego** - no caso de despedida involuntária do trabalhador.
- **Aviso prévio proporcional**, no mínimo de 30 (trinta) dias, antes da dispensa sem justa causa ou da demissão a pedido do empregado (por falta de regulamentação essa proporcionalidade ainda não é aplicada, valendo o aviso de 30 (trinta) dias independentemente do tempo de serviço do empregado).

⁸ RE 449.420/PR-STF.

- **Proteção em face da automação** – a evolução de ramos da ciência, tal qual a mecatrônica, pode levar a uma demissão em massa (exemplo: uso de catracas eletrônicas em ônibus coletivos). Deve o Estado cuidar para que os trabalhadores se preparem para as novas tecnologias e não se tornem “obsoletos” no mercado de trabalho.

AULA 54

Prestações Pecuniárias

- **FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**, visando principalmente à conquista da casa própria, pelo trabalhador. Há também outras hipóteses de resgate do FGTS previstas em lei.

Aprofundamento no tema

É da competência da Justiça Comum autorizar o levantamento do FGTS e PIS/PASEP em razão do falecimento do titular da conta.

- **Salário mínimo, fixado em lei e nacionalmente unificado.** Mesmo aqueles que recebem remuneração variável, como, por exemplo, aqueles que recebem por comissão, não podem receber nunca salário inferior ao mínimo.

O salário mínimo deve ter aumentos periódicos, de modo a manter seu poder aquisitivo. Trata-se de matéria passível de regulamentação por meio de medida provisória.

Deve o salário mínimo atender às necessidades básicas do trabalhador e de sua família.

A economia não pode ser indexada ao salário mínimo. Em outras palavras, o salário mínimo só pode servir de referência a salários, sendo inconstitucional, por exemplo, que um eletrodoméstico seja vendido com prestações reajustadas com base no aumento do salário mínimo. Isso evita que os reajustes periódicos deixem de surtir efeitos reais, já que ao mesmo tempo em que o salário mínimo aumentasse toda a economia sofreria um fenômeno inflacionário automático.

A proibição de vinculação ao salário mínimo não impede que ele seja utilizado como base de cálculo da percentagem do adicional de insalubridade⁹. Nada impede também que pensões, estipuladas em virtude de ato ilícito (morte de um pai de família, por exemplo),

⁹ RE 458.802/MG-STF.

sejam fixadas com base no salário mínimo, já que essas prestações buscam satisfazer as necessidades básicas tratadas pelo art. 7º, IV, da CF. Então se alguém atropela um trabalhador, pode ser obrigado a pagar um salário mínimo à viúva, durante o prazo provável em que a vítima teria de sobreviver, sem que isso signifique ofensa à proibição de vinculação ao salário mínimo¹⁰.

- **Piso salarial** - é aquele valor considerado como o mínimo a ser pago por determinada empresa. Não deve ser confundido com o salário mínimo profissional.

- **Irredutibilidade do salário**, sendo que não é possível ao empregador diminuir o salário, salvo em convenção ou acordo coletivo, que são acordos firmados entre os trabalhadores/sindicatos e o empregador ou entre os sindicatos patronais e os sindicatos dos trabalhadores.

AULA 55

Prestações Pecuniárias – 2

Décimo terceiro salário

- **Remuneração do trabalho noturno superior ao diurno.** Para cumprir tal determinação a legislação infraconstitucional prevê, além de um percentual a mais no salário daquele que trabalha no período noturno, também uma redução na contagem da hora trabalhada, que se reduz a 52 minutos e 30 segundos.

- **Proteção contra a retenção dolosa do salário**, constituindo crime o não-pagamento sem justificativa. Proíbem-se, assim, descontos no salário que não sejam autorizados pelos trabalhadores. No caso de a empresa estar passando por sérios problemas financeiros, o não-pagamento do salário pode não ser doloso, e sim, culposo, não constituindo crime.

- **Participação nos lucros e na gestão da empresa**, sendo esta última excepcional.

- **Salário-família**, pago por cada dependente do trabalhador de baixa renda.
- Remuneração das **horas extras** em pelo menos cinquenta por cento a mais do que a hora normal.

¹⁰ AI 518.831/GO-STF.

- Remuneração paga em virtude de **férias**, na monta de 1/3 (um terço) do salário normal.
- Pagamento de adicional para as atividades penosas (que exigem muito esforço do trabalhador), insalubres (que oferecem risco à saúde do trabalhador) ou perigosas (que apresentam risco de vida ao trabalhador).

AULA 56

Jornada de Trabalho

- **Jornada de trabalho** não superior a oito horas diárias de forma a não ultrapassar quarenta e quatro horas semanais. Essa jornada pode ser compensada ou reduzida desde que haja acordo ou convenção coletiva. O **turno ininterrupto de revezamento**, hipótese na qual o empregado não desfruta do intervalo intrajornada, exige jornada de trabalho máxima de seis horas, salvo negociação coletiva. O STF, no julgamento do RE 205.815/RS firmou o entendimento de que o fato de a empresa conceder intervalo para descanso e refeição não descaracteriza o turno ininterrupto de revezamento, com direito à jornada de seis horas prevista no art. 7º, XIV, da Constituição Federal. (Obs.: Devemos ter cuidado para não confundir tal jornada com a jornada dos servidores públicos, que possui diferencial dependendo do regime jurídico adotado.)
- **Repouso Semanal Remunerado.** Tal repouso deve ser concedido preferencialmente aos domingos.
- **Férias** anuais remuneradas, com o pagamento de um adicional correspondente a 1/3 do salário normal.

AULA 57

Proteção à Saúde do Trabalhador



- **Licença gestante**, com garantia de manutenção do emprego e do salário, pelo período de 120 (cento e vinte) dias e **licença-paternidade** de acordo com o que a lei estabelecer, que é atualmente de 5 (cinco) dias.

- **Redução dos riscos de acidentes de trabalho**, utilizando-se de medidas eficazes na prevenção de acidentes e de doenças profissionais.

- **Seguro contra acidentes de trabalho**, que deverá ser pago pelo empregador, sem que isso exclua a possibilidade de responsabilização quando houver culpa deste no acidente.

AULA 58

Prescrição Trabalhista

- A prescrição resulta da perda de uma pretensão em virtude da inércia de seu titular. O direito de ação, para receber créditos trabalhistas, existe desde que o empregado busque a proteção jurisdicional no prazo de 5 (cinco) anos após o surgimento do direito reclamado, limitado tal prazo a 2 (dois) anos após o término do contrato de trabalho. Anteriormente havia uma diferenciação para o prazo prescricional dos trabalhadores rurais, porém, com a Emenda Constitucional nº 28/2000, o prazo passou a ser único para os trabalhadores urbanos e rurais.

AULA 59

Maioridade Trabalhista

- Os menores de 18 não podem exercer trabalho noturno, perigoso ou insalubre. Por lei também é vedada a atividade penosa ao menor. Os menores de 16 só podem trabalhar desde que na condição de aprendizes, que é um contrato de trabalho específico no qual o indivíduo recebe um programa de profissionalização. Por fim, os menores de 14 anos não podem exercer nenhum trabalho.

Em resumo, temos o seguinte quadro.

Menores de 18 anos	Menores de 16 anos	Menores de 14 anos
Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre	Somente podem exercer trabalho na condição de aprendiz	Não podem exercer atividade laborativa

AULA 60

Outros Direitos

- **Incentivo ao mercado de trabalho da mulher.**
- **Aposentadoria**, desde que preenchidos os critérios previstos na legislação.
- Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em **creches e pré-escolas**.

• Os trabalhadores domésticos, que são aqueles que prestam “serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa a pessoa ou família, no âmbito residencial” (Lei nº 5.859/1972), como os cozinheiros, jardineiros, motoristas ou mordomos, apenas possuem direito a salário mínimo, irredutibilidade de salários, décimo terceiro salário, repouso semanal remunerado, férias anuais remuneradas, licença à gestante, licença-paternidade, aviso prévio, aposentadoria e, por fim, inclusão na previdência social, não cabendo, porém, nenhum outro direito conferido pela Constituição aos trabalhadores em geral. Cabe ressaltar que apesar da previsão de licença gestante, não existe para os empregados domésticos direito de estabilidade da gestante, conferida aos demais trabalhadores.

O rol de direitos aqui apresentado é meramente exemplificativo, sendo que outros podem ser previstos na própria Constituição ou pela legislação infraconstitucional. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal julgou constitucional o art. 118 da Lei nº 8.213/1991, que garante a manutenção do contrato de trabalho, em caso de acidente de trabalho, pelo prazo mínimo de doze meses. (ADI 639/DF-STF)

AULA 61

Sindicatos

Em nosso país é livre a associação profissional ou sindical, constituindo essa uma importante prescrição em relação aos direitos sociais. Assim, seria inconstitucional a estipulação por meio da legislação de restrições à liberdade de criação de sindicatos ou associação profissional. Isso não significa, porém, que não existam na Constituição inúmeras restrições à sua atuação. O texto constitucional, por exemplo, estipula que



somente é permitida a criação de uma organização sindical, para cada categoria profissional ou econômica, em cada base territorial, que nunca será inferior à área de um Município. Não existe, portanto, concorrência entre sindicatos, já que cada trabalhador estará vinculado a uma categoria, que, por sua vez, terá um único sindicato na base territorial. Os sindicatos não dependem de autorização do Estado para sua fundação, porém a Constituição impõe que sejam registrados no órgão competente. Dispõem, assim, de direito de auto-organização, que impede a interferência e a intervenção estatal na organização sindical.

Além da liberdade de serem criados, os trabalhadores também são livres para decidir se serão ou não inscritos nos quadros do sindicato. Mesmo que não inscrito no sindicato o trabalhador possui direito de ser protegido por essa instituição. A filiação ao sindicato trás algumas prerrogativas como, por exemplo, a utilização de serviços assistenciais (clubes, planos de saúde, etc.) e o exercício do direito de voto nas eleições internas.

AULA 62

Sindicatos – 2

A finalidade do sindicato é a defesa dos interesses da categoria, razão pela qual é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho. Essa defesa de direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria envolve tanto questões judiciais quanto administrativas. Na defesa no âmbito judicial, os sindicatos exercem o que se denomina direito de substituição processual, no qual se defende em nome próprio direito alheio. A substituição processual é feita sem a necessidade de autorização de seus filiados ou dos integrantes da categoria. Tal prerrogativa é denominada substituição processual. Inicialmente, no tema, surgiram duas correntes. A primeira entendia que os sindicatos poderiam defender interesses coletivos (supra-individuais) e individuais homogêneos, mas não teria a capacidade de executar a sentença, papel esse que caberia individualmente aos beneficiados. A segunda corrente, mais ampliativa, defendia a possibilidade ampla de os sindicatos defenderem os interesses da categoria. No julgamento do RE 210.029-STF, a Suprema Corte, em votação por maioria, definiu a prevalência em nosso país da segunda corrente, findando, assim, a discussão a respeito da amplitude do art. 8º, III, da CF. De acordo com o Supremo Tribunal Federal o art. 8º, III, da CF, assegura ampla legitimidade ativa *ad causam* dos sindicatos como substitutos processuais das categorias que representam na defesa de direitos e interesses coletivos ou individuais de seus integrantes.

A contribuição confederativa/assistencial, para a manutenção do sistema confederativo, será fixada em assembléia e se mostra facultativa aos trabalhadores da categoria. Essa não se confunde, porém, com a contribuição sindical ou imposto sindical fixado em lei e de pagamento obrigatório por todos aqueles que integram a categoria.

Os aposentados têm direito de votar e serem votados nas organizações sindicais. A Carta Maior traz ainda a estabilidade sindical, que significa que o empregado sindicalizado não pode ser dispensado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave.

AULA 63

Nacionalidade

Nacionalidade é o laço de caráter político e jurídico que liga um indivíduo a um determinado Estado, de forma a qualificá-lo como parte integrante do povo. Esse laço impõe muitos direitos e muitos deveres àqueles que o integram. Tais definições são bem sintetizadas nas palavras de Alexandre de Moraes, segundo o qual a nacionalidade é o “vínculo jurídico político que liga um indivíduo a um certo e determinado Estado, fazendo deste indivíduo um componente do povo, da dimensão pessoal deste Estado, capacitando-o a exigir sua proteção e sujeitando-o ao cumprimento de deveres impostos”.

AULA 64

Origem e Critérios para Nacionalidade

A nacionalidade pode ser adquirida por um critério territorial ou por critério hereditário. No primeiro caso, trata-se do *ius soli*, hipótese na qual se adquire uma nacionalidade em virtude do nascimento dentro do território de determinado Estado. Por outro lado, a aquisição de uma determinada nacionalidade pode decorrer da nacionalidade dos pais do indivíduo, caso em que teremos um direito transferido de maneira consangüínea, o que a doutrina denomina *ius sanguinis*.

Na maioria dos países, os critérios utilizados para a concessão do vínculo da nacionalidade combinam os critérios consangüíneo e territorial, como no caso do Brasil, que veremos adiante.

Cabe notar que o Direito Constitucional tem um caráter histórico muito marcante, decorrente de sua evolução gradativa nos negócios do Estado. Dessa maneira, conseguimos perceber fatores históricos que influenciam demasiadamente na adoção dos critérios de nacionalidade. Por exemplo, em países que tiveram forte movimento emigratório ou que apresentam baixa densidade demográfica, percebe-se uma tendência à adoção do critério do *ius sanguinis* (ex.: Itália e Japão). Em outros, porém, que recebem um grande contingente de imigrantes ou que possuem alta densidade demográfica, nota-se que o critério do *ius soli* ganha mais força (ex.: Estados Unidos da América do Norte).

Polipátridas e apátridas

É possível que uma pessoa possua mais de uma nacionalidade. Trata-se do polipátrida, indivíduo que adquire, seja de forma primária ou de forma secundária, nacionalidades diversas. No caso do Brasil, a hipótese de dupla nacionalidade está prevista no art. 12, § 4º, II, que estudaremos a seguir.

Há, ainda, os apátridas, também chamados “heimatlos”. Tal situação ocorrerá, por exemplo, no caso de os pais possuírem a nacionalidade de um país que adota exclusivamente o critério do *ius soli* e que tenham seu filho em um país que apenas aceita o *ius sanguinis*. A criança não possuirá a nacionalidade do país de origem de seus pais, nem a nacionalidade do país em que nasceu. O art. 15 da Declaração Universal dos Direitos Humanos estatui que todos têm direito a uma nacionalidade e proíbe que as pessoas sejam privadas de sua nacionalidade ou que sejam obrigados a mudar a nacionalidade de forma arbitrária.

AULA 65

Espécies de Nacionalidade

A nacionalidade primária ou originária é aquela que resulta do nascimento, por mais que o reconhecimento seja posterior. Em nosso país, denominamos nato aquele que possui esse tipo de nacionalidade. Outra espécie de nacionalidade é a secundária, derivada ou adquirida, que se forma após o nascimento do indivíduo. Nesse caso, os brasileiros são denominados naturalizados.

AULA 66

Formas de Aquisição de Nacionalidade no Brasil

1. Primária (brasileiros natos):

No Brasil, a Constituição denominou natos aqueles brasileiros que adquirem a nacionalidade primária. A nacionalidade primária pode ser estabelecida pelo “ius soli” (critério territorial), que é aquele determinado pelo local de nascimento, ou pelo “ius sanguinis” (critério hereditário), quando a aquisição se dá pela ascendência, ou seja, pelo sangue.

São Brasileiros Natos:

1º caso:

- Nascidos no Brasil;
- Excetuam-se os filhos de pais estrangeiros a serviço de seu país de origem.

2º caso:

- Nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiro (não importa se nato ou naturalizado), a serviço do Brasil. Por exemplo, o filho de uma diplomata brasileira a serviço em Cuba.

3º caso:

- Nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, desde que;
- sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil;
- optem, em qualquer tempo, após atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira. A jurisprudência do STF diz que, nesse caso, a nacionalidade é primária, pois existe desde o nascimento, ficando apenas sujeita a uma condição para o seu implemento.

Segundo o Supremo Tribunal Federal, a opção pela nacionalidade tem caráter personalíssimo (só pode ser exercida pelo titular do direito), só podendo ser exercida quando o indivíduo adquirir a capacidade civil (ou seja, o menor não pode ser representado ou assistido pelos pais para exercer a opção). Assim sendo, depois de atingir a maioridade civil, a opção passa a ser condição suspensiva da nacionalidade brasileira (ou seja, o direito só vale a partir do implemento da condição). Portanto, o menor, antes da opção, é brasileiro nato, sendo que, após a maioridade, a opção passa a constituir condição para a continuidade do vínculo do indivíduo com o Brasil[1]. A necessidade da maioridade para a realização da opção foi positivada pela Emenda Constitucional 54/2007, que inseriu, ainda a possibilidade de registro em repartição brasileira no exterior.

A redação original do art. 12, I, “a”, da Constituição Federal era a seguinte: “os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam

registrados em repartição brasileira competente, ou venham a residir na República Federativa do Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira”. Com a emenda constitucional de revisão 3/1994, passou-se à seguinte redação: “os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira”. Eliminou-se, assim, a possibilidade de registro em repartição brasileira no exterior e retirou-se a necessidade de a residência no Brasil se estabelecer antes da maioridade. Com a emenda 54/2007, o art. 12, I, c, da Constituição Federal ficou assim redigido: “os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira”.

A primeira crítica que se faz refere-se à redação do dispositivo decorre do fato de permitir uma dupla interpretação. Não é possível saber, com certo grau de certeza, se os requisitos da residência no Brasil e do requerimento da nacionalidade referem-se apenas aos que venham a residir no Brasil ou se referem-se também aos registrados no órgão competente. Imaginemos a seguinte frase: “Eu perdooarei meu marido se ele me der um carro de presente ou trouxer flores e me pedir de joelhos o perdão. Ora, será que o marido será obrigado a implorar de joelhos somente se trouxer flores ou também será obrigado a tanto se comprar um carro? A frase, salvo melhor juízo, permite as duas interpretações. Esse é o mesmo problema verificado na redação da emenda constitucional 54/2007.

Fazendo uma leitura paralela entre o atual dispositivo e sua a redação original, chegar-se-ia à conclusão de que o requerimento após a maioridade será exigido tanto daquele que obtenha o registro no consulado, quanto daquele que venha a residir no Brasil. Isso, porque o legislador constituinte, quando quis limitar o requerimento aos que viessem a residir no País, fez inserir uma vírgula após a possibilidade de registro na repartição brasileira. Na redação atual, a vírgula foi suprimida, o que daria a entender que o requerimento passou a ser uma exigência aplicada às duas hipóteses. Essa seria a interpretação gramaticalmente correta.

Ocorre que a mesma EC 54/2007 inseriu o seguinte dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

"Art. 95. Os nascidos no estrangeiro entre 7 de junho de 1994 e a data da promulgação desta Emenda Constitucional, filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira, poderão ser registrados em repartição diplomática ou consular brasileira competente ou em ofício de registro, se vierem a residir na República Federativa do Brasil."

A leitura do dispositivo acima faz cair por terra a conclusão a que chegamos pela interpretação gramatical/histórica feita anteriormente. Pela tradição, as normas de transição inseridas no ADCT buscam corrigir injustiças, evitando a existência de situações idênticas que possuam tratamento diferenciado. Partindo dessa premissa, verifica-se que o art. 95 do ADCT abre a possibilidade de os nascidos após a emenda de revisão 3/1994 tornarem-se brasileiros com o registro em repartição diplomática ou consular, sem necessidade de residir no Brasil ou fazer a opção. Além disso, a possibilidade de mero registro em ofício civil demonstra a preocupação do constituinte em proteger aquele que nasceu no estrangeiro e já retornou ao Brasil, sem possibilidade, portanto, de registro consular. Assim, buscou-se evitar que esse indivíduo seja obrigado a aguardar sua maioridade para, então, submeter-se ao processo de opção da nacionalidade.

Se a regra do ADCT busca evitar situações conflituosas, seria ilógico admitir que aqueles nascidos no período previsto no seu art. 95 pudessem ser registrados como brasileiros sem o processo de opção e os nascidos após a EC 54/2007 não tivessem essa possibilidade.

Dessa forma, a única conclusão plausível é a de que o registro perante a autoridade competente é hipótese autônoma, que não exige a realização, após a maioridade, de residência no País e de opção. Basta, portanto, que seja realizado o registro perante a repartição brasileira no exterior para que seja adquirida imediatamente a nacionalidade brasileira originária. Reconhecemos, porém, que o tema ainda merece análises doutrinárias e jurisprudenciais conclusivas.

[1] RE 418.096/RS

AULA 67

Formas de Aquisição de Nacionalidade no Brasil – 2

2. Secundária

Existem duas formas de se adquirir a nacionalidade brasileira. São brasileiros naturalizados:

1º caso (naturalização ordinária):

- os estrangeiros originários de país de língua portuguesa;
- os que residam a pelo menos um ano, sem interrupção, no Brasil (não configura interrupção, por exemplo, uma viagem de férias, etc.).
- os que possuam idoneidade moral, ou seja, tenham uma conduta moralmente correta perante a sociedade.

2º caso (naturalização extraordinária):

- os estrangeiros de qualquer nacionalidade;
- os residentes no Brasil há pelo menos quinze anos, sem interrupção;
- os que não possuam condenação penal;
- os que requeiram a naturalização.

O primeiro caso de naturalização depende de um ato discricionário do presidente da República, enquanto o segundo caso configura um direito subjetivo do estrangeiro, ficando o Estado brasileiro obrigado a concedê-la caso todos os requisitos estejam preenchidos.

O STF decidiu que o requerimento de naturalização possui caráter meramente declaratório. O que isso traz de efeito prático? Na prática, isso leva ao entendimento de que os efeitos da naturalização retroagem à data da solicitação. Assim, um estrangeiro que possua os 15 anos de residência ininterrupta e não tenha sido condenado criminalmente, nos termos do art. 12, II, *b*, da CF, poderá ser investido em um cargo público mesmo que sua posse tenha ocorrido antes da naturalização, desde que ele já tenha solicitado a nacionalidade brasileira (RE 264.848/TO-STF).

Observação: Aos portugueses residentes no Brasil, serão atribuídos os mesmos direitos reservados aos brasileiros, não importando o tempo que aqui residam, desde que Portugal assim proceda com os brasileiros lá residentes. Essa é a chamada quase-nacionalidade, que não abrange o acesso aos cargos privativos de brasileiros natos, que veremos a seguir.

AULA 68

Quase-Nacionalidade

É possível que os portugueses possuam todas as prerrogativas dos brasileiros naturalizados, caso em que teremos a figura do português equiparado. Para tanto, basta que o português venha a residir no Brasil e que haja reciprocidade em relação aos brasileiros que venham a residir em Portugal. Não há, como se pode perceber, um prazo mínimo de residência e sequer critérios quanto à índole do português que requer a naturalização.

Nesse caso, não teremos um português naturalizado brasileiro, mas sim, um português que, mesmo sem se naturalizar, possui todos os direitos que são conferidos aos brasileiros naturalizados, bastando, um certificado de equiparação.

AULA 69

Distinções entre Natos e Naturalizados

- Não poderá haver distinções entre brasileiros natos e naturalizados, salvo os previstos na Constituição, como, por exemplo, as possibilidades de extradição dos brasileiros natos, as restrições quanto à propriedade de empresas de comunicação social e os cargos privativos de brasileiros natos.
- São cargos privativos, ou seja, reservados apenas aos brasileiros natos:
 - Presidente e vice-presidente da República;
 - Presidente da Câmara dos Deputados;
 - Presidente do Senado Federal;
 - Ministro do Supremo Tribunal Federal;
 - Carreira diplomática;
 - Oficial das Forças Armadas
 - Ministro de Estado da Defesa.
- Membros do Conselho da República (art. 89, VII), que define a existência de seis brasileiros natos a serem indicados para esse conselho.

AULA 70

Perda da Nacionalidade

Perderá a nacionalidade o brasileiro que:

I – tiver contra si sentença judicial que cancele a naturalização por haver o brasileiro cometido atividade nociva ao interesse nacional (não alcança os natos).

II – adquirir outra nacionalidade, salvo dois casos (dupla nacionalidade):

- quando a nacionalidade estrangeira lhe tiver sido dada de forma originária pela lei estrangeira, ou seja, o brasileiro não tenha optado por adquiri-la, mas apenas por reconhecer essa nacionalidade a ele concedida de forma originária. Isso ocorre, por exemplo, com os descendentes de italianos, que automaticamente recebem a nacionalidade italiana. Nesse caso, a Itália adota o critério do *ius sanguinis*, enquanto do Brasil adota, primordialmente, o critério do *ius soli*, o que leva à existência de uma dupla nacionalidade, ou seja, o indivíduo se torna um polipátrida.
- quando a aquisição da nacionalidade estrangeira tenha sido imprescindível para que o brasileiro exercesse direitos civis básicos, no país estrangeiro em que se encontra ou para que permanecesse no território desse país.

AULA 71

Direitos Políticos e Partidos Políticos

Esta parte da Constituição prevê uma série de regras destinadas a delimitar a forma de atuação do indivíduo nas decisões do Estado. Aquele que se enquadra dentro dos requisitos impostos pela Constituição para atuar ativamente na vida política do país recebe a denominação “cidadão”. A atuação política é um direito público subjetivo que confirma a opção feita no parágrafo único do art. 1º, de um regime político democrático no qual “o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

A soberania popular é exercida pelo **sufrágio universal** e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. Deve-se ter muito cuidado com esses termos:

- sufrágio é o núcleo básico do direito político, que se exprime pela capacidade de votar e de ser votado – o sufrágio é universal;
- voto representa o próprio exercício do poder decisório – o voto é direto, secreto e tem valor igual;
- escrutínio é o modo de exercício.

Segundo o art. 60, § 4º, o voto direto, secreto, universal e periódico é cláusula pétrea, ou seja, algo que não pode ser extinto da Constituição. Cabe ressaltar que não é cláusula pétrea o voto obrigatório, o que nos leva a pensar que podemos um dia vir a ter uma emenda constitucional que institua o voto facultativo para todos. Voto universal significa o fim do voto censitário ou capacitário, no qual apenas aqueles que tinham riquezas podiam votar.

Outras formas de exercício da soberania popular são o **plebiscito**, o **referendo** e a **iniciativa popular**. Tais instrumentos se apresentam como emanções da democracia direta, aquela por meio da qual os cidadãos definem diretamente suas pretensões, sem a intervenção de representantes. Tanto o plebiscito quanto o referendo são formas de perguntar aos cidadãos o que eles pensam sobre determinada opção política do Estado (lei ou ato administrativo a ser adotado). A grande diferença entre o plebiscito e o referendo é que naquele o Estado primeiro pergunta ao cidadão e depois age, ao contrário do referendo, em que primeiro o Estado age e depois questiona os cidadãos se eles aceitam determinado ato.

Um exemplo prático de plebiscito decorreu da previsão contida no art. 2º do ADCT, que foi realizado com a finalidade de se estipular a forma de governo (república ou monarquia constitucional) e o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo). Tal

plebiscito, que fora previsto inicialmente para o dia 7 de setembro de 1993, acabou sendo transferido para a data de 21 de abril de 1993 pela EC nº 2/1992.

Um caso de referendo, no qual o ato administrativo ou legislativo é elaborado, cabendo aos cidadãos decidir pela sua manutenção ou não, foi o realizado em outubro de 2005 com a finalidade de decidir a respeito do fim do comércio de armas e munição no Brasil.

De acordo com o art. 49, XV, da Constituição, compete exclusivamente ao Congresso Nacional, independentemente de sanção do presidente da República, autorizar o referendo e convocar plebiscito. A Lei nº 9.709/1998 regulamentou o exercício do referendo e do plebiscito, assim definindo os institutos em seu art. 2º:

Art. 2º Plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.

§ 1º O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.

§ 2º O referendo é convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição.

A **iniciativa popular** de lei é uma forma de os cidadãos iniciarem um projeto de lei, que será votado pelo Congresso Nacional, pelas Assembleias Legislativas ou pelas Câmaras Municipais de vereadores, conforme a iniciativa seja de ato legislativo federal, estadual ou municipal, respectivamente. Cabe ressaltar que o termo iniciativa popular não é o mais adequado, pois não é qualquer um do povo que pode iniciar o processo legislativo, mas tão somente os cidadãos.

AULA 72

Capacidade Eleitoral Ativa

Para votar é necessário o alistamento eleitoral. O alistamento eleitoral é um procedimento administrativo feito junto à Justiça Eleitoral e que irá permitir a aquisição dos direitos políticos àquele que preencher os requisitos legais para ser eleitor.

É obrigado a se alistar e votar (alistamento e voto obrigatório) aquele que tem mais de 18 (dezoito) anos.

Podem ou não se alistar e votar (alistamento e voto facultativo) o analfabeto, o maior de 70 (setenta) anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos. Cabe lembrar

que tanto o alistamento eleitoral quanto o voto são facultativos. Assim, um cidadão que se aliste aos 17 anos, ainda assim mantém a sua opção de votar ou não.

Não podem se alistar (inalistáveis) os estrangeiros e, durante o serviço militar obrigatório, os militares conscritos. Consideram-se militares conscritos os médicos, dentistas, farmacêuticos e veterinários que estejam prestando serviço militar obrigatório (Lei nº 5.292/1967) e os que prestam serviço militar por prorrogação de engajamento.

Capacidade eleitoral passiva

Para poder se candidatar (elegibilidade), são necessários alguns requisitos:

- **Nacionalidade brasileira.** A nacionalidade brasileira nata só é exigível para a candidatura à presidente da República.

- **O pleno exercício dos direitos políticos.** Se o cidadão sofre uma suspensão dos direitos políticos por ter cometido ato de improbidade administrativa, por exemplo.

- **O alistamento eleitoral.** É possível o exercício isolado da capacidade eleitoral ativa (votar), mas o exercício da capacidade eleitoral passiva (ser votado) depende do alistamento como eleitor.

- **Domicílio eleitoral na circunscrição.** O domicílio eleitoral seria aquela região aonde o cidadão se alista e mantém um vínculo. Esse domicílio não se confunde com o domicílio civil.

- **Filiação partidária.** Não é permitida a candidatura de candidato não filiado a partido político. Existem regras próprias para a candidatura daqueles que não podem se alistar, tais como os militares, os magistrados e os membros do Ministério Público.

- **Idade mínima.** É de 35 (trinta e cinco) anos para presidente da República, vice-presidente da República e senador; 30 (trinta) anos para governador e vice-governador; 21 (vinte um) anos para deputado, prefeito, vice-prefeito e juiz de paz; e 18 (dezoito) anos para vereador.

AULA 73

Inelegibilidade

As inelegibilidades são condições impeditivas do exercício da capacidade eleitoral passiva. A Constituição traz algumas hipóteses de inelegibilidade e prevê que uma lei complementar deverá estabelecer

outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do

mandato, considerada a vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício da função, cargo ou emprego na administração direta e indireta.

Esse papel é exercido pela Lei Complementar nº 64/1990.

Não é possível a criação de inelegibilidade por lei ordinária ou medida provisória. Não cabe à lei complementar a criação de inelegibilidades absolutas, papel este reservado à própria Constituição.

Há vários tipos de inelegibilidade:

- **absoluta**: são impedimentos para a eleição em qualquer cargo.

São absolutamente inelegíveis apenas os inalistáveis (estrangeiros e conscritos) e os analfabetos.

- **relativa**: não são impedimentos relativos à própria pessoa, mas sim, a uma condição circunstancial que impede o exercício da capacidade eleitoral passiva.

Os chefes do Poder Executivo federal, estadual, distrital e municipal e quem os houver sucedido ou substituído ao longo do mandato poderão ser reeleitos para um único período subsequente. Essa possibilidade foi inserida pela Emenda Constitucional nº 16/1997 e permite que alguém exerça tais cargos três vezes ou mais, desde que não sejam sucessivos. O que se proíbe não é o exercício de mais de dois mandatos, mas sim, que se exerça mais de dois de forma sucessiva. A renúncia antes do término do mandato não retira tal proibição. Também não é possível que o titular de dois mandatos sucessivos venha a se candidatar a vice, pois o vice substitui e sucede o presidente. Essa vedação também alcança as eleições previstas no art. 81, da CF, que são aquelas abertas no caso de vacância dos cargos de presidente da República e vice-presidente da República antes do término do mandato.

Esses mesmos chefes do Executivo, se quiserem se eleger para outros cargos, deverão renunciar ao mandato seis meses antes das eleições. Essa inelegibilidade não se aplica para o caso de reeleição para o mesmo cargo, sendo inexigível tal afastamento, no caso. Essa renúncia é o que a doutrina chama de norma de desincompatibilização dos chefes do Poder Executivo, já que tem a função de retirar uma incompatibilidade, evitando o uso da máquina pública para favorecimento do candidato. O vice-presidente, vice-governador e vice-prefeito poderão concorrer para outros cargos sem a necessidade de renunciar, desde que nos seis meses antes das eleições não tenham sucedido ou substituído o titular (entendimento do TSE).

Outra inelegibilidade relativa é aquela que aparece por motivo de casamento, parentesco ou afinidade. No território de jurisdição do titular (o certo seria circunscrição), o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do

presidente da República, de governador de estado ou território, do Distrito Federal, de prefeito ou quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores não poderão ser eleitos. No caso de reeleição, não há esse impedimento, ou seja, se o cônjuge ou parentes já são titulares de mandato eletivo e estão concorrendo ao mesmo cargo, não haverá tal impedimento, que é denominada inelegibilidade reflexa.

AULA 74

Inelegibilidade Reflexa

Como consequência de estar restrita à jurisdição do chefe do Executivo, os parentes de prefeito não podem se eleger para cargos no município, os parentes de governador ficam impedidos de se elegerem pelo próprio estado e os parentes do presidente da República não podem se eleger para qualquer cargo. Já houve decisão do TSE que estendeu esse impedimento não só para o cônjuge, mas também para o companheiro/a.

A desincompatibilização (afastamento do cargo nos seis meses anteriores ao pleito) também traz reflexos para a inelegibilidade reflexa. Assim, de acordo com o entendimento do Tribunal Superior Eleitoral, caso o titular do cargo eletivo executivo renuncie ao mandato seis meses antes das eleições, seus parentes e cônjuge (ou companheiro/a) poderão se candidatar para cargos eletivos no mesmo território de jurisdição. Cabe, porém, uma ressalva no sentido de que o parente não poderá se candidatar para o mesmo cargo que preenchido pelo renunciante. Por exemplo, caso o presidente da República renuncie para que haja a desincompatibilização, sua esposa poderá se candidatar a qualquer cargo, menos ao de chefe do Poder Executivo federal. Por outro lado, se o renunciante ao mandato for o prefeito de Cabrobró, sua companheira poderá se candidatar a presidente da República, mas não a prefeita do referido município.

O Supremo Tribunal Federal decidiu que não subsiste a inelegibilidade se havia separação de fato do cônjuge antes do início do mandato, já que o que a norma busca é evitar o monopólio do poder político por grupos hegemônicos ligados por laços familiares (RE 446.999/PE-STF). No caso concreto analisado pela Suprema Corte, a separação de fato foi reconhecida na sentença que decidiu o pedido de divórcio.

Outra inelegibilidade, identificada por José Afonso da Silva, é a denominada inelegibilidade por motivo de domicílio.

Inelegibilidade por motivo de domicílio.

Esta deriva da condição para exercício da cidadania passiva e que envolve a exigência de que, na forma da lei, o requisito do domicílio eleitoral seja preenchido. Assim sendo, a legislação eleitoral determina um prazo mínimo de domicílio na circunscrição eleitoral em que se pretende concorrer. Isso acaba gerando um obstáculo ao cidadão que deseja se alterar seu domicílio para se candidatar em uma outra circunscrição, por exemplo.

AULA 75

O **militar** e os militares dos estados, Distrito Federal e territórios que estejam em serviço ativo não podem estar filiados a partido político. Toda candidatura, no Brasil, deve estar relacionada a algum partido político. Então o militar não poderia se eleger?

A solução encontrada para esse problema foi a seguinte: o militar não precisará de prévia filiação partidária, o próprio partido, se autorizado pelo candidato, irá registrar a candidatura. A partir do registro o militar será:

- afastado da atividade, se tiver menos de dez anos de serviço, ou;
- agregado, pela autoridade superior, se contar com mais de dez anos de serviço.

Esse militar agregado, se eleito, passará para a inatividade no ato da diplomação. Cabe lembrar que os militares conscritos não são inalistáveis, não sendo, portanto, elegíveis.

AULA 76

Perda ou Suspensão dos Direitos Políticos

Não existe mais, no Brasil, pena de cassação de direitos políticos (caráter definitivo). Apenas há a possibilidade de perda (tempo indefinido) ou suspensão (tempo definido) desses direitos.

A perda/suspensão dos direitos políticos implica a impossibilidade de votar, ser votado e, se já detentor de mandato eletivo, a perda do cargo.

São hipóteses de perda dos direitos políticos:

- cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;
- recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa (art. 5º, VIII, da CF).

São hipóteses de suspensão:

- condenação criminal com trânsito em julgado, enquanto durarem seus efeitos; e
- improbidade administrativa (37, § 4º, da CF).

É hipótese de perda ou suspensão:

- incapacidade civil absoluta.

Basta a verificação judicial da incapacidade civil absoluta, mediante decretação de interdição de incapaz, para a imediata suspensão dos direitos políticos.

A suspensão por condenação criminal com trânsito em julgado se aplica, inclusive aos casos de condenação por contravenções penais. No caso de o condenado ser beneficiado com a suspensão condicional da pena, o *sursis*, não ocorre a reaquisição dos direitos políticos, continuando suspensos até a extinção da punibilidade.

É necessária uma sentença judicial para a decretação da perda dos direitos políticos, de uma forma geral.

Existem outras hipóteses de perda e suspensão dos direitos políticos como, por exemplo, a perda da nacionalidade pela aquisição de outra (art. 12, § 4º, II). Tais hipóteses, porém, só podem ser determinadas pelo próprio texto constitucional, nunca por lei.

AULA 77

Anterioridade / Anualidade da Lei Eleitoral

Para evitar mudanças de última hora nas regras do “jogo”, a Constituição Federal prevê que uma lei que seja editada para alterar o processo eleitoral só se aplicará às eleições que ocorram pelo menos um ano após sua vigência. A vigência dessas leis coincidirá com a sua publicação, não existindo, via de regra, *vacatio legis*, ou seja, período de tempo entre a publicação e a vigência.

AULA 78

Partidos Políticos

Os partidos políticos podem ser livremente criados, fundidos, incorporados ou extintos, desde que resguardados:

- a soberania nacional;
- o regime democrático;
- o pluripartidarismo; e
- os direitos fundamentais da pessoa humana.

Existem alguns preceitos que devem ser observados pelos partidos políticos. São eles:

- caráter nacional;

- proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;

- prestação de contas à Justiça Eleitoral;

- funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

Os partidos políticos são dotados de autonomia no que tange à sua estrutura interna. Os estatutos, que devem ser registrados no Tribunal Superior Eleitoral após a aquisição da personalidade civil, devem estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias.

Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e a horários gratuitos na televisão e no rádio.

É proibida a formação de partidos políticos de caráter paramilitar. Aliás, toda associação é proibida de possuir tal caráter. Uma associação de caráter paramilitar é aquela que se caracteriza, por exemplo, pelo uso de uniformes, patentes e palavras de ordem com fins militares.

Verticalização

A Emenda Constitucional nº 52, de 8/3/2006, acabou com o instituto denominado “**verticalização**”. A verticalização nada mais era do que a obrigação de que as coligações de âmbito nacional encontrassem paralelo nas coligações feitas no âmbito estadual, municipal e distrital. Essa regra, apesar de constituir importante norma de moralização do sistema partidário, impedindo a utilização do partido para efeitos eleitorais que subvertissem as diferentes ideologias por eles defendidas, limitava a atuação dos partidos, o que levou o Congresso Nacional a promulgar a EC nº 52/2006, com a intenção de que essa tivesse validade já para as eleições que ocorreriam nesse mesmo ano. Essa tese, porém, fere o art. 16 da Constituição Federal, que prevê o princípio da anterioridade da lei eleitoral, o que foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI 3.685/DF-STF, já que o § 1º do art. 17 altera profundamente o processo eleitoral em nosso país.

Prática Geral I - Questões de (1 a 17)

Banco Central – Técnico – FCC – 2006) Tício deseja assegurar o conhecimento de informações relativas à sua pessoa constantes de registros de entidades governamentais. Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal brasileira, Tício deverá impetrar

a) ação popular.

- b) mandado de segurança.
- c) habeas corpus.
- d) mandado de injunção.
- e) habeas data.

Gabarito. E

2. (Exame de Ordem/ES – FCC – 2006 – com adaptações) Conforme a Emenda Constitucional nº 45/2004, os tratados internacionais sobre direitos humanos

- a) quando incorporados ao ordenamento brasileiro, serão equivalentes às emendas constitucionais, podendo, portanto, alterar as normas do texto constitucional a respeito do assunto.
- b) quando incorporados ao ordenamento brasileiro, terão hierarquia de normas infraconstitucionais, tendo sido adotada, portanto, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o assunto.
- c) quando incorporados ao ordenamento brasileiro, serão equivalentes às emendas constitucionais se aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- d) não poderão ser incorporados ao ordenamento brasileiro, tendo em vista que versam sobre tema que integra o rol de cláusulas pétreas da Constituição Federal.

Gabarito. C

3. (Técnico da Receita Federal – Esaf – 2006) Sobre direitos e deveres individuais e coletivos, marque a única opção correta.

- a) no texto constitucional brasileiro, o direito de reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, não sofre qualquer tipo de restrição.
- b) o ingresso na casa, sem consentimento do proprietário, só poderá ocorrer em caso de flagrante delito ou desastre ou, durante o dia, para prestação de socorro.
- c) Segundo a Constituição Federal de 1988, a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio permanente para sua utilização, bem como proteção às criações industriais e à propriedade das marcas.

- d) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, sendo assegurada ao proprietário, nos termos da Constituição Federal, a indenização pelo uso, independentemente de dano.
- e) Nos termos da Constituição Federal, as entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, apenas quando expressamente autorizadas.

Gabarito. E

4. (Técnico da Receita Federal – Esaf – 2006) Sobre direitos e deveres individuais e coletivos, marque a única opção correta.

- a) Nos termos da Constituição Federal, não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- b) Estabelece a Constituição Federal que não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento escusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel.
- c) Com relação ao direito, a todos assegurados, de não ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei, o sentido do termo “lei” é restrito, não contemplando nenhuma outra espécie de ato normativo primário.
- d) A Constituição Federal, como estímulo para que qualquer cidadão proponha ação popular visando a anular ato lesivo ao patrimônio público, estabelece que essa ação é isenta de custas e, em nenhuma hipótese, poderá haver condenação do autor no ônus da sucumbência.
- e) Nos termos da Constituição Federal, conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo de uma pessoa de permanecer em determinado local, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.

Gabarito. A

5. (Técnico da Receita Federal – Esaf – 2006) Sobre direitos e deveres individuais e coletivos, marque a única opção correta.

- a) A impossibilidade de concessão de fiança para indiciados em crimes de tortura implica que esse indiciado não poderá responder ao processo judicial em liberdade.

- b) A proteção da honra, prevista no texto constitucional brasileiro, que se materializa no direito a indenização por danos morais, aplica-se apenas à pessoa física, uma vez que a honra, como conjunto de qualidades que caracterizam a dignidade da pessoa, é qualidade humana.
- c) A doutrina e a jurisprudência reconhecem que a igualdade de homens e mulheres em direitos e obrigações, prevista no texto constitucional brasileiro, é absoluta, não admitindo exceções destinadas a compensar juridicamente os desníveis materiais existentes ou atendimento de questões socioculturais.
- d) A competência da União para legislar sobre as condições para o exercício de profissões é uma restrição à liberdade de ação profissional.
- e) Nos termos definidos na Constituição Federal, a objeção de consciência, que pode ser entendida como impedimento para o cumprimento de qualquer obrigação que conflite com crenças religiosas e convicções filosóficas ou políticas, não poderá ser objeto de nenhuma espécie de sanção sob a forma de privação de direitos.

Gabarito. D

6. (Procurador Federal – Cespe – 2006 – com adaptações) Assinale as questões como certa (C) ou errada (E).

- a) Não há interesse de agir, a permitir o manejo de “habeas data”, se o impetrante não demonstrar que houve recusa da autoridade administrativa correspondente.
- b) A revogação do ato administrativo, por motivo de conveniência ou oportunidade, independe da consideração de direitos adquiridos havidos na vigência do ato revogado ou, mesmo, de apreciação judicial.
- c) A limitação de idade para a inscrição em concurso público evidencia flagrante inconstitucionalidade, pois veicula discriminação abusiva em virtude da vedação constitucional de diferença de critério de admissão por motivo de idade, salvo se tal limitação justificar-se pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
- d) A entidade de classe ou a associação tem legitimidade para, em nome próprio, impetrar mandado de segurança coletivo, atuando na qualidade de substituto processual, por tratar-se de hipótese de legitimação extraordinária.
- e) A imunidade tributária assegurada aos templos de qualquer culto não abrange os imóveis de sua propriedade que se encontrem alugados.

Gabarito.

- a) Certo



- b) Errado
- c) Certo
- d) Certo
- e) Errado

7. (TRE/TO – Cespe – 2006) Considere que o seguinte trecho tenha sido extraído de um acórdão proferido em julgamento efetuado por um tribunal superior brasileiro, em 2004.

“A escuta e gravação por terceiro de comunicação telefônica alheia, sem autorização judicial e sem a ciência dos interlocutores configura ato ilícito. No presente caso, a situação reveste-se de maior gravidade, uma vez que o terceiro é um agente do Estado, ocupante de cargo público em órgão integrante do Poder Executivo federal, que deveria justamente zelar pelo cumprimento das normas legais vigentes.

A prova obtida mediante a escuta gravada por terceiro de conversa telefônica alheia é patentemente ilícita em relação aos interlocutores não-sabedores da intromissão indevida, independentemente do conteúdo do diálogo assim captado, devendo tal prova ser excluída do processo judicial.

A divulgação desse conteúdo, em rede nacional de televisão, por uma emissora pública, com personalidade jurídica própria, mas de propriedade do Estado, sem a autorização dos interlocutores, configura dando moral, tido como lesão à personalidade, à honra da pessoa.

O valor da indenização pelo dano moral deve ser arbitrado com razoabilidade, de modo a evitar o enriquecimento ilícito do ofendido.”

Em face do acórdão hipotético acima transcrito, assinale a opção incorreta.

- a) A determinação do tribunal, no sentido de que fosse excluída do processo judicial a prova em questão, está em harmonia com disposição expressa da Constituição Federal, segundo a qual são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.
- b) A emissora pública, de propriedade do Estado, ao efetuar a divulgação, em rede nacional de televisão, de conversa telefônica, ilicitamente gravada, contrariou dispositivo da Constituição Federal, que garante a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.
- c) O agente estatal, ao proceder à escuta e à gravação de conversa telefônica alheia, sem a devida autorização judicial, afrontou dispositivo da Constituição Federal que somente permite a violação das comunicações telefônicas, por ordem judicial, nas hipóteses e na

forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

d) O procedimento do agente estatal, ocupante de cargo público, fez que o Estado desrespeitasse direito fundamental garantido pela Constituição Federal; ressalte-se que tal categoria de direitos tem, entre as suas finalidades, a de estabelecer uma rede de proteção às pessoas contra possíveis excessos do poder estatal.

e) Em situações como as tratadas no texto, a Constituição Federal assegura ao ofendido o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação, estabelecendo ainda, de modo explícito, que o valor a ser indenizado deve corresponder ao efetivo prejuízo sofrido pelo ofendido, devendo ser arbitrado com razoabilidade.

Gabarito. E

8. (Juiz de direito – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – 2006) De acordo com o entendimento jurisprudencial predominante no Supremo Tribunal Federal em relação aos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta.

a) O duplo grau de jurisdição foi elevado pela Constituição Federal de 1988 à categoria dos direitos fundamentais pétreos, razão pela qual de toda decisão judicial decorre obrigatoriamente a possibilidade de interposição de recurso.

b) No âmbito do controle judicial dos atos legislativos, eventual ponderação de valores constitucionalmente protegidos está adstrita ao controle concentrado de constitucionalidade.

c) A violação dos direitos da pessoa humana não enseja intervenção federal nos estados-membros que eventualmente os tiverem violado.

d) Os direitos fundamentais, ao surgirem na sua perspectiva tradicional de direito de defesa, continham disposições definidoras de uma atuação negativa do Poder Público.

Gabarito. D

9. (Banco Central – Técnico – FCC – 2006) A respeito da fundação de sindicato, considere, dentre outros, os requisitos abaixo.

I. Autorização do Estado para a respectiva fundação.

II. Inexistência de outra organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial.

III. Requerimento de registro no órgão competente.

IV. Concessão de prazo mínimo de 6 (seis) meses para que os representantes da categoria se filiem, obrigatoriamente, ao sindicato.

Estão corretos, de acordo com a Constituição Federal brasileira, os indicados APENAS em

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) I, II e IV.
- d) II e III.
- e) III e IV.

Gabarito. D

10. (Técnico da Receita Federal – Esaf – 2006) Sobre direitos sociais, marque a única opção correta.

- a) a duração do trabalho normal tem previsão constitucional, não havendo a possibilidade de ser estabelecida redução de jornada de trabalho.
- b) Nos termos da Constituição Federal, a existência de seguro contra acidentes de trabalho, pago pelo empregador, impede que ele venha a ser condenado a indenizar o seu empregado, em caso de acidente durante a jornada normal de trabalho.
- c) A irredutibilidade do salário não é um direito absoluto do empregado, podendo ocorrer redução salarial, desde que ela seja aprovada em convenção ou acordo coletivo.
- d) A Constituição Federal assegura, como regra geral, a participação do empregado na gestão da empresa, salvo disposição legal em contrário.
- e) Não integra os direitos sociais, previstos na Constituição Federal, a assistência aos desamparados.

Gabarito. C

11. (Procurador Federal – Cespe – 2006 – com adaptações) Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada acerca de nacionalidade e naturalização. Julgue os itens:

- a) Daniel, filho de pais estrangeiros, nasceu em navio mercante estrangeiro enquanto este exercia o direito de passagem inocente no mar territorial brasileiro. Nessa situação, Daniel é considerado brasileiro nato.
- b) Nádia, de nacionalidade originária Argentina, naturalizou-se brasileira em 1995. Em 2000, o governo argentino pediu ao Brasil a extradição de Nádia para que ela cumprisse pena pelo crime de homicídio cometido em 1998. Nessa situação, Nádia pode ser extraditada pelo Brasil.
- c) Antônio nasceu na França e é filho de pai sueco e mãe brasileira, que está a serviço da embaixada do Brasil naquele país. Nessa situação, Antônio é considerado brasileiro nato.
- d) Carlos nasceu no Brasil, sendo filho de pais argentinos que estão a serviço da embaixada uruguaia no Brasil. Nessa situação, Carlos é considerado argentino.

Gabarito.

- a) Certo
- b) Errado
- c) Certo
- d) Errado

12. (Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins – Cespe – 2005) Roberval, atual prefeito do município de Luzilândia em seu primeiro mandato, é candidato à reeleição. Roberval tem um filho, Bernardo, hoje com 19 anos de idade, nascido em território estrangeiro, em ocasião em que nem o pai nem a mãe estavam a serviço da República Federativa do Brasil.

Considerando a situação hipotética descrita e as atuais disposições da Constituição Federal atinentes à nacionalidade, aos direitos políticos e aos direitos fundamentais, assinale a opção correta.

- a) Bernardo não pode ser considerado brasileiro, a menos que preencha simultaneamente as seguintes condições, estabelecidas na Constituição Federal: tenha sido, ao nascer, registrado na repartição brasileira competente no exterior; tenha vindo residir no Brasil antes da maioridade; e, ao completar 18 anos, tenha optado pela nacionalidade brasileira.
- b) Roberval pode ser reeleito para um único período subsequente, desde que renuncie ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.

- c) Mesmo que Bernardo tenha vindo residir no Brasil e tenha optado pela nacionalidade brasileira, haverá impedimento a que se candidate a vereador no município de Luzilândia.
- d) Ainda que Bernardo tenha vindo residir no Brasil e tenha optado, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira, ele não poderá jamais ocupar alguns cargos enumerados taxativamente pela Constituição Federal, tais como membro da carreira diplomática e oficial das forças armadas.
- e) Caso Bernardo tenha vindo residir no Brasil e tenha optado pela nacionalidade brasileira, ele não poderá doravante perder essa nacionalidade.

Gabarito. C

13. (Juiz de direito – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – 2006). Em relação aos partidos e aos direitos políticos previstos na Constituição, assinale a alternativa correta.

- a) A inelegibilidade de cônjuge e parentes de ocupante do cargo de prefeito não alcança a figura do companheiro decorrente de união homossexual estável em razão de ausência de previsão constitucional.
- b) Os analfabetos são inalistáveis e inelegíveis.
- c) Os partidos políticos não detêm legitimidade ativa para impetração de mandado de segurança coletivo que tenha por objeto a impugnação de exigência tributária relativa à majoração de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana.
- d) O registro do estatuto do partido político no Tribunal Superior Eleitoral é suficiente para a aquisição de sua personalidade jurídica.

Gabarito: C – RE 196.184-STF

14. (CESPE/DEL. POLÍCIA FEDERAL/1997) Acerca dos direitos fundamentais, julgue os itens seguintes.

- a) Considere a seguinte situação: Marcelo é Delegado de Polícia Federal e, em operação de rotina, prende Bruno em flagrante delito de tráfico internacional ilícito de substância entorpecente. Na carceragem da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal (SR/DPF), Marcelo põe-se a ameaçar Bruno, caso ele não confesse o nome dos demais integrantes de sua quadrilha. Diz-lhe, por exemplo, que “você não terá sossego” enquanto não os apontar, que “você e sua família poderão arrepender-se” se não colaborarem com a ação policial e que “você não sabe com quem está lidando”, e que ele, por ser traficante de drogas, “não é ser humano”, entre outras bravatas. Marcelo, no

entanto, embora repita essas afirmações várias vezes a cada dia, durante a prisão de Bruno, preserva-lhe a integridade física. Na situação apresentada, Marcelo não chegou a ultrapassar os limites do que preceitua a Constituição.

b) A Constituição brasileira protege o direito à vida, e não tolera, em circunstância alguma, a pena de morte.

c) Considere a seguinte situação: Cláudia é namorada de Luís e recebe uma carta endereçada a ele. Por ser muito curiosa, Cláudia não resiste e abre a carta. Na situação descrita, além de haver praticado o delito de violação de correspondência, Cláudia feriu norma constitucional.

d) Considere a seguinte situação: Antônio e Pedro são homossexuais e vivem na mesma casa, que foi adquirida com o resultado do trabalho de ambos e está em nome deles. Os dois são maiores, capazes e economicamente independentes. Na situação descrita, postas de lado possíveis discussões religiosas, culturais e morais, Antônio e Pedro, juridicamente, têm direito à proteção constitucional de seu modo de vida.

e) Considere a seguinte situação: a Assembleia Legislativa de um Estado da federação aprovou lei, que veio a ser sancionada pelo governador, criando o título de Benfeitor do Estado, a ser outorgado por ato do chefe do Poder Executivo e que conferiria ao respectivo portador certas vantagens e privilégios, como alíquotas tributárias reduzidas e pontos adicionais em concursos públicos e licitações. Na situação descrita, a despeito da aparente ofensa ao princípio da igualdade, este, na verdade, não foi ferido, porquanto a Constituição Federal consagra a igualdade perante a lei, que é dirigida aos aplicadores da lei, mas não a igualdade na lei, direcionada ao legislador.

Gabarito

- a) Errado
- b) Errado
- c) Certo
- d) Certo
- e) Errado

15. (CESPE/AG. POLÍCIA FEDERAL/1997) Considerando as normas constitucionais que regem os direitos fundamentais, julgue os itens a seguir.

a) A Constituição prevê proteção jurídica apenas aos direitos fundamentais explicitamente indicados no próprio texto constitucional.

b) Se Pedro é Agente de Polícia Federal e, juntamente com outros colegas, está de posse de um mandado de prisão, expedido pelo Juiz Federal competente, contra Marcelo, por este

haver participado de tráfico internacional de entorpecentes, e se Marcelo é encontrado, à noite, pela equipe policial no barraco em que mora, e não consente na entrada dos policiais, e nem aceita entregar-se, então Pedro poderá ingressar na residência de Marcelo e efetuar a prisão imediatamente.

c) Considere a seguinte situação: Suzana é Agente de Polícia Federal e comanda uma equipe organizada para investigar e eventualmente prender em flagrante Antônio, um importante servidor público federal, suspeito de exigir propina. Com base em escuta autorizada judicialmente, e com a colaboração de Sandro, empresário vítima das exigências ilegais de Antônio, a equipe acompanha o empresário a uma reunião marcada por Antônio na casa deste, no período da noite. Logo após a chegada de Sandro, Antônio anuncia que, se aquele não lhe pagar a quantia de R\$ 50.000,00, será impedido de participar em licitações na administração pública federal pelo prazo de dois anos. Nesse momento, em que se consumou o crime de concussão, a equipe invadiu a casa de Antônio e o prendeu em estado de flagrância, embora fosse noite. É correto afirmar que, na situação apresentada, a equipe agiu corretamente.

d) Se Carlos, suspeito de participar de tráfico de armas na região de fronteira internacional do Brasil e, por isso, investigado pela Polícia Federal, embora sem antecedentes criminais, um dia, transitando em uma cidade brasileira dessa região, foi abordado por uma equipe comandada pelo Agente de Polícia Federal Augusto, que, apenas em razão das suspeitas pendentes sobre ele, o deteve para maiores averiguações, então, nessas circunstâncias, Augusto agiu inconstitucionalmente.

e) O indivíduo que sofrer ato ilegal de agente público contra o direito líquido e certo de locomoção pode recorrer ao Poder Judiciário, por meio de mandado de segurança, contra a ilegalidade, sem prejuízo da ação penal que poderá vir a ser instaurada, caso se configurar o crime de abuso de autoridade.

Gabarito.

a) Errada - Questão falsa por ferir diretamente o disposto no § 2º do art. 5º da CF.

b) Errada - A Constituição protege o repouso noturno, proibindo a quebra da inviolabilidade de domicílio para cumprimento de ordem judicial à noite. (art. 5º, XI)

c) Certa

d) Certa

e) Errada - A ação correta é o habeas corpus.

16. (Exame de Ordem/ES – FCC – 2006) Segundo uma conhecida classificação das normas constitucionais, quanto à aplicabilidade, essas normas podem ser de

eficácia plena, de eficácia contida e de eficácia limitada. Considerando-se essa classificação, é correto afirmar que a Constituição Federal brasileira.

- a) disciplinou todos os direitos fundamentais em normas de eficácia plena.
- b) contém normas de eficácia contida, mas não de eficácia limitada.
- c) contém normas de eficácia limitada, mas não de eficácia contida.
- d) contém normas de eficácia plena, contida e limitada.

Gabarito. D

17. (Procurador Federal – Cespe – 2006 – com adaptações) Assinale a questão como certa (C) ou errada (E).

- a) Os direitos fundamentais de segunda geração são aqueles que traduzem liberdades positivas, reais ou concretas, de sorte a materializar o princípio da igualdade; ao passo que os direitos de terceira geração materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos genericamente a todas as formações sociais, consagrando o princípio da solidariedade.

Gabarito

- a) Certo

Prática Geral II - Questões de (1 a 15)

1. (CESPE/AG. POLÍCIA FEDERAL/1997) Ainda acerca dos direitos fundamentais na Constituição da República de 1988, julgue os itens seguintes.

- a) Se Patrícia foi presa em flagrante pelo crime de descaminho, em detrimento dos interesses da União, e, ao chegar à Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal para ser autuada, apresentou cédula de identidade regularmente expedida, Júlio, o Delegado de Polícia Federal que presidia o inquérito policial, para prevenir possíveis e eventuais dúvidas acerca da pessoa da autuada, determinou que fossem coletadas suas impressões papiloscópicas, então Júlio feriu a Constituição.
- b) Considere a seguinte situação: João e Maria firmaram um contrato de empréstimo, mediante o qual esta emprestou àquele a importância de R\$ 5.000,00, a ser devolvida após seis meses, sob pena de prisão de João. Após o término do prazo contratual, João tornou-se inadimplente e, a despeito dos prazos de tolerância concedidos pela credora, não liquidou o débito. Maria, então, com apoio no instrumento contratual ajuizou ação contra o devedor impontual, requerendo ordem judicial para que ele fosse preso, até o pagamento da dívida. É correto afirmar que, na situação apresentada, esse último pedido não pode merecer deferimento.

- c) Considere a seguinte notícia, de autoria do jornalista Lúcio Vaz, divulgada na Folha de S. Paulo, em 15.09.1997: a Câmara dos Deputados pagou o salário de sete jogadores e do supervisor do time de futebol do Itumbiara Esporte Clube. Todos eles foram contratados por meio do gabinete do deputado Zé Gomes da Rocha (PSD - GO), presidente do clube de 94 a 96, que confirmou ter contratado os jogadores pelo gabinete e disse que voltará a fazê-lo se for presidente do clube de novo. Em face dessa notícia e partindo da premissa de que é inconstitucional e lesivo ao patrimônio público o pagamento de remuneração, com verba pública, em situação de ofensa aos princípios da finalidade e da moralidade, qualquer cidadão poderia ajuizar, com base na Constituição, mandado de segurança contra os atos do citado parlamentar.
- d) O habeas corpus é cabível não só contra a lesão a certo direito como também se houver apenas ameaça a ele.
- e) A Constituição, por exigência do princípio da segurança jurídica, não permite a retroatividade da lei penal, em hipótese alguma.

Gabarito

- a) Certo
b) Certo
c) Errada - a ação cabível é a ação popular.
d) Certo
e) Errada - é possível a retroatividade da lei penal se esta for mais benéfica ao réu.

2. (CESPE/PAPILOSCOPISTA/PF/1997) Imagine que os meios de comunicação hajam realizado ampla cobertura jornalística acerca de Guilherme, cidadão brasileiro suspeito de haver posto um artefato explosivo em um avião de carreira, apontando-o como efetivo responsável pelo ato que causou o pouso forçado da aeronave, com lesões corporais em dezenas de passageiros e duas mortes. Todas as notícias basearam-se nas apaixonadas declarações que Luís, Delegado de Polícia Federal, fez em público, afirmando sua convicção pessoal quanto à culpabilidade de Guilherme, em razão dos indícios de que dispunha até aquele momento. Guilherme, devido ao intenso burburinho que se formou em torno de sua pessoa, entrou em depressão, foi demitido e seus filhos sofreram o repúdio dos colegas de escola. Alguns meses depois, quando a imprensa já deixara de comentar o assunto, o inquérito policial chegou a termo e o delegado responsável, Luís, apontou como verdadeiro culpado no relatório final, Antônio, outro passageiro do avião, que, aliás, confessou o crime. Antônio foi denunciado pelo Ministério Público Federal e acabou condenado pelo delito. Tendo em conta a situação acima e as normas constitucionais relativas aos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens seguintes.

- a) Certo Errado Não caberia indenização a Guilherme, por parte dos meios de comunicação, porquanto a Constituição consagra a liberdade de manifestação do pensamento.
- b) Certo Errado Uma vez que a autoridade policial responsável pela investigação formasse sua íntima convicção acerca da culpabilidade de Guilherme, caberia a este provar a própria inocência.
- c) Certo Errado Se Antônio, no processo penal, se recusasse, perante a autoridade judicial, a fazer qualquer declaração, seu silêncio deporia contra si e poderia redundar em condenação.
- d) Certo Errado Se Antônio, no processo penal, se recusasse, perante a autoridade judicial, a fazer qualquer declaração, seu silêncio deporia contra si e poderia redundar em condenação.

e) Certo Errado Sabendo que a competência para julgar o crime é, em princípio, da Justiça Federal, nenhuma nulidade haveria se Antônio fosse denunciado, processado e condenado pela Justiça Comum, desde que, nesta, lhe fosse facultado o pleno exercício dos direitos ao contraditório e à ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

f) Certo Errado Se ficasse provado somente depois de ser condenado e ter cumprido a pena que, na realidade, Antônio não fora responsável pelo delito, ele poderia pleitear indenização do Estado pela prisão decorrente de erro judiciário.

Gabarito

- a) Errado
- b) Errado
- c) Errado
- d) Errado
- e) Errado
- f) Certo

3. (CESPE/FISCAL/INSS/1998) A respeito dos direitos fundamentais da Constituição de 1988, julgue os itens seguintes.

a) Sabendo que, segundo a Constituição, é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer, é correto concluir que enquanto não sejam definidas por lei as qualificações necessárias para o desempenho de certa atividade profissional, ela não poderá ser exercida.

b) Qualquer indivíduo, desde que brasileiro, é parte legítima para ajuizar ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público.

c) A Constituição não admite penas de caráter perpétuo ou de trabalhos forçados.

d) Mesmo sabendo que a Constituição estabelece que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, não é correto afirmar que o indivíduo somente possa ser legitimamente preso depois de transitado em julgado a sentença condenatória.

Gabarito:

a) Errada - A Constituição, segundo balizada doutrina, não restringe o desempenho de profissões àquelas já regulamentadas.

b) Errada - Nem todo indivíduo pode ajuizar ação popular, somente aqueles que são alistáveis, ou seja, os cidadãos.

c) Certa

d) Certa

4. (CESPE/ESCRIVÃO PF/1998) Considerando as normas constitucionais acerca dos direitos fundamentais, julgue os itens.

a) Certo Errado Os direitos e as garantias fundamentais previstos na Constituição, em especial no art. 5º, aplicam-se tão-somente aos brasileiros e aos estrangeiros naturalizados.

b) Certo Errado De acordo com a Constituição, pode ser condenado ao pagamento de indenização o servidor público, inclusive policial, que causar dano moral a qualquer pessoa, mesmo ao preso condenado por sentença transitada em julgado.

c) Certo Errado Se João, Delegado de Polícia Federal, prende Carla, famosa traficante de drogas, e a exhibe à imprensa contra a vontade dela, pode ser condenado ao pagamento de indenização por dano material ou moral decorrente da violação da imagem da pessoa.

d) Certo Errado Se Pedro, fugitivo da justiça, homizia-se à noite na casa de sua irmã Mariana, durante perseguição, e a dona da casa não permite a entrada da equipe policial,

então os policiais poderão ingressar na residência para efetuar a prisão de Pedro apenas no dia seguinte.

e) Certo Errado É inconstitucional a legislação que permite a interceptação telefônica, uma vez que a Constituição classifica como inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, telefônicas e de dados, sendo, em consequência, também inconstitucionais os atos de persecução criminal que se baseiem na quebra ilícita desse sigilo.

Gabarito:

- a) Errada - o "caput" do art. 5º diz que os direitos e deveres da constituição são assegurados aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no Brasil.
- b) Certa
- c) Certa
- d) Certa
- e) Errada - a constituição prevê a possibilidade de quebra dessas inviolabilidades, prevendo, inclusive, requisitos para a quebra de sigilo telefônico (art. 5º, XII)

5. (CESPE/ANALISTA JUDICIÁRIO STJ/1999) Acerca dos princípios, dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição da República, assinale a opção correta.

- a) A condenação de um Presidente da República por improbidade enseja a cassação dos seus direitos políticos.
- b) A moralidade pública sobrepõe-se às questões processuais. Assim, é admissível, para efeitos penais, a prova obtida contra agente público por meio de violação, sem ordem judicial, do sigilo de suas comunicações telefônicas, desde que em assunto afeto à função pública exercida.
- c) A concessão de asilo político a governante estrangeiro não se coaduna com os princípios constitucionais que regem o Brasil nas suas relações internacionais, à medida que, interferindo em assuntos afetos a outro país, violam-se os ditames de respeito à independência e à autodeterminação dos povos.
- d) Considerando a rigidez das regras definidas no texto constitucional - editado em momento histórico diverso do presentemente vivido -, não é possível a redução de salários dos trabalhadores como forma de reduzir demissões, nem mesmo por meio de convenção ou acordo coletivo.
- e) O trabalho insalubre em minas de carvão ou na operação de máquinas que possam causar mutilação só é permitido a partir dos dezoito anos de idade.

Gabarito:

- a) Errada - O art. 15º da Constituição Federal de 1988 diz que não haverá cassação de direitos políticos, apenas perda ou suspensão.
- b) Errada - A Constituição prevê a impossibilidade de aceitação de provas obtidas por meios ilícitos (art. 5º, LVI)
- c) Errada - O art. 4º, X prevê a concessão de asilo político pelo Brasil.
- d) Errada - É possível a diminuição de salários mediante convenção ou acordo coletivo.
- e) Certa

6. (CESPE/PROCURADOR INSS/1999) Acerca da disciplina constitucional dos direitos fundamentais, julgue os itens seguintes.

- a) Garantias dos direitos fundamentais são instituições jurídicas criadas em favor do indivíduo para que ele possa usufruir dos direitos fundamentais propriamente ditos.

- b) Os direitos fundamentais de primeira, segunda e terceira gerações, como são conhecidos, sucederam-se historicamente, de maneira que os direitos fundamentais de primeira geração hoje não são mais aplicados.
- c) Os direitos fundamentais de primeira geração estão associados à liberdade; os de segunda, à igualdade; os de terceira, à fraternidade.
- d) A possibilidade de indenização do dano moral, que a Constituição eleva à categoria de direito fundamental, assiste apenas às pessoas naturais.
- e) Nos crimes cuja ação penal seja de iniciativa pública, apenas o Ministério Público pode provocar a atividade jurisdicional, estando banidos do atual sistema constitucional os procedimentos penais ex officio, bem como a ação penal instaurada por meio de portaria.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Errada - Os direitos de primeira geração têm plena eficácia nos dias atuais.
- c) Certa
- d) Errada - As pessoas jurídicas também têm direito a indenização por dano moral. Apesar de o tema ainda suscitar muitas controvérsias.
- e) Errada - Neste caso o particular pode ajuizar a ação penal desde que o Ministério Público não o faça no prazo legal.

7. Assinale as questões como certa (C) ou errada (E).

- a) A equiparação perpetrada pela Constituição aos portugueses com residência permanente no Brasil, se houver reciprocidade, é feita em relação à posição constitucional do brasileiro naturalizado.
- b) A aquisição de outra nacionalidade leva à perda da condição de brasileiro, exceto na hipótese isolada de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.
- c) Analfabeto é detentor de capacidade eleitoral ativa e passiva.
- d) A disciplina constitucional da reeleição para chefe de Executivo é aplicável, também, a quem os houver sucedido ou substituído no curso do mandato.
- e) O militar da ativa é inelegível.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Errada - não se trata de “hipótese isolados”, pois há outra hipótese de dupla nacionalidade que é a aquisição de nova nacionalidade como requisito para permanecer em território estrangeiro ou para poder exercer direitos civis (art. 12, § 4º, II, b).
- c) Errada - O analfabeto não tem capacidade eleitoral passiva, ou seja, não pode se eleger (art. 14, § 4º)
- d) Certa
- e) Errada - O militar da ativa pode se eleger; só não pode exercer atividade político-partidária.

8. Assinale as questões como certa (C) ou errada (E).

- a) A intimidade é direito constitucional sob proteção relativa, já que permite-se a sua violação.
- b) A Constituição, quanto à religião, protege apenas aquelas professadas com base na harmonia entre as pessoas e com a preservação de valores morais reconhecidos.
- c) O sigilo de correspondência é inviolável.
- d) Pela Constituição, qualquer reunião, para ser protegida, precisará ser realizada em lugar público

e) A dissolução de associações, em qualquer hipótese, depende de decisão judicial transitada em julgado.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Errada - A Constituição não delimita quais devem ser os valores seguidos pelas religiões. A liberdade de crença é ampla, desde que não envolva atividades ilícitas.
- c) Errada - Balizada doutrina, como, por exemplo, a professora Suzana Toledo, explica que todas as inviolabilidades de comunicações são passíveis de quebra.
- d) Errada - O fato de o art. 5º só haver falado do direito de reunião em locais abertos ao público não exclui a proteção às reuniões feitas em lugar fechado (entendimento doutrinário e jurisprudencial).
- e) Errada - A própria assembleia de associados pode determinar a dissolução da associação, hipótese na qual esta será dissolvida sem a necessidade de sentença judicial transitada em julgado.

9. Assinale as questões como certa (C) ou errada (E).

- a) A desapropriação é sempre indenizável.
- b) desapropriação indenizável sê-lo-á, sempre, em dinheiro.
- c) A pequena propriedade rural é impenhorável se trabalhada pela família.
- d) O direito de receber informação de órgão público será, se não respeitado, defendido pela ação de habeas data.
- e) Pelo princípio do amplo acesso ao Judiciário, qualquer lesão a direito, efetiva ou apenas potencial, poderá ser levada à apreciação judicial.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Errada - Em alguns casos a desapropriação pode ocorrer mediante o pagamento de títulos da dívida pública ou de títulos da dívida agrária.
- c) Certa
- d) Errada - A ação correta é o mandado de segurança.
- e) Certa

10. (ESAF/FISCAL DO TRABALHO/1998) Assinale a assertiva correta.

- a) É facultado aos sindicatos a participação nas negociações coletivas de trabalho.
- b) Não é permitida a criação de mais de uma organização sindical, representativa de uma mesma categoria profissional, em uma mesma base territorial.
- c) A fundação de sindicato deverá ser homologada no órgão estatal competente.
- d) O aposentado não tem direito a participar de organização sindical.
- e) A contribuição para custeio do sistema confederativo da representação sindical é obrigatória para todos os membros da categoria profissional.

Gabarito:

- a) Errada - A participação dos sindicatos, no caso, não é facultativa, mas sim obrigatória.
- b) Certa

- c) Errada - Não há necessidade de homologação do ato de criação de um sindicato. O que há é mero registro no Ministério do Trabalho.
- d) Errada - O aposentado tem todo o direito de participar do sindicato, votando e sendo votado.
- e) Errada - Esta contribuição será fixada pela assembléia e somente é cobrada daqueles que são filiados ao sindicato.

11. Julgue os itens.

- a) Homens e mulheres são detentores de igualdade absoluta na Constituição vigente.
- b) A Constituição aponta situações de tratamento desigual em relação ao sexo.
- c) É constitucional a existência das leis infraconstitucionais, complementares ou ordinárias, criando situações de tratamento desigual em razão do sexo ou regulamentando as situações constitucionais de desigualdade sexual.
- d) Uma lei elaborada anteriormente à Constituição vigente e que consagre situação de desigualdade sexual não amparada por essa Constituição, será inconstitucional.

Gabarito:

- a) Errada - A isonomia do homem com a mulher não é algo absoluto, mas sim relativo. Assim, é possível que haja certas diferenciações, desde que fundamentadas.
- b) Certa
- c) Errada - A constituição diz que só se admite as exceções previstas no próprio texto constitucional (art. 5º, I)
- d) Errada - Leis elaboradas antes da Constituição atual não são consideradas inconstitucionais, mas sim “não recepcionadas”.

12. (ESAF/AGU/1998) Assinale a opção correta.

- a) A liberdade sindical constitucionalmente assegurada não permite a criação de mais de um sindicato representativo de uma mesma categoria profissional ou econômica, por base territorial.
- b) A contribuição fixada pela assembléia geral para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva é obrigatória para filiados ou não-filiados.
- c) A participação dos sindicatos nas negociações coletivas pode ser dispensada se os trabalhadores designarem diretamente os seus próprios representantes.
- d) As normas que integram o capítulo referente aos direitos sociais são normas constitucionais programáticas.
- e) A Constituição Federal assegura um direito de greve absoluto ou irrestrito.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Errada - Esta contribuição é devida apenas pelos filiados ao sindicato (art. 8º, IV)
- c) Errada - É obrigatória a participação dos sindicatos.
- d) Errada - As normas referentes aos direitos sociais não são normas meramente programáticas, ou seja, metas a serem cumpridas. São direitos efetivamente garantidos pela Constituição.
- e) Errada - O direito de greve possui as limitações do art. 9º.

13. (ESAF/ASSIST. JURÍDICO/AGU/1999) Assinale a opção correta.

- a) Além da aplicação da lei mais benéfica, em se tratando de leis penais no tempo, afigura-se razoável, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que se proceda à

combinação interpretativa de disposições da lei velha e da lei nova com o objetivo de assegurar a aplicação da lex mitior.

b) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é constitucional a prisão civil do devedor fiduciante.

c) Segundo entendimento dominante no Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional disposição legal que vede a progressividade do regime de cumprimento da pena para crimes hediondos.

d) A Constituição Federal admite a interceptação telefônica para fins de investigação criminal, administrativa ou parlamentar.

e) A norma superveniente que amplie o prazo de prescrição tem aplicação imediata, independentemente dos reflexos que produza nas situações concretas, por se tratar de norma de conteúdo processual.

Gabarito:

a) Errada - A prática descrita neste item é proibida segundo a jurisprudência, pois se assim agisse, o juiz estaria criando uma terceira lei, ou seja, agindo como se fosse o legislador. Um jurista que defende esta possibilidade é Damásio de Jesus.

b) Certa

c) Errada - Esta matéria está sendo novamente debatida na Suprema Corte.

d) Errada - A CF/88 só permite a quebra do sigilo telefônico para fins de investigação criminal

e) Errada - A lei que aumenta prazos prescricionais é maléfica ao réu. Assim, não se aplicará aos imediatamente, mas tão-somente para os casos futuros.

14. (ESAF/ASSIST. JURÍDICO/AGU/1999) Assinale a opção correta.

a) Nos termos da Constituição, a proteção contra a despedida arbitrária há de ser estabelecida em lei ordinária.

b) É permitida a criação de mais de uma entidade sindical, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial.

c) A Constituição admite a não-equiparação dos direitos do trabalhador avulso e do trabalhador com vínculo empregatício.

d) A Constituição legitima a distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual.

e) Nos termos da Constituição, é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

Gabarito:

a) Errada - a lei que definirá a proteção contra a despedida arbitrária é uma lei complementar (art. 7º, I).

b) Errada - Não é permitida a criação de mais de um sindicato da mesma categoria na mesma base territorial.

c) Errada - Estes trabalhadores foram equiparados pela CF/88, art. 7º, XXXIV.

d) Errada - A Carta Maior proíbe esta diferenciação em seu art. 7º, XXXII.

e) Certa

15. (ESAF/AFTN/1998) Assinale a opção correta.

a) Os direitos sociais são considerados direitos de conteúdo meramente programático.

b) A prova obtida de forma ilícita poderá ser utilizada em qualquer outro processo, vedada a sua utilização naquele para o qual foi originariamente produzida.

- c) Segundo a jurisprudência assente do Supremo Tribunal Federal, a interceptação telefônica somente poderá efetivar-se mediante autorização da autoridade judicial, nos casos expressamente previstos em lei.
- d) O princípio constitucional que assegura a ampla defesa e o contraditório não permite que se realize o interrogatório do indiciado perante a autoridade policial na ausência do advogado.
- e) Segundo orientação dominante na jurisprudência, os direitos fundamentais passíveis de restrição mediante atividade legislativa podem ter seu âmbito de proteção reduzido de forma ilimitada.

Gabarito:

- a) Errada - As normas referentes aos direitos sociais não são normas meramente programáticas, ou seja, metas a serem cumpridas. São direitos efetivamente garantidos pela Constituição.
- b) Errada - Não é admitida em nenhum caso a utilização de provas obtida por meios ilícitos.
- c) Certa
- d) Errada - É possível o interrogatório sem a presença do advogado
- e) Errada - O âmbito de proteção dos direitos fundamentais não pode ser reduzido de forma ilimitada, sendo, inclusive, cláusulas pétreas, o que proíbe sua extinção via emendas constitucionais.

Prática Geral III - Questões de (1 a 15)

1. (ESAF/AFTN/1998) Assinale a opção correta.

- a) Segundo entendimento dominante na doutrina, os direitos fundamentais podem ser regulamentados por medida provisória.
- b) Os direitos constantes do catálogo de direitos individuais e coletivos estão elencados de forma exaustiva.
- c) Os direitos constantes de tratados internacionais são intangíveis, não podendo ser alterados sequer por emenda constitucional.
- d) Segundo a jurisprudência dominante, somente os direitos constantes do catálogo de direitos individuais gozam de proteção da cláusula pétrea.
- e) No sistema constitucional brasileiro, os direitos previstos em tratado internacional são dotados de força de uma norma constitucional.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Errada - É possível a inserção de outros direitos ao rol de direitos individuais e coletivos (art. 5º, § 2º).
- c) Errada - Os tratados estão hierarquicamente abaixo das emendas constitucionais, podendo, por isso, serem alterados.

- d) Errada - Segundo a jurisprudência dominante não só os direitos previstos no rol do art. 5º são protegidos por cláusula pétrea, mas também os direitos do art. 7º, por exemplo.
- e) Errada - O sistema brasileiro, apesar de permitir a criação de direitos e garantias fundamentais via tratado internacional, não eleva esses tratados ao status de norma constitucional. Com a EC 45/2004, criou-se a possibilidade de adoção de tratados internacionais com força de emenda constitucional, o que só ocorrerá se aprovado pelo Congresso Nacional por quorum de 3/5 dos membros em 02 (dois) turnos de votação.

2. (CESPE/DEL. POLÍCIA FEDERAL/1997) Com relação aos direitos políticos, julgue os itens abaixo.

- a) Os direitos políticos compreendem as faculdades de votar e de ser votado e nelas esgotam-se.
- b) O alistamento eleitoral é obrigatório para todos os brasileiros alfabetizados e maiores de dezoito anos.
- c) O sufrágio no Brasil possui índole capacitária e censitária.
- d) No Brasil, quem tem capacidade eleitoral passiva tem, necessariamente, a ativa; todavia, nem todo eleitor é elegível.
- e) Inelegibilidade é diferente de inalistabilidade, que, por sua vez, é diferente de incompatibilidade.

Gabarito:

- a) Errada - Os direitos políticos vão muito além de votar e ser votado, incluindo todas as formas de atuação do cidadão na política estatal.
- b) Errada - Nem todos alfabetizados e maiores de 18 anos são obrigados a se alistar, visto que se esta pessoa tiver mais de 70 anos o alistamento será facultativo.
- c) Errada - O sufrágio é universal.
- d) Certa
- e) Certa

3. (CESPE/ANALISTA JUDICIÁRIO STF/1999) Acerca da disciplina constitucional da nacionalidade, dos direitos políticos e dos direitos sociais, assinale a opção incorreta.

- a) Considere a seguinte situação hipotética: Jardel, de nacionalidade brasileira e contando trinta e seis anos de idade, figura entre os prováveis escolhidos para vaga de ministro do STF. Ocorre que Jardel, filho de pai espanhol e mãe brasileira, nasceu na Espanha. Nessa

situação, Jardel será considerado brasileiro nato - podendo, portanto, ser nomeado ministro do STF - se, por ocasião do seu nascimento no estrangeiro, sua mãe estivesse a serviço do Brasil. Todavia, ainda que sua mãe não exercesse tal atividade, Jardel também será considerado brasileiro nato se, aos trinta anos de idade, tiver vindo residir no Brasil e optado por essa nacionalidade.

b) Os estrangeiros não podem alistar-se como eleitores. Ademais, os analfabetos não podem ser candidatos a cargos eletivos, embora possam alistar-se como eleitores.

c) Considerando que, seis meses antes do pleito, um candidato à reeleição tenha renunciado ao mandato de governador de um dos Estados brasileiros, então não haverá impedimento a que, pelo mesmo Estado, seus dois filhos sejam candidatos aos cargos de senador e deputado federal, respectivamente.

d) Considerando que o contrato de trabalho entre um empregado e a empresa Z tenha sido rescindido, é certo que, na hipótese de o aviso prévio ser-lhe devido, o prazo do mesmo será, no mínimo, de trinta dias, ainda que, no curso da relação laboral, o salário do empregado tenha sido pago semanalmente e que a demissão tenha ocorrido com menos de um ano de vigência do contrato de trabalho.

e) A Constituição da República assegura aos trabalhadores domésticos o direito ao seguro-desemprego, mas apenas na hipótese de desemprego involuntário.

Gabarito:

a) Certa

b) Certa

c) Certa

d) Certa

e) Errada – A constituição não assegura aos empregados domésticos o direito ao seguro-desemprego (art. 7º, parágrafo único, da CF)

4. (ESAF/TTN/1998) Julgue os itens a seguir.

a) A ação popular destina-se a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

b) Segundo entendimento dominante na doutrina e na jurisprudência, é inconstitucional a fixação de prazo para a impetração de mandado de segurança.

c) Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a decisão proferida em mandado de injunção pode suprir a eventual omissão legislativa.

d) A denúncia vaga ou genérica no processo penal é plenamente compatível com o princípio constitucional do direito de defesa.

e) O princípio da presunção de inocência não permite a prisão cautelar ou provisória.

Gabarito:

a) Certa

b) Errada - A jurisprudência já firmou entendimento de que o prazo de 120 dias para o mandado de segurança é constitucional.

c) Certa – O Supremo Tribunal Federal, com o julgamento do MI 721 passou a conferir ao mandado de injunção um caráter mandamental, capaz de conceder, no caso concreto, o direito pendente de regulamentação.

d) Errada - A denúncia vaga não é compatível com o princípio da ampla defesa.

e) Errada - O STF já pacificou entendimento de que as prisões cautelares (antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória) não ferem a Constituição

5. (CESPE/PROCURADOR/INSS/1997) Julgue os itens abaixo, acerca dos direitos e garantias fundamentais outorgados pelo texto constitucional aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país.

a) Ressalvadas situações de flagrante delito e desastre, nenhuma autoridade policial pode penetrar na casa de um indivíduo sem que este consinta. Além disso, à noite, somente por ordem judicial se adentra a residência de alguém com o objetivo de realizar-se diligência investigatória.

b) O seguro-desemprego, o fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) e o salário-família são garantidos aos trabalhadores rurais.

c) Para alcançar a condição de brasileiro nato, não é necessário que o filho de pai brasileiro ou mãe brasileira - que não estejam a serviço do país - seja registrado em consulado brasileiro ou venha a residir no Brasil antes da maioridade.

d) As hipóteses de cassação dos direitos políticos são previstas em *numerus clausus* na Constituição - entre elas, a improbidade administrativa e a condenação criminal transitada em julgado.

e) Os analfabetos não podem concorrer a cargos eletivos dos poderes executivos - municipais, estaduais e federal -, embora possam concorrer a mandatos legislativos.

Gabarito:

a) Errada - Em primeiro lugar o item não traz a hipótese de prestar socorro. Em segundo lugar, diligências investigatórias só podem ser feitas durante o dia e com mandado judicial.

b) Certa

- c) Certa
- d) Errada - Não existe cassação de direitos políticos no Brasil.
- e) Errada - Os analfabetos são inelegíveis, em qualquer caso.

6. (ESAF/TÉC. JUDICIÁRIO/TJ/CE) Assinale a assertiva correta.

- a) A liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação não admite qualquer restrição ou limitação por parte do Poder Público, pois isto equivaleria ao restabelecimento da censura prévia.
- b) A pequena propriedade rural, trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de dívida decorrente de atividade produtiva.
- c) O legislador poderá outorgar ao júri competência para conhecer também de crimes culposos contra a vida.
- d) O uso de propriedade particular pelo Poder Público depende de indenização prévia.
- e) A liberdade de exercício de qualquer trabalho, assegurada constitucionalmente, torna inviável que lei ordinária, de qualquer forma, restrinja essa liberdade.

Gabarito:

- a) Errada - É possível a limitação da liberdade de expressão seja para proteger o indivíduo contra danos morais ou matérias, seja para proteger a sociedade. Assim, por exemplo, se mostra constitucional a limitação de idade nos cinemas, a classificação para efeito indicativo, bem como as restrições às propagandas de bebidas alcoólicas e de cigarro.
- b) Certa
- c) Errada - Apesar de gabaritada como “errada”, caberia recurso desta questão pois, segundo alguns autores, seria possível a inserção de outros crimes no rol definido para o júri. Por exemplo, os crimes conexos a crimes dolosos contra a vida são julgados também pelo júri, por força de lei ordinária, o Código de Processo Penal.
- d) Errada - O poder público pode, segundo a Constituição, usar o bem particular no caso de iminente perigo público, mediante indenização posterior.
- e) Errada - Segundo o art. 5º, XIII, é possível a estipulação de limitações, por parte da legislação ordinária, no que tange aos atributos necessários ao exercício profissional.

7. (ESAF/TÉC. JUDICIÁRIO/TJ/CE) Assinale a assertiva correta.

- a) A Constituição consagra sistema de direito de nacionalidade que assegura a nacionalidade a todos os nascidos no Brasil.

- b) O brasileiro que adquirir outra nacionalidade perde inevitavelmente a nacionalidade brasileira.
- c) A Constituição assegura a nacionalidade brasileira aos nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir no Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
- d) Dentre os cargos privativos de brasileiro nato encontram-se os de oficial das forças armadas, da carreira diplomática, os de parlamentar e os de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- e) Além das previstas na Constituição, a lei poderá estabelecer outras distinções entre brasileiros natos e naturalizados.

Gabarito:

- a) Errada - Nem todos nascidos no Brasil são considerados brasileiros. Um exemplo de pessoa nascida em território brasileiro mas que não possui a nacionalidade brasileira é o nascido no Brasil, filho de pais estrangeiros a serviço de seu país.
- b) Errada - Existem casos em que é possível ao brasileiro o acúmulo de duas nacionalidades (dupla nacionalidade). Esses casos estão previstos no art. 12, § 4o.
- c) Certa
- d) Errada - O cargo de parlamentar não é privativo de brasileiro nato.
- e) Errada - O art. 12, § 2o, da CF diz expressamente que somente a Constituição pode estipular distinções entre brasileiros natos e naturalizados.

8. (CESPE/ANALISTA JUDICIÁRIO STF/1999) Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos consagrados na Constituição da República, assinale a opção correta.

- a) Considere a seguinte situação: Recentemente, em uma telenovela, produziu-se uma situação em que uma criança, aproveitando-se da ausência dos pais, saiu sorrateiramente de casa à noite, à procura de um amigo. Chegando em casa e dando pela falta do filho, os pais dirigiram-se à delegacia de polícia. O pai, então, acusou um homem de haver seqüestrado a criança. Em seqüência, uma equipe de policiais dirigiu-se à casa do pretenso seqüestrador, o qual estava, em verdade, inteiramente alheio ao paradeiro da criança. Os policiais encontravam-se no interior da residência quando o suspeito chegou e levaram-no preso - fato este ocorrido após as 22 horas. Em uma situação real, não havendo a caracterização de flagrante e tendo a diligência policial sido realizada à noite, a casa do suspeito não poderia vir a ser invadida para se efetivar a prisão - salvo se a diligência se efetivasse mediante mandado de prisão expedido por autoridade judicial.

- b) Considere a seguinte situação: Em uma recente encenação televisiva, em que se representava situação ocorrida no século passado, um indivíduo foi detido e mantido incomunicável, objetivando-se, com isso, impedirem-se prejuízos às investigações. Ademais, sua prisão não foi comunicada a qualquer pessoa ou autoridade. Em uma situação real e presente, a prisão do indivíduo haveria de ser necessariamente comunicada ao juiz competente, embora pudesse, por ordem judicial e no interesse das investigações, temporariamente ser mantido o conscripto incomunicável e não ser dada ciência da prisão a qualquer pessoa de sua esfera pessoal.
- c) Considere a seguinte situação hipotética: Em um país vizinho ao Brasil, instalou-se regime político de exceção. Suprimidas as garantias de um Estado democrático de direito, foi editada uma lei pelo grupo que tomou o poder, consoante a qual seria crime a criação de qualquer partido político, bem assim a divulgação de idéias, por qualquer meio, que contrariassem a ideologia do movimento que se instalara no poder. Nessa situação, se aquele país pedisse ao Brasil a extradição de um seu nacional que lá tivesse praticado algum desses crimes políticos, o governo brasileiro só poderia entregar o estrangeiro se houvesse tratado internacional de extradição celebrado entre os dois países.
- d) Considere a seguinte situação hipotética: Mévio obteve junto ao Banco X um empréstimo financeiro, com garantia hipotecária, o qual deveria ser liquidado integralmente após dois anos. Decorrido esse prazo e não tendo havido o pagamento do mútuo, o banco X providenciou a execução do contrato. No curso do processo, constatou-se, contudo, que Mévio estava em lugar incerto e não sabido e que o imóvel dado em garantia da dívida fora alienado a terceiro antes do início da execução. O banco X postulou, então, ao juízo da execução, a decretação da prisão de Mévio. Nessa situação, a prisão não poderá ser decretada, sob pena de violação de garantia individual prevista na Constituição.
- e) Considere a seguinte situação hipotética: Caio foi submetido a cirurgia de emergência em hospital particular, localizado em Brasília, para onde foi levado em decorrência de grave acidente de trânsito, ocorrido nas proximidades daquele nosocômio. Após quatro semanas de internação, Caio obteve alta hospitalar. Suspeitando, contudo, que o cheque, oriundo de outra praça, dado em pagamento das despesas não estaria provido de fundos, a direção do hospital determinou que não permitisse a saída do paciente das instalações do hospital até que se assegurasse de que o cheque não seria devolvido pelo banco sacado - o que deveria ocorrer em cinco dias. Nessa situação, o instrumento processual de sede constitucional de que o paciente deve valer-se para obter ordem judicial que lhe garanta sair do hospital é o mandado de segurança.

Gabarito:

- a) Errada - Não poderia tal diligência ser realizada à noite pois o ingresso em residência para cumprimento de mandado judicial deve ser durante o dia.
- b) Errada - Segundo a Constituição é impossível a aplicação do artigo do CPP que dispunha sobre a incomunicabilidade do preso. Além disso é obrigatória a comunicação da prisão à família ou a pessoa indicada pelo preso.
- c) Errada - Tal extradição seria impossível pois em nosso país é proibida a extradição por crime político.
- d) Certa
- e) Errada - O instrumento correto seria o habeas corpus.

9. (CESPE/POLÍCIA CIVIL DF/1998) A CF traz a previsão de que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, enunciando, assim, o princípio genérico da igualdade ou da isonomia. A respeito desse princípio, assinale a opção correta.

- a) A expressão “iguais perante a lei” significa que o princípio não se dirige ao legislador, mas ao aplicador da lei.
- b) O STF, na aplicação do cânone em referência, não admite a fixação de idade máxima como restrição ao acesso de cidadãos a qualquer cargo ou emprego público.
- c) A norma constitucional que prevê aposentadoria para mulher com idade inferior à do homem fere o princípio da isonomia, demonstrando que este não tem aplicabilidade imediata, mas é apenas um ideal a perseguir.
- d) A garantia do juiz natural é indispensável para a concretização do princípio da igualdade no plano jurisdicional, tal como prevista na Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujo conteúdo proclama que todo homem, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Gabarito:

- a) Errada - O princípio da isonomia se aplica tanto ao legislador quanto ao aplicador da lei. É o que se chama igualdade na lei e perante a lei.
- b) Errada - É possível a limitação de idade para acesso a cargos públicos, desde que amparada em um fundamento fático-lógico.
- c) Errada - Os critérios de aposentadoria diferenciada entre homem e mulher não ferem o princípio da isonomia, até mesmo por que a Constituição prevê, em seu art. 5º, inciso I, que homens e mulheres são iguais perante a Constituição, ou seja, este diploma pode

estipular distinções entre os sexos. Alguns autores também identificam a possibilidade de até mesmo a lei estabelecer diferenciações entre os diferentes sexos.

d) Certa

10. (CESPE/POLÍCIA CIVIL DF/1998) A CF relaciona uma série de direitos e garantias individuais que constituem dimensões da liberdade e da própria dignidade humana, com ampla repercussão na área criminal. A esse respeito, julgue os itens que se seguem.

I - A tortura policial, seja física ou psicológica, é repudiada veemente pela ordem constitucional, sendo considerada como crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou de anistia.

II - A extensão aos sucessores do condenado da obrigação de reparar o dano resultante do crime, caso admitida, representaria uma violação ao princípio magno de que nenhuma pena passará da pessoa do condenado.

III - A norma que garante às presidiárias condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação não tem aplicabilidade imediata, pois depende da construção de celas apropriadas.

IV - A instituição do júri popular pode ser abolida pela lei processual, desde que se garanta ao acusado um julgamento imparcial.

A quantidade de itens certos é igual a

- a) 0
- b) 2
- c) 4
- d) 1
- e) 3

Gabarito: a

Comentário:

I - A tortura não é imprescritível

II - Esta extensão será possível até o limite da herança.

III - O direito à amamentação de seus filhos, concedido à presidiária, tem aplicabilidade imediata.

IV - A instituição do júri não pode ser abolida, pois cláusula pétrea. Nem mesmo uma emenda constitucional poderia retirá-lo do rol de garantias processuais.

11. (CESPE/DELEGADO PC/GO/1998) Uma denúncia anônima informou à polícia que, em determinada casa, estaria ocorrendo um crime. Comparecendo ao local, a polícia constatou que muito provavelmente a denúncia seria verídica. Em face dessa situação e considerando que já era noite, a polícia:

- a) somente poderá invadir a mencionada casa se houver consentimento de seu morador, salvo se for este que estiver cometendo o crime.
- b) somente poderia invadir a casa durante o dia, desde que obtivesse ordem judicial.
- c) somente poderá invadir a casa por ordem judicial. A invasão poderia, nesse caso, ocorrer a qualquer hora do dia ou da noite.
- d) poderá invadir a casa independentemente de ordem judicial.
- e) não poderá, em hipótese alguma, invadir a casa, haja vista ter sido anônima a denúncia e a Constituição Federal vedar o anonimato.

Gabarito:

- a) Errada - A quebra da inviolabilidade de domicílio por conta da ocorrência de flagrante delito não requer o criminoso seja o próprio morador.
- b) Errada - A quebra de inviolabilidade de domicílio se dará independentemente de mandado, por conta da ocorrência de flagrante delito.
- c) Errada - Em primeiro lugar, não é necessário mandado e, em segundo lugar, se fosse por mandado não poderia ser à noite.
- d) Certa
- e) Errada - O fato de ser denúncia anônima não impede a quebra da inviolabilidade de domicílio.

Obs. A questão merece recurso, dado que “muito provavelmente” não está enquadrado em nenhuma hipótese de flagrante delito prevista no CPP.

12. (CESPE/AG. POLÍCIA FEDERAL/1997) Considerando as normas constitucionais disciplinadoras dos direitos políticos, julgue os itens abaixo.

- a) No Brasil, o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para todos os indivíduos maiores de dezoito anos.
- b) Todos aqueles que podem votar podem ser votados.
- c) O condenado criminalmente por decisão passada em julgado não pode votar nem ser votado, enquanto durarem os efeitos da condenação.
- d) A condenação por ato de improbidade administrativa implica a suspensão dos direitos políticos.

e) O estrangeiro não pode ser candidato a cargo eletivo no Brasil.

Gabarito:

- a) Errada - Os analfabetos e os maiores de 70 anos não são obrigados a se alistarem.
- b) Errada - Os analfabetos podem votar mas não podem ser votados.
- c) Certa
- d) Certa
- e) Certa

13. (ANALISTA JUDICIÁRIO/TRT/9ª REGIÃO) É correto afirmar que o princípio do acesso ao Poder Judiciário:

- a) pode ser condicionado ao prévio percurso da instância administrativa.
- b) depende do prévio esgotamento da via administrativa.
- c) só pode ser limitado por lei.
- d) assegura o direito de pleitear a prestação jurisdicional sempre que um direito for lesado ou ameaçado de lesão.
- e) está condicionado ao pagamento de taxas judiciárias.

Gabarito:

- a) Errada - Isso seria ferir o princípio do amplo acesso ao Poder Judiciário.
- b) Errada - Não é necessário percorrer a via administrativa antes de ingressar no Poder Judiciário.
- c) Errada - O inciso XXXV do art. 5º da CF diz expressamente que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”
- d) Certa
- e) Errada - O princípio do amplo acesso não está condicionado ao prévio pagamento de taxas judiciárias (vide, por exemplo, a justiça gratuita).

14. (CESPE-UnB/SoldadoPMDF/2001) Alberto, irmão de Danilo, foi preso acusado de furto de veículo. Danilo foi ter com o delegado, que, irritado com o excesso de perguntas sobre o caso, apreendeu seu carro, alegando que poderia ser produto de furto.

Diante dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- a) Se entender que a prisão foi ilegal, Danilo pode impetrar um habeas corpus para buscar a liberdade do irmão, sem a necessidade de advogado e sem ônus financeiro.

- b) Se Danilo tiver como comprovar ser proprietário do veículo, poderá valer-se de um mandado de segurança individual para pôr fim ao abuso do delegado e reaver o seu bem.
- c) Danilo pode ajuizar uma ação popular para se ressarcir dos prejuízos decorrentes da indevida apreensão do seu veículo.
- d) Danilo pode usar do direito de petição para comunicar o fato ao Ministério Público e pedir providências contra ilegalidade ou abuso de poder do delegado.
- e) A prisão de Alberto pode ser considerada legal, mesmo não sendo em flagrante, se tiver sido ordenada por escrito e estiver devidamente fundamentada por autoridade policial competente.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Certa
- c) Errada - A ação popular não se presta a garantir o ressarcimento por danos individuais, somente os danos a patrimônios públicos.
- d) Certa
- e) Errada - Autoridade policial não pode determinar prisão. A prisão só é cabível em três hipóteses: flagrante delito, prisão militar e ordem judicial escrita e fundamentada.

15. (Magistratura Federal/2001) Assinalar a alternativa incorreta.

- a) Os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais de que o país seja parte.
- b) São direitos individuais a associação para fins lícitos, a criação de associações, e sua dissolução compulsória ou suspensão de atividades apenas por decisão judicial, exigindo-se, na primeira hipótese, trânsito em julgado.
- c) São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos poderes públicos e de obtenção de certidões em repartições públicas, para quaisquer fins.
- d) O preso tem o direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, à comunicação imediata da prisão ao juiz competente, à informação sobre seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, e à assistência da família e de advogado.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Certa



- c) Errada - As certidões devem servir para a defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- d) Certa

Prática Geral IV - Questões de (1 a 13)

1. (Magistratura Federal / 1998) Nos termos da Constituição Federal:

- a) aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recurso a ela inerentes.
- b) não será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.
- c) os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei trabalhista, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior do Trabalho.
- d) a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa o exigir para os reconhecidamente pobres.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Errada - é cabível a ação privada se a ação pública não for intentada no prazo legal. Essa é a chamada ação penal privada subsidiária da pública, prevista no art. 5º, LIX.
- c) Errada - Os Estatutos dos partidos políticos são registrados no Tribunal Superior Eleitoral, não no Tribunal Superior do Trabalho.
- d) Errada - A lei só pode restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

2. (Magistratura Federal / 1998) Nos termos da Constituição Federal:

- a) o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita exclusivamente aos analfabetos.
- b) ninguém será considerado inocente até o trânsito em julgado de sentença penal absolutória.
- c) a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo ou iniciativa popular.
- d) é permitida a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

Gabarito:

- a) Errada - Não são os analfabetos que têm esse direito, mas sim que demonstrarem insuficiência de recursos.
- b) Errada - Todos serão considerados inocentes até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, e não o contrário.
- c) Certa
- d) Errada - Os partidos políticos não poderão ter caráter paramilitar.

3. (Magistratura Federal/2002) De acordo com a Constituição Federal, são condições gerais de elegibilidade, entre outras:

- a) filiação partidária e nacionalidade brasileira nata.
- b) domicílio eleitoral na circunscrição e conclusão de curso de ensino médio.
- c) pleno exercício dos direitos políticos e alistamento eleitoral.
- d) alistamento militar e nacionalidade brasileira.

Gabarito:

- c) O § 3º do art. 14 lista as condições de elegibilidade, que são:

§ 3º - São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária;

VI - a idade mínima de:

- a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
- b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;
- c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
- d) dezoito anos para Vereador.

4. (Magistratura Federal/1999) Nos termos da Constituição, assinale a alternativa correta.

- a) A lei regulará a individualização da pena de banimento, em caso de crime inafiançável e imprescritível.

- b) Não haverá pena de trabalhos forçados, salvo em caso de guerra declarada.
- c) Não haverá pena de caráter perpétuo.
- d) A lei regulará a individualização de pena de trabalhos forçados, em caso de crime inafiançável e imprescritível.

Gabarito:

- a) Errada - Não é permitida, no Brasil, a pena de banimento.
- b) Errada - Nem mesmo em caso de guerra declarada haverá a pena de trabalhos forçados. Somente a pena de morte é que possui essa exceção prevista na Constituição.
- c) Certa
- d) Errada - Em nenhuma hipótese haverá a pena de trabalhos forçados.

5. (Magistratura Federal / 1998) Nos termos da Constituição Federal:

- a) o mandado de injunção pode ser impetrado por partido político, com ou sem representação no Congresso nacional, para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- b) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação civil pública para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- c) o mandado de injunção somente pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- d) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

Gabarito:

- a) Errada - O mandado de injunção pode ser impetrado por qualquer pessoa.
- b) Errada - A ação civil pública não pode ser impetrada por qualquer cidadão e não se destina ao acesso a informações.
- c) Errada - Não é necessário ser partido político para ajuizar mandado de injunção e tal ação não protege direito de locomoção.

d) Certa

6. (Magistratura Federal/2001) Em virtude da Constituição Federal vigente, aos reconhecidamente pobres, na forma da Lei, são gratuitos:

- a) o registro civil de nascimento, o registro civil de casamento e a certidão de óbito;
- b) o registro civil de nascimento e o registro civil de casamento;
- c) o registro civil de nascimento e a certidão de óbito;
- d) o registro civil de nascimento, o registro civil de casamento, a certidão imobiliária e a certidão de óbito.

Gabarito:

- c) Vide o art. 5o, inciso LXXVI.

7. (Magistratura Federal/1999) Assinale a alternativa correta.

- a) O alistamento eleitoral é obrigatório para os maiores de dezesseis anos.
- b) O alistamento eleitoral é obrigatório para os maiores de dezoito anos.
- c) O alistamento eleitoral é facultativo apenas para os maiores de setenta anos.
- d) O alistamento eleitoral é facultativo apenas para os maiores de dezesseis anos.

Gabarito:

- b) Vide o art. 14, § 1o, I.

8. (Magistratura Federal/1999) A recusa a prestar serviço militar por motivo de convicção política é

- a) direito constitucional fundamental e não acarreta a perda automática dos direitos políticos.
- b) faculdade constitucional e acarreta, sempre, a cassação dos direitos incompatíveis.
- c) faculdade constitucional e acarreta, sempre, a perda de direitos incompatíveis com o exercício da cidadania.
- d) direito constitucional fundamental e acarreta somente a suspensão de direitos individuais relativos à liberdade de pensamento.
- e) direito constitucional fundamental e não acarreta, em qualquer caso, a cassação ou suspensão de direitos políticos.

Gabarito:

a) O art. 5º, VIII, diz que:

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

Assim, só será aplicada penalidade àquele que se recuse a prestar serviço militar se esta pessoa se recusar a cumprir prestação alternativa.

9. (Magistratura Federal/2001) Em virtude da Constituição Federal em vigor, o mandado de injunção será concedido:

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros de entidades de caráter público.
- b) quando a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- c) quando a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício dos direitos constitucionais inerentes ao devido processo legal.
- d) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso judicial.

Gabarito:

b) Vide art. 5º, LXXI, da CF.

10. (Exame de Ordem/2002) Constitui vedação constitucional em termos absolutos:

- a) Restrição à publicidade dos atos processuais.
- b) Extradicação de brasileiro nato.
- c) Instituição da pena de morte.
- d) Identificação criminal de alguém já identificado civilmente.

Gabarito:

a) Errada - Os atos processuais podem ter sua publicidade restringida para proteger a intimidade ou interesse público.

b) Certa

c) Errada - É possível a aplicação da pena de morte quando declarada guerra.

d) Errada - Nos casos previstos em lei é possível a identificação criminal daquele já identificado civilmente.

11. (Exame de Ordem/2000) Assinale a assertiva falsa. Com relação à ação popular:

- a) Tem legitimidade o cidadão.
- b) Age na defesa do interesse público.
- c) Não cabe no caso da lesão à moralidade administrativa.
- d) Cabe no caso de lesão ao meio ambiente.

Gabarito:

- c) Cabe Ação Popular para proteção de interesse público.

12. (Exame de Ordem/2002) No âmbito do sindicato a que está filiado, ex-empregado de empresa privada, já aposentado:

- a) tem direito a votar, mas não de ser votado.
- b) tem direito a votar e a ser votado.
- c) não tem direito a votar nem a ser votado.
- d) não pode continuar filiado.

Gabarito:

- b) Vide art. 8º, VII.

13. (Exame de Ordem/2000) Assinale a opção correta.

- a) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- b) Entre os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil está a livre manifestação de pensamento, resguardado o direito ao anonimato.
- c) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.
- d) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal.

Gabarito:

- a) Certa

- b) Errada - A liberdade de expressão não é princípio fundamental, mas sim, direito e garantia fundamental.
- c) Errada - Não é possível associação de caráter paramilitar.
- d) Errada - Em nenhum caso alguém poderá ser compelido a se associar ou a permanecer associado.

Prática Geral V - Questões de (1 a 8)

1. (Exame de Ordem / 2000) Sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

- a) Admite-se a ação popular proposta por estrangeiro residente no país.
- b) Pessoa jurídica não pode titularizar direito fundamental.
- c) Nenhuma lei, nem mesmo as chamadas leis de ordem pública, pode prejudicar direito adquirido.
- d) As leis sobre prescrição, porque de natureza processual, não estão limitadas pela garantia constitucional da irretroatividade das normas menos favoráveis ao réu.

Gabarito:

- a) Errada - A ação popular só pode ser ajuizada por cidadão, não podendo, portanto, ser ajuizada por estrangeiro.
- b) Errada - Pessoas jurídicas podem ser titulares de direitos
- c) Certa
- d) Errada - As leis sobre prescrição também estão condicionadas pelo princípio da irretroatividade das leis.

2. (Ministério Público Estadual / 1999) Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas da frase abaixo.

A idade mínima, estabelecida na Constituição Federal, é de.....anos para Presidente da República, de.....anos para Governador de Estado, de.....anos para Senador, de.....anos para Ministro de Estado e de.....anos para Vereador.

- a) 30 - 21 - 35 - 25 - 21
- b) 30 - 25 - 30 - 21 - 21
- c) 35 - 30 - 30 - 25 - 18
- d) 35 - 30 - 35 - 21 - 18
- e) 35 - 35 - 35 - 30 - 21

Gabarito:

- d) O art. 14, § 3o, VI, assim dispõe:
VI - a idade mínima de:
a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

- c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
- d) dezoito anos para Vereador.

3. (Ministério Público Estadual/2001) julgue os itens em relação aos direitos fundamentais e a sua proteção no Brasil.

- a) Os direitos individuais e sociais fundamentais, e os econômicos, previstos na Constituição Federal, têm em comum determinar o dever de o Estado abster-se de agir, deixando livre a economia privada.
- b) O Supremo Tribunal Federal, conforme sua jurisprudência, ao dar provimento a mandado de injunção, deve garantir de imediato o exercício do direito constitucional cuja regulamentação não foi concretizada.
- c) O juiz deve, em habeas data, assegurar ao autor o direito, que teve negado pela administração pública, ao conhecimento dos dados relativos a processo de licitação.
- d) A ação popular e a ação civil pública estão aptas a proteger o patrimônio público e o meio ambiente, devendo ser propostas pelo Ministério Público.
- e) Não cabe habeas corpus em relação a punições disciplinares militares.

Gabarito:

- a) Errada - Tais direitos não levam o Estado à inércia. Pelo contrario, exigem uma prestação positiva do Estado, que deve buscar a sua maior efetividade.
- b) Certa - O Supremo Tribunal Federal, com o julgamento do MI 721 passou a conferir ao mandado de injunção um caráter mandamental, capaz de conceder, no caso concreto, o direito pendente de regulamentação.
- c) Errada - O processo de licitação é público. O habeas data serve para assegurar acesso a informações pessoais, não informações públicas. Assim, a ação cabível seria o mandado de segurança.
- d) Errada - A ação popular não é proposta pelo Ministério Público, mas sim pelo cidadão.
- e) Certa

4. (Magistratura do Trabalho/2001) É um direito social expresso na Constituição Federal:

- a) A previdência social.
- b) A proteção à maternidade.
- c) A proteção à infância.
- d) Todos acima.

Gabarito:

- e) Todos esses são direitos constitucionalmente garantidos e estão previstos em diversos pontos da Constituição, em especial no Título VIII, Da Ordem Social.

5. (Magistratura do Trabalho/1999) Segundo a Constituição Federal, a retenção de salário constitui:

- a) Contravenção penal.
- b) Ilícito administrativo.
- c) Ilícito laboral.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

Gabarito:

- d) Vide art. 7º, X, da CF.

6. (MPU/MPDFT/2003) Em relação aos direitos fundamentais e aos direitos políticos, assinale a alternativa correta:



- a) No direito constitucional brasileiro, não há hipótese de perda dos direitos políticos; só de privação temporária desses direitos.
- b) São cargos privativos de brasileiros natos os cargos de presidente e de vice-presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- c) A lei que alterar o processo eleitoral não se aplica à eleição que ocorre até 1 (um) ano da data de sua vigência.
- d) Na ação popular, por sua natureza de defesa do patrimônio público, o autor estará sempre isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- e) Para naturalização de estrangeiros basta unicamente a residência no país há mais de quinze anos ininterruptos.

Gabarito:

- a) Errada - No Brasil não há a cassação de direitos políticos, só a perda ou suspensão.
- b) Errada - O cargo de Vice-Presidente da Câmara dos Deputados não é privativo de brasileiro nato.
- c) Certa
- d) Errada - Se for comprovada má-fé, o autor de ação popular será obrigado a pagar as custas judiciais.
- e) Errada - É necessário, ainda, que esse estrangeiro não tenha nenhuma condenação criminal.

7. (CESPE-UnB/STJ/2004) Considerando os direitos e as garantias individuais e coletivas no direito brasileiro, julgue os itens a seguir.

- a) A inviolabilidade de direitos individuais é distinguida das garantias constitucionais, ainda que atuem em conexão.
- b) Em matérias referentes à vida, à igualdade, à liberdade e à propriedade, os destinatários dos direitos e garantias individuais podem ser tanto pessoas físicas quanto jurídicas.
- c) Os chamados direitos coletivos podem encontrar fundamento em toda a ordem constitucional e mesmo em torno da ordem infraconstitucional, sendo que alguns deles, como o de reunião e o de associação, são direitos individuais de expressão coletiva.
- d) O direito de privacidade, quando identificado com o direito de intimidade, diz respeito às situações individuais de poder ficar tranquilo, em situação de paz, e de estar só.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Certa
- c) Certa
- d) Errada – O direito de intimidade está relacionado às relações interpessoais íntimas do indivíduo (amigos familiares, companheiros), não necessariamente envolvendo o direito de estar só (direito a privacidade). (Vide apostila)

8. (CESPE-UnB/Ceajur/2001) Os recentes atentados terroristas ocorridos nos Estados Unidos da América trouxeram, para todo o mundo ocidental, uma profunda reflexão quanto ao processo de evolução e afirmação dos direitos fundamentais, notadamente aqueles referidos como direitos da primeira dimensão ou primeira geração. Nesse contexto, assumem papel importante a hermenêutica e a criação jurisprudencial, à medida que reconhecem novos conteúdos e funções a alguns direitos tidos por tradicionais.

Acerca dos direitos fundamentais, julgue os itens que se seguem.

- a) Esses episódios atentatórios das liberdades básicas infirmam a tese de que os direitos fundamentais constituem categoria jurídica aberta e mutável.
- b) A cláusula do devido processo legal substantivo, enquanto garantia do Estado Democrático de Direito, pode abrigar um juízo de proporcionalidade entre a medida da restrição a um direito fundamental e o fim a ser colimado pela norma.
- c) A interpretação jurídica das normas de direitos fundamentais tem natureza axiológica e está condicionada às mutações históricas sofridas pela sociedade.
- d) O direito à paz, ao desenvolvimento social e à autodeterminação dos povos foi revelado com o Estado de Direito Liberal, cujo paradigma é o homem coletivamente considerado.
- e) As normas de direitos fundamentais de cunho programático acarretam a revogação dos atos normativos anteriores e contrários ao seu conteúdo, o que demonstra serem portadoras de uma carga de eficácia.

Gabarito:

- a) Errada – Como o próprio nome já diz, trata-se de direitos fundamentais, e o que é fundamental não pode ser extinto ou reduzido sem trazer prejuízos. Os direitos fundamentais podem ser considerados como um núcleo básico, inegociável e irrenunciável. O art. 60, § 4º, da CF/88, reconhecendo a existência desses núcleos inegociáveis, determinou ser cláusula pétrea (impossível de ser excluída da CF) os direitos e garantias individuais.
- b) Certa
- c) Certa
- d) Errada – Esses direitos, para serem efetivados, necessitam, na maioria das vezes, da intervenção estatal, de um agir do Estado. Assim sendo, não podem ser identificados com o Estado de Direito Liberal, que adota a política do “laissez faire, laissez passer”, ou seja, da intervenção mínima do Estado na sociedade.
- e) Certa

DIREITO CONSTITUCIONAL
MÓDULO IV
CAPÍTULO I - ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

AULA 1

Organização do Estado

Do ponto de vista político-administrativo, a República Federativa do Brasil se divide em União (não confundir com governo federal), estados, Distrito Federal e municípios, sendo todos entes autônomos, ou seja, possuem capacidade de auto-organização, autogoverno e de auto-administração.

Teoricamente, do ponto estritamente jurídico, não há qualquer hierarquia entre a União e os demais entes federativos, e nisso reside o princípio federativo. A União não prevalece diante de leis estaduais ou municipais, o que existe é uma divisão de tarefas. A União nunca deverá obediência a um ato normativo ou decisão administrativa dos outros entes federativos, já que estados e municípios não possuem autorização para legislar sobre matérias de competência da União. A Constituição Federal fez uma harmônica divisão de tarefas, de forma que cada ente possui um ramo de atuação legislativa determinado, designado de acordo com as características e vocações de cada um.

O mesmo se aplica aos estados e municípios entre si.

Na prática, o federalismo brasileiro apresenta uma estrutura centralizadora, derivada de nosso processo histórico de colonização.

AULA 2

Vedações

Nenhum dos entes políticos anteriormente citados pode:

1º) Estabelecer;

Patrocinar;

Impedir o funcionamento;

Criar dependência – a cultos religiosos ou igrejas.

2º) Recusar fé a documentos públicos. Os documentos públicos são dotados de presunção de legitimidade, o que significa que se presumem verdadeiros os dados neles constantes. Não pode, portanto, qualquer órgão da administração negar validade a um

documento público, como, por exemplo, uma certidão de nascimento, uma escritura de imóvel, salvo se provada alguma irregularidade.

3º) Criar regras que resultem em privilégios para alguns brasileiros, em detrimento do restante do povo ou estabelecer preferências entre os entes autônomos.

AULA 3

Bens da União

Introdução

A União, ente político dotado de **autonomia**, constitui uma pessoa jurídica de direito público interno, com função político-administrativa em todo o território nacional. Não devemos confundir a União com a República, já que a primeira é dotada de mera autonomia, enquanto a segunda, de soberania.

Em alguns momentos, a União exerce funções de estratégicas, como manter relações com outros estados ou declarar guerra e celebrar a paz, mas a titularidade da soberania continua com a República Federativa do Brasil.

Bens da União

A Constituição Federal determinou, em seu art. 20, os **bens da União**, que são: os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos; as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei; os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais; as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II; os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva; o mar territorial; os terrenos de marinha e seus acrescidos; os potenciais de energia hidráulica; os recursos minerais, inclusive os do subsolo; as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos e, por fim as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

Essa é uma enumeração exemplificativa, não impedindo que a União venha a adquirir outras modalidades de bens.

Aprofundamento no tema

No julgamento da ACO 736/RR, o Supremo Tribunal Federal decidiu que não compete ao ente estatal, dada a autonomia entre propriedade (segundo o Código Civil, o proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha) e posse (possuidor é aquele que, de acordo com o art. 1.198 do CC, tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade), ajuizar oposição, alegando exceção de domínio em ação de reintegração de posse. Em outras palavras, caso duas pessoas estejam discutindo judicialmente a posse de determinado imóvel, não pode o Estado intervir no processo alegando ser o proprietário desse bem. Quando a ação é baseada no domínio (propriedade), deve ser ajuizada uma ação própria, de natureza reivindicatória.

AULA 4

Da Organização Político-Administrativa

A Constituição Federal de 1988 determinou as competências da União, de forma a estipular sua área de atuação tanto na área administrativa como na legislativa. Dessa maneira, dividiram-se as competências em dois grupos, quais sejam as competências administrativas, que são aquelas tarefas que o governo executará, na condição de gerente das contas públicas, e, por fim, as competências legislativas, que são as áreas que a União poderá disciplinar por meio de leis elaboradas pelo Legislativo Federal, representado pelo Congresso Nacional. Ficam assim divididas as competências da União:

Competências Administrativas

- Exclusiva (art. 21, CF/1988)

Incluem-se nesta classificação aquelas atribuições que só a União é autorizada a exercer. Indicam uma ação do Estado, um fazer estatal. Por isso são iniciadas com um verbo no infinitivo (manter, declarar, assegurar). São elas:

- manter relações com estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;
- declarar a guerra e celebrar a paz;
- assegurar a defesa nacional;

- permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;
- decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal;
- autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;
- emitir moeda;
- administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada;
- elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;
- manter o serviço postal e o correio aéreo nacional;
- explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;

Segundo a jurisprudência do STF, a norma que disciplina forma e condições de cobrança pela empresas de telecomunicações configura matéria a ser regulada exclusivamente pela União, com base no art. 21, XI, da CF (ADI 2.615-MC/SC-STF).

- explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:
 - a) os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens;
 - b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;
 - c) a navegação aérea, aeroespacial e a infra-estrutura aeroportuária;
 - d) os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território;
 - e) os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;
 - f) os portos marítimos, fluviais e lacustres;
- organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;
- organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio;
- organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional;
- exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão;
- conceder anistia;

- planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;
- instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso;
- instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;
- estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação;
- executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;
- explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições:

a) toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional;

b) sob regime de permissão, são autorizadas a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e, industriais;

c) sob o regime de permissão, são autorizadas a produção, comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida igual ou inferior a duas horas;

d) a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa;

- organizar, manter e executar a inspeção do trabalho;
- estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa.

Como se pode perceber, estão no rol do art. 21 as matérias de caráter estratégico, muitas vezes relacionadas à segurança do Estado e à sua soberania.

- **Comum** (art. 23, CF/1988)

Incluem-se em tal competência as atribuições que a União irá exercer em conjunto com os estados, Distrito Federal e municípios. Tratam-se geralmente de atribuições que resultam em um ônus para a administração, como, por exemplo, zelar pela guarda da Constituição; do patrimônio público; cuidar da saúde pública e assistência social; proteger documentos de valor histórico, artístico e cultural; promover a construção de moradias populares; combater a pobreza; estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito, preservar as florestas, etc.

Competências Legislativas

- **Privativas** (art. 22, CF/1988)

Aqui se encontram as matérias sobre as quais só o Legislativo da União pode se pronunciar. Essas competências privativas (ou exclusivas) geralmente se referem matérias que necessitam de uma certa unificação, daí o impedimento de os estados, Distrito Federal e municípios criarem leis sobre tais assuntos. Excepcionalmente, uma Lei Complementar pode autorizar os estados a legislar sobre uma matéria específica, relacionada ao seu âmbito de atuação e que se relacione com uma das matérias enumeradas no art. 22 da CF. Vejamos quais são tais matérias:

- direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;
- desapropriação;
- requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;
- águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;
- serviço postal;
- sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais;
- política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;
- comércio exterior e interestadual;
- diretrizes da política nacional de transportes;
- regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;
- trânsito e transporte;

Uma lei estadual que, por exemplo, disponha sobre a obrigatoriedade da vistoria prévia anual em veículos com um tempo de uso determinados, fere a competência legislativa da União de tratar sobre trânsito e transporte (ADI 3.323/DF-STF)

- jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;
- nacionalidade, cidadania e naturalização;
- populações indígenas;
- emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;
- organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;
- organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como organização administrativa destes;
- sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais;
- sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular;
- sistemas de consórcios e sorteios;
- normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;

Muitas vezes uma competência legislativa se identifica ideologicamente com uma competência administrativa exclusiva da União, o que, inclusive, facilita a memorização do

rol de competências. Um exemplo clássico dessa interligação é do inciso VI do art. 21 c/c o inciso XXI do art. 22 da CF. Assim, uma lei estadual que disponha sobre a utilização, pelas polícias civil e militar, de armas de fogo apreendidas e em situação irregular fere a competência privativa da União para legislar sobre material bélico (art. 22, XXI, da CF), que é complementada pela competência administrativa exclusiva da União de autorizar e fiscalizar a produção de material bélico, prevista no art. 21, VI, da CF (ADI 3.258/RO-STF).

- competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais;
- seguridade social;
- diretrizes e bases da educação nacional;
- registros públicos;
- atividades nucleares de qualquer natureza;
- normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, estados, Distrito Federal e municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III;
- defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional;
- propaganda comercial.

- **Concorrentes** (art. 24, CF/1988)

As competências legislativas concorrentes são aquelas matérias sobre as quais tanto a União, quanto os estados e o Distrito Federal podem criar regras próprias, como, por exemplo: direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; orçamento; juntas comerciais; custas dos serviços forenses; educação, cultura, ensino e desporto; criação dos juizados especiais; proteção ao patrimônio histórico; proteção à infância; procedimentos processuais (o que não se confunde com processo penal), previdência social e proteção à saúde; assistência jurídica e defensoria pública; organização das polícias civil, etc.

AULA 5

Competência dos Estados

A descentralização política do Estado, da qual resultou nosso federalismo, busca uma maior eficiência e amplitude, na medida em que divide tarefas entre entes segundo as suas características destes.

A União, por exemplo, pela sua magnitude, apresenta uma vocação para assuntos relacionados à segurança nacional, sistema financeiro e relações internacionais. Mas, por

outro lado, não é capaz de compreender profundamente as diversas realidades e necessidades existentes em cada uma das cidades do País.

Os estados, por outro lado, são capazes de individualizar as realidades de nosso imenso país, assumindo, assim, tarefas mais regionalizadas, tendo em vista que se responsabilizam pela administração de um território menor.

Devemos ressaltar que a competência dos estados se define como remanescente (ou residual), prevista no art. 25, § 1º, da CF, visto que compete aos estados todas as atribuições que não lhes são vedadas pela Constituição. Além disso, compete aos estados, é claro, as competências administrativas comuns e legislativas concorrentes, citadas anteriormente.

Há um caso de competência expressa ao estado-membro, que é a atribuição de explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado. Dispõe o art. 25, § 2º, da CF, que é vedada a edição de medida provisória para a regulamentação de tal competência.

Outra competência expressamente trazida pelo texto constitucional é a de instituir, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes. Essa competência deve ser exercida com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Os municípios, por sua vez, são unidades descentralizadas que abrangem um espaço do território nacional ainda menor, sendo, portanto, capaz de adotar políticas públicas que afetam exclusivamente a população ali residente, como fixar o horário de funcionamento do comércio local ou o tempo máximo de espera em filas nos cartórios¹.

As principais competências reservadas aos municípios são a de legislar sobre assuntos de interesse local e de suplementar a legislação federal e estadual no que couber. Pela primeira, fica o município habilitado a, por meio de sua câmara de vereadores, criar leis que venham a suprir necessidades locais, sem interferir na atividade dos demais entes da Federação. Pela segunda competência a Constituição Federal habilita o município a suplementar a legislação federal e estadual, de forma a permitir que a lei seja adaptada às necessidades locais. Disso depreende-se que, apesar de o art. 24 da Constituição, que define as competências legislativas concorrentes, não se referir aos municípios, esses não ficam totalmente tolhidos em relação às competências ali descritas, já que a competência suplementar garantirá a devida interferência do município em nosso ordenamento jurídico.

A seguir, a listagem completa das competências dos municípios, que é fixada pelo art. 30 da Constituição Federal:

- legislar sobre **assuntos de interesse local**;

¹ RE 397.094/DF-STF.

- **suplementar a legislação** federal e a estadual no que couber;
- instituir e arrecadar os **tributos** de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- criar, organizar e suprimir **distritos**, observada a legislação estadual;
- organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os **serviços públicos de interesse local**, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do estado, programas de **educação pré-escolar e de ensino fundamental**;
- prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do estado, serviços de **atendimento à saúde da população**;
- promover, no que couber, adequado **ordenamento territorial**, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- promover a **proteção do patrimônio histórico-cultural local**, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

AULA 6

Regras de Memorização das Competências

Apresentaremos, de forma bem sintética, 10 (dez) regras que podem auxiliar na memorização das competências aqui expostas.

1ª Regra:

Regra lógica: As matérias que exigem uniformização, que envolvem a segurança nacional, que poderiam colocar em risco o pacto federativo, que envolvem direito internacional, etc., são, pela lógica, reservadas à união.

Exemplos:

- Emitir moeda
- Declarar a guerra
- Manter relações com estados estrangeiros

2ª Regra:

Distinção entre competências administrativas e legislativas pela letra “r”.

Competências legislativas envolvem temas a serem discutidos pelo legislador, sendo representadas, portanto, por substantivos, enquanto as competências administrativas

envolvem ações da União, sendo expressas por verbos no infinitivo. Daí temos que aquelas competências cuja palavra inicial termina com a letra “r” são competências administrativas.

Exemplos:

Administrativas:

- Manter relações com estados estrangeiros;
- Declarar a guerra
- Emitir moeda
- Administrar as reservas cambiais

Legislativas:

- Direito civil
- Desapropriação
- Águas
- Serviço postal

Essa é uma regra que deve ser sempre utilizada com cuidado, pois, em algumas vezes, é possível referir-se a uma competência administrativa sem se utilizar de verbo (Ex. Compete à União a emissão de moeda).

3ª Regra:

Reconhecimento de verbetes que remontam à Competência da União.

ESTRANGEIRO E EXTERIOR:

- Manter relações com estados estrangeiros
- Permitir que forças estrangeiras transitem no Brasil
- Emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiro
- Comércio exterior e interestadual

NORMAS:

- Normas Legislativas
- Normas gerais de organização e efetivos
- Normas gerais de licitação

MERCADO FINANCEIRO, CÂMBIO, POUPANÇA, SEGUROS E CONSÓRCIOS:

- Administrar as reservas **cambiais** do País e fiscalizar as operações de natureza **financeira**, especialmente as de crédito
- Sistema **monetário** e de medidas, títulos e garantias dos metais
- Política de crédito, **câmbio**, **seguros** e transferência de valores

- Sistema de **consórcios** e sorteios

NACIONAL:

- Assegurar a defesa **nacional**
- Permitir que forças estrangeiras transitem pelo território **nacional**
- Elaborar e executar planos **nacionais** e regionais de ordenação do território
- Manter o correio aéreo **nacional**
- Organizar e manter os serviços oficiais de estatística, ... de âmbito **nacional**
- Diretrizes da política **nacional** de transportes
- **Nacionalidade**, cidadania e naturalização
- Organização do sistema **nacional** de emprego
- Sistema estatístico,... e de geologia **nacionais**
- Diretrizes e bases da educação **nacional**
- Mobilização **nacional**

SISTEMA:

- Instituir o **sistema** nacional de gerenciamento de recursos hídricos
- **Sistema** monetário e de medidas
- **Sistema** estatístico, sistema cartográfico
- **Sistemas** de poupança
- **Sistemas** de consórcio.

DIRETRIZES:

- Estabelecer princípios e **diretrizes** para o sistema nacional de viação
- **Diretrizes** da política nacional de transportes
- **Diretrizes** e bases da educação nacional

NUCLEAR:

- Explorar os serviços e instalações **nucleares**
- Comércio de minérios **nucleares**
- Atividades **nucleares** de qualquer natureza

AULA 7

Regras de Memorização das Competências – II

4ª Regra:



Ramos do Direito terminados com a letra “L”.

Os ramos do Direito que terminam com a letra L são de competência privativa da União.

Exemplos:

- Direito Civil**L**
- Direito Comercial**L**
- Direito Penal**L**
- Direito Processual**L**
- Direito Eleitoral**L**
- Direito Espacial**L**.

5ª Regra:

Segurança Pública e Justiça no Distrito Federal e nos territórios.

No Distrito Federal e territórios, são organizados e mantidos pela União:

- Poder Judiciário
- Ministério Público
- Defensoria Pública
- Polícia Civil
- Polícia Militar
- Corpo de Bombeiros Militar

6ª Regra:

Não se confunda no “trânsito”.

Legislar sobre trânsito e transporte é competência privativa da União, mas estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito é competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

AULA 8

Regras de Memorização das Competências – III

7ª Regra:

Cuidado com a educação!

Diretrizes e Bases da Educação constitui competência privativa da União, mas compete concorrentemente à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar sobre Educação.

8ª Regra:

Seguridade não é previdência social.



Seguridade Social envolve Saúde, Assistência Social e Previdência Social. Então Seguridade é mais ampla que previdência.

Assim sendo, Seguridade Social é competência legislativa privativa da União enquanto Previdência Social, proteção e defesa da saúde é competência concorrente.

9ª Regra:

Regra do “PUFET”.

O PUFET representa os ramos do Direito que são de competência concorrente:

P enitenciário

U rbanístico

F inanceiro

E conômico

T ributário

AULA 9

Mecanismo de Harmonização

Para evitar a existência de conflitos, em relação às competências legislativas concorrentes, caberá à União criar as normas gerais, e aos estados caberá criar normas específicas, de forma a melhor adequar a norma às peculiaridades locais. Assim, por exemplo, o fato de o art. 24, IX, prever a competência concorrente para legislar sobre educação, permite que os estados estabeleçam normas relacionadas à adoção de material escolar e livros didáticos, respeitadas as diretrizes estabelecidas pelo governo federal (ADI 1.266/BA-STF). Por outro lado, se a União não elaborar as regras gerais, terão os estados e o Distrito Federal competência plena sobre a matéria. Se, posteriormente, a União vier a expedir essa norma geral, fica suspensa a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrária à lei federal.

AULA 10

Estados Federados

1. Introdução

Os estados federados são entes políticos, dotados de autonomia, caracterizada, segundo Alexandre de Moraes, por três elementos:

- Auto-organização
- Autogoverno

- Auto-administração

Auto-organização

É a previsão de que os estados estabelecerão suas próprias **constituições** (poder constituinte derivado) e suas próprias **leis**, seguindo sempre os preceitos maiores previstos na Constituição.

O **poder constituinte derivado** (possibilidade de os estados estabelecerem suas próprias constituições) é limitado materialmente de forma positiva (cláusulas de reprodução obrigatória, ou seja, elementos da Constituição Federal que devem estar presentes na Constituição estadual) e de forma negativa (cláusulas que não podem ser estabelecidas, sob pena de ferirem o parâmetro constitucional federal) pela Constituição Federal.

José Afonso da Silva visualiza três tipos de princípios constitucionais federais que integram o ordenamento constitucional estadual. São eles os **princípios constitucionais sensíveis, extensíveis e estabelecidos**. Os primeiros estão previstos no art. 34, VII, da Constituição Federal e devem ser obedecidos pelos estados, sob pena de intervenção federal. Os princípios extensíveis são normas de organização ditadas pela Constituição Federal e que devem ser firmadas no âmbito federal. Por sua vez, os princípios constitucionais estabelecidos são aqueles que limitam a estrutura organizacional do Estado, como àqueles estabelecidos no art. 37 da Carta Magna.

Os estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos estados, desde que o povo assim decida em plebiscito, do qual participe a população diretamente interessada e, além disso, haja a edição de uma lei complementar pelo Congresso Nacional.

Aprofundamento no tema

Tendo em vista o art. 27, § 1º, da Constituição, que determina que a aplicação das regras relativas à perda do mandato dos deputados federais aos deputados estaduais, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional o art. 104, § 2º, da Constituição Estadual do Rio de Janeiro, que estabelecia ser a perda do mandato do membro do Legislativo decidida por voto aberto. No caso, desrespeitou-se o modelo federal, que determina a utilização do voto secreto para tal finalidade. Para mais informações, sugerimos a leitura das ADI 2.461/RJ e 3.208/RJ.

Cabe salientar que a Súmula 3-STF está superada. A súmula estabelecia o seguinte: “A imunidade concedida a deputados estaduais é restrita a justiça do estado”. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 456.679/DF-STF entendeu que, em razão do disposto no art. 27, § 1º, da CF/1988, aplicam-se, aos deputados estaduais as regras constitucionais relativas às imunidades dos membros do Congresso Nacional, restando superado, assim, o entendimento anterior da Casa.

Aprofundamento no tema

Os governadores podem ser processados por dois tipos de crimes: comuns e de responsabilidade. O tribunal competente para processar e julgar os governadores nos crimes comuns será o Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 105, I, a, da Constituição Federal. Quando do julgamento do HC 80.511/MG, pelo Supremo Tribunal Federal, asseverou-se que o julgamento de governadores perante o STJ depende de prévia autorização legislativa, dada pelo Legislativo local, visto que a este cabe, com fundamento em juízo de caráter discricionário, exercer controle político prévio da acusação penal que esteja sendo feita, em respeito ao princípio federativo.

Nos crimes de responsabilidade, as Constituições estaduais não são unânimes ao tratar do assunto. Algumas definem que o julgamento será realizado perante a Assembléia Legislativa, outras perante um Tribunal Especial. Cabe lembrar, porém, que o Supremo Tribunal Federal editou súmula na qual consolidou seu entendimento de que a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são matérias de competência legislativa da União (Vide Súmula 722-STF). Diante disso, vem prevalecendo entendimento de que estaria válida a Lei Federal nº 1.079/1950, que, em seu art. 78, § 3º, dispõe que o julgamento dos governadores em crimes de responsabilidade será proferido por um Tribunal composto de cinco membros do Legislativo e cinco desembargadores, sob a presidência do Presidente do Tribunal de Justiça local, sendo que a escolha desse Tribunal será feita da seguinte maneira: os membros do Legislativo serão eleitos pela assembléia, e os desembargadores serão sorteados.

Autogoverno

É a capacidade de escolher seus próprios governantes, que, no caso, serão os próprios deputados estaduais, governador e vice. Os cargos do Executivo (governador e vice) seguirão as seguintes regras:

- As eleições serão realizadas no primeiro domingo de outubro e no último domingo, se houver segundo turno, sempre no ano anterior à posse.
- O mandato será de quatro anos, permitida a reeleição apenas por uma única vez.

- A posse será em 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição.
- O governador não pode assumir outro cargo ou função pública, salvo em virtude de concurso público, sob pena de perda do mandato.
 - Os subsídios (remuneração) do governador, vice e secretários serão definidos por lei estadual.

Auto-administração

A capacidade de auto-administração dos estados é evidente diante da grande função estadual de administrar recursos e serviços públicos. Diante disso, verifica-se a capacidade constitucionalmente instituída, por exemplo, de instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, visando a um melhor planejamento.

Constituem **bens dos estados** todos aqueles elencados no art. 26 da Constituição Federal de 1988, quais sejam:

- As águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União;
- As áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, municípios ou terceiros;
- As ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União;
- As terras devolutas não compreendidas entre as da União.

AULA 11

Estados

A capacidade de auto-organização dos estados será exercida primordialmente pelo Poder Legislativo estadual, que se organizará da seguinte maneira:

- Será representado pelas Assembléias Legislativas dos estados.
- O número de deputados que atuará junto à Assembléia Legislativa “corresponderá ao triplo” do número de deputados federais do Estado, na Câmara dos Deputados e, para os estados que possuem mais de doze deputados federais, será de 36 (trinta e seis) mais o número de deputados federais que ultrapassem a quantia de 12 (doze). São, portanto, duas regras: uma para os estados que possuem até doze deputados federais e outra para os que possuem mais de doze. Se pudéssemos deduzir duas regras matemáticas, assim teríamos:

$$\mathbf{1^\circ \text{ caso: } n^\circ \text{DepEst} = 3 \times n^\circ \text{DepFed}}$$



2º caso: nºDepEst = 36 + nºDepFed - 12

- O mandato será de quatro anos.

Os deputados estaduais, no que se refere a sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às forças armadas são regidos pelas mesmas regras inerentes aos deputados federais, conforme estudaremos com mais propriedade quando tratarmos do Poder Legislativo federal (da União, representado pelo Congresso Nacional).

O subsídio (remuneração) dos deputados estaduais, fixado por lei da própria Assembléia estadual, terá o valor máximo de 75% da quantia paga aos deputados federais. Diferentemente dos subsídios do Legislativo Municipal, a Constituição não vincula esse valor a regras de proporcionalidade ligadas à população do ente federado.

Cabe à Assembléia Legislativa dispor sobre sua organização, por meio de seu Regimento Interno.

Poderá, desde que haja lei assim prevendo, haver a possibilidade de o povo exercer a iniciativa de uma lei, que será então votada pela Assembléia Legislativa. Essa iniciativa popular é uma forma de soberania popular direta. Não há, portanto, percentuais preestabelecidos de participação para a iniciativa popular em estado-membro, diferenciando-se, assim, do processo legislativo nos âmbitos federal e municipal.

AULA 12

Municípios

Assim como os estados, os municípios possuem plena autonomia, constituída pela capacidade de se auto-organizar, autogovernar e auto-administrar.

Os municípios podem ser criados, incorporados ou desmembrados, desde que haja uma lei estadual autorizando tal procedimento e tenha havido um plebiscito (consulta prévia) com a população dos municípios envolvidos.

Outro requisito para a criação, incorporação de um município ou o seu desmembramento é a divulgação de Estudos de Viabilidade Municipal. O período em que será possível tal procedimento será definido em lei complementar federal.

A auto-organização, que é a capacidade de criar normas próprias, compreenderá, nos municípios, as suas próprias leis e a Lei Orgânica do Município, que será votada em dois turnos, com um espaço de tempo de pelo menos 10 (dez) dias e aprovada por 2/3 da Câmara Municipal. Todo município tem sua Lei Orgânica, que, respeitando a Constituição

Federal e a Constituição estadual respectiva, irá definir a forma de organização do município, segundo os seguintes preceitos:

- Prefeito, vice-prefeito e vereadores terão mandato de quatro anos e serão eleitos em eleições simultâneas.
- As eleições ocorrerão no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato atual, podendo excepcionalmente haver segundo turno nos municípios com mais de duzentos mil eleitores. A posse será no dia 1º de janeiro do ano subsequente.
- Os subsídios (remuneração) do prefeito, do vice e dos secretários serão determinados pela Câmara Municipal.
- Os prefeitos possuem a prerrogativa de serem julgados pelo Tribunal de Justiça e não pelo juiz local.
- Caberá ao Poder Legislativo Municipal fiscalizar as contas públicas.
- O município detém competência para tratar e fazer leis sobre assuntos de interesse eminentemente local.
- Não há poder judiciário na esfera municipal. Assim sendo, os juízes que atuam nas comarcas fazem parte do Poder Judiciário estadual.

Aprofundamento no tema

Muitas vezes se mostra tênue a linha que separa as competências da União, dos Estados e dos Municípios. Por exemplo, vejamos questão paradigmática relacionada à legislação aplicável às instituições financeiras.

No que tange ao tempo máximo de permanência na fila, porém, alguns defenderiam ser ela de competência da União, por tratar de política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores (CF, art. 22, VII), e se referir à competência reservada ao Congresso Nacional de tratar sobre matéria financeira e funcionamento de instituições financeiras (CF, art. 48, XIII), bem como por delimitar a estruturação do sistema financeiro nacional (CF, art. 192). Outros, porém, identificam nessa lei uma matéria de caráter eminentemente local, o que atrai a competência municipal. O Supremo Tribunal Federal, analisando a matéria, optou pela segunda corrente. Entendeu a Suprema Corte que a determinação de um tempo máximo na fila não é uma matéria eminentemente relacionada à atividade-fim da instituição financeira, razão pela qual a legislação pertinente seria a municipal.

Por outro lado, o mesmo Tribunal entende que a questão relativa ao horário de funcionamento bancário transcende o âmbito do interesse local, razão pela qual afasta a competência municipal para definir a competência da União em tal definição. Sendo assim, é possível concluir que o alcance das consequências geradas pela normatização é que define a competência legislativa.

No que se refere à competência para a prestação de transporte, percebemos que os estados-membros podem explorar e regulamentar a prestação de serviços de transporte intermunicipal, enquanto aos municípios compete a prestação de transporte urbano, que se mostra como matéria de interesse local (ADI 2.349/ES-STF).

AULA 13

Municípios

Vejamos outras normas que devem ser observadas pelas leis orgânicas dos municípios, relacionadas ao Poder Legislativo:

- O Legislativo será representado pela Câmara Municipal de Vereadores, que terá o número de membros proporcional à população do município. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 197.917/SP deu interpretação à cláusula de proporcionalidade do art. 29, IV, da CF, no sentido de que a proporcionalidade deve atender a critérios aritméticos rígidos, de tal forma que não possa o município ter o número mínimo de população e o número máximo de vereadores por categoria, por exemplo. Assim, levando em conta que o art. 29, IV, a, da CF/1988 estipula que o número de vereadores deve ser de no mínimo nove e máximo de vinte e um nos municípios de até um milhão de habitantes, pode-se concluir, por exemplo, que uma cidade que possua apenas vinte mil habitantes terá, no máximo, nove vereadores.
- O subsídio (remuneração) dos vereadores também será determinado pela Câmara Municipal, de acordo com o número de habitantes, desde que não ultrapasse 5% das verbas que o município receba.
- Os vereadores também possuem imunidades, conforme veremos na parte referente ao Poder Legislativo.

AULA 14

Distrito Federal

O Distrito Federal é mais um ente político dotado de autonomia que, acumulando competências estaduais e municipais, terá as seguintes características:

- Será regido por uma Lei Orgânica.
- O Executivo é representado pelo governador e o Legislativo, pela Câmara Legislativa, formada por deputados distritais.
- As eleições seguem as mesmas regras das eleições dos estados, inclusive quanto à duração dos mandatos.
- A Câmara Legislativa acumula as competências legislativas dos estados e dos municípios. Segundo o Supremo Tribunal Federal, a Câmara Legislativa do Distrito Federal funciona com as mesmas características das assembleias legislativas dos estados, havendo, portanto, mera distinção de nomenclatura (ACO 796-MC/DF-STF).
- É proibida a divisão do Distrito Federal em municípios (a Lei Orgânica do Distrito Federal, que tem *status* de Constituição estadual, determina a divisão do DF em regiões administrativas).
- O Poder Judiciário do Distrito Federal, assim como sua Defensoria Pública e seu Ministério Público, serão organizados e mantidos pela União.

AULA 15

Territórios

Os territórios são meras unidades administrativas, previstas constitucionalmente, com *status* de autarquia federal, não possuindo, portanto, autonomia.

Poderão ter poderes próprios, divisão em municípios e elegerão quatro deputados federais. Suas contas serão submetidas ao Congresso Nacional.

Apesar da previsão constitucional, atualmente não existem territórios, sendo que os últimos (Fernando de Noronha, Amapá e Roraima) ou foram transformados em estados ou incorporados.

Quadro sinótico das competências

Competências Administrativas da União:

- Exclusivas – art. 21 (U)
- Comuns – art. 23 (U, E, DF e Mun.)

Competências Legislativas da União:

- Privativas – art. 22 (U)
- Concorrentes – art. 24 (U, E e DF)

Competência residual ou remanescente dos estados – art. 25, § 1º (E)

Competência expressa dos estados – art. 25, § 1º - serviço de gás canalizado

Competência dos Municípios:

- Matérias de interesse local – art. 30, I
- Competência legislativa suplementar – art. 30, II

AULA 16

A Intervenção

Introdução

A regra geral do sistema federativo é o da não-intervenção das unidades federativas umas nas outras. Excepcionalmente, existe a possibilidade de a União intervir nos estados-membros e no Distrito Federal (intervenção federal) e de os estados intervirem nos municípios (intervenção estadual).

O mecanismo da intervenção federal hoje em dia pode ser encontrado em todas as constituições republicanas, sendo inerente ao próprio conceito de federalismo. Como ferramenta de manutenção da integridade nacional, depende uma escolha discricionária do presidente da República, principalmente no caso de invasão de um estado-membro em outra, não se sujeitando, assim, à interferência do Judiciário ou de qualquer outro poder (MS 21.041-STF).

AULA 17



Hipóteses de Intervenção

Vejamos as hipóteses de intervenção federal:

- manter a integridade nacional (art. 34, I);
- repelir invasão estrangeira e invasão de unidade da Federação em outra (art. 34, II);
- pôr termo a grave comprometimento da ordem pública (art. 34, III);
- garantir o livre exercício de qualquer dos poderes nas unidades federativas (art. 34, IV);
- reorganizar as finanças da unidade da Federação que (art. 34, V):
 - suspender pagamento de dívida fundada (LRF dá o conceito de dívida consolidada ou fundada (montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da federação, assumidas em virtude de lei, contratos, convênios ou tratados e da realização de operação de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses) por mais de dois anos consecutivos, salvo força maior;
 - deixar de entregar aos municípios receitas tributárias fixadas nesta CF, dentro dos prazos legais;
- prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial (art. 34, VI);
- assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais (estes são os chamados princípios constitucionais sensíveis do art. 34, VII)
 - forma republicana, sistema representativo e regime democrático;
 - direitos da pessoa humana;
 - autonomia municipal;
 - prestação de contas da administração pública, direta e indireta;
 - aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços Públicos de saúde.

A decretação de intervenção em decorrência da inobservância de princípios constitucionais sensíveis depende de provimento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de representação do Procurador-Geral da República.

O decreto que fixa as condições da intervenção federal deve também nomear o interventor, caso a sustação do ato não baste aos fins almejados.

AULA 18

Requisitos



Quais são os requisitos da intervenção?

Nos casos do art. 34, I, II, III e V, fica a critério do presidente da República, sob o crivo do Congresso Nacional.

Por sua vez, no caso do art. 34, IV, a decretação dependerá de solicitação do Legislativo ou Executivo ou requisição do STF.

Na hipótese do art. 34, VI, dependendo do tipo de desobediência à ordem ou decisão judicial, a intervenção dependerá de requisição do STF, do STJ (TST e Justiça Militar não dependem de requisição do STJ, mas sim, do STF), ou do TSE, de acordo com a natureza da matéria (art. 36, II). Lembre-se de que o pedido de requisição de IF dirigido pelo Presidente do Tribunal de execução ao STF há de ter sempre motivação quanto à procedência e necessidade (IF 230-STF).

Quando a hipótese for de ferimento dos princípios constitucionais sensíveis (art. 34, VII) ou houver desobediência à lei federal (art. 34, VI), a intervenção depende do provimento pelo STF, de representação interventiva do PGR. Cabe ressaltar que a hipótese de desobediência à lei federal, antes da EC nº 45/2004, era resolvida pelo STJ, mas agora foi transferida para o rol de competências do STF.

Há algum controle sobre o decreto de intervenção?

Sim, o Congresso Nacional pode, por exemplo, suspender a medida (art. 49, IV). Essa análise do Congresso Nacional pode ser dispensada nos casos que envolvam requisição ou autorização do Poder Judiciário e a suspensão do ato impugnado tenha sido bastante para o restabelecimento da normalidade.

O Poder Judiciário, atente-se, não pode controlar elementos discricionários da decretação, somente os elementos formais.

Cessados os motivos da intervenção as autoridades serão reconduzidas, salvo impedimento legal (art. 36, § 4º).

Em alguns casos, existirá a figura do **interventor**, que ninguém mais é do que alguém designado a praticar atos de governo buscando normalizar a situação excepcional que justificou a intervenção.

AULA 19

Intervenção Estadual

Existem ainda as hipóteses de intervenção estadual (intervenção de um estado-membro em um município), que são:

- reorganizar as finanças quando “deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada”;



- não forem prestadas contas, na forma da lei;
- não tiver aplicado o mínimo na educação e na saúde;
- O TJ der provimento à representação para assegurar os princípios da CE, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

CAPÍTULO II - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AULA 1

Da Administração Pública

As disposições constitucionais delimitam os limites e poderes que a Administração Pública possui no exercício de suas atividades.

A Administração Pública representa as entidades e os órgãos que realizam atividades com vista a concretizar as necessidades gerais e os fins almejados pelo Estado.

Existem duas formas de atuação da Administração, direta ou indiretamente. A **Administração Pública direta** é a estrutura que representa atuação direta do Estado por suas unidades federadas: União, estados, municípios e Distrito Federal. Já a **Administração indireta** corresponde ao conjunto de pessoas jurídicas de direito público e privado, criadas (autarquias) ou autorizadas por lei (empresa pública, sociedade de economia mista e fundação) com a finalidade de auxiliar a Administração direta na realização de determinadas atividades. A criação de subsidiárias das entidades da Administração indireta e sua participação em empresas privadas depende de autorização legislativa. De acordo com o decidido na ADI 1.649/DF-STF, é prescindível a autorização legislativa para a criação de empresas subsidiárias, se houver previsão para esse fim na própria lei que instituiu a empresa de economia mista matriz, já que a lei criadora é a própria medida autorizadora.

A atuação do poder público está ligada a certos preceitos de observância obrigatória. Para lembrarmos desses **princípios** a que estão sujeitos os órgãos da Administração Pública direta ou indireta de qualquer das unidades da Federação, basta lembrarmos que eles servem para “LIMPAR” os poderes públicos de qualquer vício ou abuso, por isso formam a sigla **LIMPE**:

Legalidade – à Administração só cabe fazer o que permitido em lei (ao contrário do particular, que pode fazer tudo que não lhe seja vedado por lei).

Impessoabilidade - o agente público deve exercer seu cargo visando ao interesse público e não ao interesse pessoal ou de outrem.

Moralidade - a atividade administrativa deve estar enquadrada em padrões morais. Não se trata de moralidade pessoal do agente, mas de elementos morais paradigmáticos (padrões) que formam a chamada “moralidade administrativa”.

Publicidade - todos os atos da Administração devem ser públicos, seja de forma interna, seja de forma externa (publicação no diário oficial ou em jornais de grande circulação).

Eficiência - inovação da Constituição Federal de 1988 que determina que o agente deve agir de modo proporcional e razoável, de forma a empregar apenas os meios necessários para a consecução dos fins da Administração Pública e de forma otimizada.

Vale ressaltar que o princípio da separação dos poderes não impede o Poder Judiciário de reexaminar decisão administrativa que incida em abuso de poder ou desvios inconstitucionais, já que a esse Poder compete a função precípua de controlar os excessos cometidos em qualquer das esferas governamentais (RE 259.335-AgR/RJ-STF). Assim, a inobservância dos princípios aqui descritos pode gerar a revisão do ato judicialmente.

Aprofundamento no tema

O regime jurídico-administrativo, que não se confunde com regime jurídico de ente da Administração (que pode ser de direito público ou de direito privado), é regido por dois princípios básicos: da supremacia do interesse público sobre o privado e da indisponibilidade dos interesses públicos.

Outros princípios também regem a Administração Pública, quais sejam os da indisponibilidade, da continuidade, da autotutela, da especialidade, da presunção de legitimidade, da razoabilidade, da proporcionalidade, da motivação e da segurança jurídica. A violação desses princípios pode levar à invalidade dos efeitos buscados pelo agente, podendo haver o controle por meio de vários instrumentos como o mandado de segurança, ação popular, ação civil pública ou pela autotutela.

De acordo com parte da doutrina, os entes paraestatais, que são os serviços sociais autônomos (SESI, SENAC, etc.), as organizações sociais e as organizações da sociedade civil não fazem parte da Administração indireta.

AULA 2

Servidores Públicos

A atividade dos agentes públicos envolve dois conceitos importantes: cargo público e função pública.

Função pública são atribuições ou encargos destinados à realização de uma determinada finalidade estatal. Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades de um agente público. Os cargos públicos somente podem ser criados por lei e com denominação própria. Pode existir função pública não vinculada a cargo público, mas nunca um cargo sem função pública. Por exemplo, se houver uma função ligada a um agente temporário (mesário de eleições, por exemplo) haverá uma função, mas não um cargo público definitivo (esse é o chamado cargo honorífico), já que não há vinculação do agente.

Se o cargo público for de provimento efetivo (estável, diferente do cargo em comissão), será obrigatória a exigência de concurso público de provas ou de provas e títulos. A exigência do concurso público é de observância obrigatória em toda a Administração, seja ela federal, estadual, distrital ou municipal, e garante a observância dos princípios da impessoalidade e da isonomia (ADI 100/MG-STF). O art. 19 do ADCT, excepcionando o rigor da regra do concurso público, estipulou que os servidores que na data da promulgação da Constituição estivessem em exercício há pelo menos 5 (cinco) anos continuados são estáveis, independentemente de haverem sido admitidos por meio de concurso público. Essa exceção, porém, não pode ser ampliada por lei estaduais, que venham, por exemplo a constituir investidura por transposição (servidores que aderem ao quadro permanente sem o cumprimento de qualquer requisito de tempo de exercício na função), sob pena de inconstitucionalidade (ADI 3.332/MA-STF).

O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado pelo mesmo período. A ordem de chamada dos concursandos deve seguir a lista de aprovação. Se essa ordem de chamada for desobedecida haverá direito líquido e certo do preterido de ser nomeado. A opção pela inclusão de prova de títulos em um concurso público deve ser feita levando em conta a sua complexidade. Além disso, não pode adotar critérios discriminatórios que não se relacionem diretamente com a especialidade do cargo (pós-graduação, especialização, mestrado, doutorado, publicações na área, etc.). Viola o princípio da isonomia uma norma que estabeleça como título, por exemplo, o mero exercício de função pública (ADI 3.443/MA-STF).

E se fizermos um concurso público e não concordarmos com a prova e seu gabarito, devemos buscar o Judiciário? Bem, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não cabe ao Judiciário a revisão de provas ou correção de falhas existentes nas questões, mas, por outro lado, pode anular questões que tratem de matérias que não estejam previstas no edital, que é a lei do concurso. (RE 434.708/RS-STF)

As **funções comissionadas**, destinadas aos cargos de direção, chefia e assessoramento, são exercidas somente por servidores de carreira, efetivos. Os **cargos em comissão** (demissíveis *ad nutum*, a qualquer momento) podem ser exercidos por qualquer

pessoa que preencha os requisitos para acesso a cargos públicos, mesmo sem concurso, devendo ser reservado um percentual para os servidores efetivos. Os ocupantes de tais cargos, de livre nomeação e exoneração não gozam do benefício da estabilidade sindical, prevista no art. 8º, VIII, da CF (RE 183.884/SP-STF).

AULA 3

Remuneração do Servidor

Os cargos públicos são acessíveis por brasileiros e, de acordo com a lei, aos estrangeiros. Aos portugueses que residam no Brasil, nos termos do art. 12, §1º, é assegurada a possibilidade de acesso aos cargos públicos desde que Portugal faça o mesmo com os brasileiros que lá residam. Atualmente, os estrangeiros também podem exercer determinados cargos públicos, principalmente em universidades e centros de pesquisa.

Há a previsão de um regime jurídico específico para os servidores públicos, o que já existe no âmbito da União (Lei nº 8.112/1990). Nada impede, porém, que órgãos públicos façam concurso para preenchimento de vagas sob o regime da CLT (salvo se forem cargos definidos como carreiras típicas de Estado), pois não existe mais o regime jurídico único obrigatório.

Um percentual de vagas deve ser reservado nos concursos públicos para portadores de deficiência. Em casos de excepcional interesse público, podem ser feitas contratações temporárias, independente de concurso ou abertura definitiva de vaga (sobre o tema, vide a ADI 3.068/DF-STF).

São direitos do servidor público civil (lembre-se de que a nomenclatura “funcionário público” foi há muito tempo abandonada, subsistindo somente na legislação penal): livre associação sindical, greve (matéria pendente de regulamentação); subsídio ou remuneração fixado em lei, revisados anualmente e irredutíveis. Alguns direitos dos trabalhadores também são estendidos aos servidores públicos, como salário mínimo, décimo terceiro, remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, salário-família, jornada de trabalho de oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, repouso semanal remunerado, pagamento de horas extras, férias, licença à gestante, licença-paternidade, proteção ao mercado de trabalho da mulher, redução dos riscos inerentes ao trabalho e proibição de distinções baseadas em sexo, idade, cor ou estado civil. Servidor público não tem direito a reconhecimento de acordos coletivos ou convenções de trabalho que venham a ser celebrados, tendo em vista que a Administração Pública se vincula ao princípio da legalidade estrita (ADI 559/MT-STF).

A “remuneração” do servidor representa a soma dos vencimentos com as vantagens a que ele tem direito. Certos cargos possuem um regime especial de pagamento, chamado subsídio, como, por exemplo, os magistrados, os membros do Ministério Público, os

defensores públicos, policiais, cargos eletivos, ministros de Estado, etc. A diferença entre a remuneração e o subsídio é que este é pago necessariamente em parcela única, vedando-se qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio ou verba de representação.

A Constituição garante a irredutibilidade dos subsídios e vencimentos, salvo no caso de enquadramento nos limites estabelecidos pela Carta, como o teto remuneratório, que será estudado a seguir. É possível, porém, alterar a forma de cálculo dos vencimentos, por exemplo, desde que mantido o *quantum* remuneratório. Assim, é permitido que a lei venha a suprimir vantagens, desde que na soma final, não haja prejuízo para o servidor (RE 238.122/SC-STF).

AULA 4

Remuneração – Teto

O teto, ou seja, o valor máximo das remunerações, subsídios e aposentadorias, percebidos de forma cumulativa ou não, é diferenciado de acordo com a esfera de atuação do agente (após a EC nº 41/2003, a Constituição passou a estabelecer 5 (cinco) tetos diferentes).

Para os ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da Administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de poder e dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos, aposentados e pensionistas da esfera federal, ou seja, da União, bem como de qualquer esfera de governo, o teto corresponde é o valor do subsídio mensal que recebem os Ministros do Supremo Tribunal Federal, que deve ser definido por lei.

Aqueles que recebem do município, estão limitados a um teto diferenciado, que corresponde ao subsídio do prefeito.

Nos estados e DF existem 3 (três) tetos, um para cada Poder. No Executivo estadual, o teto é o subsídio do governador, e no Legislativo, é o subsídio dos deputados. No âmbito do Judiciário, o teto corresponde ao subsídio percebido pelos desembargadores do Tribunal de Justiça, que, por sua vez, é limitado a 90,25% do que recebem os ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicável tal limite também aos membros do Ministério Público, aos procuradores e aos defensores públicos.

A EC nº 47/2005 trouxe duas alterações relativas ao teto remuneratório. Em primeiro lugar, ficou explicitado que as parcelas de caráter indenizatório não serão computadas para efeito de teto. Em segundo lugar, o teto estadual e distrital, que compreendia necessariamente três referências de subsídio, de acordo com o poder ao qual o servidor estava vinculado (executivo estadual – governador; legislativo estadual – deputados

estaduais; Judiciário estadual, Ministério Público, Procuradores e Defensores Públicos – desembargadores), pode agora ser unificado mediante emenda às Constituições estaduais ou à Lei Orgânica, no caso do DF. Caso o ente federativo faça tal opção, o teto estadual, em todas as esferas (Executivo, Legislativo e Judiciário), corresponderá ao subsídio dos desembargadores, que é limitado a 90,25% do subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Cabe lembrar que esse teto unificado não se aplicará aos deputados estaduais e distritais e aos vereadores.

A política de remuneração dos servidores deverá, na fixação dos padrões de vencimento e vantagens, observar:

- a) natureza, grau de responsabilidade e complexidade da função;
- b) requisitos para investidura;
- c) peculiaridades dos cargos.

O valor das remunerações e dos subsídios deve ser publicado anualmente (princípio da publicidade).

Devem ser previstos cursos e programas de aperfeiçoamento dos servidores públicos, o que deve ser requisito para promoção na carreira.

AULA 5

Acumulação de Cargos Públicos

Em quatro casos será possível a acumulação de cargos e aposentadorias na Administração Pública direta ou indireta, quais sejam:

- a) dois cargos de professor;
- b) dois cargos na área de saúde;
- c) um cargo de nível superior com outro de professor;
- d) um cargo de vereador com outro cargo público, desde que haja compatibilidade de horários.

Ao servidor público federal, estadual ou distrital da Administração direta, autárquica ou fundacional, que assumir cargo público eletivo, serão aplicadas as seguintes regras:

- Ficarão afastado do seu cargo, emprego ou função, exceto se for vereador, hipótese na qual havendo compatibilidade de horários o servidor pode continuar a exercer sua função recebendo os proventos de ambos os cargos.
- Se for investido no cargo de prefeito ou vereador sem compatibilidade de horários, o servidor será afastado do cargo, mas pode fazer a opção de qual provento (remuneração ou subsídio) deseja receber: o do seu cargo ou do de prefeito.

- O servidor que tenha de se afastar do cargo para exercer o mandato eletivo terá garantida a contagem de tempo de serviço, salvo para fins de merecimento. O afastamento não trará qualquer prejuízo no que se refere ao benefício previdenciário a ser pago ao servidor público, que receberá os valores como se no exercício do cargo estivesse.

A estabilidade do servidor público, atualmente, significa que ele perderá o cargo em quatro casos:

- a) sentença judicial transitada em julgado;
- b) processo administrativo;
- c) avaliação periódica de desempenho;
- d) adequação dos gastos públicos à lei complementar que define o limite de gastos com o funcionalismo público (art. 169, § 4º, da CF).

Ao contrário do que alguns pensam, o prazo do estágio probatório, previsto na Lei nº 8.112/1990 em 24 meses, não foi alterado pela EC nº 19/1998, que alterou o prazo para estabilidade de 2 para 3 anos. O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça já assentaram a distinção entre esses dois institutos, sendo a avaliação especial de desempenho, realizada no estágio probatório, mera condição para a aquisição da estabilidade.

O fato de o servidor público ter atendido aos requisitos exigidos para a concessão de aposentadoria não impede que seja instaurado processo administrativo visando à punição por falta praticada durante o exercício do cargo (MS 21.948/RJ-STF).

Antes da estabilidade será exonerado o servidor que não for aprovado no estágio probatório ou que tomar posse, mas não entrar em exercício.

A quarta hipótese de perda do cargo – inserida no texto constitucional pela EC nº 19/1998 – ocorrerá para adequar as finanças do estado aos percentuais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, podendo alcançar inclusive servidores já estáveis.

Nesse caso, deverão ser reduzidos primeiramente 20% dos em comissão e os servidores não estáveis. Não sendo o bastante, deverão perder o cargo os servidores já estáveis, sendo devida a indenização de uma remuneração por ano de serviço.

Uma quinta hipótese foi inserida pela EC nº 51/2006, que é a possibilidade de o agente comunitário de saúde ou de combate às endemias ser demitido caso não cumpra os requisitos específicos para o exercício do cargo, previstos em lei.

Aprofundamento no tema

Cargos públicos nem sempre são criados por lei. Os cargos do Legislativo Federal, por exemplo, podem ser criados mediante resolução da respectiva Casa Legislativa. Mas o Poder Legislativo, apesar de poder criar cargos sem a necessidade de sanção presidencial,

não pode usar do mesmo expediente para aumentar a remuneração paga a esses cargos, tendo em vista que nessa hipótese cabe à respectiva Casa iniciar projeto de lei para viabilizar o aumento.

Apesar de apenas serem criados por lei, os cargos podem ser extintos por decreto do chefe do Poder Executivo se estiverem vagos (exceção ao princípio do paralelismo das formas, que determina que o ato de extinção deve seguir a mesma forma de sua criação). Isso é o que parte da doutrina denomina “decreto autônomo”.

O Supremo Tribunal Federal decidiu que o “jeton”, parcelas pagas aos seus ministros que também atuam no Tribunal Superior Eleitoral, não é incluído para efeito de teto da remuneração do funcionalismo público (MS 24.527/SP-STF).

No julgamento do RE 351.142/RN-STF, o Supremo Tribunal Federal decidiu que fere os princípios da impessoalidade e da isonomia a concessão de nova prova física a candidato de concurso público que, durante a realização da primeira prova, fora reprovado por distensão muscular.

O direito da Administração Pública Federal de punir seus servidores prescreve em cinco anos no que se refere às infrações passíveis de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão, contados a partir da data em que o fato se tornou conhecido (MS 23.219/MS-STF).

Em respeito ao princípio da legalidade, pode a Administração Pública, até a conclusão e homologação do concurso, alterar as condições do certame para adaptá-las às novas exigências legais (grau de escolaridade, por exemplo), tendo em vista que antes do provimento do cargo há mera expectativa de direito à nomeação do candidato (RE 290.346/MG-STF).

A jurisprudência da Suprema Corte entende que normas de fixação de data de pagamento e correção monetária dos vencimentos dos servidores públicos não implicam aumento de remuneração ou concessão de vantagem, mas sim, a manutenção do poder aquisitivo da moeda. Assim, não há a necessidade de previsão legal para tanto (ADI 559/MT-STF).

AULA 6

Regime de Previdência Próprio dos Servidores Públicos

Os servidores titulares de cargos efetivos, incluídos os de autarquias ou fundações, terão direito a um regime de previdência de caráter contributivo e solidário, observado o equilíbrio financeiro e atuarial. Apesar do caráter contributivo do regime próprio de

previdência, é cabível a aplicação da penalidade de cassação de aposentadoria em virtude de faltas cometidas pelo servidor quando em atividade (MS 23.299/SP-STF)

A aposentadoria pode ser concedida em três hipóteses:

1ª - por **invalidez permanente**. Nesse caso, os proventos serão proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrer de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei (ex.: Lei nº 8.112/1990). Caso o servidor seja aposentado em virtude de doença ou moléstia não especificada na lei, os proventos serão proporcionais (RE 353.595/TO);

2ª - **compulsoriamente**, com setenta anos de idade. Os proventos também serão proporcionais ao tempo de contribuição;

3ª - **voluntariamente**, desde que o servidor já esteja a, no mínimo, 10 anos no serviço público e cinco anos no cargo que atualmente ocupa. Haverá, então, dois casos de aposentadoria voluntária:

a) sessenta anos de idade ou 55, se mulher, e 35 anos de contribuição ou apenas 30, se mulher, com provento integrais; ou

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, ou sessenta anos, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Os valores pagos a título de aposentadoria não podem exceder a remuneração do cargo efetivo (exemplo: caso dos militares quando passam à reserva remunerada, momento no qual há uma promoção). Os proventos de aposentadoria serão equivalentes à base de cálculo da sua contribuição previdenciária. Para aqueles servidores que não adentrarão ao serviço público antes da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, será aplicado o teto diferenciado das aposentadorias, desde que instituída a previdência complementar (art. 40, § 3º). Esse teto deve ser revisto de modo a preservar-lhe o seu valor real.

Os professores que se dediquem exclusivamente ao magistério terão uma diminuição de cinco anos nos prazos de concessão da aposentadoria voluntária integral. A Suprema Corte tem decisão no sentido de que professor que trabalha em cargos burocráticos dentro de Secretaria de Educação não tem direito ao referido benefício.

O valor das pensões por morte corresponderá:

- ao valor integral dos proventos do servidor falecido, até o limite dos benefícios pelo regime geral (art. 201) + 70 % do excedente se já aposentado à época do óbito;
- à totalidade da remuneração até o limite do art. 201, também acrescido de 70 % do excedente do servidor em atividade na data do óbito.

Vamos entender demonstrando matematicamente como isso ocorre. Imagine que o servidor ganhe R\$ 12.000,00 e o teto seja R\$ 2.000,00. O excedente, portanto, será R\$ 10.000,00. 70 % do excedente será, então, R\$ 7.000,00, que, somado aos R\$ 2.000,00, referentes ao teto, totalizará uma pensão de R\$ 9.000,00.

Antes da Reforma da Previdência de 2003, havia a previsão de que os proventos das aposentadorias e pensões seriam reajustados na mesma proporção e data da remuneração dos servidores da ativa, incluindo reclassificações ou alteração dos cargos e quaisquer outras vantagens. Com a reforma, alterou-se o § 8º do art. 40 para que apenas se assegurasse o reajustamento dos benefícios em caráter permanente, de modo a preservar o seu valor real. Há, portanto, a possibilidade de o presidente da República reajustar diferenciadamente os proventos dos ativos e dos inativos.

AULA 7

Aposentadoria

A partir da EC nº 47/2005, podem ser privilegiados com regras especiais de aposentadoria, mediante lei complementar, servidores portadores de deficiência, os que exercem atividades de risco e aqueles cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. Outro benefício concedido àqueles que possuam doença incapacitante é o direito de pagar contribuição sobre aposentadoria ou pensão, imposição criada pela EC nº 41/2003, apenas quando os proventos excederem ao dobro do limite estabelecido para os benefícios do regime geral da previdência social.

Há a possibilidade de contagem recíproca das contribuições pagas a instituições previdenciárias federais, estaduais ou municipais.

Não poderá haver contagem fictícia de tempo. Um exemplo muito comum que acontecia era o de leis que permitiam a servidores públicos terem o tempo de licença-prêmio não gozada em triplo, para efeitos de aposentadoria.

O Poder Executivo pode iniciar processo legislativo visando instituir entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública que oferecerão planos de benefícios na modalidade de contribuição definitiva, optativos aos servidores.

Com a reforma previdenciária (EC nº 41/2003), começou a incidir contribuição previdenciária sobre os proventos de aposentadoria e pensão que superem o limite do Regime Geral da Previdência, o que era vedado pela ordem constitucional anterior.

O servidor que já tinha tempo para se aposentar voluntariamente com proventos integrais mas optou por continuar trabalhando, terá um abono de permanência que corresponde ao valor da contribuição previdenciária.

Por fim, a EC nº 41/2003 trouxe a estipulação de que deve haver apenas um regime de previdência social para as carreiras públicas, bem como a existência de uma única unidade gestora para cada ente estatal.

Em qualquer caso, será preservado o direito adquirido dos servidores que já estivessem em condições de se aposentar à data das reformas.

As aposentadorias e pensões daqueles que exercem cargos em comissão serão efetuadas de acordo com o Regime Geral da Previdência.

Cabe lembrar que as regras do art. 40 da Constituição Federal são de observância obrigatória aos estados, o que significa que será eivada de inconstitucionalidade uma norma estadual que disponha de modo diverso do disposto na Carta Maior (RE 400.344/CE-STF).

AULA 8

Limitações ao Poder Público

As compras e contratações de serviços por parte da Administração dependerão de licitação pública, que é o processo regido pela Lei nº 8.666/1993 e que assegura aos concorrentes iguais condições para fornecer seus produtos ou serviços. Portanto, são proibidas exigências desnecessárias, o que poderia beneficiar um ou outro concorrente, já que, caso contrário, poderia ser pedido uma determinada marca que só um fornecedor possui. Com essas regras, os princípios da impessoalidade e eficiência estão protegidos, pois permitirão à Administração optar pela melhor forma de contratação.

A obrigatoriedade da licitação tem duas principais finalidades: garantir as melhores condições de contratação para o Poder Público, em respeito aos princípios da razoabilidade e do interesse público; e possibilitar a todos, sem distinção, a possibilidade de contratar com a Administração, o que atende aos princípios da impessoalidade e da moralidade. Para tanto, se faz necessário que as regras para a contratação estejam previamente estipuladas, de forma a se garantir a lisura do procedimento licitatório.

Quando a Administração Pública se utiliza dos meios de comunicação para fazer publicidade de obras ou programas, esta terá de ter caráter educativo, informativo ou de orientação social para evitar que as autoridades usem dinheiro público para fazer marketing pessoal.

Visando o respeito ao princípio da moralidade, dentre outros, a Constituição Federal prevê a punição dos atos de improbidade administrativa, que são aqueles que importam em enriquecimento ilícito, dano ao erário (tesouro público) ou violação de princípios da Administração. A improbidade administrativa é prevista tanto na Constituição quanto na Lei nº 8.429/1992 (Lei do "Colarinho Branco") e será punida com a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sendo a última penalidade imprescritível.

AULA 9

Responsabilidade Civil

A responsabilidade civil, ou seja, o dever de indenizar um dano moral ou material, também pode ser atribuída ao Estado quando houver dano causado por algum de seus agentes. Essa matéria é muito cobrada ultimamente, razão pela qual dispensaremos a ela uma maior atenção. Quando um particular causa um dano, ele só será obrigado a indenizar se for comprovada a culpa em sentido amplo (dolo ou culpa em sentido estrito – imprudência, negligência ou imperícia), essa é a responsabilidade subjetiva. Por sua vez, quando o dano é causado por um agente público no exercício de sua função pública, o dever de indenizar do Estado nasce mesmo que o agente não tenha agido com culpa, ou seja, independentemente de imprudência, negligência ou imperícia (culpa em sentido estrito) ou dolo. Caso o agente tenha agido com culpa, caberá ao Estado ingressar com uma ação judicial denominada ação regressiva ou de regresso, na qual o Estado pode cobrar do agente público gerador do dano o que efetivamente pagou para a vítima, se provar a culpa deste.

Havendo o dano e o nexo causal entre a ação e o resultado, o Estado deve pagar. Se houver culpa exclusiva da vítima, o Estado não será obrigado a indenizar o dano. Isso ocorre porque nosso País adota a teoria do risco administrativo. Vejamos um pouco da evolução história da responsabilidade civil do Estado para podermos entender melhor essa teoria.

Em um primeiro momento, o Estado era absoluto, a figura do rei se confundia com a figura divina e, conseqüentemente, não se concebia a idéia de que o rei poderia errar (“the king can do not wrong”). Essa era a teoria da irresponsabilidade do Estado, segundo a qual não se indenizava o particular por atos lesivos do Estado, salvo se existisse alguma lei ou determinação específica.

Posteriormente, desenvolveu-se a teoria da culpa administrativa (ou teoria da responsabilidade subjetiva do Estado), derivada do liberalismo, que previa a responsabilização do Estado quando houvesse dano causado por seus agentes mediante dolo ou culpa. Ou seja, cabia ao particular provar a culpa ou falta do serviço (o que os franceses denominam “faute du service”).

Outra teoria posteriormente consagrada foi a do risco integral (consagrada por Duguit), que previa a responsabilização do Estado pelos danos que causasse, mesmo que derivados da culpa ou dolo exclusivos da vítima. Foi o ponto mais radical dessa evolução de pensamento, já que o Estado ficaria obrigado a indenizar em quaisquer casos em que tivesse um mínimo envolvimento com o evento danoso.

A teoria que prepondera atualmente é a do risco administrativo (também conhecida como teoria da responsabilidade patrimonial objetiva do Estado ou apenas teoria objetiva),

segundo a qual é necessária a ocorrência de quatro elementos para que nasça o direito de indenizar pelo Estado, quais sejam: existência do dano; ação ou omissão do Estado; nexo causal (relação de causa e efeito entre a ação e o dano); e ausência de excludente da responsabilidade. Essas causas excludentes da responsabilidade do Estado significam fatos que podem retirar a responsabilidade civil, como, por exemplo, o caso fortuito, a força maior e a culpa exclusiva da vítima.

Por exemplo, se um motorista do Ministério da Fazenda dirige bêbado e bate no carro de uma empresa que estava estacionado, o Estado deverá indenizar essa pessoa jurídica, mesmo que ela não prove que o motorista foi negligente. Se, porém, o motorista bateu no carro da empresa porque este vinha na contramão, não haverá obrigação de indenizar, pois houve imprudência por parte do particular.

O Estado também pode ser **responsabilizado por uma omissão**, por ter deixado de cumprir com seu papel. Nesse caso, porém, de acordo com a jurisprudência dominante (RE 369.820/RS-STF), trata-se de **responsabilidade subjetiva** (que exige a demonstração da culpa ou do dolo), e não mais objetiva. No caso de responsabilidade por omissão do Estado, **não é necessário individualizar o agente** que está sendo omisso, ou seja, não precisa o lesado especificar a pessoa que, devendo agir, se omitiu, já que a omissão pode ser atribuída de forma genérica ao serviço público, pela **falta de serviço**. Apesar de não ter de demonstrar quem deixou de agir, aquele que foi lesado deverá demonstrar a causalidade, a existência de um **nexo causal** (relação de causa e efeito) entre a omissão do estado e o prejuízo, a lesão a seu direito. Assim sendo, o Estado não tem o dever de indenizar, por exemplo, vítima de crime cometido por pessoa fugitiva do sistema penitenciário (sob o fundamento de que não haveria o delito se o Estado tivesse sido diligente em evitar a fuga), já que falta o requisito do nexo causal entre a conduta do Estado e da conduta do criminoso (RE 172.025/RJ-STF). A falta do serviço, que na doutrina francesa é denominada “faute du service”, que exige a demonstração da causalidade, torna imprescindível a comprovação do dolo ou da culpa (negligência, imprudência e imperícia).

A Suprema Corte, porém, já reconheceu a incidência da responsabilidade objetiva do Estado no caso de homicídio praticado por detento logo após a sua fuga, o que nos leva a entender que a imediatividade do dano pode atrair o nexo causal da conduta omissiva do estado e o dano causado (RE 136.247/RJ-STF).

O particular é obrigado a processar o Estado ou pode ajuizar uma ação de indenização diretamente em face do agente público causador do dano? O particular pode processar diretamente o agente, gerando uma vantagem e uma desvantagem. A vantagem é a de poder receber por execução direta dos bens do agente, evitando uma demorada espera pelo pagamento via precatórios, e a desvantagem é que terá de provar a culpa do agente, algo dispensável quando se busca a indenização diretamente pelo Estado.

Algumas atividades essenciais e típicas do Estado são desenvolvidas por particulares, por meio de concessão ou permissão. O concessionário ou permissionário, apesar de não estar incluído como ente da Administração Pública, exerce serviço público, o que implica sujeição a regras especiais inerentes à atividade estatal. Uma concessionária de transporte urbano, por exemplo, está sujeita às regras da responsabilidade civil objetiva, independentemente de culpa, já que exerce uma função pública a ela outorgada. Essa responsabilidade objetiva, porém, não se estende a terceiros não usuários do serviço, já que somente o usuário é detentor do direito subjetivo de receber um serviço público ideal, não cabendo ao mesmo, por essa razão, o ônus de provar a culpa do prestador do serviço na causação do dano (RE 262.651/SP-STF).

Caso o Estado verifique que o serviço não está sendo executado da forma previamente estipulada, pode retomar o serviço e passar a exercê-lo pessoalmente, o que é denominado “encampação”.

AULA 10

Dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios

Deve-se ter muito cuidado com a denominação desses militares, já que não pertencem às Forças Armadas e também não podem mais ser chamados de servidores públicos militares, denominação abandonada desde a Emenda Constitucional nº 18, de 1998.

São militares dos estados, Distrito Federal e territórios as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Ambos são **forças auxiliares e reserva do Exército**, subordinando-se aos governadores.

Não se deve confundir força auxiliar com membro das Forças Armadas. Os militares dos estados, Distrito Federal e territórios não integram as Forças Armadas. Assim sendo, os cargos de oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar não são, por exemplo, privativos de brasileiro nato. Posição contrária pode ser defendida, no sentido de esses oficiais serem necessariamente brasileiros natos, sob o argumento de que em situações nas quais eles sejam convocados a auxiliar o Exército, deverão assumir postos que exigem a nacionalidade nata. Apesar de sustentável a última posição, consideramos mais plausível a tese da inexistência da proibição de que brasileiros naturalizados ocupem cargos de oficialato dentre os militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios.

A Polícia Militar tem a função de **polícia ostensiva** e a **preservação da ordem pública**. O Corpo de Bombeiros Militar deve executar as atividades de **defesa civil**. Tais instituições serão organizadas com base na **hierarquia e disciplina**.

As **patentes** dos oficiais são conferidas pelos respectivos governadores. As regras previdenciárias relativas aos pensionistas desses militares serão fixadas por uma lei estadual ou distrital específica. É garantida ao militar a contagem de tempo de contribuição previdenciária (para fins de aposentadoria) e de serviço (para fins de disponibilidade) junto ao serviço público federal, estadual ou municipal.

Não cabe ***habeas corpus*** em relação às punições disciplinares desses militares.

Aos policiais militares e aos bombeiros são aplicáveis todas as regras do art. 142, §§ 2º e 3º, que serão tratadas mais à frente, quando tratarmos das Forças Armadas.

Prática Geral - Questões de (1 a 11)

1.(Banco Central – Técnico – FCC – 2006) Maria, enfermeira do Hospital Federal X, deseja acumular seu cargo público privativo de profissional de saúde de profissão regulamentada com outro cargo público privativo de profissional de saúde de profissão regulamentada, tendo em vista que há compatibilidade de horários entre eles. Neste caso, considerando que ambos os cargos são remunerados, é certo que

- a) será permitida a acumulação dos cargos, tratando-se de exceção prevista na Constituição Federal brasileira.
- b) não será permitida a acumulação dos cargos, uma vez que a Constituição Federal brasileira só permite a acumulação de cargo público remunerado com outro gratuito.
- c) não será permitida a acumulação dos cargos, porque a Constituição Federal brasileira veda, em qualquer hipótese, a acumulação remunerada de cargos públicos.
- d) não será permitida a acumulação dos cargos, uma vez que a Constituição Federal brasileira só permite a acumulação de um cargo público de professor com outro técnico ou científico.
- e) não será permitida a acumulação dos cargos públicos, uma vez que a Constituição Federal brasileira só permite a acumulação de dois cargos públicos de professores.

Gabarito: a

2. (Exame de Ordem /ES – FCC – 2006) A intervenção Federal pode ser decretada pela União nos

- a) Estados-membros, mediante requisição do Tribunal competente, no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária.
- b) Estados-membros, mediante prévia autorização do Congresso Nacional, em qualquer caso.
- c) Municípios, somente mediante prévia solicitação do Estado-membro ao qual pertencem.
- d) Municípios das capitais dos Estados-membros, nos casos previstos pela Constituição Federal.

Gabarito: a

**3. (Tribunal de Contas da União – Analista de Controle Externo – Esaf - 2006)
Sobre organização do Estado brasileiro, assinale a única correta**

- a) Nos termos da Constituição Federal, a criação de novos municípios, que é feita por lei estadual, só poderá se realizar quando for publicada a lei complementar federal que disciplinar o período dentro do qual será autorizada essa criação.
- b) A competência da União de legislar privativamente sobre normas gerais de licitação e contratação pela Administração Pública impede que Estados e Municípios possam legislar sobre licitação e contratos públicos.
- c) O aproveitamento, pela União, dos potenciais hidroenergéticos localizados em cursos de água que integrem os bens estaduais, depende de expressa autorização do poder executivo estadual e far-se-á mediante compensação financeira por essa exploração.
- d) O estabelecimento de uma política de educação para a segurança do trânsito é uma competência privativa da União.
- e) A exploração dos serviços locais de gás canalizado pode ser feita pelos Estados, desde que a União, mediante instrumento próprio, faça uma autorização, concessão ou permissão para a sua execução.

Gabarito: a

**4. (Juiz de direito – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – 2006).
Quanto à repartição de competências legislativas prevista na Constituição Federal, assinale a alternativa certa.**

- a) É constitucional lei distrital que vede a comercialização de produtos geneticamente modificados destinados à alimentação humana.

- b) Lei municipal pode estabelecer obrigação que imponha limite máximo de espera para que o consumidor seja atendido em estabelecimento bancário.
- c) Lei complementar federal que impõe limites para gastos com pessoal não é aplicável aos estados nem aos municípios em razão do princípio da autonomia.
- d) É constitucional lei estadual que amplia definição de instituto estabelecida por texto federal em matéria de competência concorrente.

Gabarito: b

**5. (Juiz de direito – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – 2006).
Assinale a alternativa certa.**

- a) O Distrito Federal detém competência legislativa atribuída aos Estados e aos Municípios.
- b) A iniciativa popular de apresentação de Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal, por 1% (um por cento) dos eleitores locais, não encontra óbice na Constituição Federal.
- c) Compete privativamente à União legislar sobre proteção e integração social de pessoas portadoras de deficiência.
- d) Dentro de sua autonomia, compete ao Distrito Federal legislar sobre os salários dos integrantes das Polícias Civil e Militar, reservando-se a iniciativa ao Governador.

Gabarito: a

6. julgue os itens.

- a) A proibição constitucional de cassação de direitos políticos impõe, como consequência, a impossibilidade de cassação de mandato eletivo.
- b) A criação de Estados e de Municípios depende de lei complementar, cujo projeto não pode ser oferecido sem que haja ocorrido a aprovação da emancipação pelas populações diretamente interessadas, residente dentro ou fora da área emancipada, em plebiscito.
- c) Rios que sejam bens da União implicam a propriedade federal também das ilhas em seu curso.
- d) Não pode haver propriedade municipal ou estadual em ilhas oceânicas.
- e) Particular não tem direito a participação pela exploração de jazidas minerais em terras de sua propriedade.

Gabarito:

- a) Errada - O mandato pode ser cassado sem necessariamente se cassarem os direitos políticos de alguém.
- b) Errada - A questão é falsa pois misturou os requisitos para a criação de Estados com os de criação de municípios, que são diferentes. Por exemplo, para emancipar um município se consultará toda a população, enquanto para criar um Estado basta ouvir a população diretamente interessada.
- c) Errada - As ilhas em rios da União podem pertencer aos Estados, Municípios ou a particulares.
- d) Errada - As ilhas oceânicas também podem sofrer a limitação do art. 26, II, da CF/1988)
- e) Errada - Apesar de não ser o proprietário dos recursos minerais extraídos de suas terras o particular recebe um percentual sobre a exploração.

7. Julgue os itens.

- a) Detentor de mandato eletivo será remunerado em parcela única denominada subsídios, permitido apenas o pagamento de verba de representação.
- b) A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira deverá ser fixada em parcela única.
- c) O servidor público poderá ser aposentado voluntariamente, se for homem, aos trinta e cinco anos de serviço, com proventos integrais.
- d) A aposentadoria por invalidez permanente dar-se-á com proventos integrais.
- e) O exercício de mandato eletivo é acumulável com o exercício de cargo público federal.

Gabarito:

- a) Errada - O detentor de mandato eletivo não pode receber verba de representação.
- b) Errada - A remuneração dos servidores é formada pelos vencimento somados às vantagens pecuniárias permanentes. Segundo o § 8º do art. 39 da CF a remuneração dos servidores pode ser fixada na forma de subsídios.
- c) Errada - Matéria alterada pela Emenda Constitucional 41/2003.
- d) Errada - Somente em alguns casos os proventos serão integrais (vide art. 40, § 1º, I).
- e) Errada - O servidor público federal fica afastado de seu cargo, quando em exercício de mandato eletivo.

8. (Magistratura Federal / 1999) Assinalar a alternativa correta.

- a) As terras situadas na faixa de fronteira e os terrenos de marinha são propriedade da União.

- b) São brasileiros os nascidos no estrangeiro que venham residir no País antes de atingir a maioridade e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
- c) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direito, salvo para a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, em caso de vacâncias dos cargos, nos dois últimos anos do período presidencial.
- d) A suspensão dos direitos políticos não se aplica ao condenado beneficiado pelo sursis.

Gabarito:

- a) Errada - Somente as terras devolutas situadas nas faixas de fronteira pertencem à União.
- b) Errada - Não é necessário residir no Brasil antes de completar a maioridade. A residência pode ser a qualquer tempo.
- c) Certa
- d) Errada - Durante o sursis também há a suspensão dos direitos políticos.

9. (Magistratura do Trabalho/1998) No que tange à greve no serviço público, é correto afirmar:

- a) O direito de greve será exercido e nos limites definidos em lei complementar.
- b) O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- c) O direito de greve não mais existe, posto que extinto pela Reforma Administrativa de 1.998.
- d) Com a Reforma Administrativa de 1.998, aplica-se ao servidor público, quanto ao direito de greve, a Lei 7.783/89.
- e) O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em medida provisória, de iniciativa do chefe do Poder Executivo de cada uma das unidades da federação.

Gabarito:

- a) Errada - Não é necessária lei complementar.
- b) Certa
- c) Errada - A reforma administrativa não acabou com o direito de greve.
- d) Errada - O direito de greve será exercido nos termos de lei específica.
- e) Errada - A constituição não traz essa previsão de regulamentação.

10. (Ministério Público Estadual/2003) Dentro da repartição constitucional de competências entre os membros da Federação, legislar sobre procedimentos em matéria processual é matéria de competência:

- a) exclusiva da União.
- b) privativa da União.
- c) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- d) concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Gabarito:

- e) Vide art. 24, XII, da CF.

11. (MARE/GESTOR GOVERNAMENTAL/1997) Ocorrendo conflito entre normas federais e estaduais, versando tema específico submetido à competência concorrente, determina a Constituição que deve prevalecer

- a) a regra estadual, visto que a autonomia dos Estados é o ponto de partida da ordem federativa.
- b) a norma federal, visto que a competência estadual é remanescente, não podendo excluir nenhuma lei de âmbito superior.
- c) a norma mais recente, visto que sendo a competência concorrente e igual, resolve-se o conflito pelas regras de direito intertemporal.
- d) a norma federal geral superveniente, visto que esta suspende a eficácia da norma estadual que a contrarie.
- e) a norma federal, visto que a competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência dos Estados.

Gabarito:

- d) Vide art. 24, § 4º, da CF.

MÓDULO V

CAPÍTULO 3 - PODER JUDICIÁRIO

AULA 1

CAPÍTULO III – PODER JUDICIÁRIO

INTRODUÇÃO

Caberá ao Poder Judiciário, aplicando a lei e todas as fontes de direito, solucionar conflitos existentes na sociedade ou conflitos entre os próprios poderes.

O Judiciário é autônomo, não se subordina a nenhum outro poder. Por conta disso, ele mesmo elabora seus orçamentos.

AULA 2

A LOMAN

O Supremo Tribunal Federal, órgão de cúpula do Poder Judiciário, poderá, exercendo seu poder de iniciativa, propor o Estatuto da Magistratura (esse estatuto é a LOMAN, Lei Orgânica da Magistratura Nacional), prevendo especialmente que:

- os juízes serão escolhidos por concurso público, do qual participará a Ordem dos Advogados do Brasil, sendo que a nomeação seguirá a ordem de classificação dos candidatos;
- o ingresso na carreira de juiz requer do candidato um tempo mínimo de 3 (três) anos de atividade jurídica;
- a promoção dos juízes (de entrância para entrância) nas carreiras judiciárias será determinada por critérios de antiguidade e merecimento. O merecimento pressupõe ter dois anos de exercício na entrância e estar na primeira quinta parte da lista de antiguidade, salvo se não houver ninguém com essas qualidades que aceite o cargo, regra essa que não se aplica aos juízes federais, que são submetidos às regras do art. 107, II, da Constituição, que impõe o exercício de cinco anos na magistratura (MS 23.789/PE-STF). O juiz que apareça três vezes consecutivas ou cinco alternadas na lista de merecimento é obrigatoriamente promovido. Somente por dois terços de votos fundamentados, os membros de um tribunal podem impedir a promoção do juiz mais antigo, desde que assegurada a ampla defesa. A análise do merecimento envolve o desempenho e produtividade do magistrado, bem como a frequência e o aproveitamento em cursos de aperfeiçoamento;
- não pode ser promovido o juiz que, sem justificativa, deixar de cumprir os prazos de devolução dos processos com os devidos despachos;
- a promoção para os Tribunais de Justiça será também com base na antiguidade e no merecimento apurados dentre os magistrados que ocupem a última ou única entrância (entrância é semelhante às referências que um servidor público alcança ao longo de sua carreira, com a diferença de dependerem da existência de vaga);
- serão previstos cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção dos magistrados.

AULA 3

A LOMAN



- O subsídio (remuneração) dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponderá a noventa e cinco por cento do subsídio dos Ministros do Supremo (esse subsídio será determinado por lei conjunta dos três Poderes, constituindo o teto salarial do funcionalismo público). O subsídio dos demais magistrados será fixado de forma escalonada, de acordo com as promoções alcançadas, com diferenças de cinco a dez por cento, desde que não exceda a noventa e cinco por cento do subsídio dos Ministros de Tribunais Superiores.
- A aposentadoria dos juízes seguirá as regras gerais da aposentadoria dos servidores públicos federais. Com a reforma da previdência, implementada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, foram implementadas modificações nas regras da aposentadoria, as quais, porém, não se aplicarão aos juízes, aos membros do ministério público e do tribunal de contas, por força do seu art. 2º.
- O juiz titular deverá residir na comarca em que atua, salvo se houver autorização do Tribunal.
- O magistrado somente pode ser removido, posto em disponibilidade ou aposentado compulsoriamente por decisão da maioria absoluta dos membros do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça. As demais decisões administrativas disciplinares também devem ser tomadas por maioria absoluta de votos.
- A remoção a pedido ou a permuta (troca) de magistrados de uma comarca para outra deve atender, no que possível, os requisitos para promoção.

AULA 4

A LOMAN

- Todos os julgamentos serão públicos e fundamentados. A publicidade pode ser limitada nos casos previstos em lei, nos quais a preservação da intimidade daqueles que estejam envolvidos no caso não seja prejudicial ao interesse público à informação. Trata-se, nesse caso, de uma opção feita pelo constituinte em privilegiar, no caso de conflito, o direito fundamental à informação, em detrimento ao direito à intimidade. As decisões administrativas também devem ser fundamentadas e tomadas em sessão pública, sob pena de nulidade.
- Nos tribunais com mais de 25 membros, pode ser criado um órgão especial composto com o mínimo de 11 e o máximo de 25 membros, com as atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas do plenário do tribunal. Na formação desse órgão, metade das vagas será preenchida seguindo-se o critério de antigüidade e a outra metade será eleita livremente pelo plenário do Tribunal.
- Dada a sua importância, a atividade jurisdicional não pode ser interrompida, sendo inclusive proibidas, salvo nos Tribunais Superiores, férias coletivas. Nos dias em que não houver expediente forense, deve haver sempre um juiz de plantão, para resolver questões urgentes, como comunicações de prisões, *habeas corpus* ou cautelares.
- O número de juízes nas unidades jurisdicionais deve ser proporcional ao número de demandas, processos ali existentes, bem como à população do local.
- Os atos processuais de administração ou de mero expediente, ou seja, aqueles que não possuem conteúdo decisório, serão delegados aos servidores do Tribunal ou do juízo. Tal previsão já possuía paralelo na legislação infraconstitucional e foi erigida ao *status* constitucional pela EC nº 45/2004.
- A distribuição dos processos, ato pelo qual se repartem os feitos entre os juízes que atuam em cada foro, é imediata em todos os graus de jurisdição.

- Aprofundamento no tema -

A Suprema Corte já concedeu *habeas corpus* a juiz federal (caso “operação anaconda”) para determinar sua transferência para prisão especial ou sala especial de Estado-Maior, em virtude do disposto no art. 33, III, da LOMAN (HC 81.632/DF-STF).

AULA 5

A REGRA DO “QUINTO CONSTITUCIONAL”

A regra do “quinto constitucional” se aplica aos Tribunais Regionais Federais e aos Tribunais de Justiça e determina que 1/5 (um quinto) das vagas nesses tribunais serão ocupadas por membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados com notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade.

O procedimento de escolha é o seguinte:

- os órgãos de representação indicam listas sêxtuplas (com seis nomes);
- o tribunal reduz essa lista para uma lista tríplice (com três nomes) e remete ao Poder Executivo;
- o Chefe do Poder Executivo tem 20 (vinte) dias, após a remessa, para escolher um integrante da lista tríplice para ser nomeado.

No caso do Distrito Federal, como seu Poder Judiciário é organizado e mantido pela União, a escolha é feita pelo Presidente da República, não pelo Governador.

Os membros dos Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são chamados “desembargadores”. Os membros dos Tribunais Regionais Federais são denominados “juízes”. Apesar de os membros dos TRFs utilizarem a nomenclatura “desembargadores federais”, é aconselhável preferir o termo “juízes”, o utilizado pelo texto constitucional.

AULA 6

GARANTIAS DOS MAGISTRADOS

Os juízes possuem determinadas garantias que visam dar-lhes a segurança necessária para que exerçam sua atividade de forma justa, sem se preocupar com pressões. São garantias:

- vitaliciedade, adquirida, pelos juízes concursados, após dois anos de atividade. Com essa garantia, só por sentença judicial transitada em julgado será declarada a perda do cargo. Constitui requisito para o vitaliciamento, a participação em curso oficial ou reconhecido pela escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados;
- inamovibilidade, que significa que o magistrado não pode ser lotado em outra localidade sem que haja o seu consentimento, salvo se o tribunal assim decidir, por voto de maioria absoluta, em razão do interesse público;
- irredutibilidade de subsídio (remuneração), que garante a impossibilidade de se diminuir a quantia recebida pelos juízes em virtude do seu trabalho.

Vedações aos magistrados

Aos magistrados é proibido:

- exercer outro cargo público, salvo o de professor;
- receber dinheiro ou outra vantagem por conta dos processos;
- dedicar-se à atividade político-partidária;
- receber auxílios ou contribuições de pessoas físicas ou entidades públicas ou privadas, salvo os casos previstos em lei;

- exercer a advocacia, nos três anos após a sua aposentadoria ou exoneração, junto ao Tribunal ou juízo no qual atuou.

AULA 7

Competências Privativas dos Tribunais

- dispor sobre sua organização;
- prover os cargos de Juiz de Carreira;
- propor a criação de novas varas judiciárias;
- prover os cargos dos seus servidores;
- conceder férias, licença e outros afastamentos aos juízes e servidores.

Competências privativas de iniciativas de leis do STF, dos Tribunais Superiores e dos TJs:

- alteração do número de membros dos tribunais inferiores;
- criação e extinção de cargos e remuneração de seus membros de servidores, bem como aqueles vinculados;
- criação ou extinção dos tribunais inferiores;
- alteração da organização e da divisão judiciárias.

AULA 8

Juizados Especiais

A Constituição Federal de 1988 prevê a existência de juizados especiais cíveis e criminais, competentes para conciliações, julgamento e execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo.

Os recursos nos juizados especiais não serão julgados pelo Tribunal de Justiça, mas sim, por Turmas Recursais formadas por juízes de primeiro grau. O recurso cabível contra as decisões dessas Turmas é o recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal. Não cabe recurso especial (STJ) contra decisão de Turma Recursal, dado que o art. 105, III, da Constituição taxativamente dispõe que o cabimento de tal recurso somente abrange causas decididas pelos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça.

Justiça de paz

Não é uma justiça de caráter jurisdicional (por mais contraditório que isso possa aparecer), cabendo-lhe celebrar casamentos e sua habilitação, bem como atribuições conciliatórias.

Será uma atividade remunerada e composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de 4 (quatro) anos.

AULA 9

Precatórios

O Estado, como qualquer ente jurídico, possui obrigações. Quando o Estado deve a alguém, essa pessoa não pode ir aos cofres públicos retirar o valor, pois isso representaria uma dificuldade de gerenciamento da máquina estatal, o que fere inclusive o princípio da continuidade que rege a atividade administrativa. Por conta disso, o governo tem o chamado sistema de precatórios, uma lista cronológica de pagamentos. Teoricamente, o governo teria um prazo para esses pagamentos que, se não fossem cumpridos, possibilitariam até uma Intervenção Federal nos Estados-membros. O Supremo Tribunal Federal, porém, decidiu que não é possível decretar a Intervenção quando o Estado deixa de pagar por não ter receita para tanto, o que significa, no dizer do Exmo. Ministro Marco Aurélio, um “devo não nego, pago quando puder”.

Precatório é, portanto, a forma de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública (art. 730 do CPC), que pressupõe uma lista cronológica de pagamento determinada pela ordem de apresentação do precatório pelo credor (art. 100, *caput*, da CF). A verba necessária para o pagamento dos precatórios apresentados até 1º de julho deve ser incluída no orçamento das entidades de direito público. A partir da inclusão no orçamento, o governo terá até o final do exercício correspondente para o pagamento dos precatórios, já incluída a devida atualização monetária (art. 100, § 1º, da CF). O Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 298.616/SP, Ministro Gilmar Mendes, decidiu pela não-incidência de juros moratórios no período compreendido entre a data de expedição e a data do efetivo pagamento do precatório, no prazo constitucionalmente estabelecido.

Os precatórios alimentares terão prioridade, ou seja, são pagos por meio de lista autônoma e preferencial. O §1º-A do art. 100 enumera os débitos de natureza alimentícia (salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil).

Será devida a atualização monetária dos valores até o momento da quitação da dívida. O Presidente do Tribunal é quem determina o pagamento de acordo com o dinheiro reservado para tanto. Se houver preterimento na fila de pagamento, poderá ser determinado o seqüestro da quantia (art. 100, § 2º, da CF).

As obrigações de pequeno valor não estão sujeitas a pagamento por meio de precatório, sendo vedada a divisão de um débito em vários outros menores para se enquadrar na classificação de pequeno valor (art. 100, § 3º e § 4º da CF). O art. 87 do ADCT define que, até que sejam definidos limites específicos por leis locais, serão considerados de pequeno valor os débitos que tenham valor igual ou inferior a 40 salários-mínimos (nos casos de execução contra Estados e DF) ou a 30 salários-mínimos (nos casos de execução contra Municípios). Dispõe o citado artigo, ainda, que se o valor da execução ultrapassar esses limites, o credor pode optar por renunciar ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento independentemente de precatório.

O Presidente de Tribunal que retardar ou tentar frustrar, por ato comissivo ou omissivo, a liquidação regular incorrerá em crime de responsabilidade.

AULAS 10

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

O tema aqui exposto é dotado de certa complexidade. Optamos por adotar uma estrutura e um grau de aprofundamento diferenciado do resto de nosso trabalho. Caso não consiga compreender este tópico, procure a orientação de um profissional da área. Muitas vezes o edital do concurso não cita expressamente esta matéria, que pode ser, contudo, cobrada do candidato caso o Poder Judiciário esteja inserido no rol de matérias que envolvem o Direito Constitucional. Se você começou a estudar o Direito Constitucional agora, é provável que leia este tópico e se pergunte em qual idioma ele foi escrito. Não se desespere, o tema é complexo e cobrado de forma superficial em concursos de nível médio. De qualquer forma a compreensão do tema relativo ao controle de constitucionalidade é muito interessante para a compreensão ampla de nosso sistema judicial. Vejamos.

AULAS 11

Noções gerais

Todo o ordenamento jurídico de nosso País deve seguir as regras impostas pela Constituição Federal de 1988, sendo que, se houver determinada lei ou ato normativo que fira a Constituição, deverá o Poder Judiciário negar validade a tal ato. Esse controle é um pressuposto de qualquer constituição rígida, já que se o legislador ordinário, aquele que elabora as leis, pudesse editar atos que subvertessem o sistema constitucional vigente, essa constituição não seria rígida, mas sim flexível, plástica, como já estudamos anteriormente. Por meio do controle de constitucionalidade, limita-se a atividade normativa, de modo a salvaguardar os valores existentes na constituição e garantir a segurança jurídica, que é primordial em um Estado Democrático de Direito.

Podem existir duas formas de controle de constitucionalidade: o preventivo e o repressivo.

O controle preventivo é exercido pelo Legislativo e pelo Executivo. São exemplos as votações dos projetos de lei nas comissões de constituição e justiça, bem como o veto presidencial. O Judiciário não exerce controle preventivo, apenas se limita a tutelar a regularidade do processo legislativo (exemplo: se um parlamentar impetrar mandado de segurança para assegurar que um projeto lei seja encaminhado para o veto presidencial).

O controle repressivo é exercido pelo Legislativo e pelo Judiciário. O Poder Legislativo pode, por exemplo, sustar atos do Executivo que exorbitem o seu poder regulamentar (art. 49, V) ou ainda suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal (52, X).

Controle difuso

O controle de constitucionalidade pelo Poder Judiciário será feito de forma difusa ou de forma concentrada. Será de forma difusa quando qualquer juiz ou tribunal declara a inconstitucionalidade de alguma lei, portanto não se aplicando, o que nela disposto, para a situação específica discutida no processo. Nos tribunais, um ato normativo só poderá ser declarado inconstitucional desde que se pronuncie o plenário da corte (princípio da reserva de plenário), salvo se já houver decisão do plenário a respeito do tema ou se próprio Supremo Tribunal Federal já houver se manifestado em caso semelhante. O controle difuso também pode ser exercido pelo Supremo Tribunal Federal em grau de recurso.

No **controle difuso** os efeitos são *inter partes*, ou seja, só vinculam, só afastam a aplicabilidade da lei para as partes do processo, tendo geralmente eficácia *ex tunc*, o que significa dizer que retroagem seus efeitos desde o início da lei. O controle difuso também é chamado de controle concreto de inconstitucionalidade, já que é utilizado para resolver um problema concreto, e não apenas para expurgar do ordenamento uma lei de caráter abstrato. Esse meio é chamado também de declaração incidental (*incidenter tantum*), já que a inconstitucionalidade não é o pedido principal do processo, mas sim, um incidente indispensável à solução da lide, da causa principal. O Supremo Tribunal Federal já decidiu, em controle difuso, ser possível a declaração de inconstitucionalidade em controle difuso com eficácia *ex nunc* (no caso concreto trata-se de um precedente em que se analisava a necessidade de observância da proporcionalidade na fixação do número de vereadores nas Câmaras de Vereadores, o que reduziria significativamente o número de cargos, no qual o STF julgou conveniente aplicar a restrição apenas a partir das próximas eleições).

Se o Supremo Tribunal declarar, no curso de um processo, uma lei inconstitucional (controle difuso ou concreto), o Senado pode, por meio de resolução, suspender a execução dessa lei para todo o Brasil. Nesse caso, os efeitos são *erga omnes*, ou seja, contra todos, e a eficácia é *ex nunc*, dali para frente. Alguns autores defendem que a do Senado tem eficácia *ex tunc*, tese que não prevalece atualmente.

DICA: Um método simples de memorizar estes termos é pensar da seguinte maneira: quando ouvir a palavra *nunc*, leia-se **nunca** retroage.

A ação civil pública é um instrumento que pode ser utilizado para a defesa de interesses pertencentes a toda a sociedade. Por conta disso, é dotado de efeito *erga omnes* (que alcança a todos). Aí surge um problema: se houver uma declaração incidental de inconstitucionalidade, apesar de estarmos tratando de um controle difuso, teremos efeitos *erga omnes* dessa decisão. Diante disso, muitos defendiam a impossibilidade de declaração de inconstitucionalidade em ação civil pública, sob pena de invadir a área de atuação exclusiva da ação direta de inconstitucionalidade, que é instrumento de controle concentrado de constitucionalidade. Como resolver esse problema?

O Supremo Tribunal Federal, analisando a questão, decidiu pela possibilidade de ajuizamento da ação civil pública com incidente de inconstitucionalidade incidental. Assim sendo, o Ministério Público, por exemplo, é legítimo para propor ação civil pública fundamentada na inconstitucionalidade da lei, ocasião em que se opera o controle difuso ou *incidenter tantum* de constitucionalidade. Em outras palavras, o fato de a decisão proferida em ação civil pública gerar efeitos *erga omnes* não impede que nela seja argüida incidentalmente (arguição incidental significa que a inconstitucionalidade é uma causa de pedir, um argumento, e não objeto principal da ação) a inconstitucionalidade de uma lei, não constituindo uma usurpação do campo de atuação da ação direta de inconstitucionalidade (RCL 2.687/PA, AI 504.856-AgR/DF, RCL 2.460-MC/RJ e RE 227.159/GO-STF).

Controle concentrado

No caso do **controle concentrado**, abstrato ou direto, que pode ser exercido pelo STF na proteção da Constituição Federal ou pelos Tribunais de Justiça na defesa das Constituições Estaduais, os efeitos são *erga omnes* e a eficácia será *ex tunc*. Por decisão de dois terços do plenário, o Supremo Tribunal Federal pode determinar o momento em que a declaração de inconstitucionalidade produzirá efeitos (o que pode resultar em uma declaração *ex nunc*, por exemplo). Um caso concreto seria, por exemplo, uma lei que determinou a abertura de mil cargos de policial militar, sendo que metade destes já foi provida. Nesse caso, a decisão poderia valer só dali pra frente, não alcançando os policiais que já ingressaram na instituição por meio daquela lei.

- Controle concentrado – ADI e ADC

O controle concentrado é aquele exercido somente pelo Supremo Tribunal Federal, por meio, precipuamente, das **Ações Diretas de Inconstitucionalidade**. Podem propor a ação de inconstitucionalidade o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do DF, o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Partido Político com representação no Congresso Nacional e o Sindicato ou entidade de classe de âmbito nacional. Alterando sua jurisprudência, o Supremo Tribunal Federal entendeu ser legitimada ativa para a ação direta de inconstitucionalidade a chamada “associação de associações”, entendida como aquela entidade de classe de âmbito nacional na qual se congregam associações regionais correspondentes a cada unidade da Federação, a fim de perseguirem, em todo o País, o mesmo objetivo institucional de defesa dos interesses de uma determinada classe (ADI 3.153/DF-STF).

O controle concentrado é exercido por meio também da **Ação Declaratória de Constitucionalidade**, que funciona de modo inverso à Ação Direta de Inconstitucionalidade. Na ADC, o que se busca é uma decisão do STF que bloqueie todos os processos que estejam questionando a constitucionalidade da lei por meio do controle difuso. A constituição prevê para a ADC o efeito vinculante, o que significa que a decisão do STF não pode ser questionada por outro juiz. A ADI pode ser ajuizada para argüir a inconstitucionalidade de lei federal ou estadual, enquanto na ADC somente se analisa a

constitucionalidade de leis federais. Quando concedida medida cautelar em ADC, todos os juízes ou tribunais que estejam deliberando a respeito da constitucionalidade daquele ato normativo devem se eximir de declarar sua inconstitucionalidade até o julgamento do mérito da ADC pelo Supremo Tribunal, já que a decisão que concede medida cautelar em ADC é investida da mesma eficácia contra todos (*erga omnes*) e efeito vinculante (ADC 4-STF).

Com a nova legislação sobre controle de constitucionalidade, o efeito vinculante da ADC foi estendido à ADI, cabendo reclamação ao Supremo Tribunal Federal caso o juiz não respeite a decisão proferida nesses processos. De uma forma geral, é cabível a ação chamada “reclamação”, junto ao Supremo Tribunal Federal, quando houver desrespeito ao que decidiu em controle abstrato (Rcl 1.722/RJ). A legitimidade ativa (quem pode ajuizar a ação denominada reclamação) é conferida também a terceiros da relação processual originária, ou seja, a pessoas que não participaram do processo paradigma, da decisão desrespeitada (Rcl 1.880-AgR/SP-STF).

Não é cabível reclamação para alegar desrespeito a decisão do STF quando o ato normativo for editado posteriormente à decisão paradigma. Traduzindo: imagine que o Supremo Tribunal Federal declare inconstitucional uma lei que determina horas extras de auto-escola para mulheres adquirirem licença para dirigir (ADI nº XYZ). Nesse caso, nada impede que o Congresso Nacional edite novamente uma norma de idêntico conteúdo, já que o efeito vinculante não atinge o Poder Legislativo (a não ser quando atua meramente como ente da administração direta). Não será cabível, no caso, argüir o desrespeito à ADI número XYZ, já que se trata de nova norma, apesar de possuir conteúdo idêntico. Pensar o contrário levaria a uma conclusão que poderia ferir o “equilíbrio entre o tribunal constitucional e o legislador, reduzindo este a papel subalterno perante o poder incontrolável daquele”, como bem assentado pelo Ministro Cezar Peluso quando do julgamento da RCL 2.617-AgR/MG-STF.

A ADI e a ADC são processos objetivos, ou seja, existem independentemente dos interesses das partes. Por conta disso, não cabe pedido de desistência. Além disso, possuem causa de pedir aberta (*causa petendi* aberta), o que significa que os Ministros não ficam limitados aos argumentos trazidos pelas partes, podendo analisar o sistema constitucional como um todo e declarar ou não a constitucionalidade com base em argumentos diversos dos trazidos pelas partes. Quando o Tribunal conclui que a inconstitucionalidade de determinada norma implica incompatibilidade de outra parte do ato normativo e que não foi argüida na inicial da ADI, deve superar o princípio do pedido e aplicar a declaração de inconstitucionalidade denominada por “arrastamento” ou por “atração” (ADI 2.865/AL-STF; ADI 2.653/MT-STF; ADI 2.982-QO/CE-STF; e ADI 1.662/SP-STF), com o objetivo de manter norma coerente e coesa.

O controle concentrado se diferencia do difuso, principalmente pelo fato de cancelar os efeitos da lei de uma forma geral (*erga omnes*), enquanto o controle difuso só deixa de aplicar a lei ao caso concreto.

AULAS 12

Ação Direta de Inconstitucionalidade

Há a possibilidade de se fazer o controle de constitucionalidade por omissão. No controle difuso e concreto, isso é feito pelo mandado de injunção – MI. No controle abstrato, é realizado pela Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão. Pelo fato de o princípio da separação dos Poderes impedir que o Judiciário atue como legislador positivo, a decisão proferida nesses processos não poderá compelir o legislador a elaborar uma lei, razão pela qual não cabe a concessão de liminar. O mandado de injunção – MI tem legitimização ativa ampla (cidadãos) e pode ser julgado por qualquer juiz, desde que dentro do âmbito de sua competência, enquanto a ADI por omissão tem legitimidade restrita (só entes legitimados para a ADI) e somente pode ser julgada pelos órgãos de realizam controle abstrato de constitucionalidade das normas.

A legitimidade ativa da ADI por omissão não traz inovações quanto ao rol do art. 103, podendo, inclusive, envolver omissões de órgão ou poder estadual.

No controle de constitucionalidade por omissão, nem sempre o poder omisso será o Legislativo. Nos casos em que a lei seja de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, como as que tratam da remuneração dos servidores públicos, a mora deve ser atribuída ao Presidente da República, ao Governador ou ao Prefeito, dependendo da esfera do serviço público envolvida. No caso de lei que tenha tido sua obrigatoriedade criada por emenda constitucional, a omissão só será relevante, sob o ponto de vista do controle concentrado de constitucionalidade, após a vigência do novo texto da Carta Maior. Cabe ainda acrescentar que quando o legislador tiver, de acordo com a Lei Magna, mera faculdade de editar a norma, não é possível a declaração da omissão Constitucional, até mesmo em virtude do princípio da separação dos Poderes, já que o Judiciário não pode interferir em opções políticas do Legislativo.

A Emenda Constitucional nº 45/2004 deu *status* constitucional ao efeito vinculante da Ação Direta de Inconstitucionalidade e tornou mais técnica a redação do § 2º do art. 102 ao dispor que a decisão definitiva de mérito nesses processos vincula o Poder Judiciário e a administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal (a redação antiga fazia referência ao Poder Executivo).

Quando Supremo Tribunal Federal declara a existência da omissão na confecção de determinado ato normativo, não pode suprir, por si só, essa falta, pois estaria ferindo o princípio da separação dos Poderes, como já havíamos comentado quando abordamos o mandado de injunção.

Os Tribunais de Justiça também estão autorizados a julgar representações de inconstitucionalidade. Mas nesse caso, a análise da constitucionalidade será restrita a normas locais (estaduais e municipais), em confronto à Constituição Estadual.

No julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade os julgadores podem entender que estão presentes os requisitos da medida cautelar (*fumus boni iuris* e *periculum in mora*), ou seja, que há plausibilidade jurídica na argumentação da inconstitucionalidade e que há perigo de dano caso a tutela jurisdicional não incida imediatamente. Nesse caso, o tribunal deve conceder a medida cautelar para que se suspenda a aplicabilidade dos atos normativos questionados na ação direta.

A decisão que concede medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade tem eficácia *ex nunc*, ou seja, não tem efeito retroativo. Essa eficácia, porém só terá validade a partir da data da publicação da ata de julgamento no Diário da Justiça (ADI 711/AM-STF). Em casos excepcionais, para garantir a eficácia da decisão, o Presidente do Tribunal pode determinar o início dos efeitos da cautelar em momento diverso da publicação no Diário da Justiça (Rcl 3.309-MC/ES-STF).

AULAS 13

Ação Declaratória de Constitucionalidade.

São legitimados a ajuizar (legitimidade ativa) a Ação Declaratória de Constitucionalidade os mesmos legitimados a ajuizar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (inovação trazida pela EC nº 45/2004).

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – outro meio de controle concentrado

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, também chamada de ADPF, é uma outra ação que pode ser ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal e que possui um caráter subsidiário (somente é utilizada quando não há outro instrumento adequado). Exemplificando: quando se quis a autorização para o aborto de feto anencéfalo (sem cérebro), a ação utilizada perante o STF foi a ADPF, já que não se tratava de se defender a

constitucionalidade ou inconstitucionalidade do Código Penal, mas sim, determinar que se permitisse o referido aborto em defesa do direito à vida, dentre outros que são constitucionalmente protegidos.

- Normas passíveis de controle de constitucionalidade

Quando exercido pelo Supremo Tribunal Federal, o controle difuso poderá alcançar qualquer tipo de norma: Federal, Estadual ou Municipal. Quando a Suprema Corte exerce o controle abstrato, ela somente poderá declarar a inconstitucionalidade de leis e atos normativos federais ou estaduais. As leis municipais somente serão apreciadas pelo controle concentrado por essa Corte no caso de julgamento de ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Também podem ser objeto de ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade – as emendas constitucionais, já que, por serem atos do poder constituinte derivado, são limitadas e restritas.

Quando Tribunal Estadual ou do Distrito Federal julgar representações de inconstitucionalidade, ou seja, exercer o controle concentrado (também chamado abstrato ou direto) de constitucionalidade, estará confrontando leis ou atos normativos estaduais ou municipais frente à constituição estadual e, no caso do Distrito Federal, à lei orgânica.

Também são cabíveis ADIs contra lei distrital frente à Constituição Federal. Em sua competência legislativa, o Distrito Federal acumula o poder de editar leis de matéria estaduais e municipais. Nesses casos, porém, o Supremo Tribunal Federal só tem admitido a ação direta quando a lei distrital não tratar de matéria relativa à competência municipal. Por outro lado, perante o TJDF o controle de constitucionalidade abstrato sempre poderá ser exercido em relação às leis distritais, desde que se tome como paradigma a Lei Orgânica do Distrito federal, ou seja, o TJDF analisará as leis e atos normativos distritais e se pronunciará no sentido de sua adequação à lei orgânica, que se equipara a uma constituição estadual.

Cabe controle de constitucionalidade de normas constitucionais? Sim, é possível que o STF, por exemplo, julgue que uma emenda constitucional é inconstitucional, por mais contraditório que isso possa parecer. Essa inconstitucionalidade pode ser **formal** (não cumprimento dos requisitos para o processo de emenda), ou **material** (ofensa à cláusula pétrea, por exemplo). O que não pode ocorrer é o controle de constitucionalidade sobre normas constitucionais originárias (aquelas que já nasceram com a Constituição, que integram seu texto desde a sua promulgação), já que teoricamente todas as normas constitucionais possuem a mesma hierarquia, já que, como estudamos anteriormente, possuímos uma Constituição rígida (ADI 815/DF-STF).

AULAS 14

- **Ação Declaratória de Constitucionalidade.**

São legitimados a ajuizar (legitimidade ativa) a Ação Declaratória de Constitucionalidade os mesmos legitimados a ajuizar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (inovação trazida pela EC n° 45/2004).

- **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – outro meio de controle concentrado**

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, também chamada de ADPF, é uma outra ação que pode ser ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal e que possui um caráter subsidiário (somente é utilizada quando não há outro instrumento adequado). Exemplificando: quando se quis a autorização para o aborto de feto anencéfalo (sem cérebro), a ação utilizada perante o STF foi a ADPF, já que não se tratava de se defender a constitucionalidade ou inconstitucionalidade do Código Penal, mas sim, determinar que se

permitisse o referido aborto em defesa do direito à vida, dentre outros que são constitucionalmente protegidos.

- Normas passíveis de controle de constitucionalidade

Quando exercido pelo Supremo Tribunal Federal, o controle difuso poderá alcançar qualquer tipo de norma: Federal, Estadual ou Municipal. Quando a Suprema Corte exerce o controle abstrato, ela somente poderá declarar a inconstitucionalidade de leis e atos normativos federais ou estaduais. As leis municipais somente serão apreciadas pelo controle concentrado por essa Corte no caso de julgamento de ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Também podem ser objeto de ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade – as emendas constitucionais, já que, por serem atos do poder constituinte derivado, são limitadas e restritas.

Quando Tribunal Estadual ou do Distrito Federal julgar representações de inconstitucionalidade, ou seja, exercer o controle concentrado (também chamado abstrato ou direto) de constitucionalidade, estará confrontando leis ou atos normativos estaduais ou municipais frente à constituição estadual e, no caso do Distrito Federal, à lei orgânica.

Também são cabíveis ADIs contra lei distrital frente à Constituição Federal. Em sua competência legislativa, o Distrito Federal acumula o poder de editar leis de matéria estaduais e municipais. Nesses casos, porém, o Supremo Tribunal Federal só tem admitido a ação direta quando a lei distrital não tratar de matéria relativa à competência municipal. Por outro lado, perante o TJDF o controle de constitucionalidade abstrato sempre poderá ser exercido em relação às leis distritais, desde que se tome como paradigma a Lei Orgânica do Distrito federal, ou seja, o TJDF analisará as leis e atos normativos distritais e se pronunciará no sentido de sua adequação à lei orgânica, que se equipara a uma constituição estadual.

Cabe controle de constitucionalidade de normas constitucionais? Sim, é possível que o STF, por exemplo, julgue que uma emenda constitucional é inconstitucional, por mais contraditório que isso possa parecer. Essa inconstitucionalidade pode ser **formal** (não cumprimento dos requisitos para o processo de emenda), ou **material** (ofensa à cláusula pétrea, por exemplo). O que não pode ocorrer é o controle de constitucionalidade sobre normas constitucionais originárias (aquelas que já nasceram com a Constituição, que integram seu texto desde a sua promulgação), já que teoricamente todas as normas constitucionais possuem a mesma hierarquia, já que, como estudamos anteriormente, possuímos uma Constituição rígida (ADI 815/DF-STF).

- Aprofundamento no tema -

- Nas decisões proferidas em processos que possuem o efeito vinculante, vigora o que o Supremo Tribunal Federal denomina de Teoria dos Motivos Determinantes, teoria já defendida por diversos doutrinadores pátrios (Alexandre de Moraes, Ives Gandra, Gilmar Mendes, Maria Helena Diniz e Clèmerson Clève). No processo civil, os fundamentos de uma decisão, de uma forma geral, não fazem trânsito julgado, mas sim, apenas a parte dispositiva. Tal regra, porém, não se aplica às ações de controle constitucional abstrato, nas quais os fundamentos utilizados na decisão também vinculam a todos (*erga omnes*). Assim o decidido na Rcl 1.987/DF-STF e na Rcl 2.986-MC/SE-STF.

- Tema extremamente interessante é o relativo à eficácia represtinatória da declaração de inconstitucionalidade efetuada em controle abstrato. Represtinação é o fenômeno de restauração de norma anteriormente revogada, em virtude da extinção da norma revogadora. Regra geral, a represtinação é abolida de nosso sistema, salvo quando previamente expressa. No controle abstrato, porém, quando se considera uma norma inconstitucional, entende-se que esse ato é juridicamente inválido, não se revestindo de nenhuma carga de eficácia derogatória. Exemplificando: Uma norma B

revoga a norma A. Passa a ter vigência, portanto, a norma B. Posteriormente, a norma B vem a ser declarada inconstitucional pelo STF. Conclusão: volta a vigorar a norma A! (ADI 2.884/RJ-STF)

AULA 15

Estrutura Do Poder Judiciário

O Poder Judiciário é formado pelos seguintes órgãos:

- Supremo Tribunal Federal;
- Conselho Nacional de Justiça;
- Superior Tribunal de Justiça;
- Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;
- Tribunais e Juízes do Trabalho;
- Tribunais e Juízes Eleitorais;
- Tribunais e Juízes Militares;
- Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores terão sede em Brasília. O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição (poder de dizer o direito) em todo o território nacional.

É inerente à atividade judiciária a autonomia administrativa e financeira, consubstanciada na capacidade de elaborar seus próprios orçamentos e gerenciá-los.

Os Tribunais Regionais Federais e os Tribunais de Justiça são os órgãos de segunda instância do Poder Judiciário, ou seja, julgam os recursos interpostos de sentença dos juízes de primeiro grau. Por conta de sua importância, determina a Constituição que um quinto das vagas dessas cortes é reservado a membros do Ministério Público e advogados, ambos com, pelo menos, dez anos de carreira. Este é o chamado “quinto constitucional”.

As decisões dos juízes (sentenças) não são absolutas, quase sempre havendo a possibilidade de revisão por um órgão superior a este. Assim sendo, os tribunais têm a função maior de revisar os julgados das sentenças dos juízes.

AULA 16

Tribunais

Vejamos, por fim, a constituição e a competência dos principais órgãos:

Supremo Tribunal Federal

- Formação: **11 Ministros** escolhidos entre **brasileiros natos** (com idade entre 35 e 65 anos) com notável **saber jurídico** e **reputação ilibada**. Os ministros são indicados pelo **Presidente da República** e sabatinados pelo **Senado Federal**, que deverá aprovar a indicação por **maioria absoluta**, em **votos secretos**, após **arguição pública**

- Competência: Existem três espécies de competência, quais sejam a originária, a recursal ordinária e a recursal extraordinária. As matérias julgadas pelo Supremo Tribunal

Federal, em sua maioria, envolvem matérias constitucionais e, por isso, esse tribunal é denominado o guardião da Constituição.

A competência originária é a competência que a Suprema Corte possui de julgar causas que só a ela compete processar, sendo julgada desde logo por esse tribunal. Assim sendo, só ao Supremo Tribunal caberá julgar as Ações Diretas de Inconstitucionalidade, o Presidente da República, nos crimes comuns e outras altas autoridades, nos crimes comuns e de responsabilidade. Outras competências: as extradições solicitadas por Estados estrangeiros, causas entre estado estrangeiro e a União, Estados, DF ou Território; *habeas corpus* contra tribunal superior; ações de interesse da magistratura; conflitos de competência que envolvam tribunal superior; mandados de injunção contra órgãos de cúpula dos Poderes; recurso ordinário de crime político.

A competência recursal ordinária é a capacidade de julgar os recursos referentes às ações mandamentais (HC, MS, HD e MI) julgadas pelos Tribunais Superiores e os crimes políticos.

Por fim, a competência recursal extraordinária é a atribuição que o Supremo Tribunal possui de julgar os recursos contra decisões que tenham contrariado dispositivo da Constituição, declarado a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal, julgado válida lei ou ato de governo local contestado em face dessa Constituição ou julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

O Código de Processo Civil, em seu art. 113, § 2º, determina que quando um juiz ou tribunal declarar sua incompetência absoluta para julgar determinada causa, deve remeter o processo para o juiz competente. Essa regra, porém, não se aplica ao Supremo Tribunal Federal. Quando a Suprema Corte entende que determinado processo que foi a ela enviado ou nela ajuizado não se inclui na sua competência para processamento e julgamento, ela simplesmente extingue o feito em enviar os autos a outro juiz. Essa regra tem como finalidade evitar que o STF virasse um mero distribuidor, um órgão de orientação e consulta das partes quando essas tivessem dúvidas a respeito do juízo competente (Pet 2.653-AgR/AP-STF). Exemplificando, caso essa regra não existisse, nada impediria que os advogados tomassem como praxe o envio de todas suas ações ao STF para que este decidisse qual o juízo competente para julgamento, o que desvirtuaria as funções da Suprema Corte e levaria à inviabilidade de sua atuação em virtude do enorme número de demandas a serem analisadas.

- Aprofundamento no tema -

As competências listadas nos arts. 102 e 105 da Constituição devem ser interpretadas de forma restritiva, o que significa dizer que não se pode estender sua aplicabilidade a outros entes ou pessoas não taxativamente listados no texto constitucional. Assim, por exemplo, não cabe ao STF julgar mandado de segurança impetrado contra ato de órgão colegiado presidido por Ministro de Estado (Súmula 177-STJ), já que não se trata de ato expedido por autoridade listada no art. 105 da CF (RMS 25.479/DF-STF).

AULA 17

Competências do STF

Vejamos mais especificamente cada uma dessas competências:

- **Competências Originárias**

- **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI) E SUA CAUTELAR.** Essa ação visa à declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, sendo possível, inclusive, o julgamento de emendas constitucionais e de constituições estaduais

frente à Constituição Federal de 1988. Ela passou a ter efeito vinculante a partir da Lei nº 9.868/1999. O Advogado-Geral da União deve ser ouvido previamente para fazer a defesa do texto atacado (há precedentes contrários a esse posicionamento).

É possível também o ajuizamento de ADI contra omissão legislativa (ADI por omissão). São legitimados ativos para a ADI (legitimado ativo é aquele que pode ajuizar a ação):

- Presidente da República;
- Mesa do Senado Federal;
- Mesa da Câmara dos Deputados;
- Mesa de Assembleia Legislativa e da Câmara Legislativa do DF;
- Governador de Estado e do Distrito Federal;
- Procurador-Geral da República;
- Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- Partido político com representação no Congresso Nacional;
- Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

No caso de ADI por omissão, será dada ciência ao Poder competente que, se for órgão administrativo, terá 30 (trinta) dias para suprir a omissão. Esse é o único caso em que o Supremo Tribunal entende que é possível adotar uma medida concreta contra a omissão normativa (posicionamento chamado concretista).

Não utilize a sigla ADIN, mas sim ADI, adotada por atos normativos do Supremo Tribunal Federal.

- Súmula -

Não cabe ação direta de inconstitucionalidade de lei do Distrito Federal derivada da sua competência legislativa municipal ([SÚM. 642](#)).

- AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE (ADC). Tal ação visa à declaração de **constitucionalidade** de lei ou ato normativo federal, ou seja, busca o inverso da ação anteriormente estudada. Ela busca evitar que determinada lei ou ato normativo federal deixe de ser aplicado por juízes no controle difuso. Imaginemos, por exemplo, que o governo edite uma lei que institui um novo imposto. Cada contribuinte poderia ingressar com uma ação para não pagar esse tributo. Todos os juízes brasileiros, desde que competentes, poderiam deixar de aplicar tal lei por considerá-la inconstitucional. Porém, se houver uma declaração de constitucionalidade de tal lei, nenhum juiz poderá avaliar a constitucionalidade desta, ficando vinculado à decisão do STF. Esse é o efeito vinculante constitucionalmente garantido.

O rol de legitimados ativos para a propositura da ADC é o mesmo dos legitimados para ajuizar a ADI (inovação trazida pela EC nº 45/2004)

Não utilize a sigla ADECON, mas sim ADC, que é a adotada por atos normativos do Supremo Tribunal Federal.

- ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF). Trata-se de uma ação que pode ser ajuizada pelos mesmos co-legitimados para o ajuizamento da ADI e que deve ser aplicada para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do Poder Público, ou quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre a lei ou ato normativo federal, estadual **ou municipal**, incluídos os anteriores à Constituição. A ADPF é um instrumento subsidiário que deve ser utilizado quando não houver outro instrumento cabível (HC, ADI, MS, etc.). Apesar de ser um meio de controle

- Aprofundamento no tema -

O que acontece se uma pessoa legitimada a ajuizar uma ADPF em caso no qual seria possível o ajuizamento de uma ADI ou outro instrumento de controle? Nesse caso, o STF decidiu que, em virtude do caráter subsidiário dessa ação, previsto no § 1º do art. 4º da Lei nº 9.882/1999, a ADPF deve ser conhecida como ADI (equivale a dizer, no bom português, que o autor equivocado não precisa ajuizar novamente a ação, já que ela será convertida na ação correta) – ADPF 72-QO/PA-STF.

de constitucionalidade concentrado, a ADPF é classificada como uma forma de controle concreto, já que se dispõe a analisar um caso concreto e não a constitucionalidade de um ato normativo genérico, abstrato.

AULA 18

Competências do STF

- INFRAÇÕES PENAIS COMUNS e *HABEAS CORPUS* quando forem pacientes:
 - o Presidente da República;
 - o Vice-Presidente da República;
 - os Parlamentares;
 - os Ministros do Supremo Tribunal Federal;
 - o Procurador-Geral da República.

- Jurisprudência -

As regras inseridas no Código de Processo Penal (art. 84, § 1º e 2º) pelo art. 1º da Lei nº 10.628/2002, que previam a continuidade do foro por prerrogativa de função mesmo nos inquéritos ou ações iniciadas após o mandato ou exercício da função pública, ou seja, que a autoridade, mesmo perdendo o mandato, continuava a ser julgada pelos tribunais, e que estendiam o foro por prerrogativa às ações de improbidade (Lei nº 8.429/1992), foram declaradas inconstitucionais pelo STF, já que somente à própria Suprema Corte cabe interpretar a Constituição Federal para, extraíndo sua vontade, definir qual o rol de sua competência. No caso, a Lei nº 10.628/2002, substituindo o próprio STF, alterava seu rol de competências, o que tornou a norma inconstitucional, de acordo com o decidido nas ADI 2.797/DF e ADI 2.860/DF-STF.

- Nas INFRAÇÕES PENAIS COMUNS e nos CRIMES DE RESPONSABILIDADE e *HABEAS CORPUS* em que forem pacientes:
 - Ministros de Estado e Comandantes das Forças Armadas (salvo nos casos de crimes conexos);
 - Membros dos Tribunais Superiores;
 - Membros do Tribunal de Contas da União;
 - Chefes de missão diplomática de caráter permanente.

AULA 19

Competências do STF

- MANDADOS DE SEGURANÇA e *HABEAS DATA* contra atos (é útil lembrar que a competência para julgamento de *habeas data* sempre coincide com a competência para mandado de segurança, dentre as competências definidas pela Constituição Federal de 1988):
 - do Presidente da República;
 - das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;
 - do Tribunal de Contas da União;
 - do Procurador-Geral da República;
 - do Supremo Tribunal Federal.

- *HABEAS CORPUS* quando for coator:
 - o Tribunal Superior;
 - as autoridades julgadas pelo Supremo Tribunal Federal.
- *HABEAS CORPUS* quando for coator ou paciente:
 - autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal.

AULA 20

Competências do STF

- Causas entre país estrangeiro ou organismo internacional X União, Estado, DF ou Território. Cabe ressaltar que, quando a causa envolver a União e for baseada em contrato ou tratado, a competência será da justiça federal. São denominadas ACO – Ações Cíveis Originárias.

Causas e Conflitos que envolvam União, Estados e DF (inclusive entes da Administração Indireta). Essas são as chamadas ACO – Ações Cíveis Originárias. De acordo com o STF (ACO 555-QO/DF), basta que figure como partes os entes políticos citados no art. 102, I, f, para que se configure a competência originária da Corte, em nada importando a complexidade ou amplitude da causa.

AULA 21

Competências do STF

- EXTRADIÇÃO (EXT). Se um país quiser que o Brasil lhe entregue alguém que esteja em nosso País para que essa pessoa seja presa ou processada no exterior, esse pedido deve ser direcionado ao Supremo Tribunal Federal, que avaliará o pedido e poderá determinar a entrega desse indivíduo. Poderá ser, inclusive, um brasileiro naturalizado, desde que seja por crime praticado antes da naturalização ou por envolvimento em crime de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

- Jurisprudência -

- A existência de processo de extradição anterior e que fora extinto sem decisão de mérito, ou seja, sem analisar a possibilidade ou não da extradição, não gera litispendência ou coisa julgada, o que significa que a ação pode ser renovada sem que se configure qualquer pressuposto negativo de desenvolvimento válido (Ext 951/República Italiana-STF).

- O Supremo Tribunal Federal, aplicando à extradição o princípio da preponderância (Lei nº 6.815/1980, art. 77), determinou a aplicação do art. 5º, LII, da CF, que impede a extradição por crime político ou de opinião, à hipótese de pedido que, apesar de descrever crimes comuns, revestia-se de conotação política dentro do contexto em que haviam ocorrido, tendo em vista que envolviam grupo de ação política que visava à alteração da ordem econômico-social do Estado Italiano (Ext 994/República Italiana-STF).

AULA 22

Competências do STF

- REVISÃO CRIMINAL (RvC) e AÇÃO RESCISÓRIA (AR). Toda vez que uma decisão transita em julgado, existem situações excepcionais que permitem a revisão desse julgado. Nesses casos, o próprio Tribunal poderá rever a decisão, utilizando-se da revisão criminal, caso seja uma decisão criminal, ou ajuizando uma ação rescisória, para alterar decisão cível.

- RECLAMAÇÃO (RCL). Sempre que for invadida a competência do Supremo Tribunal Federal ou não for respeitada alguma decisão da corte, é possível que a parte interessada ingresse com um processo de **reclamação** para que a se faça prevalecer essa competência ou decisão. A reclamação tem natureza de remédio processual correicional, de função corregedora e somente é admitida quando o processo no qual haja o desrespeito à sua autoridade ainda não transitou em julgado, ou seja, ainda possui recurso pendente (RCL 909-AgR/DF-STF).

- Aprofundamento no tema -

- Não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do Supremo Tribunal Federal (Súmula 734-STF).

- A reclamação visa preservar a competência do Supremo Tribunal e garantir a autoridade de suas decisões. Por esse motivo, a decisão proferida em reclamação não substitui a decisão recorrida (a exemplo dos recursos), mas apenas cassa o ato atacado (ou seja, o próprio tribunal ou juiz reclamado deverá proferir outra decisão) (RCL 909-AgR/DF).

- Execução de sentença. Quando uma sentença é proferida, ela constitui, se transitada em julgado, um título executivo judicial. Esse título deve ser executado para que o Poder Judiciário possa buscar os meios legais para sua efetivação. As decisões do Supremo Tribunal Federal devem ser por ele executadas, facultada a delegação dessa competência para outras instâncias do Poder Judiciário.

- Ação que envolva interesse de todos os membros da magistratura. Essa ação é a AO – AÇÃO ORIGINÁRIA.

- Ação em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam diretamente ou indiretamente interessados. Também é o caso de AO – AÇÃO ORIGINÁRIA.

AULA 23

Competências do STF

- CONFLITOS DE COMPETÊNCIA (CC) que envolvam Tribunais Superiores.

- MANDADO DE INJUNÇÃO (MI), quando o omissor for:

- Presidente da República;
- Presidente do Congresso Nacional;
- Presidente do Senado Federal;
- Presidente da Câmara dos Deputados;
- Mesa de Casa legislativa do Congresso Nacional;



- Tribunal de Contas da União;
- Tribunal Superior;
- Supremo Tribunal Federal.

- Ações contra o Conselho Nacional da Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público.

AULA 24

Competências do STF

- Competência Recursal Ordinária

Subir em recurso ordinário significa dizer que a causa não passará por todas as instâncias antes de ir ao STF, mas sim, irá subir de sua instância de origem direto para a Suprema Corte.

- Recurso ordinário em (causas decididas em única instância e com decisão denegatória):

- *habeas corpus* (RHC);
- mandado de segurança (RMS);
- *habeas data* (RHD);
- mandado de injunção (RMI).

- Recurso ordinário em crime político. O crime político é julgado em primeira instância pelos juízes federais, subindo, em grau de recurso, diretamente para o STF.

AULA 25

Competências do STF

• Competência Recursal Extraordinária (RE). O Recurso Extraordinário é cabível nas causas decididas em única ou última instância contra decisão que:

- contraria a Constituição;
- declara a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;
- julga válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição.
- julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

O recurso extraordinário é a via mais comum de acesso ao STF, não podendo ser confundido com o REsp, que é a mais comum via de acesso ao STJ. A Emenda Constitucional nº 45/2004, ao inserir o § 4º ao art. 102, criou mais um requisito para o recurso extraordinário, que é a demonstração da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso. Caso o Tribunal entenda não haver tal repercussão, o recurso pode ser recusado desde que haja votação por 2/3 (dois terços) de seus membros.

De acordo com as Súmulas 282 e 356-STF, o recurso extraordinário possui um pressuposto de admissibilidade denominado **prequestionamento**, ou seja, para que esse recurso seja processado e julgado perante a Suprema Corte, é necessário que a questão constitucional posta no RE tenha sido ventilada, ou seja, tenha sido discutida e decidida pela instância *a quo* (tribunal de origem do recurso). Nos recursos extraordinários criminais, porém, perde importância tal requisito, já que é possível a concessão de *habeas corpus* de ofício se for identificada uma lesão ou ameaça à liberdade de locomoção (RE 451.409/MA-STF).

- Aprofundamento no tema -

- O STF pode conceder medida cautelar para atribuir efeito suspensivo (suspender a execução na instância *a quo*, inferior) ao RE desde que sua jurisdição já tenha sido instaurada (juízo positivo de admissibilidade pelo tribunal de origem), e estejam presentes os demais requisitos processuais (tempestividade, preparo, prequestionamento, ofensa direta à Constituição...), plausibilidade jurídica do pedido (*fumus boni iuris*) e risco eminente de dano (*periculum in mora*) (Pet 1.705-QO/SP-STF).

- Em matéria criminal, a pendência de recurso extraordinário ou de recurso especial, que estudaremos a seguir, não impede a formação da coisa julgada (HC 86.125/SP-STF). Isso significa que, se houver condenação em nas instâncias inferiores, a pendência de julgamento de RE e REsp não pode gerar prescrição da pretensão de executar a pena (executória), podendo haver, inclusive, execução da sentença penal de imediato, já que, via de regra, os recursos extraordinário e especial não geram efeito suspensivo.

- O art. 542, § 3º, determina que o recurso extraordinário, ou o especial, quando interposto contra decisão interlocutória em processo de conhecimento, cautelar ou embargos à execução, ficará retido nos autos, somente sendo processado se a parte reiterar o pedido de julgamento no prazo para a interposição do recurso contra a decisão final, ou para as contra-razões. Isso significa que o RE interposto contra um agravo de instrumento que manteve a decisão que indeferiu a produção de uma prova, por exemplo, só poderá ser apreciado pelo Supremo Tribunal Federal se a parte, ao final do julgamento da lide, disser que ainda tem interesse na referida apreciação. Essa regra, porém, vem sofrendo inúmeras limitações jurisprudenciais. Tanto o Supremo Tribunal Federal quanto o Superior Tribunal de Justiça têm deixado de aplicar tais regras em casos em que a demora no julgamento do recurso extremo possa gerar um prejuízo insanável, como no caso de RE interposto contra o não-deferimento de antecipação de tutela (AC 929-QO/RJ).

- Súmulas do Supremo Tribunal Federal -

- "Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar." (SÚM. 735-STF)

- "Não cabe recurso extraordinário contra decisão proferida no processamento de precatórios." (SÚM. 733-STF)

- "Não pode o magistrado deixar de encaminhar ao Supremo Tribunal Federal o agravo de instrumento interposto da decisão que não admite recurso extraordinário, ainda que referente à causa instaurada no âmbito dos Juizados Especiais." (SÚM. 727-STF)

- "É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por Turma Recursal de Juizado Especial Cível e Criminal." (SÚM. 640-STF)

- "Não cabe recurso extraordinário contra acórdão de Tribunal de Justiça que defere pedido de intervenção estadual em Município." (SÚM. 637-STF)

- "Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida." (SÚM.

636-STF)

- "Cabe ao Presidente do Tribunal de origem decidir o pedido de medida cautelar em recurso extraordinário ainda pendente do seu juízo de admissibilidade." (SÚM. 635-STF)

- Não compete ao Supremo Tribunal Federal conceder medida cautelar para dar efeito suspensivo a recurso extraordinário que ainda não foi objeto de juízo de admissibilidade na origem." (SÚM. 634-STF)

- "Se a decisão contiver partes autônomas, a admissão parcial, pelo Presidente do Tribunal *a quo*, de recurso extraordinário que, sobre qualquer delas se manifestar, não limitará a apreciação de todas pelo Supremo Tribunal Federal, independentemente de interposição de agravo de instrumento." (SÚM. 528-STF)

- "O Supremo Tribunal Federal, conhecendo do recurso extraordinário, julgará a causa, aplicando o direito à espécie." (SÚM. 456-STF)

- "Simples interpretação de cláusulas contratuais não dá lugar a recurso extraordinário." (SÚM. 454-STF)

- "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia." (SÚM. 284-STF)

- "É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada." (SÚM. 281-STF)

- "Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário." (SÚM. 279-STF)

- "O ponto omissis da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento." (SÚM. 356-STF)

AULA 26

A súmula vinculante

Uma das grandes novidades trazidas pela Emenda Constitucional nº 45/2004 foi a previsão da súmula vinculante. A súmula tem por finalidade "a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica".

Tais súmulas deverão ser editadas, revisadas ou até mesmo canceladas pelo Supremo Tribunal Federal, de ofício ou por provocação (podem provocar aqueles que são legitimados para oferecer ADI e ADC), mediante a decisão de 2/3 (dois terços) de seus membros. A matéria sumulada deve estar amparada em idênticas decisões sobre matéria constitucional. É chamada vinculante, pois é de observância obrigatória por todo o Poder Judiciário, bem como pela administração pública direta e indireta em todas as esferas de Governo (federal, estadual e municipal), desde sua publicação.

No caso de violação a uma súmula, caberá Reclamação junto ao Supremo Tribunal Federal, que poderá cassar a decisão ou anular o ato administrativo violador.

As súmulas editadas pelo Supremo Tribunal Federal até a data da publicação da EC n° 45/2004 somente produzirão efeito vinculante após serem aprovadas por 2/3 dos seus membros e devidamente publicadas.

AULA 27

Conselho Nacional de Justiça – CNJ

- Formação: quinze membros com mais de 35 (trinta e cinco) e menos de 66 (sessenta e seis) anos, eleitos para exercer mandatos de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução. A composição será feita da seguinte maneira:

- um Ministro do Supremo Tribunal Federal, indicado pelo respectivo tribunal;
- um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal;
- um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo respectivo tribunal;
- um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;
- um juiz estadual, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;
- um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- um juiz federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- um juiz do trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República;
- um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual;
- dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

Após as indicações, haverá uma sabatina a ser realizada pelo Senado Federal, na qual será exigida maioria absoluta para aprovação das nomeações. Se aprovados, os membros serão nomeados pelo Presidente da República. Caso as indicações não sejam feitas no prazo legal, caberá ao Supremo Tribunal Federal indicar os membros.

A presidência do Conselho Nacional de Justiça será exercida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, que ficará livre da distribuição de processos em seu Tribunal, enquanto estiver na Presidência do Conselho. Haverá também a função de Ministro-Corregedor, exercida pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça, que ficará livre da distribuição de processos em seu Tribunal e que terá funções definidas no Estatuto da Magistratura, dentre as quais se destacam:

- receber as reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos magistrados e aos serviços judiciários;
- exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e de correição geral;
- requisitar e designar magistrados, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de juízos ou tribunais, inclusive nos Estados, Distrito Federal e Territórios.

O CNJ deve fiscalizar a atuação administrativa e financeira do Judiciário, bem como o cumprimento dos deveres funcionais dos juízes. Suas atribuições serão definidas pelo Estatuto da Magistratura e incluirá:

- zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;
- zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências

necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;

- receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do Poder Público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

- representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade;

- rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano;

- elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário;

- elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

- Aprofundamento no tema -

- O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADI 3.367/DF, ajuizada pela AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros, julgou constitucional a criação do Conselho Nacional de Justiça (ou seja, julgou improcedente a ação direta), constante da EC nº 45/2004. Concluiu esse Tribunal pela constitucionalidade da citada emenda tanto sob o aspecto formal (cumprimento das regras exigidas pela Constituição Federal para a alteração da Constituição), quanto sob o aspecto material (inexistência de afronta a limitações e princípios constitucionais, em especial aos da separação dos Poderes e do pacto federativo). Considerou-se que a criação do conselho não coloca em risco a independência do Poder Judiciário, dado que não possui competência jurisdicional, limitando-se a controlar a atividade administrativa e financeira do Judiciário e a fazer o controle ético-disciplinar de seus membros.

- Ainda tratando do tema, na ADC 12/DF-MC-STF, a Suprema Corte entendeu que a atividade do CNJ relativa à fiscalização da observância do art. 37 da Constituição Federal e à expedição de atos de sanação de condutas eventualmente contrárias à legalidade traz como consequência o poder de normatividade em abstrato. Com base nesse entendimento, entendeu, *a priori*, constitucional a norma que impede o nepotismo (contratação de parentes), tendo em vista que a conduta fere os princípios da impessoalidade, da eficiência e da igualdade.

AULA 28

Superior Tribunal de Justiça

- Formação: mínimo de 33 Ministros escolhidos entre brasileiros com mais de 35 (trinta e cinco) e menos de 65 (sessenta e cinco) anos, com notável saber jurídico e reputação ilibada. Os ministros serão indicados pelo Presidente da República e sabatinados pelo Senado Federal, onde deverão receber aprovação por maioria absoluta.

Em sua composição, 1/3 desses cargos serão preenchidos dentre juízes dos TRFs e 1/3 dentre os desembargadores dos TJs, a partir de listas triplices elaboradas pelos próprios tribunais. O outro 1/3 será escolhido dentre advogados e membros do MP alternadamente.

- Competência: Cabe ao Superior Tribunal de Justiça o exercício de três competências, que são a originária, a recursal ordinária e a recursal especial.

Pela originária, entendem-se as causas que são julgadas diretamente pelo STJ, e não em grau de recurso, como, por exemplo, os crimes cometidos por governadores, os conflitos de competência entre tribunais; homologação de sentença estrangeira e concessão de *exequatur* às cartas rogatórias, dentre outros.

A competência recursal ordinária é a capacidade de julgar, em segundo grau, os *habeas corpus* e mandados de segurança decididos pelos TRFs e pelos TJs, além dos conflitos entre organismos ou Estados estrangeiros e Município ou pessoa domiciliada no Brasil.

Por fim, a competência especial é a atribuição que o Superior Tribunal de Justiça possui de julgar os recursos, contra decisão de tribunal, no qual haja alguma discussão envolvendo matéria constante de legislação federal. Se o Supremo Tribunal Federal é o órgão que defende a Constituição, o Superior Tribunal de Justiça pode ser chamado de o guardião da legislação infraconstitucional.

Funciona junto ao STJ o Conselho da Justiça Federal, que tem a função de exercer a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, cabendo-lhe poderes de correição. As decisões do Conselho da Justiça Federal possuem efeito vinculante. A EC nº 45/2004 trouxe uma novidade que é a previsão de funcionamento, junto ao STJ, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, cuja função é, dentre outras, a regulamentação de cursos oficiais para ingresso e promoção na carreira.

AULA 29

Superior Tribunal de Justiça

Vejamos quais são, mais especificamente, os processos julgados pelo Superior Tribunal de Justiça.

- Competência originária:
 - nos crimes comuns e nos *habeas corpus* que envolvam:
 - governadores.
 - nos crimes de responsabilidade e nos *habeas corpus* que envolvam:
 - desembargadores.
 - membros dos:
 - Tribunal de Contas dos Estados;
 - Tribunais ou Conselhos de Contas dos Municípios;
 - Tribunais Regionais Federais;
 - Tribunais Regionais Eleitorais;
 - Tribunais Regionais do Trabalho;
 - membros do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.

AULA 30

Superior Tribunal de Justiça

- Mandados de Segurança e *Habeas Data* contra:
 - Ministro de Estado;
 - Comandantes das Forças Armadas;
 - Superior Tribunal de Justiça.
- *Habeas Corpus* que tenha como coator (exceto se envolvendo matéria da justiça eleitoral):
 - Ministro de Estado;
 - Comandante das Forças Armadas;

- Tribunal sujeito à sua jurisdição.

AULA 31

Superior Tribunal de Justiça

- Conflitos de Competência entre tribunais ou entre tribunais e juízes não vinculados entre si.
- Revisão Criminal e Ação Rescisória.
- Reclamação.
- Conflitos de atribuições entre:
 - Autoridades administrativas e judiciárias da União;
 - Autoridades judiciárias de um Estado ou DF e Administrativa de outro Estado ou DF;
 - Autoridades do Estado ou DF e autoridades da União.

AULA 32

Superior Tribunal de Justiça

- Mandado de Injunção quando o omissor for órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, salvo casos reservados:
 - ao Supremo Tribunal;
 - à Justiça Militar;
 - à Justiça Eleitoral;
 - à Justiça do Trabalho;
 - à Justiça Federal.
- Homologação de sentenças estrangeiras (SE). Para que uma sentença estrangeira, como um divórcio, por exemplo, tenha validade no Brasil, é preciso que se proceda à sua homologação pelo Superior Tribunal de Justiça. Tal competência foi inserida no rol do art. 105 da CF pela EC nº 45/2004.
- Concessão de *exequatur* às CARTAS ROGATÓRIAS (CR). Sempre que o Poder Judiciário de um Estado estrangeiro precisa fazer cumprir uma decisão sua em nosso País, como, por exemplo, uma penhora, precisa pedir autorização para o Superior Tribunal de Justiça, que poderá ou não conceder o *exequatur*, ou seja, a ordem de cumpra-se, execute-se. Essa competência foi inserida no rol do art. 105 da CF pela EC nº 45/2004.

AULA 33

Superior Tribunal de Justiça

- Competência recursal ordinária:
 - em *habeas corpus* julgado pelos TRF ou TJ, quando a decisão for denegatória;
 - em mandado de segurança julgado em única instância pelos TRF ou TJ, quando a decisão for denegatória;
 - causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.

AULA 34

Superior Tribunal de Justiça

- Competência recursal especial (REsp) – causas decididas pelos TRF ou TJ quando a decisão:

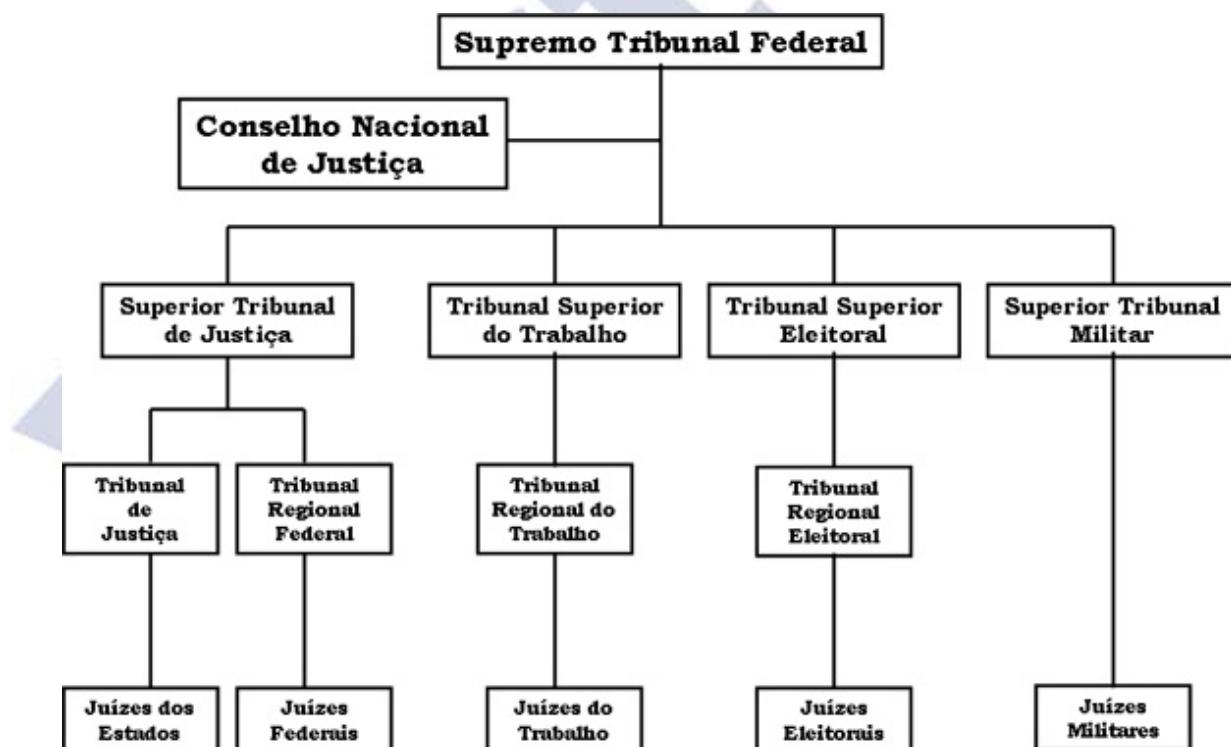
- contrariar tratado ou lei federal;
- julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal;
- der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

AULA 35

Tribunais Regionais Federais E Juízes Federais

- Composição: Os Tribunais Regionais Federais são compostos por, no mínimo, sete juízes recrutados das respectivas regiões, (existem, atualmente, cinco regiões) nomeados pelo Presidente da República, seguindo as regras do “quinto constitucional”. A promoção dos juízes federais pressupõe mais de cinco anos de exercício, não se aplicando as regras do art. 93, II, *b*, da CF/1988 (MS 23.789/PE-STF).

Existem atualmente cinco Tribunais Regionais Federais.



AULA 36

Tribunais Regionais Federais E Juízes Federais

Competência dos TRFs:

- Competência originária:
 - nos crimes comuns e de responsabilidade;
 - os juízes federais (inclusive da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho);
 - do Ministério Público da União (salvo a competência da Justiça Eleitoral).
 - revisões criminais e ações rescisórias de seus julgados ou dos juízes federais.
 - mandados de segurança e *habeas data* contra ato:
 - do Tribunal;
 - de juiz federal.
 - *habeas corpus* contra juiz federal.
 - conflitos de competência entre juízes federais da mesma região.
- Competência recursal:
 - causas decididas pelos juízes federais.

Quando a União for autora, ela deve processar a pessoa em seu domicílio. Nos casos em que a União for ré, ela pode ser processada no domicílio do autor, onde ocorreu o ato ou fato que originou o processo, onde esteja situada a coisa ou no Distrito Federal.

Se a comarca não tiver vara da Justiça Federal, as causas que envolvam previdência social podem ser ajuizadas na Justiça Estadual, cabendo recurso para o Tribunal Regional Federal (*obs.*: a lei pode definir outros casos em que a Justiça Estadual irá julgar causas da Justiça Federal, como o fez a Lei nº 5.010/1966). O STF definiu ser a Justiça Estadual competente para julgar execução fiscal em que figuram de um lado autarquia federal e de outra empresa pública federal, desde que a cidade em que estiver situada a executada não seja sede de juízo federal. Os Ministros entenderam que o art. 109, § 3º, da CF, visa facilitar a defesa do contribuinte, evitando que as partes tenham de se deslocar até cidades com varas da Justiça Federal para propor ações judiciais, o que deve prevalecer diante da regra do art. 109, I, da CF/1988.

Nos territórios todas as causas da Justiça federal serão julgadas pela Justiça local.

Cada Estado será uma seção judiciária formada por varas e com sede na capital.

Visando assegurar um maior acesso à justiça, a Constituição Federal trouxe a previsão da justiça itinerante, experiência que já vinha trazendo bons resultados. A justiça itinerante tem poderes de realizar audiências e todas as demais funções da atividade jurisdicional nos limites territoriais da respectiva região. Na mesma linha, outra previsão busca uma maior descentralização da justiça, que é a possibilidade de constituição de Câmaras Regionais nos TRFs, o que permite às partes que não vivem próximas à sede do Tribunal um melhor acompanhamento do processo em todas as suas fases.

AULA 37

Juízes Federais

Os juízes federais ingressarão na carreira mediante concurso de provas e títulos e terão competência para processar e julgar:



- causas que envolvam a União (inclusive autarquia ou empresa pública federal), salvo se for falência, acidente de trabalho ou causa sujeita à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;
- causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa que resida no Brasil;
- causa baseada em contrato ou tratado firmado entre a União e Estado estrangeiro ou organismo internacional;
- crimes:
 - políticos;
 - praticados contra bens, serviços ou interesse da União (inclusive de autarquia ou empresa pública), exceto contravenções e os de competência da Justiça Militar de da Justiça Eleitoral;
 - previstos em tratado ou convenção internacional, quando for a distância;
 - contra a organização do trabalho;
 - contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira (quando a lei determinar);
 - a bordo de navios ou aeronaves, salvo competência da Justiça Militar;
 - de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro.

AULA 38

Juizes Federais

- causas relacionadas aos direitos humanos nas quais o Procurador-Geral da República, visando assegurar o cumprimento de tratado internacional cujo Brasil seja signatário, haja suscitado, perante o Superior Tribunal de Justiça, incidente de deslocamento de competência.
- *habeas corpus* relativo a crime de sua competência ou contra autoridades que não estejam sob outra jurisdição;
- mandado de segurança e *habeas data* contra ato de autoridade federal, salvo as que estão sob outra jurisdição;
- execução de carta rogatória, após o *exequatur* do STJ;
- referentes à nacionalidade (ex.: opção e naturalização);
- disputas sobre direitos indígenas.

Aprofundamento no tema:

- A Lei nº 5.010/1966, em seu art. 15, dispõe sobre alguns casos em que o juiz estadual estará incumbido da competência da justiça federal. Assim dispõe o citado artigo:

Art. 15. Nas Comarcas do interior onde não funcionar Vara da Justiça Federal (art. 12), os Juizes Estaduais são competentes para processar e julgar:

I - os executivos fiscais da União e de suas autarquias, ajuizados contra devedores domiciliados nas respectivas Comarcas;

II - as vistorias e justificações destinadas a fazer prova perante a administração federal, centralizada ou autárquica, quando o requerente for domiciliado na Comarca;

III - os feitos ajuizados contra instituições previdenciárias por segurados ou beneficiários residentes na Comarca, que se referirem a benefícios de natureza pecuniária.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no art. 42 desta Lei e no art. 1.213 do Código de Processo Civil, poderão os Juizes e auxiliares da Justiça Federal praticar atos e diligências processuais no território de qualquer dos Municípios abrangidos pela seção, subseção ou circunscrição da respectiva Vara Federal. (Incluído pela Lei nº 10.772, de 21/11/2003).

- Não é possível o julgamento de causa em único processo quando há litisconsórcio facultativo entre autores domiciliados em Estados diversos. O STF entendeu que o disposto no art. 109, § 2º, da CF, não permite que os autores, nessa situação, adotem juízo único, salvo se adotado o juízo do Distrito Federal (RE 451.907/PR-STF).

- Na hipótese de crime cometido contra os Correios (empresa pública federal), a análise da competência deve ser feita levando-se em consideração a pessoa que explora diretamente a atividade. Se for o próprio ente da administração indireta federal que explora o serviço, a competência será da Justiça Federal, mas se a pessoa lesada for franquia, ou seja, se a atividade é explorada por particulares, a competência é da Justiça Estadual (HC 39.200/SP-STJ).

AULA 39

Tribunais e Juízes Do Trabalho

São eles:

- Tribunal Superior do Trabalho;
- Tribunais Regionais do Trabalho;
- Juízes do Trabalho.

O Tribunal Superior do Trabalho será composto de 27 (vinte e sete) Ministros nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros mais de 35 (trinta e cinco) e menos de 65 (sessenta e cinco) anos. Essas indicações devem ser aprovadas pela maioria absoluta do Senado e devem seguir a seguinte proporção:

- 1/5 (um quinto) dentre advogados e membros do Ministério Público com mais de 10 (dez) anos de experiência na carreira;
- os demais dentre magistrados de carreira indicados pelo próprio Tribunal.

À semelhança do Superior Tribunal de Justiça, funcionarão junto ao TST a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, demonstrando uma tendência do Constituinte em conferir ao ramo trabalhista uma maior autonomia dentro da estrutura judiciária brasileira, dada as peculiaridades desse ramo da Justiça especializada.

Os Tribunais Regionais do Trabalho serão compostos por, no mínimo, 7 (sete) juízes nomeados pelo Presidente da República, recrutados, se possível, na respectiva região, dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, observada a seguinte proporção:

- 1/5 dentre advogados e membros do Ministério Público com mais de 10 anos de experiência;
- os demais mediante promoção dos juízes do trabalho.

As varas do Trabalho serão instituídas por lei, que poderá, nas comarcas não assistidas por varas do trabalho, atribuir competência para julgamento das causas trabalhistas aos juízes de direito. Contra as decisões e sentenças desses juízes de direito que atuem na competência trabalhista, caberá recurso ao respectivo Tribunal Regional do Trabalho. A constituição prevê a existência dos juízes do Trabalho, que irão julgar de forma singular, não havendo mais juízes classistas.

AULA 40

Competências da Justiça do Trabalho



O art. 114 da CF/1988 define as competências da Justiça do Trabalho, que são:

- ações oriundas da relação de trabalho (aqui incluídos como empregador, entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta em todas as esferas de governo);
- ações que envolvam o exercício do direito de greve;
- ações sobre representação sindical;
- mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver sua jurisdição;
- conflitos de competência que envolvam órgãos trabalhistas, salvo se incluir o Tribunal Superior do Trabalho, dado que neste caso a competência será do Supremo Tribunal Federal;
- ações de indenização por dano moral ou material decorrentes da relação trabalhista;
- ações relativas a penalidades aplicadas pelos órgãos de fiscalização aos empregadores;
- execução, de ofícios, das contribuições sociais para custeio da Seguridade Social.

A Constituição também prevê outras formas de solução das lides trabalhistas como a negociação coletiva (envolvendo sindicato) e a eleição de árbitros. Caso estes meios não sejam bastantes, é possível, ainda, que as partes ajuízem dissídios coletivos de natureza econômica, que poderão ser solucionados pela Justiça Trabalhista, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho. O Ministério Público do Trabalho também pode ajuizar dissídio coletivo em caso de greve em atividade essencial, se houver possibilidade de lesão ao interesse público.

A EC nº 45/2004 adotou, em relação à Justiça do Trabalho, os mesmos mecanismos de descentralização e melhoria do acesso à Justiça aplicados à Justiça Federal, quais sejam os juizados itinerantes e as Câmaras Regionais.

- Aprofundamento no tema -

- Os dissídios coletivos podem ser de natureza econômica ou jurídica e devem ser ajuizados perante os Tribunais Regionais do Trabalho ou perante o Tribunal Superior do Trabalho, se for de âmbito nacional (envolvendo a área de mais de um TRT, por exemplo). Os dissídios coletivos de natureza econômica buscam a melhoria das condições de trabalho dos empregados, tendo um caráter constitutivo. Os dissídios coletivos de natureza jurídica são suscitados quando há dúvida na interpretação ou aplicação de uma norma, tendo, assim, um caráter declaratório.

- O dissídio coletivo tem um caráter subsidiário, já que somente pode ser utilizado se forem frustradas as tentativas de negociação coletiva ou de arbitragem.

- O STF alterou seu entendimento, diante da nova redação do art. 114 da CF, passando a entender ser da Justiça do Trabalho a competência para julgamento de ações fundadas em acidente do trabalho (ações acidentárias), e não mais da justiça comum estadual. Por razões de política judiciária, os Ministros decidiram que essa regra somente tem validade a partir da edição da Emenda Constitucional nº 45/2004, que alterou a redação do citado dispositivo (CC 7.204/MG-STF).

AULA 41

Tribunais E Juízes Eleitorais

São eles:

- Tribunal Superior Eleitoral;
- Tribunais Regionais Eleitorais;
- Juízes Eleitorais;
- Juntas Eleitorais;

O Tribunal Superior Eleitoral será composto de, no mínimo, sete membros, sendo:

- três juízes dentre os Ministros do STF;
- dois juízes dentre os Ministros do STJ;
- dois juízes dentre advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal e nomeados pelo Presidente da República.

O Presidente e o Vice-Presidente do TSE serão Ministros do STF e o Corregedor eleitoral será Ministro do STJ. As decisões do TSE são irrecorríveis, salvo no caso de contrariar a Constituição Federal e as denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança.

A atuação de um Ministro do Supremo Tribunal Federal na elaboração de resoluções ou demais atos do Tribunal Superior Eleitoral não leva ao impedimento ou suspeição no julgamento dessa norma em processo de controle abstrato de constitucionalidade. Isso significa que mesmo que um Ministro da Suprema Corte edite uma resolução na condição de Presidente do TSE, ele pode vir a julgar a constitucionalidade dessa norma em uma ADI que venha a ser ajuizada perante o STF (ADI 3.345/DF).

Todo Estado terá um Tribunal Regional Eleitoral, que será formado por:

- dois desembargadores (magistrados que atuam nos tribunais de justiça);
- dois juízes de direito;
- um juiz do TRF com sede no Estado ou Distrito Federal ou, não havendo, um juiz federal;
- dois advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral indicados em lista sêxtupla pelo Tribunal de Justiça e nomeados pelo Presidente da República.

Os Presidentes e o Vice-Presidente dos TREs serão escolhidos dentre os desembargadores. Das decisões dos TREs só cabe recurso quando:

- contrariarem disposição expressa da Constituição ou de lei;
- ocorrer divergência entre TREs;
- tratarem sobre inelegibilidade ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais ou estaduais;
- anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais ou estaduais;
- se negarem a conceder *habeas corpus*, mandado de segurança, *habeas data* ou mandado de injunção.

Os magistrados da Justiça Eleitoral e os integrantes das Juntas Eleitorais terão garantias plenas, no que aplicável a eles, e serão inamovíveis. Os membros dos Tribunais Eleitorais (TSE e TRE) servirão, no mínimo, por dois anos e, no máximo, por dois biênios.

A organização e a competência da Justiça Eleitoral serão definidas em Lei complementar.

AULA 42

Tribunais e Juízes Militares

São eles:

- Superior Tribunal Militar;



- Tribunais e Juízes Militares, instituídos por lei (a Justiça Militar possui toda uma organização própria, prevista em lei e pelo Regimento Interno do STM).

O Superior Tribunal Militar será composto por quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado, sendo:

- três oficiais-generais da Marinha;
- quatro oficiais-generais do Exército;
- três oficiais-generais da Aeronáutica, todos da maior patente e da ativa;
- cinco civis escolhidos pelo Presidente da República dentre brasileiros maiores de 35 (trinta e cinco anos), sendo três advogados de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de dez anos de experiência, e dois, por escolha paritária, dentre juízes-audidores e membros do Ministério Público da Justiça Militar.

- Competência: Caberá à Justiça Militar processar e julgar os crimes militares definidos em lei.

- Regulamentação infraconstitucional -

De acordo com o Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001/1969) são crimes militares (atenção: somente dispense uma maior atenção para esses tópicos se houver interesse específico em virtude do edital):

- em tempo de paz (obs.: quando forem dolosos contra a vida e cometidos contra civil, serão da competência da justiça comum):

- os crimes tratados pelo próprio código, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial;

- os crimes previstos no Código, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum, quando praticados:

- a) por militar em situação de atividade ou assemelhado, contra militar na mesma situação ou assemelhado;

- b) por militar em situação de atividade ou assemelhado, em lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;

- c) por militar em serviço ou atuando em razão da função, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar contra militar da reserva, ou reformado, ou civil;

- d) por militar durante o período de manobras ou exercício, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;

- e) por militar em situação de atividade, ou assemelhado, contra o patrimônio sob a administração militar, ou a ordem administrativa militar;

- os crimes praticados por militar da reserva, ou reformado, ou por civil, contra as instituições militares, considerando-se como tais não só os compreendidos no inciso I, como os do inciso II, nos seguintes casos:

- a) contra o patrimônio sob a administração militar, ou contra a ordem administrativa militar;

- b) em lugar sujeito à administração militar contra militar em situação de atividade ou assemelhado, ou contra funcionário de Ministério militar ou da Justiça Militar, no exercício de função inerente ao seu cargo;

- c) contra militar em formatura, ou durante o período de prontidão, vigilância, observação, exploração, exercício, acampamento, acantonamento ou manobras;

- d) ainda que fora do lugar sujeito à administração militar, contra militar em função de natureza militar, ou no desempenho de serviço de vigilância, garantia e preservação da ordem pública, administrativa ou judiciária, quando legalmente requisitado para aquele fim, ou em obediência a determinação legal superior.

- em tempo de guerra (obs.: quando forem dolosos contra a vida e cometidos contra civil, serão da competência da justiça comum):

- os especialmente previstos neste Código para o tempo de guerra;
- os crimes militares previstos para o tempo de paz;
- os crimes previstos neste Código, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum ou especial, quando praticados, qualquer que seja o agente:
 - a) em território nacional, ou estrangeiro, militarmente ocupado;
 - b) em qualquer lugar, se comprometem ou podem comprometer a preparação, a eficiência ou as operações militares ou, de qualquer outra forma, atentam contra a segurança externa do País ou podem expô-la a perigo;
- os crimes definidos na lei penal comum ou especial, embora não previstos neste Código, quando praticados em zona de efetivas operações militares ou em território estrangeiro, militarmente ocupado.

AULA 43

Tribunais e juízes dos estados

A competência e composição da Justiça Estadual serão definidas pela Constituição Estadual. Leis estaduais de iniciativa do TJ poderão instituir a Justiça Militar estadual, que terá como primeira instância os juízes de direito (que julgam os crimes contra civis e as ações contra punições disciplinares) e os Conselhos de Justiça (presididos por juiz de direito e com competência residual) e, em segundo grau, o próprio TJ ou um Tribunal de Justiça Militar onde haja mais de vinte mil integrantes na Polícia Militar. Caberá à Justiça Militar julgar os militares dos Estados, ou seja, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, nos crimes militares e nas ações contra atos disciplinares militares, salvo quando se tratar de crime doloso contra a vida de civil, que será julgado pelo tribunal do júri. As medidas de descentralização e de melhoria de acesso à Justiça adotadas pelas Justiças Federal e do Trabalho (constituição de Câmaras Regionais e manutenção de Justiça itinerante) também são previstas para a Justiça Militar.

A justiça estadual será formada pelos juízes de direito, compondo o primeiro grau, e os Tribunais de Justiça, formados por desembargadores encarregados de julgar, em segundo grau, os recursos interpostos contra decisões dos Juízes, além de outras competências originárias. A competência dos Tribunais de Justiça e dos seus juízes será determinada pela Constituição Estadual, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça. Uma competência que a CF/1988 traz expressamente é a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição estadual (também chamada ADI Estadual). Além disso, de acordo com o art. 96, III, cabe aos TJs julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade. Os membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por pertencerem ao Ministério Público da União, serão julgados pelo STF ou pelos TRFs.

Os Tribunais de Alçada (que eram tribunais destinados a julgar causas de menor valor, menor complexidade ou crimes menos graves) foram extintos com a EC nº 45/2004, sendo seus membros integrados aos respectivos Tribunais de Justiça.

O Tribunal de Justiça deve propor a criação de varas especializadas para tratar exclusivamente das questões fundiárias.

Esses preceitos se aplicam também ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, respeitadas suas peculiaridades (existência de lei orgânica ao invés de constituição estadual, manutenção e organização pela União, indicação do quinto constitucional pelo Presidente da República, etc.).

Vestcon

MÓDULO V

CAPÍTULO 4 - FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

AULA 1

Ministério Público

O Ministério Público, instituição dotada de autonomia funcional e administrativa, terá a função de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, sendo formado pelos seguintes órgãos:

- Ministério Público da União (MPU), que compreende:
 - Ministério Público Federal;
 - Ministério Público do Trabalho;
 - Ministério Público Militar;
 - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
- Ministérios Públicos dos Estados e;
- Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.

AULA 2

Garantias e Vedações do Ministério Público

O Ministério Público, antes da atual Constituição, servia basicamente para defender os interesses do Estado, porém, atualmente, essa instituição deixou de ser mero advogado do Estado e passou a defender os interesses da sociedade, mesmo que para isso fosse de encontro aos interesses estatais. Para que atuasse de forma autônoma, o Ministério Público foi dotado das garantias inerentes à magistratura, quais sejam, a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de subsídio, além das vedações de receber qualquer quantia relativa a processos, exercer a advocacia, participar de sociedade comercial, exercer outro cargo público, salvo o de professor, participar de atividades político-partidária e receber auxílios ou contribuições de pessoas físicas ou entidades públicas ou privadas, salvo exceções legais.

A vedação ao exercício da advocacia, contida no art. 128, § 5º, II, *b*, da CF/1988, somente atinge os membros que tenham ingressado na carreira após a promulgação da atual Constituição Federal. Aqueles que já eram membros do *parquet* antes de da CF/1988 têm assegurado, pelo art. 29, § 3º, do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – o direito à opção pelo regime jurídico anterior, que admitia o exercício da advocacia (RE 218.514/RN-STF). Ou seja, um procurador da República que ingressou no Ministério Público em 1985 pode, se tiver optado pelo antigo regime, exercer a advocacia, enquanto um promotor que somente aderiu ao quadro em 1995, necessariamente terá incompatibilidade com a atividade de advogado.

Por conta de sua autonomia funcional e administrativa, o Ministério Público poderá propor ao Legislativo a criação e a extinção de seus cargos, provendo-os por concurso. Não devemos confundir a iniciativa de lei com a própria criação desses cargos. Quem cria o cargo é o Legislativo, quem inicia o projeto de lei e provê o cargo é o próprio Ministério Público. O MP também é autônomo sob o ponto de vista orçamentário, já que ele mesmo elabora sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O ingresso na carreira dependerá sempre de concurso público de provas e títulos no qual seja assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil. É exigido, para o

ingresso, que o candidato seja bacharel em direito e que possua, no mínimo, 3 anos de atividade jurídica.

AULA 3

Princípios Institucionais do Ministério Público

O *parquet*, como é chamado por alguns, é uma instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado. Por conta disso, defende-se não ser possível a edição de emenda constitucional que venha a extingui-lo ou diminuir-lhe a função, constituindo, portanto, verdadeira cláusula pétrea implícita (entendimento controverso).

Muito se discute sobre qual seria o Poder a que pertence o Ministério Público. Essa idéia se baseia principalmente no fato de o MP não estar hierarquicamente vinculado a nenhum outro Poder e pelo fato de ser tratado, em vários artigos, como se fosse um quarto poder (vide, por exemplo, o art. 85, II). Uma tendência doutrinária muito forte busca enquadrar o Ministério Público como uma entidade à parte, não vinculada a nenhum Poder. A melhor e mais segura posição, no entanto, é aquela que classifica o *parquet* como pertencente ao Poder Executivo, como se depreende da leitura dos arts. 61, §1º, II, *d*, e 84, parágrafo único.

Os princípios institucionais do Ministério Público são:

- unidade (ou seja, seus membros agem em nome de uma só pessoa: o Ministério Público);
- indivisibilidade (o MP é uno, seus membros não se vinculam ao processo);
- independência funcional (o membro do Ministério Público tem plena liberdade de agir como julgar correto).

O chefe do Ministério Público da União é o Procurador-Geral da República, que será nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira do MPU, maiores de 35 (trinta e cinco) anos), após a aprovação de seu nome por maioria absoluta do Senado Federal. Seu mandato será de dois anos, mas ele pode ser destituído antes disso, por iniciativa do Presidente da República, desde que autorizado pela maioria absoluta do Senado Federal, em votação secreta. É permitida a recondução do Procurador-Geral. Normalmente, o Procurador-Geral é nomeado dentre os integrantes dos postos mais altos da carreira do Ministério Público Federal, mas não há nenhum impedimento em se nomear um membro de qualquer um dos outros ramos do MPU, como, por exemplo, um promotor de justiça. O Procurador-Geral da República, em respeito ao princípio federativo, não exerce poder hierárquico sobre os Ministérios Públicos dos Estados, cabendo ao Supremo Tribunal Federal dirimir eventuais conflitos de atribuição existentes entre tais instituições (Pet 3.428/BA-STF).

O MPU e os Ministérios Públicos dos Estados, Distrito Federal e Territórios serão organizados por leis complementares de iniciativa dos respectivos Procuradores-Gerais. Essas leis deverão prever, por exemplo, o procedimento de destituição dos Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, que exigirá deliberação por maioria absoluta do Poder Legislativo. Os chefes do Ministério Público dos Estados (MPE) e do Distrito Federal e dos Territórios são nomeados pelo Chefe do Poder Executivo (no caso dos Estados caberá ao Governador, mas no Distrito Federal tal tarefa fica a cargo do Presidente da República, já que o MPDFT é organizado e mantido pela União – art. 21, XIII, da CF/1988 –, pertencendo ao Ministério Público da União – art. 128, I, *d*, da CF/1988), dentre os integrantes da carreira indicados em lista tríplice, para mandato de dois anos, que pode ser renovado uma única vez.

O art. 61, §1º, II, *d*, da CF, dá ao Presidente da República a competência de iniciar projeto de lei que defina a organização do MPU e que traga as normas gerais a serem seguidas pelos demais ramos do Ministério Público. O art. 128, § 5º, da mesma Carta, por sua vez, diz ser dos Procuradores-Gerais a competência para a iniciativa de leis complementares que tratem da organização, das atribuições e do estatuto. Podemos

concluir, portanto que o Presidente terá competência para iniciar projetos de lei que tratem da matéria de forma genérica, enquanto os Procuradores-Gerais iniciarão leis complementares específicas.

AULA 4

As principais funções do Ministério Público

- promover a ação penal pública (significa processar quem cometeu determinados crimes para os quais a lei preveja esse tipo de ação, como, por exemplo, o homicídio);
- zelar pelo efetivo respeito aos poderes públicos e serviços de relevância pública;
- promover o inquérito civil e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos;
- ajuizar as ações de inconstitucionalidade (ADI, ADC, ADPF);
- promover a representação para fins de intervenção da União e dos Estados (intervenção federal);
- defender os interesses das populações indígenas;
- exercer a fiscalização da atividade policial;
- requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial.

Os interesses difusos, objeto das ACP – ação civil pública – são interesses supra-individuais (além do indivíduo) pertencentes a toda a sociedade (p. ex., meio ambiente saudável). Interesses coletivos são os interesses supra-individuais pertencentes a uma categoria (p. ex., direitos dos usuários de transporte público coletivo).

Tais funções são exclusivas dos membros do MP, não podendo ser delegadas a ninguém (esse tema é muito cobrado em concursos públicos, nos quais se questiona a possibilidade de ser nomeado membro do MP *ad hoc*, ou seja, um substituto no caso de inexistir promotor atuando na comarca). O fato de serem suas funções exclusivas não impede que haja outros legitimados ativos (pessoas que podem ajuizar as ações) para as ações civis incluídas no rol de funções do *parquet*.

O membro do MP, assim como o juiz, deve residir na comarca em que atua, salvo se obtiver autorização do chefe da instituição. A promoção dos membros do Ministério Público será semelhante à promoção dos juízes de carreira. Aplica-se aos membros do Ministério Público, no que couber, as disposições do art. 93 da CF/1988, ou seja, os dispositivos de reprodução obrigatória na LOMAN – Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

Além do MPU e do MPE, a Constituição Federal prevê também a existência do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas. A função do MP junto aos Tribunais de Contas foi descrita de forma muito reduzida, o que gera inúmeras dúvidas quanto ao alcance de sua atuação, que foi delimitada mediante normas infraconstitucionais (como o regimento interno do TCU, por exemplo).

O Ministério Público que funciona junto a tribunal de contas é uma instituição independente do MPU e do MPE, que se encontra vinculada **administrativamente** ao Tribunal de Contas (ADI 789/DF-STF). Possui exclusivamente a função de *custos legis* (fiscal da lei) perante as atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Contas, tendo, para tanto, os mesmos direitos, vedações e forma de investidura dos demais membros do Ministério Público. No caso de serem verificadas irregularidades legitimadoras de uma ação civil pública (proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos), por exemplo, o membro do MP junto ao Tribunal de Contas deverá encaminhar os documentos ao MPU ou MPE, conforme o caso, para que providencie as medidas cabíveis.

Aprofundamento no tema:

De acordo com a Súmula 653-STF, “no tribunal de contas estadual, composto por sete conselheiros, quatro devem ser escolhidos pela assembléia legislativa e três pelo chefe do poder executivo estadual, cabendo a este indicar um dentre auditores e outro dentre membros do ministério público, e um terceiro a sua livre escolha”. Esse membro do MP, porém, deverá pertencer, necessariamente, ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas Estadual (ADI 2.884/RJ-STF).

AULA 5

Conselho Nacional do Ministério Público

Visando estabelecer o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público, bem como o cumprimento dos deveres funcionais por parte de seus membros, foi criado o Conselho Nacional do Ministério Público, composto por 14 (quatorze) membros nomeados pelo Presidente da República para cumprirem um mandato de 2 (dois) anos, admitida uma recondução. As escolhas deverão ser aprovadas por maioria absoluta do Senado Federal, sendo composto da seguinte maneira:

- o Procurador-Geral da República, que o preside;
- quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras;
- três membros do Ministério Público dos Estados;
- dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça;
- dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

Os membros do Ministério Público serão indicados pelo respectivo Ministério Público. O Corregedor, porém, será escolhido pelo próprio Conselho, dentre os membros do MP, vedada a recondução. São funções do Corregedor nacional:

- receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares;
- exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e correição geral;
- requisitar e designar membros do Ministério Público, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de órgãos do Ministério Público.

Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público:

- zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;
- zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas;
- receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;
- rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano;

- elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem prevista no art. 84, XI.

AULA 6

Da Advocacia Pública

Quando utilizamos a palavra procurador, podemos estar falando de várias coisas: qualquer pessoa dotada de uma procuração em que ela seja a outorgada; um advogado; um membro do Ministério Público; um advogado público, etc.

As pessoas jurídicas de direito público interno (ex.: União, Estados, Municípios, etc.) também precisam de advogados, seja para defendê-las em possíveis ações contra elas intentadas, seja para promover ações na defesa dos interesses desses entes. Para tanto, a Constituição Federal prevê a figura da Advocacia Pública, que nada mais é do que uma estrutura de assistência jurídica para o próprio Governo.

Não devemos confundir a ação desses procuradores com a dos membros do MP, já que estes defendem a sociedade, mesmo que, para isso, seja necessário ir de encontro aos interesses do Governo, enquanto aqueles buscam apenas a defesa dos interesses governamentais.

A Advocacia-Geral da União, a mais conhecida dessas entidades, representa a União judicial e extrajudicialmente, devendo, nos termos de uma lei complementar, prestar o serviço de consultoria e de assessoramento jurídico do Poder Executivo. Mas quando se tratar de execução de dívida ativa de natureza tributária, a representação da União será feita pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Os procuradores serão organizados em carreira, cujo ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos. Nas Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal, o concurso deverá ter a participação da OAB em todas as suas fases.

Há algum tempo os procuradores vinham buscando equiparação com os membros do MP, visando à percepção de certas vantagens, como, por exemplo, a vitaliciedade após 2 anos de exercício. Por conta disso, a Constituição passou a trazer a previsão de que os procuradores dos Estados e do DF terão estabilidade – e não vitaliciedade – após três anos de efetivo exercício – e não dois anos – depois de passarem por avaliação de desempenho, após relatório circunstanciado das corregedorias.

O Advogado-Geral da União é o chefe da AGU – Advocacia-Geral da União, sendo livremente nomeado pelo Presidente da República dentre cidadãos – não precisa ser brasileiro nato – com mais de 35 (trinta e cinco) anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada. Como não há previsão de idade máxima, presume-se que a idade do Advogado-Geral da União não pode ultrapassar os 70 (setenta) anos, que é a idade máxima para o exercício de cargos público no Brasil.

Todos os procuradores deverão receber mediante subsídio (art. 39, § 4º, da CF/1988), ou seja, sob parcela única.

AULA 7

Da advocacia

A Constituição diz que o advogado é indispensável à administração da justiça. Em outras palavras diz não ser possível que o Poder Judiciário funcione sem a atuação de um advogado. Isso não impede que, excepcionalmente, haja ações que possam ser ajuizadas sem advogados. Exemplos dessas ações são os *habeas corpus*, as reclamações trabalhistas e as ações dos juizados especiais cíveis até determinado valor.

O advogado possui a chamada inviolabilidade material, que significa ser ele inviolável por seus atos e manifestações no exercício de sua profissão. Essa inviolabilidade não alcança atos que exorbitem o exercício profissional, como, por exemplo, ofensas ao juiz ou ao advogado da outra parte. Nesses casos, haverá a possibilidade de responsabilidade civil, penal e administrativa (junto à OAB).

O Supremo Tribunal Federal, em diversas passagens, vem reconhecendo a importância da independência do advogado no exercício de suas prerrogativas. O advogado que, discordando da forma pela qual o juiz venha conduzindo uma audiência, proibindo, por exemplo, que o advogado exercite o direito de entrevista separada com seu cliente, saia da sala de audiências, inviabilizando, portanto a sua continuidade, não responde pelo crime de desacato (HC 86.026/SP).

AULA 8

Da Defensoria Pública

A Defensoria Pública tem a função de exercer a orientação jurídica e a defesa dos necessitados. Segundo o art. 5º, LXXIV, esses necessitados são aqueles que provam insuficiência de recursos, ou seja, não são capazes de pagar um advogado sem com isso comprometer sua própria subsistência.

A assistência jurídica da Defensoria Pública não pode se restringir a algum grau recursal, devendo ser ampla e integral.

O ingresso na carreira de defensor público só ocorrerá mediante concurso de provas e títulos. Uma lei complementar deverá definir a organização da Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios, bem como traçar linhas gerais para as Defensorias Públicas dos Estados.

Os Defensores Públicos são inamovíveis (não podem ser transferidos de forma livre) e não podem exercer a advocacia. A proibição de exercer a advocacia se mostra inteiramente harmônica com o princípio da moralidade administrativa, já que sua ausência poderia levar a certos absurdos, como a utilização da defensoria pública para a captação de clientela para seus escritórios particulares, sob a promessa de uma defesa mais eficiente, ou ainda ou desestímulo do defensor quando fosse atuar em uma causa que não lhe rendesse honorários.

Como até hoje a União, que é quem deveria organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios (art. 21, XIII), não criou uma Defensoria Pública para o Distrito Federal, permanece este sem a assistência de Defensoria Pública. O que se tem é uma Assistência Jurídica mantida pelo Governo Distrital e que faz as vezes de Defensoria Pública. Uma consequência disso é que aqueles que exercem a função de defensores públicos no Distrito Federal podem advogar, situação totalmente teratológica.

Em São Paulo, diante da ausência de Defensoria Pública, é o Ministério Público que atua na orientação jurídica e na defesa dos necessitados.

Os Defensores Públicos também recebem remuneração mediante subsídio.

As Defensorias Públicas Estaduais possuem autonomia funcional e administrativa. Como consequência disso, detêm, por exemplo, poder de iniciativa de sua proposta orçamentária, dentro, obviamente, de certos limites constitucionalmente impostos.

MÓDULO V

Prática Geral I - Questões de (1 a 20)

1. (Banco Central – Procurador – FCC – 2006) De acordo com a Constituição Federal, os diretores do banco central são nomeados pelo.

- a) Presidente do Banco Central, após aprovação pelo Conselho Monetário Nacional.
- b) Ministro de Estado da Fazenda, ouvido o Conselho Monetário Nacional.
- c) Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal.
- d) Presidente do Senado Federal, após aprovação por seus pares.
- e) Vice-Presidente da República, ouvido o Congresso Nacional.

Gabarito:

- c) É o que dispõe o art. 84, XIV, da Constituição Federal.

2. (Banco Central – Procurador – FCC – 2006) A Constituição Federal, quanto às medidas provisórias,

- a) proíbe a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso do prazo.
- b) veda a edição das que impliquem instituição ou majoração de impostos, bem como seqüestro de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro.
- c) determina que eles perdem eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo improrrogável de noventa dias.
- d) dispõe que a sua votação deve ser iniciada no Senado Federal, após juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.
- e) veda a sua edição em matéria de direito civil, financeiro, comercial, eleitoral, aeronáutico, marítimo, espacial e do trabalho.

Gabarito:

- a) Trata-se de limitação imposta pelo art. 62, § 10.

3. (Banco Central – Procurador – FCC – 2006) O poder constituinte derivado se manifesta, na Constituição brasileira, pela possibilidade de promulgação de emendas constitucionais. Todavia, há limites formais e materiais ao poder de reforma constitucional, sendo correto afirmar que

- a) a proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta a qualquer tempo, por conta da supremacia do poder constituinte.
- b) o Presidente da República não pode encaminhar proposta de emenda constitucional, razão pela qual a emenda não está sujeita a sanção ou veto.
- c) a Constituição não poderá ser reformada na vigência de intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio.
- d) não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a separação dos Poderes, a forma unitária e republicana de Estado e os direitos individuais e sociais.
- e) existem limites implícitos ao poder de reforma constitucional, em virtude da adoção da teoria monista pelo Supremo Tribunal Federal.

Gabarito:

- c) Esta disposição pode ser encontrada no art. 60, § 1º, da CF.

4. (Procurador Federal – Cespe – 2006 – com adaptações) Julgue os itens:



- a) A revogação de uma medida provisória por outra subtrai, de imediato, ao Congresso Nacional o exame da matéria contida na medida provisória revogada, ainda que não tenha ocorrido o transcurso do prazo para a apreciação pela casa legislativa.
- b) Compete ao Senado Federal processar e julgar o advogado-geral da União por crime de responsabilidade, ainda que ele venha a praticá-lo em conexão com crime de responsabilidade do presidente da República.
- c) O Presidente da República não goza de imunidade penal para os crimes não-funcionais praticados no exercício do mandato, mas não poderá sofrer persecução penal por esses crimes enquanto durar seu mandato.
- d) O Presidente da República, relativamente aos crimes praticados no exercício da função, poderá sofrer persecução penal perante o Senado Federal, desde que haja previamente a licença conferida pela Câmara dos Deputados.

Gabarito:

- a) Errado
- b) Certo
- c) Certo
- d) Certo

5. (Procurador da Fazenda Nacional – Esaf – 2006) Assinale a opção correta.

- a) No Direito Brasileiro, considera-se impossível que uma norma inserida na Constituição possa ser tida como inconstitucional.
- b) Os Estados-membros não estão impedidos de adotar o instrumento legislativo das medidas provisórias em tema relacionado com direito tributário.
- c) Medida provisória constitui, hoje, instrumento apto para o estabelecimento de causas de extinção de punibilidade em virtude de pagamento de tributo sonegado.
- d) O princípio da separação dos poderes impede que o Ministério Público investigue fatos que possam consistir em crimes contra a ordem tributária, antes de que investigação, com igual objeto, por parte da Receita Federal, esteja concluída.
- e) O princípio da separação dos poderes não constitui obstáculo a que os Estados-membros adotem a solução parlamentarista no desenho da repartição de poderes de sua constituição estadual.

Gabarito:

- b) O Direito tributário não se inclui nas matérias de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º, da CF).

6. (Procurador da Fazenda Nacional – Esaf – 2006) Suponha que o Congresso Nacional aprova lei, de iniciativa de Deputado Federal, que reduz alíquota do Imposto de Renda de Pessoas Físicas. O Presidente da República sanciona o projeto. Mais tarde, percebe que a lei é ruinosa e ouve seus conselheiros jurídicos que lhe dizem:

- 1. Houve vício de iniciativa na elaboração da lei.
- 2. O Presidente da República não pode provocar o Supremo Tribunal Federal a exercer o controle de constitucionalidade sobre a lei, porque sancionou o projeto.
- 3. O Presidente da República pode, desde que se atenha ao prazo de veto de que dispõe constitucionalmente, voltar atrás na sanção e vetar o projeto.
- 4. Tendo o Presidente da República sancionado a lei, toda discussão sobre eventual invasão de sua iniciativa privativa fica prejudicada, já que, qualquer que seja o caso, a sanção supre o vício de iniciativa.

Assinale a opção correta.

- a) todas as afirmações estão corretas.
- b) apenas uma das afirmações está correta.
- c) apenas duas das afirmações estão corretas.
- d) apenas três das afirmações estão corretas.
- e) nenhuma das afirmações está correta.

Gabarito: e

7. (Auditor do Estado de Minas Gerais – FCC – 2005) No tocante à doutrina do poder constituinte, a forma federativa do Estado é, segundo a Constituição brasileira vigente,

- a) limitação implícita do poder constituinte originário.
- b) baliza circunstancial do poder constituinte decorrente.
- c) limitação material do poder constituinte derivado.
- d) baliza formal do poder constituinte de revisão.
- e) limitação formal do poder constituinte instituído.

Gabarito: c

8. (Auditor do Estado de Minas Gerais – FCC – 2005) Medida provisória editada pelo Presidente da República é submetida à apreciação das Casas do Congresso Nacional, as quais, após 90 dias, aprovam projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória. Nessa hipótese,

- a) a medida provisória já teria perdido a eficácia, desde a sua edição, por não ter sido convertida em lei no prazo de sessenta dias.
- b) caberá ao Congresso Nacional, num prazo de sessenta dias, disciplinar por decreto legislativo as relações jurídicas decorrentes da medida provisória.
- c) a medida provisória será mantida integralmente em vigor, até que seja sancionado ou vetado o projeto de lei de conversão.
- d) o projeto de lei de conversão é submetido à promulgação pelas Mesas das Casas legislativas, independentemente de sanção presidencial.
- e) o Presidente da República poderá, desde logo, editar nova medida provisória, com vistas a restabelecer o texto original da medida alterada pelo projeto de lei.

Gabarito:

- c) É o que dispõe o art. 62, § 12, da CF.

9. (Auditor do Estado de Minas Gerais – FCC – 2005) Na hipótese de prática de conduta tipificada na legislação penal como crime comum, o Presidente da República

- a) poderá ser preso em flagrante, em se tratando de crime inafiançável, devendo o assunto ser submetido de imediato à Câmara dos Deputados.
- b) ficará suspenso de suas funções, por até cento e oitenta dias, após instauração de processo pelo Senado Federal.
- c) será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, após admitida a acusação por dois terços dos membros do Congresso Nacional.
- d) perderá o mandato e, mediante julgamento do Senado Federal, será inabilitado por cinco anos para o exercício de função pública.
- e) não poderá ser responsabilizado na vigência de seu mandato, em se tratando de ato estranho ao exercício de suas funções.

Gabarito:

e) Trata-se do disposto no art. 86, § 4º, da CF.

10. Julgue o item:

a) (Procurador Federal – Cespe – 2006 – com adaptações) Segundo o STF, a forma de composição do Conselho Nacional de Justiça, em que é permitida a participação de pessoas estranhas aos quadros do Poder Judiciário, vulnera o princípio constitucional da separação dos poderes.

Gabarito:

a) Errado

11. (Juiz de Direito – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios– 2006). Em relação ao processo legislativo, assinale a alternativa correta.

- a) As leis que dispõem sobre matéria tributária federal relativa ao imposto de renda de pessoas jurídicas são de iniciativa do Presidente da República.
- b) O veto presidencial é ato irretratável. Em relação a uma dada lei enviada à sanção, o presidente pode usá-lo uma só vez e, uma vez usado e comunicado ao Presidente do Senado Federal, não pode arrepender-se e requisitar o projeto de lei para sancioná-lo.
- c) Não é possível a edição de medida provisória sobre matérias reservadas à lei complementar, salvo se a aprovação por cada uma das Casas do Congresso Nacional se der por maioria absoluta.
- d) De acordo com o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, emenda à Constituição estadual, apresentada por 3/5 (três quintos) dos Deputados Estaduais, pode disciplinar diretamente matérias reservadas à iniciativa legislativa privativa do Poder Executivo.

Gabarito: b

12. (Juiz de Direito – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios– 2006) Assinale dentre as alternativas a que está de acordo com o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal.

- a) O conflito de atribuições entre os Ministérios Público Federal e Estadual é dirimido pelo Superior Tribunal de Justiça.
- b) A vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal reservada ao Ministério Público pode ser preenchida por Procurador de Justiça que oficia perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
- c) A decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal que julga as contas dos responsáveis por dinheiro ou bens da Administração direta do Distrito Federal não se submete ao controle judicial.
- d) As decisões do Tribunal de Contas da União que resulte a imputação de débito ou multa terão a eficácia de título executivo.

Gabarito: d

13. (Juiz de Direito – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios– 2006), Marque a alternativa correta em relação ao controle concentrado de constitucionalidade.

- a) A vinculação dos juízes de primeiro grau ao entendimento do Supremo Tribunal Federal havido em controle concentrado está adstrita aos julgamentos proferidos em ações declaratórias de constitucionalidade.
- b) Quando norma estadual é questionada simultaneamente no Supremo Tribunal Federal, tendo como parâmetro de controle a Constituição Federal, e no Tribunal de Justiça, por violação de Constituição Estadual que repete norma da Constituição Federal, a ação em trâmite na Corte local deverá ser extinta.
- c) A eficácia erga omnes das decisões proferidas em ações diretas de inconstitucionalidade impede que o legislador insista na violação à Constituição Federal com a edição de lei de idêntico teor à já declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal no controle concentrado.
- d) Mostra-se adequado o controle concentrado de constitucionalidade contra dispositivo de lei orçamentária quando ela revela contornos abstratos e autônomos, em abandono ao campo da eficácia normativa concreta.

Gabarito: d

14. (Juiz de Direito – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios– 2006). Em relação ao controle difuso de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- a) O recurso extraordinário constitui instrumento de impugnação utilizado exclusivamente no controle difuso de constitucionalidade.
- b) Os órgãos fracionários dos tribunais não submeterão ao plenário, ou ao órgão especial, a arguição incidental de inconstitucionalidade de lei quando já houver pronunciamento destes ou do Plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão.
- c) O ordenamento jurídico brasileiro não admite a interposição direta de recurso extraordinário contra julgamento realizado por juiz de primeiro grau de jurisdição.
- d) Inspirado no modelo jurídico norte-americano, o controle concreto de constitucionalidade foi introduzido no direito brasileiro com a Constituição de 1934, editada após a Revolução Constitucionalista.

Gabarito: b

15. (ANALISTA JUDICIÁRIO/TRT/9ª REGIÃO) Na hipótese de o Presidente da República não efetuar junto ao Congresso Nacional, dentro de 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa anual, a apresentação de contas referentes ao exercício anterior, deve-se proceder à tomada de contas pelo(a):

- a) Congresso Nacional.
- b) Câmara dos Deputados.
- c) Senado Federal.
- d) Tribunal de Contas da União.
- e) Ministério Público Federal.

Gabarito: b

16. (ESAF/ASSIST. JURÍDICO/AGU/1999) Assinale a opção correta.

- a) Segundo entendimento pacífico do Supremo Tribunal Federal, qualquer alteração que afete os direitos fundamentais configura lesão expressa à cláusula pétrea.
- b) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não só as normas constantes do catálogo de direitos fundamentais, mas também outras normas consagradoras de direitos fundamentais constantes do Texto Constitucional podem estar gravadas com a cláusula de imutabilidade.

- c) Os direitos previstos em tratados internacionais firmados pelo Brasil somente poderão ser alterados mediante emenda constitucional.
- d) É vedada a alteração de disposições transitórias constantes do texto constitucional original.
- e) Segundo a firme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é admissível a arguição de inconstitucionalidade de norma constitucional originária.

Gabarito:

- a) Errada - Nem toda alteração a direitos fundamentais configura lesão a cláusula pétrea. No julgamento das ADI 3.105 e 3.128 o STF consolidou o entendimento de que as emendas constitucionais podem aumentar ou até diminuir os direitos fundamentais, desde que não extingam seu núcleo básico.
- b) Certa
- c) Errada - A alteração de direitos fundamentais constantes de tratados internacionais não precisa de emendas constitucionais, bastando mera alteração por legislação ordinária.
- d) Errada - O ADCT também é passível de emendas constitucionais.
- e) Errada - As normas constitucionais originárias (derivadas do poder constituinte originário) não são passíveis de controle de constitucionalidade

17. (CESPE/ANALISTA JUDICIÁRIO STJ/1999) Julgue os itens que se seguem à luz do texto constitucional vigente.

I - Considere a seguinte situação hipotética: Identificando a necessidade de combater privilégios no âmbito do serviço público federal, o Presidente da República solicitou delegação ao Congresso Nacional para a elaboração de lei que reduzisse de sessenta para trinta dias o período de férias anuais de advogados e procuradores dos órgãos da Administração Pública federal, direta e indireta, dos magistrados e membros do Ministério Público da União, bem assim para que se extinguissem as férias forenses no âmbito dos tribunais federais. Na situação apresentada, a edição da lei delegada estaria em harmonia com a Constituição da República, desde que a delegação se processasse sob a forma de resolução, por meio da qual se especificassem os termos do seu exercício e a necessidade de o projeto ser aprovado pelo Congresso Nacional em votação única e sem emendas.

II - Considere a seguinte situação hipotética: Um grupo de trabalhadores rurais, organizados em movimento social que congrega indivíduos identificados como sem-terra, invadiu uma propriedade rural no sul do Estado do Pará. O decreto expropriatório daquela fazenda, caracterizada como improdutiva, já havia sido publicado por ocasião da invasão, e estavam em curso os trâmites administrativos para a consumação da desapropriação. Assim, diante da situação instaurada pelo movimento, providenciou-se o imediato ajuizamento da ação de desapropriação, ofertando-se ao expropriado indenização prévia - parte em dinheiro, pelo valor equivalente às benfeitorias úteis e necessárias, e parte em títulos da dívida agrária, pelo valor correspondente à terra nua. Na situação apresentada, uma vez que a desapropriação para fins de reforma agrária é matéria afeta privativamente à esfera da União, o decreto citado terá sido expedido pelo Presidente da República e a respectiva ação, necessariamente ajuizada perante a justiça federal. Ademais, a oferta de indenização descrita ocorreu nos moldes definidos pela Constituição.

III - Considere a seguinte situação hipotética: Um cidadão apresentou a órgãos de persecução penal, estadual e federal denúncias contra os desembargadores do tribunal de justiça de um estado da Federação. No desenrolar da apuração, restou caracterizado o envolvimento de mais da metade dos membros daquele órgão judiciário. Nessa situação, as ações penais de competência originária do tribunal de justiça em questão, em que aquela maioria de desembargadores é diretamente interessada, serão julgadas pelo STJ.

IV - Considere a seguinte situação hipotética: O poder público identificou a necessidade de construção de uma usina hidrelétrica em certa localidade de grande potencial energético, de forma a abastecer região de intensa demanda. Ocorre que o local definido para a construção da aludida usina situava-se em terra indígena devidamente demarcada. Nesse caso, a construção da usina só poderá ser implementada mediante autorização do Congresso Nacional, ouvida a comunidade indígena afetada.

V - Considere a seguinte situação: A imprensa mundial tem noticiado a existência de grupos armados na Colômbia, cuja ação pode ser identificada como atentatória à ordem constitucional vigente naquele país e ao Estado democrático, uma vez que intenta a derrocada, pela força, de poderes constituídos e a imposição de novo governo, à revelia da livre manifestação da vontade popular. Caso a situação apresentada ocorresse no Brasil, a ação descrita seria caracterizada pela Constituição da República como crime inafiançável e imprescritível.

Estão certos apenas os itens:

- a) I, II e III
- b) I, II e V
- c) I, III e IV
- d) II, IV e V
- e) III, IV e V

Gabarito:

- d) I - Matéria relativa à organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros não pode ser delegada ao Presidente da República no que tange à elaboração de lei delegada.
- III - Essa competência é do Supremo Tribunal Federal (art. 102, I, "n").

18. (ESAF/AUDITOR FORTALEZA/CE/1998) Assinale a opção correta.

- a) Os Ministros de Estado somente poderão ser processados e julgados nos processos por crime comum após a autorização da Câmara dos Deputados.
- b) A imunidade a atos estranhos ao exercício das funções, prevista na Constituição Federal em relação ao Presidente da República, pode ser estendida aos Governadores de Estado.
- c) A Constituição estadual não pode condicionar a instauração de processo-crime contra o Governador do Estado à prévia aprovação da Assembléia Legislativa.
- d) A definição de crime de responsabilidade e a fixação das regras do processo de impeachment no âmbito estadual são da competência privativa da União.
- e) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a prerrogativa de foro das pessoas investidas em cargos públicos, em relação aos processos penais pendentes, não cessa com o término do mandato, quer o crime tenha ocorrido antes ou durante o exercício da função pública.

Gabarito:

- a) Errada - Não é necessária tal autorização.
- b) Errada - O STF já decidiu, diversas vezes, que a imunidade citada não pode ser estendida aos Governadores.
- c) Errada - A Constituição Estadual pode instituir tal limitação (HC 80.511, do STF)
- d) Certa
- e) Errada - Esta questão, tendo em vista recentes modificações legais, está pedente de apreciação pelo Plenário do STF.

19. Julgue os itens.

- a) A posse dos membros do Congresso Nacional ocorre ao início da sessão legislativa, ou seja, a quinze de fevereiro, a partir do que se inicia a contagem do período legislativo respectivo, da sessão legislativa e da legislatura, não havendo espaço, no caso de posse dos membros da Câmara dos Deputados, para se falar em sessão preparatória.
- b) Todos os deputados federais, dos Estados, DF e Territórios Federais são eleitos pelo sistema proporcional, somente sendo aplicável, contudo, a regra que impõe a composição numérica proporcional ao eleitorado, às bancadas dos Estados e do Distrito Federal, já que os Territórios Federais elegem, sempre, quatro deputados.
- c) A regra geral de votações nas comissões da Câmara dos Deputados é maioria absoluta.
- d) A organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, dos Territórios e do Distrito Federal é matéria sobre a qual o Congresso Nacional pode dispor, que tomará a forma de projeto de lei para tanto e que deverá ser submetido à sanção do Presidente da República.
- e) Transferência temporária das sedes do Governo Federal e do Congresso Nacional são matérias de lei que dependem, assim, de sanção do Presidente da República.

Gabarito:

- a) Errado
- b) Certo
- c) Errado
- d) Certo
- e) Errado

20. Assinale as questões como certas (C) ou erradas (E).

- a) A lei que vai fixar os subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal deve ter seu projeto iniciado, conjuntamente, pelos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do próprio STF.
- b) O Congresso Nacional tem competência para firmar tratados e acordos internacionais em nome do Brasil, quando acarretarem compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- c) O Congresso tem competência para julgar as contas do Presidente da República e dos demais ordenadores de despesa da Administração direta federal.
- d) O Congresso tem competência para apreciar os atos de concessão ou renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão, mas o ato de concessão, de competência privativa do Presidente da República, somente será aprovado por maioria de dois quintos, em votação necessariamente nominal.
- e) A alienação de terras públicas com área superior a 2.500 hectares depende, em qualquer caso, de aprovação do Congresso Nacional.

Gabarito:

- a) Errada - A recente alteração constitucional (EC 41/2003) tornou este item falso pois não há mais a necessidade de lei de iniciativa conjunta.
- b) Errada - Em verdade o Congresso não firma tratados, ele apenas resolve definitivamente (ratifica mediante decreto legislativo) sobre estes tratados.
- c) Errada - A competência para julgar as contas dos demais ordenadores de despesa é do TCU (art. 71, II).
- d) Errada - O ato de não-concessão é que está sujeito a esse rito.
- e) Certa

Prática Geral II - Questões de (1 a 20)

1. Julgue os itens.



- a) Senador pode ser preso.
- b) A proteção da imunidade parlamentar começa com a posse.
- c) As imunidades parlamentares podem ser suspensas em caso de estado de sítio.
- d) Deputados Federais estão proibidos, desde a diplomação, de ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
- e) A condenação criminal transitada em julgado leva à perda do mandato do parlamentar federal condenado.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Errada - A imunidade começa com a expedição do diploma
- c) Certa
- d) Errada - Essa proibição só começa com a posse.
- e) Certa

2. Assinale as questões como certas (C) ou erradas (E).

- a) A inviolabilidade, ou imunidade material, que protege o parlamentar contra demandas judiciais a partir de suas opiniões, palavras e votos configura caso de excludente de ilicitude.
- b) Senador submetido a investigação parlamentar que possa, eventualmente, levar ao início do processo de cassação de mandato pode renunciar e, assim, evitar este processo.
- c) A cassação de mandato eletivo é, a partir da proibição de cassação de direitos políticos, inconstitucional.
- d) Maioria relativa dos membros da Câmara dos Deputados pode convocar extraordinariamente o Congresso Nacional.
- e) Comissões permanentes de ambas as Casas do Congresso têm competência para votar projetos de lei.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Certa
- c) Errada - A cassação do mandato eletivo não significa cassação de direitos políticos.
- d) Errada - Para a convocação extraordinária é necessária a maioria absoluta da casa. (art. 57, § 6º) Obs: alguns julgados do STF dizem que a inviolabilidade (item 1) seria uma excludente de criminalidade.
- e) Certa

3. Julgue os itens

- a) Comissões parlamentares têm competência constitucional para convocar o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.
- b) Qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que arrecade ou gerece dinheiros públicos tem a obrigação constitucional de prestar contas ao Congresso Nacional.
- c) A competência constitucional de fiscalização e controle externo é atribuição constitucional do Tribunal de Contas da União.
- d) Atos de aposentadoria, atos de admissão de pessoal, exceto para cargos em comissão, e atos posteriores àqueles, no âmbito da Administração direta, tem sua validade condicionada ao registro do TCU, após avaliação de sua legalidade.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Errada - Essa competência é do TCU.
- c) Errada - Tal competência é do Congresso Nacional, o qual será auxiliado pelo TCU.
- d) Certa

4. Julgue os itens.

- a) As decisões do TCU de que resulte imputação de multa são auto-executáveis, e permitem a persecução do patrimônio do devedor.
- b) A Emenda à Constituição, após sanção do Presidente da República, será promulgada com o respectivo número de ordem pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sendo incorreto afirmar-se que a promulgação é competência da Mesa do Congresso.
- c) A exemplo de projeto de lei, um senador ou um deputado federal, isoladamente, pode oferecer proposta de emenda à Constituição.
- d) Matéria constante de PEC ou de PL rejeitados não poderá ser novamente votada na mesma sessão legislativa, exceto no caso de iniciativa de maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Errada - O presidente não sanciona projeto de emenda constitucional e a promulgação é pelas mesas do Congresso nacional.
- c) Errada - A abertura de projeto de emenda constitucional é condicionado ao requerimento de, pelo menos, 1/3 dos deputados ou dos senadores.
- d) Errada - Em nenhuma hipótese o projeto de PEC rejeitado pode ser votado novamente na mesma sessão legislativa.

5. Julgue os itens.

- a) Parlamentares não podem, por emenda, alterar projeto de lei de iniciativa privativa do Presidente da República.
- b) O Presidente da República e os membros do Congresso Nacional podem oferecer projeto de lei sobre qualquer matéria.
- c) A sanção tácita obriga a promulgação e publicação da lei pelo Presidente do Senado Federal.
- d) O Presidente do Senado pode sancionar projetos de lei, no caso de o Presidente da República não se manifestar no prazo constitucional.

Gabarito:

- a) Errada - É possível a alteração, via emenda parlamentar, de projeto de lei de iniciativa privativa do Presidente da República, só não é possível o aumento de despesa.
- b) Errada - Existem matérias que só podem ser iniciadas por projetos de lei do Judiciário e do Ministério Público.
- c) Errada - Quem deve promulgar e fazer publicar, no caso, é o próprio Presidente da República.
- d) Errada - No caso de o Presidente da República não se pronunciar no prazo previsto, já há a sanção automática.

6. Assinale as questões como certas (C) ou erradas (E).

- a) O Presidente da República dispõe do prazo de 15 dias úteis para o veto ao PL, e de mais 15 dias para a sanção.
- b) Projeto de lei delegada é emendável por deputados ou senadores.
- c) A lei delegada pode não ser submetida à apreciação pelo Congresso Nacional.
- d) Projeto de lei em regime de urgência, esta solicitada pelo Presidente da República para qualquer projeto de lei em tramitação no Congresso, obriga a aprovação, nas duas Casas, em 45 dias.

Gabarito:

- a) Errada - O prazo para sanção ou veto é um só.
- b) Errada - O projeto de lei delegada, se retornar ao Congresso c) Nacional, não pode ser emendado.
- d) Certa
- e) Errada - O prazo de 45 dias não é comum, mas sim de cada uma das casas.

7. (ESAF/ASSIST. JURÍDICO/AGU/1999) Assinale a opção correta.

- a) A imunidade parlamentar somente protege o Deputado ou Senador após a posse.
- b) As comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão, na forma do regimento, discutir e votar determinados projetos de forma definitiva.
- c) A convocação extraordinária do Congresso Nacional não poderá ser requerida pelos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- d) É legítima deliberação do Congresso Nacional, na sessão extraordinária, sobre qualquer matéria que esteja submetida à sua apreciação.

Gabarito:

- a) Errada - A proteção começa da expedição do diploma.
- b) Certa
- c) Errada - A convocação extraordinária pode ser a requerimento dos parlamentares (maioria absoluta)
- d) Errada - Na convocação extraordinária o CN só pode deliberar sobre aquelas matérias para as quais foi convocado, salvo aquelas que travam a pauta.

8. (ESAF/AFTN/1998) Assinale a opção correta.

- a) As comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão discutir e votar determinados projetos de forma definitiva.
- b) A imunidade parlamentar somente protege o Deputado ou Senador após a posse.
- c) A convocação extraordinária do Congresso Nacional não poderá ser requerida pelos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- d) A Comissão Parlamentar de Inquérito dispõe de poderes para decretar a prisão preventiva de eventual indiciado.
- e) A comissão representativa do Congresso Nacional, que deve atuar no período de recesso, dispõe de poderes para emendar a Constituição ou decretar a perda de mandato de parlamentares.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Errada - A proteção começa desde a expedição do diploma.
- c) Errada - Há a possibilidade desse requerimento, desde que assinado pela maioria absoluta.
- d) Errada - A CPI não tem poderes para determinar qualquer prisão, salvo no caso de flagrante delito.
- e) Errada - A comissão representativa não detém competência para todos os atos do CN, mas tão-somente aqueles previstos no regimento comum. (art. 58, § 4o)

9. (ESAF/AFTN/1998) Assinale a opção correta.

- a) É pacífica a orientação em favor da edição de medida provisória em matéria relativa a direito penal.
- b) Nos termos da orientação dominante, medida provisória não pode dispor sobre matéria orçamentária.

- c) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, matéria de lei complementar pode ser regulada por medida provisória desde que o Congresso Nacional a aprove por maioria absoluta de votos.
- d) Não se afigura legítima a revogação de medida provisória antes do decurso do prazo constitucionalmente fixado.
- e) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, pode a Corte, em casos excepcionais, examinar a existência do pressuposto relativo à urgência para a edição de medida provisória.

Gabarito:

- a) Errada - Não possível a edição de medida provisória para tratar de direito penal
- b) Errada - Medida provisória pode tratar de abertura de crédito extraordinário.
- c) Errada - Matéria de lei complementar não pode ser tratada em medida provisória.
- d) Errada - Medida provisória pode ser revogada a qualquer momento, pelo Congresso nacional.
- e) Certa

10. (ESAF/AFC/1997) A fixação dos limites globais para o montante da dívida consolidada dos Estados

- a) é da competência do Congresso Nacional, por proposta do Presidente da República.
- b) é da competência privativa da Câmara dos Deputados.
- c) é da competência privativa do Senado Federal.
- d) é da competência privativa do Senado Federal, por proposta do Presidente da República.
- e) é feita por lei complementar, de iniciativa privativa do Presidente da República.

Gabarito:

- d) Vide art. 52, VI, da CF.

11. (CESPE/AG. POLÍCIA FEDERAL/1997) Os parlamentares brasileiros, como sabemos, têm atribuição legítima de modificar a Constituição, nos casos permitidos, com a maioria qualificada de três quintos. Quando os três quintos não são obtidos, isso significa simplesmente que não há decisão a respeito de reforma constitucional. De modo algum se podem daí inferir falhas no desempenho legislativo que venham a exigir formatos não-ordinários para as votações de propostas de emenda à Constituição.

Se fosse o caso de apelar para qualquer mecanismo constituinte, que critérios deveríamos adotar para decidir o que deve e o que não deve ser submetido a tal dinâmica extraordinária?

A discussão carece de sentido. As chances de uma reforma política funda, que modifique o núcleo do sistema eleitoral e diminua as margens de liberdade dos parlamentares, são muito reduzidos, quer se trate de um Congresso constituinte ou do Congresso tal como existe. Essa necessidade de mudança pode estar presente no mapa privado de preferências da maioria dos parlamentares. Mas isso tem pouco a ver com seu comportamento em votações.

(Renato Lessa. Entre o fato e o limite. In: Folha de São Paulo, p.1-3, 13.09.1997 - com adaptações).

Com o auxílio do texto, julgue os itens seguintes, acerca do processo legislativo.

- a) Os únicos legitimados a apresentar proposta de emenda à Constituição são os membros do Congresso Nacional.

- b) Supondo que haja sido rejeitada uma proposta de emenda à Constituição abolindo o segundo turno nas eleições para cargos executivos no país, somente na sessão legislativa seguinte nova proposta com a mesma matéria poderá ser apresentada.
- c) Se o Presidente da República decretar intervenção federal em um estado-membro, isso terá como efeito colateral impedir a promulgação de qualquer proposta de emenda à Constituição em trâmite no Congresso Nacional.
- d) A proposta de emenda à Constituição de iniciativa de deputado federal é votada apenas no Senado Federal; inversamente, a de iniciativa de senador é votada apenas na Câmara dos Deputados. Em ambos os casos, exige-se o quorum de três quintos para a aprovação da proposta.
- e) Considerando que a Constituição da República confere autonomia administrativa e financeira a cada um dos Poderes e define-lhes as competências, suponha uma proposta de emenda à Constituição que pretenda atribuir ao Poder Executivo as competências do Senado Federal, extinguindo-se esse órgão, mas mantendo a Câmara dos Deputados. À luz das normas constitucionais, essa proposta poderia tramitar regularmente no Congresso Nacional, mas, se viesse a ser aprovado, deveria ser vetada pelo Presidente da República.

Gabarito:

- a) Errada - Existem outros dois legitimados: o Presidente da República e mais da metade das Assembléias Legislativas dos Estados.
- b) Certa
- c) Certa
- d) Errada - Todas as emendas constitucionais serão discutidas e votadas em ambas as casas em dois turnos.
- e) Errada - Em primeiro lugar, não existe veto nas emendas constitucionais; em segundo lugar, essa proposta de emenda constitucional não poderia ser aprovada pois fere o princípio da separação dos poderes.

12. (CESPE/PAPILOSCOPISTA/PF/1997) O controle de constitucionalidade

- a) pode ser preventivo ou repressivo, no Brasil.
- b) pode ser concentrado ou difuso, no Brasil.
- c) na modalidade difusa, quanto assim admitido pelo ordenamento jurídico de um país, significa a possibilidade de que qualquer juiz, em qualquer grau de jurisdição, reconheça a inconstitucionalidade de uma norma jurídica necessária à solução de um conflito e, em consequência, deixe de aplicá-la ao caso concreto.
- d) exercido, no Brasil, pelo Supremo Tribunal Federal (STF) produz sempre efeito contra todos (erga omnes), inclusive contra aqueles, portanto, que não foram parte do processo gerador de inconstitucionalidade.
- e) é tarefa exclusiva do Poder Judiciário, no Brasil.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Certa
- c) Certa
- d) Errada - Se o STF se pronunciar, em sede de controle difuso, pela inconstitucionalidade de uma lei, essa declaração terá efeitos inter partem.
- e) Errada - O controle de constitucionalidade preventivo também é feito pelo legislativo (comissões, por exemplo) e pelo executivo (veto, por exemplo)

13. (ESAF/AFTN/1996) Julgue os itens.

- a) A sanção do Presidente da República a projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional é hábil para convalidar eventual vício de iniciativa.
- b) É admissível a rejeição pelo Congresso Nacional de veto total a um projeto de lei.

- c) A Constituição Federal assegura iniciativa popular também para as Emendas Constitucionais.
- d) Segundo orientação do Supremo Tribunal Federal, não podem ser objeto de medida provisória as matérias que não podem ser objeto de delegação.
- e) O Presidente da República pode retirar da apreciação do Congresso Nacional medida provisória recém-editada.

Gabarito:

- a) Errada - O vício de iniciativa não se convalida com a sanção do chefe do executivo. Súmula 5-STF já superada (ADI 1.438)
- b) Certa
- c) Errada - Não existe tal previsão na Constituição
- d) Certa
- e) Errada - Depois de editada a medida provisória o Presidente não tem mais poder de retirá-la da apreciação do CN. Só resta ao Presidente revogar a medida provisória.

14. (ESAF/AGU/1996) Assinale a assertiva correta.

- a) No modelo constitucional de 1988, todas as leis devem ser aprovadas pela maioria dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- b) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a medida provisória não conhece limite de caráter material, podendo inclusive conter definição de crimes e cominação de penas.
- c) A resolução do Congresso Nacional que susta os atos normativos do Executivo exorbitantes do poder regulamentar não é suscetível de revisão no âmbito judicial.
- d) É lei complementar toda aquela votada como tal pelo Congresso Nacional.
- e) Em se tratando de suspensão de execução de lei ou ato normativo declarado inconstitucional, incidentalmente, pelo Supremo Tribunal, o Senado Federal não está obrigado a proceder à imediata suspensão do ato.

Gabarito:

- a) Errada - Algumas não precisam de maioria dos membros (absoluta), mas mera maioria relativa.
- b) Errada - Não é possível a edição de medidas provisórias sobre tal matéria, com base, inclusive, no princípio da reserva legal, que requer lei em sentido estrito, para a previsão de crimes e cominação de penas.
- c) Errada - Esta resolução é passível de apreciação pelo Poder Judiciário
- d) Errada - Nem todas as leis votadas pelo Congresso Nacional são leis complementares
- e) Certa

15. (ESAF/AGU/1996) Assinale a assertiva correta.

- a) As Comissões Parlamentares de Inquérito, dotadas de poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podem determinar a prisão cautelar dos eventuais indiciados ou a condução coercitiva de testemunha.
- b) O parlamentar federal perderá o cargo se investido no cargo de Secretário de Estado.
- c) Os projetos de lei encaminhados pelo Presidente da República poderão ter início na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal.
- d) É admissível a rejeição parcial do veto total.
- e) As Comissões Parlamentares de Inquérito não podem determinar a quebra do sigilo bancário de eventual investigado.

Gabarito:

- a) Errada - As Comissões Parlamentares de Inquérito não podem determinar prisões, exceto em caso de flagrante delito.

- b) Errada - A CF diz que nessa condição o parlamentar não perderá o mandato (art. 56).
- c) Errada - Esses projetos necessariamente terão início na Câmara do Deputados.
- d) Certa
- e) Errada - A quebra do sigilo bancário inclui-se dentre os poderes investigatórios das Comissões Parlamentares de Inquérito.

16. (ESAF/AGU/1996) Assinale a assertiva correta.

- a) A medida provisória, aprovada pela maioria absoluta dos membros de cada uma das Casas do Congresso Nacional, pode dispor sobre matéria sujeita à disciplina mediante lei complementar.
- b) Entendimento dominante na doutrina considera ilegítima a reedição de medida provisória não apreciada pelo Congresso Nacional no prazo constitucionalmente fixado.
- c) A superação das cláusulas pétreas, no sistema constitucional brasileiro, pode-se dar pelo modelo da dupla revisão, procedendo-se à revogação ou à alteração da disposição proibitiva e à introdução da disposição ou da modificação pretendida.
- d) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, do estado de defesa ou de estado de sítio.
- e) A sanção do Presidente da República sana o vício de iniciativa, no caso de projeto de lei de iniciativa privativa do Executivo.

Gabarito:

- a) Errada - Medida Provisória não poderá tratar de matéria reservada à Lei Complementar.
- b) Errada - Esta questão perdeu o sentido após recentes alterações constitucionais
- c) Errada - Este mecanismo não é possível de ser utilizado visto que os dispositivos que prevêm as cláusulas pétreas também são cláusulas pétreas (implícitas).
- d) Certa
- e) Errada - A sanção não sana vício de iniciativa (Súmula do STF já superada).

17. (ESAF/PFN/1998) A Emenda Constitucional poderá ser proposta pelo:

- a) Presidente da República.
- b) Presidente do Senado Federal.
- c) Presidente da República, exclusivamente.
- d) Presidente da República e do Senado.
- e) Presidente do Senado e da Câmara dos Deputados.

Gabarito:

- a) art. 60, II

18. Julgue os itens.

- a) Comissão do Senado Federal tem poder para convocar Ministro de Estado para comparecer, pessoalmente, para prestar informações, importando a ausência do convocado crime de responsabilidade.
- b) A transformação e extinção de cargos da Câmara dos Deputados não depende de lei, podendo ser veiculadas por resolução dessa Casa Legislativa, o mesmo não acontecendo com a fixação da remuneração respectiva.
- c) Os Ministros dos Tribunais Superiores têm a sua posse condicionada à aprovação do Senado Federal, por votação secreta de maioria relativa e após arguição em sessão pública, o mesmo acontecendo com os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em relação aos quais o quórum de aprovação, todavia, passa a ser de maioria absoluta.
- d) O montante da dívida mobiliária dos Municípios depende de limites e condições impostas, pelo Senado Federal, por resolução.

e) O julgamento, pelo Senado, por crime de responsabilidade, tem a condenação dependente de quórum de maioria absoluta.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Certa
- c) Errada – Esta questão se tornou falsa com a aprovação da EC 45/2004, que elevou o quorum de aprovação dos candidatos a membro do STJ e TST também para maioria absoluta, tal como ocorre no STF.
- d) Certa
- e) Errada - A maioria para a condenação é de 2/3 (art. 52, parágrafo único)

19. (ESAF/ASSIST. JURÍDICO/AGU/1999) Assinale a opção correta.

- a) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as Comissões Parlamentares de Inquérito podem determinar a quebra de sigilo bancário de eventuais indiciados.
- b) Comissão Parlamentar de Inquérito dispõe de poderes para decretar a prisão preventiva de eventual indiciado.
- c) A comissão representativa do Congresso Nacional que deve atuar no período de recesso dispõe de poderes para emendar a Constituição ou decretar a perda de mandato de parlamentares.
- d) Não se pode invocar sigilo profissional perante Comissão Parlamentar de Inquérito.
- e) Não se pode alegar o direito de permanecer calado perante Comissão Parlamentar de Inquérito.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Errada - A CPI não pode determinar prisões, exceto em flagrante delito.
- c) Errada - A comissão representativa só terá os poderes descritos no regimento comum.
- d) Errada - O sigilo profissional pode ser invocado perante a CPI.
- e) Errada - O direito de permanecer calado pode ser invocado perante CPI.

20. (CESPE/AG. POLÍCIA FEDERAL/1997) O poder de reforma jamais atingirá, portanto, a eminência representada pela ilimitação da atividade constituinte. Chamemo-lo um “poder constituinte constituído”, como faz Sánchez Agesta; “poder constituinte derivado”, conforme Garcia Pelayo; ou “poder constituinte instituído”, segundo Georges Burdeau; devemos encará-lo, nas palavras de Pontes de Miranda, como uma “atividade constituidora diferida” ou um “poder constituinte de segundo grau”.

Nelson de Souza Sampaio. O poder de reforma constitucional. Salvador, Progresso, p.42-3, 1954.

Com o auxílio do texto, julgue os itens que se seguem, relativos ao poder constituinte.

- a) Do ponto de vista do direito interno, considera-se o poder constituinte não-sujeito a qualquer limitação.
- b) Quanto ao poder constituinte derivado, este encontra limitações impostas pelo poder constituinte originário.
- c) Ao poder constituinte instituído, há limitações de ordens temporal, circunstancial e material.
- d) Na Constituição brasileira, as limitações à reforma constitucional conhecidas como cláusulas pétreas proíbem apenas emendas que extirpem, por inteiro, a forma federativa de Estado, a separação dos poderes e os direitos e garantias individuais.

e) Se uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que vise estabelecer a nomeação, pelo Presidente da República, dos governadores dos estados federados seguir as normas constitucionais e regimentais aplicáveis ao processo de tramitação das PECs, nenhum óbice jurídico haverá à sua promulgação e entrada em vigor.

Gabarito:

- a) Certa (obs. Atualmente, no Brasil, não existem limitações temporais. Porém, como a questão se refere a poder constituinte de uma forma geral, deve-se levar em conta o Direito Constitucional de uma forma ampla, e não limitado à Constituição de 1988)
- b) Certa
- c) Certa
- d) Errada - Em primeiro lugar a questão não abordou o voto, que também é cláusula pétrea. Em segundo lugar, mesmo que não extirpe por inteiro o direito, será contra cláusula pétrea a emenda que diminua o direito em seu núcleo básico (Precedentes do STF)
- e) Errada - Esta emenda estaria ferindo a cláusula pétrea referente à forma federativa do Estado.

Prática Geral III - Questões de (1 a 20)

1. (CESPE/PAPILOSCOPISTA/PF/1997) O poder constituinte

- a) originário está sujeito, juridicamente, a limitações oriundas das normas subsistentes da ordem constitucional anterior.
- b) derivado está sujeito, do ponto de vista do direito interno, a certas limitações, cuja observância pode ser aferida por meio do controle de constitucionalidade.
- c) instituído não pode produzir emenda constitucional na vigência de intervenção federal.
- d) derivado não pode abolir nenhum direito previsto na Constituição de 1988.
- e) originário condicionou a aprovação de emendas constitucionais a um determinado quórum especial e à sanção do Presidente da República; faltando um desses requisitos, a proposta de emenda não entrará em vigor.

Gabarito:

- a) Errada - o poder constituinte originário não tem limitações.
- b) Certa
- c) Certa
- d) Errada - O poder constituinte derivado só não pode extinguir os direitos e garantias individuais, e não qualquer direito.
- e) Errada - não existe sanção presidencial para emenda constitucional

2. (CESPE/AG. POLÍCIA FEDERAL/1997) Em relação ao Poder Executivo, na Constituição em vigor, julgue os itens a seguir.

- a) A eleição do Presidente da República dá-se pelo sistema proporcional.
- b) No Brasil, o Presidente da República é, simultaneamente, chefe de Estado e de Governo.
- c) Até a publicação do edital que rege o presente concurso público considera-se eleito o Presidente da República que, registrado por partido político, obtivesse maioria absoluta de votos, excluídos do cômputo os brancos e nulos.
- d) Até a publicação do edital que rege o presente concurso público, a eleição do Presidente da República ocorria, necessariamente, mediante dois turnos de votação.
- e) Entre as atribuições do Presidente da República está a de expedir decretos, os quais, no entanto, devem limitar-se a fiel execução das leis.

Gabarito:

- a) Errada - Não se aplica o sistema majoritário às eleições presidenciais.
- b) Certa
- c) Certa
- d) Errada - Não necessariamente haverão dois turnos de votação. Se alguém obtiver maioria absoluta dos votos válidos no primeiro turno, não haverá segundo turno.
- e) Certa

3. (CESPE/PAPILOSCOPISTA/PF/1997) Com relação ao Poder Executivo na Constituição vigente, julgue os itens seguintes.

- a) O mandato do Presidente da República é de quatro anos.
- b) Ocorrendo impedimento do Presidente da República, este será substituído pelo Vice-Presidente. Se o impedimento for de ambos, serão convocados, sucessivamente, ao exercício da Presidência, os presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do STF.
- c) Tanto no presidencialismo quanto no parlamentarismo, em se tratando de uma república, coincidem as pessoas do chefe de Estado e do chefe de governo.
- d) O Presidente da República, no Brasil, não tem funções próprias apenas do Poder Executivo.
- e) Compete ao Presidente da República sancionar e fazer publicar as leis. Apesar disso, existem certos atos legislativos do Congresso Nacional que prescindem da sanção presidencial.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Certa
- c) Errada - No parlamentarismo os papéis de Chefe de Estado e de Chefe de Governo são exercidos por pessoas diferentes.
- d) Certa
- e) Certa

4. (CESPE/PROCURADOR INSS/1999) Em relação ao Poder Executivo brasileiro, julgue os itens abaixo.

- a) Compete ao Presidente da República a nomeação dos ministros de Estado, a qual, em certas situações, se condiciona à aprovação do Conselho da República.
- b) No exercício do poder regulamentar, o Presidente da República pode aprovar regulamentos e baixar decretos para a execução da lei e da Constituição, sendo válida a expedição de normas que disciplinem por inteiro as disposições constitucionais enquanto não sobrevier lei, complementar ou ordinária, que as regule.
- c) Apesar das recentes alterações no capítulo constitucional pertinente ao Presidente da República, o sistema constitucional brasileiro continua a não admitir candidaturas autônomas nem avulsas para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República.
- d) Considere a seguinte situação hipotética: Lucas, Mateus e Jonas são candidatos à presidência da República. No fim da apuração dos votos do primeiro turno de votação, os dois primeiros resultaram os mais votados, mas nenhum deles logrou reunir os votos necessários à eleição desde logo. Antes da segunda votação, Lucas veio a falecer. Nessa situação, deve realizar-se segundo turno, para o qual Jonas deve ser convocado a disputar o cargo com Mateus.
- e) Considere a seguinte situação hipotética: Juvenal é o Presidente da República e Anfilóbio, o Vice-Presidente, eleitos para mandato de quatro anos, no período de 1º de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2006. Dois meses após a posse, Juvenal e Anfilóbio falecem devido a contaminação por um vírus mutante desconhecido. Convocam-se novas eleições e são eleitos Gilvan e Artaxerxes para os cargos em questão, vindo estes a tomar posse em

1o de maio de 2003. Nessas condições, de conformidade com as normas constitucionais hoje vigentes, o mandato dos novos eleitos findará em 31 de dezembro de 2006.

Gabarito:

- a) Errada - Não é necessária a aprovação do Conselho da República para a nomeação de Ministros de Estado.
- b) Errada - Não é possível que o Presidente da República expeça decretos que regulem por inteiro determinadas matérias. Isso seria o decreto autônomo, figura não aceita pelo direito constitucional pátrio.
- c) Certa
- d) Certa
- e) Certa

5. Assinale as questões como certas (C) ou erradas (E).

- a) O sistema eleitoral brasileiro, para o cargo de Presidente da República, impõe a realização de dois turnos de votação.
- b) Há hipótese de eleição indireta para o cargo de Presidente da República no sistema constitucional brasileiro.
- c) O envio dos projetos de lei orçamentária anual, do plurianual e do projeto de lei de diretrizes orçamentárias é competência privativa do Presidente da República, no âmbito da União.
- d) Todo e qualquer cargo público federal pode ser extinto pelo Presidente da República, na forma da lei.

Gabarito:

- a) Errada - Se houver maioria absoluta dos votos válidos no primeiro turno, não será preciso o segundo turno de votação para Presidente da República.
- b) Certa
- c) Certa
- d) Errada - Nem todos os cargos públicos federais podem ser extintos pelo Presidente da República. Os cargos do Poder Judiciário, por exemplo, só podem ser extintos por iniciativa dos Tribunais Superiores, do STF ou dos TJ's.

6. Julgue os itens.

- a) Todos os atos do Presidente da República contra a Constituição são crimes de responsabilidade.
- b) A suspensão do Presidente da República de suas funções, a qual tem prazo máximo determinado, depende, no caso de crime de responsabilidade, da formulação da acusação contra aquela autoridade perante o Senado ou o Supremo Tribunal Federal, conforme o caso.
- c) O cargo de Ministro de Estado é privativo de brasileiro nato.
- d) Os Ministros da Justiça e do Planejamento têm lugar tanto no Conselho da República quanto no Conselho de Defesa Nacional, mas os seis cidadãos brasileiros natos, maiores de 35 anos, somente compõem o Conselho da República, no qual têm mandato de três anos.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Errada - Crime de responsabilidade cometido pelo Presidente da República não são julgados pelo STF.
- c) Errada - O cargo de Ministro de Estado não é privativo de brasileiro nato, somente o de Ministro de Estado da Defesa.
- d) Errada - O Ministro do Planejamento só tem assento no Conselho da Defesa Nacional.

7. (CESPE/AFCE/TCU/1996) Julgue os itens seguintes, relativos às atribuições constitucionais do Poder Judiciário.

- a) A Constituição Federal estabelece, como regra, a irrecorribilidade das decisões do Tribunal Superior Eleitoral. Somente cabe recurso, para outro Tribunal, das decisões daquela Corte denegatórias de habeas corpus ou de mandado de segurança e das que contrariem a Constituição.
- b) A sentença estrangeira, homologada pelo Supremo Tribunal Federal, será executada pela primeira instância da Justiça Estadual do domicílio do réu-executado.
- c) Nos termos da Constituição, a atribuição de processar e julgar, originariamente, todos os mandados de injunção é privativa do Supremo Tribunal Federal, haja vista a incumbência desse órgão de conhecer as impugnações diretas contra atos e omissões do Congresso Nacional ou de suas Casas.
- d) Os órgãos da Justiça Federal são os Tribunais Regionais Federais, os Juízes Federais e os Juízes Estaduais - estes, nas demandas entre segurado e instituição federal de previdência social, sempre que a comarca não seja sede de Juízo Federal.
- e) As ações rescisórias nem sempre são julgadas pelo órgão prolator da decisão transitada em julgado.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Errada - Quem executa a sentença homologada é a Justiça Federal. Ademais, com o advento da EC 45/2004, a homologação de sentença estrangeira passou a constituir papel do STJ.
- c) Errada - nem todos os mandados de injunção são julgados pela Suprema Corte, apenas aqueles descritos no art. 102, I, q.
- d) Errada - Os juízes estaduais não são órgãos da justiça federal. Excepcionalmente podem exercer as competências daqueles, mas não integrarão o ramo: Justiça Federal.
- e) Certa

8. (CESPE/AFCE/TCU/1995) No sistema de controle de constitucionalidade das leis no Brasil,

- a) só se procede a controle por órgãos do Poder Judiciário.
- b) somente o Supremo Tribunal Federal se pronuncia in abstracto sobre a constitucionalidade de uma lei.
- c) o Senado Federal suspende a execução apenas das leis declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal em controle difuso.
- d) há um rol constitucional com vários legitimados para propositura de ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, não se permitindo a todos esses, contudo, o questionamento de qualquer diploma legislativo federal ou estadual.
- e) não é possível, em sede de mandado de segurança, formulação de juízo sobre inconstitucionalidade de lei.

Gabarito:

- a) Errada - O Poder Executivo e o Poder Legislativo também exercem controle de constitucionalidade.
- b) Errada - Os Tribunais de Justiça dos Estados também fazem este tipo de pronunciamento.
- c) Certa
- d) Certa
- e) Errada - É possível o controle difuso da constitucionalidade de leis em mandado de segurança.

9. (CESPE/BACEN/1997) A análise dos sistemas jurídicos demonstra que a lei é, de modo geral, considerada como ato cuja elaboração constitui monopólio do Poder Legislativo, salvo no sistema jurídico muçulmano, dominado pela concepção teocrática do poder, e no sistema jurídico africano, em que as manifestações cíclicas do poder individualizado promovem a substituição da vontade do órgão legislativo pela vontade do ditador. O Poder Legislativo é a sede da lei formal e da lei material. No primeiro caso, para identificar a fonte da lei no Parlamento e, no segundo, para indicar o conteúdo da lei, como fazem os ordenamentos constitucionais, a exemplo do brasileiro, que discriminam na Constituição a matéria, vale dizer, o conteúdo da lei.

**Raul Machado Horta. Estudos de direito constitucional.
Belo Horizonte, Del Rey, 1995 (com adaptações).**

De acordo com o texto e com as normas constitucionais aplicáveis ao Poder Legislativo, julgue os itens seguintes.

- a) No Brasil, o Poder Legislativo é organizado bicameralmente.
- b) Desde que obedecidas, quanto ao aspecto procedimental, as normas constitucionais e regimentais que disciplinam, no processo legislativo, a tramitação de um anteprojeto de lei, o Poder Legislativo federal pode editar lei ordinária acerca de qualquer matéria.
- c) Segundo a concepção teórica da estrutura do Poder Legislativo federal, a Câmara dos Deputados representa o povo e o Senado Federal, os estados componentes da Federação e o Distrito Federal - assim, todos eles, independentemente de população, têm o mesmo número de representantes no Senado.
- d) Embora a produção de normas gerais seja função precípua do Poder Legislativo e não do Poder Executivo nem do Poder Judiciário, existem matérias que só podem ser reguladas por lei de iniciativa do Presidente da República.
- e) Além das funções tipicamente legislativas e das investigações conduzidas pelas comissões parlamentares de inquérito, cabem ao Poder Legislativo outras atribuições, como fiscalização e controle - inclusive por meio do Tribunal de Contas da União (TCU).

Gabarito:

- a) Certa
- b) Errada - Nem toda matéria pode ser editada via lei ordinário. Vide, por exemplo, as matérias reservadas a lei complementar).
- c) Certa
- d) Certa
- e) Certa

10. (CESPE/FISCAL/INSS/1998) Acerca do Poder Judiciário e das funções essenciais à Justiça, julgue os seguintes itens.

- a) Um cidadão de cinquenta e cinco anos, de reputação ilibada, respeitado professor de Direito, que nunca exerceu a advocacia nem se inscreveu na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), não preenche os requisitos pessoais para ser nomeado Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas preenche os requisitos pessoais para ser indicado Ministro do STF.
- b) Os membros do Ministério Público são subordinados hierarquicamente aos Juízes perante os quais atuam.
- c) Cabe ao STJ julgar, em recurso especial, as causas decididas em única instância pelos Tribunais Regionais Federais, quando a decisão recorrida contrariar lei federal.
- d) O Procurador-Geral da República é a autoridade máxima dos Ministérios Públicos da União e dos Estados.

e) Considere a seguinte situação: Um segurado do INSS ajuizou ação contra essa autarquia em comarca do interior do seu Estado, que não é sede de vara de juízo federal. A demanda tinha expressivo valor econômico e a sua especial importância recomendou rápida solução para o litígio. O INSS não possuía procuradores lotados naquela cidade. Nessas condições, agiu corretamente o juiz, ao nomear o promotor de justiça do local para, em caráter excepcional, atuar como representante judicial da autarquia no caso, e apenas na primeira instância.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Errada - O Ministério público age de forma independente, não se sujeitando aos juízos perante os quais oficiem.
- c) Certa – Esta questão, se formulada após a EC 45/2004, deveria ser anulada, já que agora compete ao STF julgar em recurso extraordinário as causas em que se julgue válida lei local contestada em face de lei federal.
- d) Errada - O Procurador-Geral da República não é a autoridade máxima do Ministério Público dos Estados.
- e) Errada - Não é possível o exercício da função de Ministério Público por pessoa que não seja membro dessa instituição. Proíbe-se, portanto, a figura do promotor “ad hoc”.

11. (CESPE/FISCAL/INSS/1997) Julgue os itens seguintes.

- a) Os imóveis públicos urbanos não são usucapíveis.
- b) O Tribunal de Contas da União pertence à estrutura do Judiciário.
- c) Em regra, as deliberações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal são tomadas por maioria simples, presente à sessão a maioria absoluta dos seus membros.
- d) Tendo em vista que, nos contratos licitados, existe equilíbrio econômico-financeiro entre o preço pago pela administração pública e o serviço prestado pelo particular, a regularidade fiscal em relação ao INSS não constitui condição para licitar.
- e) Os incentivos fiscais não podem ser concedidos às empresas devedoras de contribuições previdenciárias.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Errada - Os Tribunais de Contas pertencem à estrutura do Poder Legislativo.
- c) Certa
- d) Errada - A regularidade fiscal junto ao INSS é condição para licitar.
- e) Certa

12. (CESPE/PROCURADOR/INSS/1996) Com relação ao controle de constitucionalidade no Direito Brasileiro, julgue os itens abaixo.

- a) Os dispositivos da lei orgânica de um município podem ser questionados, mediante ação direta de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal.
- b) O Supremo Tribunal Federal deve pronunciar-se acerca da constitucionalidade de projeto de lei, sempre que provocado por alguma das Casas Legislativas.
- c) Os decretos do Presidente da República podem ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.
- d) O controle de constitucionalidade é exercido, de forma incidente, em todos os níveis de jurisdição. Todavia, embora o Juiz de primeiro grau possa, por si só, afastar a aplicação de uma lei que considere inconstitucional, os tribunais somente poderão declarar a inconstitucionalidade da mesma lei pelo voto da maioria absoluta de seus membros - ou do respectivo órgão especial.

e) Todas as decisões terminativas e definitivas do Supremo Tribunal Federal, em sede de ação declaratória de constituição, produzem eficácia erga omnes e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário.

Gabarito:

- a) Errado
- b) Errado
- c) Certo
- d) Certo
- e) Errado

13. (CESPE/PROCURADOR/INSS/1997) Acerca do controle de constitucionalidade das leis, julgue os itens abaixo.

- a) No direito brasileiro, somente o STF e os Tribunais de Justiça dos Estados têm competência originária para processar e julgar ações diretas de inconstitucionalidade.
- b) O Presidente da República exerce, no Brasil, controle preventivo da constitucionalidade das leis.
- c) No controle da constitucionalidade das leis pela via da exceção, a decisão só aproveita ao interessado que provocou o pronunciamento do órgão jurisdicional. O ato ou a lei permanecem válidos, portanto, no que se refere à sua força obrigatória com relação a terceiros.
- d) O pronunciamento da constitucionalidade de uma lei, pelo STF, com efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário, não ocorre em sede de habeas corpus, mandado de segurança ou ação ordinária - seja em decisão originária, seja em decisão recursal.
- e) O controle da constitucionalidade das leis pressupõe a existência de uma constituição plástica.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Certa
- c) Certa
- d) Certa
- e) Errada – Uma constituição plástica significa uma constituição flexível. O controle de constitucionalidade exige uma constituição rígida ou semi-rígida, já que é necessário que se tenha um parâmetro de comparação que não seja facilmente alterável, contra o qual será contraposta a norma. O que ocorre é mais ou menos o seguinte: imagine que você quer medir uma parede com uma régua que muda de tamanho constantemente. Essa é uma tarefa impossível, já que nunca saberemos o quanto mede a parede. Da mesma forma, se uma Constituição pode ser alterada por procedimento legislativo (constituição flexível), nunca teremos um paradigma imutável para declarar uma lei se a lei se ajusta ou não a uma norma maior, a Constituição.

14. (CESPE/ANALISTA JUDICIÁRIO STJ/1999) Recentemente, foi publicada na imprensa oficial a seguinte notícia de julgamento:

“O Tribunal, por votação majoritária, deferiu, em parte, o pedido de medida cautelar, para suspender, com eficácia ex nunc e com efeito vinculante, até final julgamento da ação, a prolação de qualquer decisão sobre pedido de tutela antecipada, contra a Fazenda Pública, que tenha por pressuposto a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade do art. 1º da Lei no 9.494, de 10.09.1997, sustando, ainda, com a mesma eficácia, os efeitos futuros dessas decisões antecipatórias de tutela já proferidas contra a Fazenda Pública (...)”

Considerando o texto transcrito, assinale a opção correta.

- a) A lei referida no texto versa sobre matéria de interesse da fazenda pública. Logo, qualquer um dos TRF's poderia, em tese, proferir a decisão de idêntico teor, no exercício do controle difuso da constitucionalidade das leis.
- b) A decisão em questão deverá ser reformada pela instância superior, já que a instância prolatora atribuiu efeito vinculante à decisão - o que só será admitido no ordenamento jurídico brasileiro se for aprovado projeto de emenda constitucional que discipline reforma do Poder Judiciário.
- c) O tribunal prolator agiu no exercício do controle concentrado da constitucionalidade das leis. Logo, a decisão notificada pode ter sido proferida pelo STJ.
- d) O ordenamento jurídico brasileiro admite que qualquer órgão do Poder Judiciário, singular ou coletivo, pronuncie-se acerca da constitucionalidade das leis subjacentes às demandas postas a julgamento. Todavia, somente um, entre os órgãos da estrutura judiciária brasileira, tem competência para proferir decisão com o alcance definido na notícia.

Gabarito:

- a) Errada - O TRF não poderia proferir decisão com efeito vinculante.
- b) Errada - Já houve emenda constitucional que inseriu o efeito vinculante das decisões em nosso ordenamento jurídico.
- c) Errada - O STJ não faz controle concentrado de constitucionalidade de leis, apenas o difuso.
- d) Certa

15. (CESPE/ANALISTA JUDICIÁRIO STM/1999) Ao Poder Judiciário incumbe o controle de constitucionalidade das leis. Acerca desse assunto, julgue os itens a seguir.

- a) O STF somente declara a constitucionalidade no âmbito do controle concentrado. O controle difuso é realizado pelos juízes e demais tribunais.
- b) O STF não conhece ação direta de inconstitucionalidade quando, para concluir pela violação de norma constitucional, é necessário o prévio confronto entre o dispositivo legal impugnado e outras normas jurídicas infraconstitucionais.
- c) A ação declaratória de constitucionalidade, de competência do STF, tem por objeto lei ou ato normativo federal ou estadual.
- d) O STF somente admite liminares - e com eficácia ex nunc - em ações visando declarar a inconstitucionalidade; nas ações declaratórias de constitucionalidade, elas são inadmissíveis.
- e) No controle concreto, não há óbice à declaração de inconstitucionalidade incidental que tenha como parâmetro norma constitucional revogada.

Gabarito:

- a) Errada - falso, pois o STF também exerce controle difuso.
- b) Certa
- c) Errada - falso, pois não se inclui no rol ato normativo ou lei estadual.
- d) Errada - falso, já que é permitida a concessão de liminar em ação declaratória de constitucionalidade.
- e) Certa

16. Julgue os itens.

- a) O recurso extraordinário somente é julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) O recurso especial não pode, em nenhuma hipótese, debater matéria constitucional federal, e seu julgamento é exclusivo do Superior Tribunal de Justiça.

- c) O Poder Judiciário tem estrutura própria em cada Estado, no Distrito Federal e nos Territórios Federais.
- d) Não existe Poder Judiciário do Distrito Federal, e, sim, Poder Judiciário Federal no Distrito Federal.
- e) É competência privativa do Supremo Tribunal Federal elaborar a lei complementar que vai dispor sobre o Estatuto da Magistratura.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Errada - O recurso especial pode julgar matéria constitucional federal se o fizer em controle difuso.
- c) Errada - Nem sempre os territórios terão órgãos judiciários próprios. Somente o terão aqueles com mais de cem mil habitantes. Além disso, a estrutura judiciária do DF pertence à União.
- d) Errada - Obs: o item 4 trata de tema ainda hoje muito polêmico.
- e) Certa

17. Julgue os itens.

- a) A magistratura estadual será regida por lei complementar elaborada em cada Estado, cujo projeto é de iniciativa privativa dos respectivos Tribunais de Justiça.
- b) O ingresso na carreira de juiz se faz pelo cargo de juiz substituto e após aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos.
- c) A participação da Ordem dos Advogados do Brasil no concurso para magistratura deve ocorrer em todas as fases e é obrigatória.
- d) Os concursos para a magistratura deverão, se para provimento de cargo no segundo grau (Tribunais), ser exclusivamente de provas e títulos.
- e) A inscrição em concurso público para o cargo de desembargador exige do candidato pelo menos cinco anos de militância como juiz de primeiro grau.

Gabarito:

- a) Errada - A magistratura estadual também estará sujeita à LOMAN - Lei Orgânica da Magistratura Nacional, que é uma lei complementar federal.
- b) Errada - Não é possível o ingresso na carreira de juiz por concurso de provas.
- c) Certa
- d) Errada - Não há concurso para ingresso nos cargos de juiz de segundo grau.
- e) Errada - Não existe concurso para o cargo de desembargador.

18. Julgue os itens.

- a) o juiz figurar em três listas de promoção consecutivas, como, por exemplo, por antigüidade, por merecimento e por antigüidade, a promoção será obrigatória.
- b) A promoção é feita por grupos de juízes de entrância superior à da origem do juiz a ser promovido.
- c) A promoção por merecimento exige do candidato que tenha pelo menos dois anos de exercício na entrância em que se encontre e que integre o quinto mais antigo dos juízes daquela entrância, sem o que não poderá haver tal promoção.
- d) A rapidez com que o juiz decide as causas e a segurança na prestação jurisdicional são critérios que serão considerados tanto na promoção por merecimento quanto na por antigüidade.
- e) O Tribunal de Justiça, na promoção de juiz por antigüidade, não poderá recusar a promoção do juiz mais antigo.

Gabarito:

- a) Errada - Somente há a promoção obrigatória daquele que figure três vezes consecutivas na lista de merecimento.
- b) Errada - A promoção é decidida pelo Tribunal.
- c) Errada - Mesmo que não tenha esses requisitos poderá haver tal promoção se não houver, na respectiva entrância, quem preencha tais requisitos.
- d) Errada - Esses são critérios levados em conta apenas na promoção por merecimento. Esta questão ficou prejudicada, pois a EC 45/2004 não permite mais a promoção do juiz que possua processos conclusos sem o devido despacho ou decisão, o que leva a crer que a rapidez na prestação jurisdicional é agora um requisito genérico.
- e) Errada - Poderá haver essa recusa pelo voto de 2/3 dos membros do Tribunal.

19. Assinale as questões como certas (C) ou erradas (E).

- a) A promoção de juiz estadual para o Tribunal de Justiça será sempre feita da última entrância.
- b) A frequência a cursos de preparação de magistrados não pode ser considerada para fins de ingresso na carreira da magistratura, mas, apenas, para promoção nela.
- c) Os subsídios dos membros dos Tribunais Regionais não poderão ser superiores a 95% do subsídio mensal de Ministro de Tribunal Superior.
- d) Os subsídios dos membros do Judiciário serão pagos em parcela única.
- e) O juiz aposenta-se com proventos integrais aos trinta anos de serviço, desde que conte pelo menos cinco anos de efetivo exercício da função de juiz.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Errada - A frequência a tais cursos pode ser contada como título na prova de ingresso na carreira de juiz. Ademais, a participação em tais cursos, após a EC 45/2004, passou a configurar como requisito para o vitaliciamento.
- c) Certa
- d) Certa
- e) Errada - Não existe mais a aposentadoria especial para os juízes. Agora as regras de aposentadoria dos magistrados é a mesma dos servidores públicos federais.

20. Assinale as questões como certas (C) ou erradas (E).

- a) A pensão por morte de juiz será igual à totalidade dos proventos ou dos subsídios, conforme o falecimento ocorra após ou antes da aposentadoria.
- b) O juiz é absolutamente inamovível.
- c) Todos os julgamentos do Poder Judiciário serão públicos.
- d) Todas as decisões judiciais precisam, necessária e obrigatoriamente, ser fundamentadas.
- e) Todas as decisões administrativas deverão ser motivadas e dependem do voto da maioria absoluta dos membros dos Tribunais.

Gabarito:

- a) Errada - O juiz, mesmo depois de aposentado, recebe subsídios, dado que seu cargo é vitalício.
- b) Errada - O magistrado pode ser removido por interesse público, desde que a maioria absoluta do Tribunal assim entenda.
- c) Errada - A publicidade dos julgamentos pode ser restrita aos advogados e partes ou apenas aos advogados.
- d) Certa
- e) Errada - Somente as decisões disciplinares precisam do quorum de maioria absoluta.

Prática Geral IV - Questões de (1 a 20)

1. Julgue os itens.

- a) Um tribunal com 25 membros poderá constituir órgão especial.
- b) A constituição de órgão especial é faculdade aberta pela Constituição a qualquer tribunal.
- c) O órgão especial tem competência para decidir matéria constitucional federal.
- d) Exceto as competências administrativas, o órgão especial exerce todas as atribuições judicantes do Tribunal Pleno.
- e) Os membros do Ministério Público da União têm direito constitucional a integrar os Tribunais Regionais Federais, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e os Tribunais de Justiça dos Estados na quantidade de vagas a eles reservada pela regra do quinto constitucional.

Gabarito:

- a) Errada - Somente os tribunais com número superior a 25 membros poderá constituir um órgão especial.
- b) Errada - Nem todo tribunal pode constituir órgão especial, somente aqueles que podem ter mais de 25 membros.
- c) Certa
- d) Errada - As atribuições administrativas do pleno também são delegáveis a um órgão especial.
- e) Errada - Os membros do MPU não têm acesso aos cargos reservados pelo quinto constitucional nos Tribunais de Justiça dos Estados.

2. Julgue os itens.

- a) Em um Tribunal de Justiça com cinquenta desembargadores, o número de vagas reservado aos membros do Ministério Público da União é cinco.
- b) O Presidente da República escolherá, em lista sêxtupla, o nome do membro do Ministério Público que irá compor o Tribunal Regional Federal na vaga reservada ao parquet pelo quinto constitucional.
- c) A competência constitucional para escolher o membro do Ministério Público ou da advocacia para prover vaga em tribunal reservada ao quinto constitucional é do Presidente da República.

- d) Os nomes escolhidos pelo Presidente da República, dentro da regra do quinto constitucional, para integrar os Tribunais, serão, antes de empossados, argüidos e votados pelo Senado Federal.
- e) O prazo para a escolha de membro da advocacia, com mais de dez anos de carreira como advogado, pelo Governador de Estado, para integrar Tribunal de Justiça dentro das vagas reservadas ao quinto, é de até vinte dias.

Gabarito:

- a) Errada - Obs: O item 1 só é verdadeiro se esse Tribunal de Justiça for o TJDF, pois é o único que é formado por membros do MPU.
- b) Errada - A lista é tríplice.
- c) Errada - A competência é do chefe do executivo, não necessariamente o Presidente da República.
- d) Errada - Não há necessidade de haver essa votação no Senado.
- e) Certa

3. Assinale as questões como certas (C) ou erradas (E).

- a) O juiz adquire a vitaliciedade no cargo com a posse.
- b) O juiz adquire a vitaliciedade no cargo após três anos de exercício, prazo correspondente ao estágio probatório segundo a reforma administrativa da Emenda 19.
- c) Juiz somente perde esse cargo, com qualquer tempo de atividade, por sentença judicial transitada em julgado.
- d) O subsídio de juiz é irredutível.
- e) Juiz não pode exercer qualquer outro cargo ou função pública, mesmo que em disponibilidade.

Gabarito:

- a) Errada - A vitaliciedade só é adquirida após dois anos de exercício. Além disso, a EC 45/2004 inseriu um novo requisito para o vitaliciamento, que é a participação em curso oficial ou reconhecido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.
- b) Errada - O prazo para vitaliciedade do juiz não passou para três anos, continua de dois anos mesmo após a reforma administrativa.
- c) Errada - Antes da vitaliciedade o juiz pode perder o cargo mediante deliberação do tribunal a que estiver vinculado.
- d) Certa
- e) Errada - O juiz pode exercer o cargo de magistério.

4. Julgue os itens.

- a) A elaboração dos regimentos internos dos Tribunais é competência própria, mas o projeto de regimento deverá ser encaminhado ao Poder Legislativo correspondente, para sua conversão em lei.
- b) Os tribunais têm competência para organizar os serviços auxiliares dos juízos que lhes estiverem vinculados.
- c) Os tribunais têm competência para criar, por ato próprio, novas varas judiciárias.
- d) A alteração do número de membros de Tribunal Regional Eleitoral é matéria de lei a ser elaborada pelo Congresso Nacional, cujo projeto somente pode ser oferecido ao Legislativo pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- e) Membros do Ministério Público Estadual serão processados e julgados, nos crimes comuns e de responsabilidade, pelo Tribunal de Justiça do Estado, no primeiro caso, e pelo Superior Tribunal de Justiça, no segundo.

Gabarito:

- a) Errada - O regimento interno dos tribunais não depende de aprovação legislativa.
- b) Certa
- c) Errada - A criação de novas varas depende de lei.
- d) Certa
- e) Errada - Tais membros sempre são julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado.

5. Julgue os itens.

- a) Os tribunais podem prover os cargos necessários à administração da Justiça, devendo preceder o provimento por concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto para os cargos em comissão.
- b) Os Tribunais Superiores têm competência para extinguir tribunais inferiores.
- c) Os juizados especiais são estruturas específicas da Justiça Estadual e têm competência para a conciliação de causas cíveis e criminais.
- d) Os Tribunais têm competência para elaborar os próprios orçamentos.
- e) Os julgamentos das decisões dos juízes que funcionam nos juizados especiais não admite recurso.

Gabarito:

- a) Certa



- b) Errada - A extinção de tribunais inferiores depende de lei cuja iniciativa é do Tribunal Superior.
- c) Errada - Os juizados especiais não são estruturas privativas da Justiça Estadual.
- d) Errada - Os Tribunais só propõem seus orçamentos, que serão aprovados ou não pelo Legislativo.
- e) Errada - Dessas decisões é cabível recurso para as turmas recursais.

6. Julgue os itens.

- a) Os juizados especiais podem ser ocupados por juízes togados, leigos ou togados e leigos.
- b) Todos os créditos devidos pela Fazenda Pública são pagos através de precatórios.
- c) Os créditos de natureza alimentícia, dependendo do seu valor, poderão ser pagos por precatórios.
- d) Todos os membros do Supremo Tribunal Federal precisam ser brasileiros natos.
- e) Todos os membros do Superior Tribunal de Justiça precisam ser brasileiros natos.

Gabarito:

- a) Errada - Não há a figura do juiz leigo nos juizados especiais.
- b) Errada - Os créditos de pequeno valor prescindem de pagamento via precatório.
- c) Certa
- d) Certa
- e) Errada - Os membros do Superior Tribunal de Justiça podem ser brasileiros naturalizados

7. Assinale as questões como certas (C) ou erradas (E).

- a) Ministro do Supremo Tribunal Federal precisa ser formado em Direito e ter mais de 35 e menos de 65 anos.
- b) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, e os juízes dos Tribunais Regionais Federais, são nomeados pelo Presidente da República após aprovação do nome pelo Senado Federal.
- c) Somente o STF julga causas em que se discuta a constitucionalidade ou não de uma lei em relação à Constituição Federal.
- d) Ministro de Estado será processado e julgado pelo Supremo Tribunal Federal nos crimes comuns e de responsabilidade.
- e) Por crime comum, Ministro do Supremo Tribunal Federal é julgado pelo próprio STF.

Gabarito:

- a) Errada - Ministro do Supremo Tribunal Federal não precisa ser formado em Direito.
- b) Errada - Os juízes do TRF não precisam de aprovação do Senado Federal.
- c) Errada - Qualquer juiz pode julgar tais causas, desde que a inconstitucionalidade não seja o próprio mérito da causa, o que significa dizer que a inconstitucionalidade é, no caso, questão incidental. Esse é o chamado controle difuso.
- d) Certa
- e) Certa

8. Assinale as questões como certas (C) ou erradas (E).

- a) Litígio entre uma organização internacional, de um lado, e a União, um Estado brasileiro, um Município ou o Distrito Federal, de outro, são processados e julgados pelo STF.
- b) Um processo entre dois Estados brasileiros será julgado pelo STF em recurso ordinário.
- c) A execução de carta rogatória e a extradição são matérias sob competência originária do STF.
- d) O crime político será julgado, originariamente, pelo STF.
- e) O STF e o STJ têm competência para julgar as revisões criminais e ações rescisórias de seus próprios julgados.

Gabarito:

- a) Errada - Causas que envolvam organismo internacional e município são julgadas pela Justiça Federal.
- b) Errada - Esta competência é originária do Supremo Tribunal Federal.
- c) Errada - A execução de carta rogatória é de competência da Justiça Federal.
- d) Errada - O crime político é julgado pela Justiça Federal, somente em recurso ordinário irá ao Supremo Tribunal Federal.
- e) Certa

9. Julgue os itens.

- a) Conflito de competência entre tribunais será processado e julgado pelo STJ.
- b) O mandado de injunção é ação cujo julgamento cabe ao STF.
- c) O recurso extraordinário somente pode veicular matéria constitucional federal, e seu julgamento compete exclusiva e originariamente ao Supremo Tribunal Federal.
- d) O Procurador-Geral da República deve ser previamente ouvido em todos os processos de competência do STF.

e) Os membros do Ministério Público da União têm direito constitucional a uma quantidade de vagas no Superior Tribunal de Justiça.

Gabarito:

- a) Errada - Se esse tribunal for superior, quem julga é o Supremo Tribunal Federal, por exemplo.
- b) Errada - Não é só o STF que julga mandado de injunção.
- c) Errada - A competência para julgamento de recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal não é originária.
- d) Certa
- e) Certa

10. Julgue os itens.

- a) Ministros do STF e do STJ dependem, para serem nomeados, de aprovação do Senado Federal por maioria absoluta.
- b) Desembargadores de Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, juízes dos Tribunais Regionais Federais e membros do Ministério Público da União serão processados e julgados pelo STJ tanto nos crimes comuns quanto nos de responsabilidade.
- c) Conflito de competência entre juízes será processado e julgado pelo STJ.
- d) Causas entre Estado estrangeiro e Município serão processadas e julgadas originariamente pelo STJ.
- e) O recurso especial é instrumento recursal adequado para levar matéria constitucional a decisão do STF ou matéria de legislação federal a decisão do STJ.

Gabarito:

- a) Certa – (Obs. Antes da EC 45/20004, essa questão estaria errada, já que a escolha de Ministro do STJ dependia somente de aprovação por maioria relativa para nomeação.
- b) Errada - Os membros do MPU só são julgados no STJ quando oficiam em tribunais.
- c) Errada - Tal conflito é processado e julgado no próprio tribunal ao qual tais juízes são vinculados.
- d) Errada - Esta causa não é julgada no STJ de forma originária, mas sim em competência recursal ordinária.
- e) Errada - O recurso especial não leva questão ao Supremo Tribunal Federal.

11. Julgue os itens.

- a) A composição constitucional dos TRFs é de sete juízes.
- b) A nomeação de ministro de Tribunal Regional Federal é competência do Presidente da República, dentre brasileiros natos maiores de 35 anos residentes na região.
- c) Os membros do Ministério Público da União têm direito a compor um quinto das vagas no TRF.
- d) TRF tem competência para decidir conflito de competência entre juízes federais.
- e) TRF tem competência para decidir recurso de decisão de qualquer juiz federal.

Gabarito:

- a) Errada - A composição é de sete juízes, no mínimo.
- b) Errada - Não é necessário que seja brasileiro nato e pode residir em outra região.
- c) Errada - Um quinto das vagas será dividido entre tais membros e advogados.
- d) Certa
- e) Errada - O TRF só julga os recursos dos juízes a ele vinculados.

12. Julgue os itens.

- a) Juiz federal tem competência originária para processar e julgar crime político.
- b) Todas as infrações penais praticadas contra interesse da União serão processadas e julgadas pela Justiça Federal de primeiro grau, com recurso para o STJ.
- c) Causas referentes à nacionalidade são competência do STF, ao ingresso irregular de estrangeiros ao STJ e aos direitos indígenas aos Juízes Federais.
- d) As causas em que a União for autora ou ré deverão ser aforadas no Distrito Federal.
- e) Juiz estadual tem competência para processar e julgar causa de competência de juiz federal.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Errada - O recurso contra tais decisões será para o TRF.
- c) Errada - Todas essas causas são de competência da Justiça Federal.
- d) Errada - Elas também poderão ser ajuizadas no domicílio do réu, no local em que esteja situada a coisa ou onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda.
- e) Certa

13. Julgue os itens.

- a) Haverá pelo menos uma seção judiciária em cada Estado e no DF.

- b) Qualquer Estado poderá criar Conselho de Justiça ou Tribunal de Justiça Militar.
- c) União, Estados e DF instituirão regime jurídico único para seus servidores, cujos vencimentos poderão variar de acordo com a natureza e a complexidade dos cargos.
- d) União, Estados, Distrito Federal e Municípios manterão escolas de governo, sendo que a participação nos cursos por elas ministrados será utilizado para atribuição de pontos, como título, em concurso público.
- e) Lei federal deverá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos.

Gabarito:

- a) Errada - Os Estados não contêm seções judiciárias, eles constituem seções judiciárias.
- b) Errada - Somente os Estados que tenham um efetivo militar maior do que 20 mil integrantes poderão constituir Tribunal de Justiça Militar.
- c) Errada - Estes entes não instituirão um regime jurídico único, terão regimes jurídicos próprios.
- d) Errada - A participação em tais cursos será obrigatória para a promoção na carreira, não para concessão de pontos em provas de títulos.
- e) Errada - Em primeiro lugar a lei é facultativa, e, em segundo lugar, poderá ser da União (federal), dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

14. (Magistratura Federal/ 1999- com alterações) Julgue os itens:

- a) Supremo Tribunal Federal não tem competência para julgar ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal em confronto com a Constituição Federal.
- b) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente o litígio entre Estado Estrangeiro ou Organismo Internacional e município ou pessoa domiciliada ou residente no País.
- c) A competência do Supremo Tribunal Federal para julgar os crimes praticados por membros de outros Poderes não alcança infrações de natureza infraconstitucional.
- d) A jurisdição constitucional é privativa do Supremo Tribunal Federal.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Errada - Uma causa dessa natureza seria julgada pela Justiça Federal
- c) Errada - A competência originária para julgar crimes de autoridades é plena, não se limitando à esfera constitucional.

d) Errada - Todo juiz pode exercer a jurisdição constitucional em sede de controle difuso.

15. (Magistratura Federal/2001) Assinalar a alternativa correta.

- a) Uma emenda constitucional, porque emanada do poder constituinte derivado, incidindo em violação da Constituição originária, pode ser declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) A tese de que há hierarquia entre as normas constitucionais, sejam originária ou derivadas, é compatível com o sistema de Constituição rígida, sendo juridicamente impossível declarar a inconstitucionalidade de emenda constitucional.
- c) As cláusulas pétreas podem ser invocadas para sustentar a inconstitucionalidade de normas constitucionais inferiores em face das normas constitucionais superiores, mesmo que elaboradas pelo próprio constituinte originário.
- d) Só o Supremo Tribunal Federal, no caso concreto, pela via do controle abstrato, pode declarar a inconstitucionalidade de emenda constitucional ofensiva de norma editada pelo constituinte originário.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Errada - É juridicamente possível declarar a inconstitucionalidade de emenda constitucional.
- c) Errada - Somente é possível tal argumentação em relação às normas constitucionais derivadas do poder constituinte derivado.
- d) Errada - Qualquer juiz, no caso concreto, pela via do controle difuso, pode declarar a inconstitucionalidade de emenda constitucional.

16. (Magistratura Federal/1999) Nos termos da Constituição, assinale a alternativa correta.

- a) A Constituição poderá ser emendada na vigência de estado de defesa, desde que mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados.
- b) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio, ainda que mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados.
- c) A Constituição poderá ser emendada na vigência de estado de defesa, desde que mediante proposta do Presidente da República.

d) A Constituição poderá ser emendada na vigência de estado de sítio, desde que mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Gabarito:

a) Errada - Em hipótese alguma nossa Constituição Federal poderá ser emendada em casos de decretação de Estado de Defesa.

b) Certa

c) Errada - A Constituição não pode ser emendada sob a vigência de Estado de Defesa.

d) Errada - Não há a possibilidade de emenda da Carta Maior, sob a vigência de Estado de Sítio. (art. 60, § 1o)

17. (Magistratura Federal/1998) Assinale a alternativa correta.

a) É da competência exclusiva do Congresso Nacional dispor sobre sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas.

b) Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

c) Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.

d) É da competência exclusiva do Congresso Nacional aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.

Gabarito:

a) Errada - Esta matéria depende de sanção presidencial, não se inserindo no rol de competências exclusivas do Congresso Nacional.

b) Errada - Tal ato não depende de sanção presidencial.

c) Errada - Esta competência não depende de sanção presidencial.

d) Certa

18. (Magistratura Federal/2001) Não compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, como manda a Constituição Federal em vigor:

a) nos crimes de responsabilidade, os Comandantes do Exército.

- b) o crime político.
- c) a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- d) o habeas corpus, quando o paciente for funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal.

Gabarito:

- b) o crime político é julgado pela Justiça Federal, somente o recurso ordinário em crime político é que sobe para o STF.

19. (Magistratura Federal / 1998) Assinale a alternativa correta.

- a) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de doze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- b) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados.
- c) O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros, nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal.
- d) O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros, nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela Câmara dos Deputados.

Gabarito:

- a) Errada - O número de Ministros do Supremo Tribunal Federal é 11, não 12.
- b) Errada - O órgão do legislativo que aprova a nomeação é o Senado Federal.
- c) Certa
- d) Errada - O órgão do legislativo que aprova a nomeação é o Senado Federal.

20. (Magistratura Federal / 1998) A Emenda à Constituição será promulgada:

- a) pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- b) pela Mesa da Câmara dos Deputados, exclusivamente.
- c) pela Mesa do Senado Federal, exclusivamente.
- d) pelo Presidente da República, por se tratar de ato que prepara a execução.

Gabarito:

- a) Vide art. 60, § 3o, da CF.

Prática Geral V - Questões de (1 a 13)

1. (Magistratura Federal/2001) Conforme a Constituição Federal em vigor, as conclusões das comissões parlamentares de inquérito:

- a) serão encaminhadas, necessariamente, ao Ministério Público, para que este promova a responsabilidade civil e criminal dos infratores.
- b) serão encaminhadas, se for o caso, ao Ministério Público, para que este promova a responsabilidade civil e criminal dos infratores.
- c) serão encaminhadas ao Ministério Público somente na hipótese de promoção de responsabilidade criminal dos infratores.
- d) serão encaminhadas ao Ministério Público somente na hipótese de promoção de responsabilidade civil dos infratores.

Gabarito:

- b) Vide art. 58, § 3o.

2. (Exame de Ordem/2002) O Poder Legislativo Nacional é considerado do tipo bicameral-federativo porque é composto por duas Casas Legislativas,

- a) uma formada por representantes do povo brasileiro e a outra, por representantes dos Estados-membros e do Distrito Federal.
- b) uma Iniciadora e outra Revisora dos projetos de lei.
- c) uma formada por representantes do povo brasileiro e a outra, por representantes dos Estados-membros.
- d) uma formada por representantes do povo brasileiro e a outra, por representantes dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, quando existirem.

Gabarito:

a) Nosso sistema legislativo é classificado como bicameral pois é formado por duas casas, ou seja duas câmara. A primeira câmara, a Câmara dos Deputados, representa o povo, enquanto a segunda, o Senado Federal, representa os Estados e o Distrito Federal. Não existe senador oriundo dos Territórios.

3. (Exame de Ordem/2002) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência:

- a) o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o Ministro-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas.
- b) o Presidente do Senado, o da Câmara e o do Supremo Tribunal Federal.
- c) o Presidente do Supremo, o do Senado e o da Câmara.
- d) o Presidente da Câmara, o do Senado e do STF

Gabarito:

d) Vide art. 79 e 80, da CF.

4. (Exame de Ordem/2000) Assinale a alternativa correta.

- a) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo eleitos pelo sistema proporcional.
- b) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal eleitos segundo o princípio proporcional.
- c) O Presidente da República é eleito segundo o princípio proporcional.
- d) Os membros do Tribunal Superior Eleitoral são eleitos segundo o princípio proporcional.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Errada - O Senado se utiliza do sistema majoritário.
- c) Errada - O sistema proporcional não se aplica ao Presidente da República.
- d) Errada - Os membros do Tribunal Superior Eleitoral são eleitos pelo STF, pelo STJ e pelo Presidente da República.

5. (Ministério Público Estadual/2000) A menor representação no Congresso Nacional prevista na CF é a

- a) do Distrito Federal, com oito deputados federais e três senadores.
- b) de um território federal, com oito deputados federais e um senador.
- c) de um território federal, com quatro deputados federais e um senador.
- d) de um território federal, com quatro deputados federais, apenas.

Gabarito:

- d) Vide o art. 45, § 2º

6. (Ministério Público Estadual/1999) A iniciativa de Emenda à Constituição pode ser de:

- a) Dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- b) Três quintos, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- c) Um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- d) Um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- e) N.D.A.

Gabarito:

- c) A resposta da questão se encontra no art. 60, que assim dispõe:

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

7. (Magistratura do Trabalho/2003) A competência para julgamento de litígio entre Estado estrangeiro e o Distrito Federal é do(s):

- a) Tribunal Regional Federal da 1ª Região, originariamente.
- b) Superior Tribunal de Justiça, originariamente.
- c) Superior Tribunal de Justiça, em recurso ordinário.
- d) Juízes federais da Seção Judiciária do Distrito Federal.
- e) Supremo Tribunal Federal, originariamente.

Gabarito:

e) Vide art. 102, I, e, da CF.

8. (Magistratura do Trabalho/1998) O denominado Quinto Constitucional (art. 94, da Constituição da República) não é observado no preenchimento de vagas:

- a) Nos Tribunais de Alçada.
- b) Nos Tribunais dos Territórios.
- c) No Supremo Tribunal Federal.
- d) Nos Tribunais de Justiça.
- e) Nos Tribunais Regionais Federais.

Gabarito:

c) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal são escolhidos de forma livre pelo Presidente da República, com posterior aprovação pelo Senado Federal. Não há regras de proporcionalidade das vagas, como é o caso dos outros tribunais citados, que devem preencher um quinto de suas vagas com advogados e membros do Ministério Público.

9. (Ministério Público Estadual/2000) A CF prevê a existência, no âmbito do Poder Executivo federal, de ministros de Estado. Entretanto, não há expressa previsão constitucional de ministro

- a) da educação.
- b) da justiça.
- c) do planejamento.
- d) das relações exteriores.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Errada - O Ministro da Justiça é previsto nos arts. 89, VI e 91, IV, da CF.
- c) Errada - O Ministro do Planejamento é previsto no art. 91, VII, da CF.
- d) Errada - O Ministro das Relações Exteriores é previsto no art. 91, VI, da CF.

10. Assinale as questões como certas (C) ou erradas (E).

- a) A instância superior da Justiça Estadual é o Tribunal de Justiça.

- b) O Tribunal de Alçada funciona em 2o grau de jurisdição, nas Justiças Estaduais e Federal.
- c) Há juizados especiais tanto na Justiça Estadual quanto na Federal.
- d) O Supremo Tribunal Federal é o terceiro grau da Justiça Federal.
- e) Um processo julgado pelo Tribunal de Justiça de um Estado admite recurso para o Superior Tribunal de Justiça, sendo esse recurso o extraordinário, no caso de a matéria debatida ser federal, ou o especial, se for infraconstitucional.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Errada - não há Tribunal de Alçada na Justiça Federal.
- c) Certa
- d) Errada - O terceiro grau da justiça federal é o Superior Tribunal de Justiça. O Supremo Tribunal Federal não é instância ordinária, mas sim o guardião da constituição.
- e) Errada - O recurso extraordinário não é julgado pelo STJ, mas pelo STF.

11. (CESPE-UnB/SoldadoPMDF/2001) Ao se editar uma lei para regular certa matéria, alguns requisitos de validade deverão ser observados. Em relação ao processo legislativo na Federação brasileira, julgue os itens abaixo.

- a) Se a matéria a ser regulada estiver expressamente prevista na Constituição da República como sendo matéria reservada à lei complementar, não poderá ser disciplinada por lei ordinária.
- b) Se a lei for estadual, nunca poderá ser complementar.
- c) Se a matéria for penal, o Presidente da República não mais poderá editar uma medida provisória em substituição à lei.
- d) No caso de lei ordinária distrital, exige-se aprovação por maioria absoluta dos membros da Câmara Legislativa.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Errada - Existe lei complementar estadual.
- c) Certa
- d) Errada - Lei ordinária não exige maioria absoluta.

12. (CESPE-UnB/STJ/2004) No concernente à organização dos poderes e do Estado brasileiro, julgue os itens subseqüentes.

- a) Enquanto o território estatal constitui o limite espacial no qual se exerce efetiva e exclusivamente o poder de Estado, configurando o âmbito de validade jurídica, a forma de Estado é o modo de exercício desse poder em função também da unidade ou da multiplicidade organizativa.
- b) Ao TRF compete julgar e processar, originariamente, os crimes contra a organização do trabalho e contra o sistema financeiro e a ordem econômica.
- c) Considere a seguinte situação hipotética. Um juiz federal negou provimento a mandado de segurança impetrado contra ato de uma autarquia pública federal. Inconformado com a decisão, o advogado do impetrante interpôs recurso para no STJ sob o fundamento de que tal decisão afrontava lei federal. Nessa situação, o recurso foi interposto de maneira correta.
- d) Considere a seguinte situação hipotética. Impetrou-se mandado de segurança contra um ministro de Estado sob o fundamento de que ele, por abuso de poder, não atentara para direito líquido e certo, disposto em uma lei federal, de um cidadão brasileiro. O advogado deste protocolou a peça processual perante o Supremo Tribunal Federal, que proferiu decisão reconhecendo-se incompetente para o feito. Nessa situação, o advogado do cidadão agiu corretamente.
- e) Os estados federados têm competência exclusiva para criar, incorporar, fundir e desmembrar municípios, desde que obedeçam aos ditames de lei estadual e de lei complementar estadual.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Errada – Ao Tribunal Regional Federal não compete julgar originariamente os crimes contra a organização do trabalho e contra o sistema financeiro e a ordem econômica. Tal competência é atribuída pelo art. 109, VI, da Constituição Federal aos juízes federais. Somente em segunda instância, ou seja, em grau de recurso, os juízes do TRF, ou, como alguns preferem dizer, os desembargadores federais, irão julgar tais causas. (Quando falamos em instância, tecnicamente, não estamos falando necessariamente em primeiro grau. Apesar de ser comum a indicação de primeira instância como sendo o juiz de comarca, não é considerado errado dizer que há um julgamento de primeira instância quando um tribunal esteja julgando aquela causa prevista em sua competência originária. Uma causa poder estar no Supremo Tribunal Federal e estar sendo julgada em primeira e única instância, o que significa dizer que lá a causa será analisada pela primeira e única

vez. Este tema ainda causa muita polêmica e é colocada aqui apenas para estimular a reflexão.)

c) Errada – No caso ora analisado, de decisão denegatória de mandado de segurança julgado por juiz federal (causas contra autarquia pública federal são julgadas pela justiça federal, nos termos do art. 109, I, da CF/88), o recurso deveria ser dirigido ao Tribunal Regional Federal. O recurso a que a questão provavelmente está se referindo é o recurso especial, que é o instrumento por meio do qual o Superior Tribunal de Justiça analisa decisões que afrontam lei federal. Assim sendo, de acordo com o art. 105, III, da CF/88, somente é cabível o REsp contra causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos estados, do Distrito Federal e Territórios, não incluído neste rol, portanto, os juízes de primeiro grau.

d) Errada – O advogado desse cidadão brasileiro não agiu corretamente, pois deveria ter impetrado este mandado de segurança perante o Superior Tribunal de Justiça, conforme o previsto no art. 105, I, b, da Constituição Federal.

e) Errada – A questão está errada, pois a criação de municípios deve obedecer aos ditames de lei estadual e de lei complementar FEDERAL.

13. (CESPE-UnB/Ceajur/2001) A Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 2.061-7, julgada parcialmente procedente pelo STF, foi ajuizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), ante a não-observância da norma do art. 37, X, da Constituição da República, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional n.º 19, de 5/6/1998, que assim dispõe em relação à administração pública:

“X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4.º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;”

Considerando a jurisprudência do STF acerca do controle de constitucionalidade e o fato de que, na espécie, a inconstitucionalidade decorre de ato omissivo, justamente porque a lei necessária para assegurar a revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais sequer teve seu processo legislativo deflagrado, julgue os itens a seguir.

a) A mora que atinge o direito dos servidores públicos federais deve ser atribuída ao presidente da República, e não ao Poder Legislativo, pois é da iniciativa privativa daquele a lei que disponha quanto ao aumento da remuneração desses servidores

- b) De acordo com o STF, a inconstitucionalidade objeto de controle concentrado deve ser apurada em face da Constituição vigente; por isso, não se pode cogitar nesta ação da mora porventura existente antes da EC 19.
- c) A inconstitucionalidade por omissão pode ser declarada ainda quando a Constituição atribui ao legislador mera faculdade de editar a norma.
- d) O STF reconhece, em casos de controle concentrado da omissão, não ter a prerrogativa de expedir provimentos normativos com o objetivo de suprir a inatividade do órgão inadimplente.
- e) A omissão inconstitucional que dá ensejo à declaração abstrata de inconstitucionalidade perante o STF pode advir de órgão ou poder da esfera estadual.

Gabarito:

- a) Certa
- b) Certa
- c) Errada – Quando a Constituição atribui mera faculdade de editar a norma ao legislador, não se pode declarar a omissão via ação direta, já que a escolha em criar o ato normativo pertence a outro poder. Não pode, assim, o Poder Judiciário intervir no Poder Legislativo para que este exerça um ato que se encontra dentro de sua esfera de discricionariedade, sob pena de se ferir o princípio da separação dos poderes.
- d) Certa
- e) Certa

14. (CESPE-UnB/Ceajur/2001) A questão relativa ao controle concentrado de constitucionalidade das leis no âmbito da justiça do DF mostrou-se tormentosa devido às peculiaridades deste ente federativo e pelo fato de a Constituição da República estabelecer, em seu art. 125, que

§ 2.º Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

Considerando o desenvolvimento jurisprudencial e legal da matéria, julgue os itens abaixo.

- a) A omissão do texto constitucional em relação ao DF é coerente, porquanto este se rege por uma lei orgânica, à semelhança dos municípios, a qual não pode ser equiparada a uma constituição estadual.

- b) A Lei Orgânica do DF foi alterada para disciplinar a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo distrital ajuizada perante o TJDF, visando suprir a lacuna da Constituição da República acerca do tema.
- c) As leis distritais não podem ser consideradas estaduais nem municipais; por isso, a admissão de um controle de constitucionalidade concentrado local foi repelida pelo STF, antes do advento de norma específica prevendo essa competência ao TJDF.
- d) Os partidos políticos estão legitimados para propor a ação direta de inconstitucionalidade perante o TJDF, mas precisam comprovar que possuem representação na Câmara Legislativa.
- e) Enquanto não havia previsão normativa de controle concentrado no âmbito da Justiça do Distrito Federal, o STF admitia que qualquer lei distrital pudesse ser objeto de confronto abstrato com a Constituição da República.

Gabarito:

- a) Errada – Apesar de o Distrito Federal ser regido por uma lei orgânica, essa não possui o mesmo “status” de uma lei orgânica municipal. A LODF é equiparada, para fins de controle de controle de constitucional, a uma constituição estadual, o que não justifica a omissão constitucional.
- b) Errada – A LODF não sofreu alteração (pelo menos até 2005) que fosse capaz de suprir a lacuna constitucional relacionada ao controle concentrado de constitucionalidade de norma distritais.
- c) Errada - As leis distritais podem tratar de assuntos reservados tanto aos Estados quanto aos Municípios. Assim sendo, é plenamente possível o controle de constitucionalidade concentrado dessas leis pelo Supremo Tribunal Federal (analisando sua adequação à Constituição Federal, quando se tratar de lei distrital que regula matéria reservada aos Estados) e pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (confrontando a lei distrital com a Lei Orgânica do Distrito Federal).
- d) Certa
- e) Errada – Conforme comentado, o controle de constitucionalidade de normas distritais somente pode ser feito, perante o STF, confrontando-se a norma objeto de controle com a Constituição Federal quando o conteúdo da norma não for de cunho municipal, ou seja, se a lei distrital, por exemplo, tratar de assuntos que geralmente são reservados aos Estados.

MÓDULO V

CAPÍTULO 1 - Poder Legislativo

AULA 1

INTRODUÇÃO

Como dito anteriormente, a Constituição Federal consagra o princípio da separação dos Poderes, ou da Tripartição de Poderes, cabendo ao Poder Legislativo a função precípua de elaborar leis, ou seja, legislar. Além de sua função típica de legislar, também compete ao Poder Legislativo a fiscalização e o controle dos atos do Executivo, função esta exercida com apoio do Tribunal de Contas, e a administração de sua estrutura interna.

Nosso sistema adotou, no caso do Legislativo Federal, o sistema bicameral, no qual o processo legislativo engloba a atividade de duas Casas legislativas, que são Câmara dos Deputados, representando o povo, e Senado Federal, representando os Estados (só o legislativo federal segue o bicameralismo, decorrência direta da opção pelo Federalismo; o legislativo das demais unidades da Federação – estadual e municipal – segue o unicameralismo, no qual existe apenas uma Casa). Há posicionamento isolado no sentido da existência de um tricameralismo brasileiro, reconhecendo no Congresso Nacional uma terceira Casa, com capacidade deliberativa, formada pela união do Senado e da Câmara dos Deputados. Não existe hierarquia entre as Casas, sendo que o que uma decidir será revisto pela outra.

O professor Henrique Savonitti destaca duas espécies de bicameralismo: **federativo e aristocrático**. O bicameralismo federativo, adotado no Brasil, seria composto por duas Casas, que representariam respectivamente o povo e os Estados-Membros da Federação, enquanto o aristocrático, adotado na Inglaterra, seria formado por colegiados representativos da nobreza (Câmara dos Lordes) e dos comuns (Câmara dos Comuns).

AULA 2

CONGRESSO NACIONAL

O Congresso Nacional é um órgão que representa o Poder Legislativo, sendo formado pelo conjunto de duas Casas, quais sejam, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, cada qual com seus regimentos internos próprios.

Existem dois tipos de competências previstas para o Congresso Nacional, a legislativa e a exclusiva.

Competência legislativa.

O primeiro tipo de competência é a legislativa, que visa à formação de leis, sendo, portanto sujeitas à sanção presidencial. Esse dispositivo demonstra que cabe ao Congresso dispor sobre aquelas matérias tidas como de competência legislativa da União. Tais competências são enumeradas, de forma exemplificativa, no art. 48 da CF. Vejamos:

- sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas.
- plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado.
- fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas.



- planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento.
- limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União.
- incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas.
- transferência temporária da sede do Governo Federal.
- concessão de anistia.
- organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal.
- criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b.
- criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública.
- telecomunicações e radiodifusão.
- matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações.
- moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.
- fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I.

Aprofundamento do tema

Anistia

A **anistia** não deve ser confundida com o poder de conceder indulto ou de comutar penas. A anistia consiste em um ato, concedido por meio de lei, que retira o caráter típico de uma determinada conduta em um determinado período de tempo. Ou seja, é a desconsideração de uma atitude como crime. As consequências da anistia são o arquivamento dos processos penais em andamento e a extinção da execução das penas que já estejam sendo cumpridas. O exemplo clássico que temos foi o da anistia dos presos políticos, que deixou de considerar como criminosos aqueles que foram perseguidos pelo regime ditatorial em nosso país.

O **indulto** e a **comutação de penas** são medidas que podem ser concedidas pelo presidente da República ou por autoridades que recebam tal delegação (art. 84, XII, e parágrafo único, da CF).

A **graça** é a medida de clemência que é solicitada pelo condenado e que será concedida se forem verificadas condições pessoais do preso.

Anistia e indulto são medidas genéricas, que beneficiam a todos os que preencham seus requisitos, enquanto a graça é uma medida individual, concedida exclusivamente a um condenado específico.

Aproveitaremos o ensejo para tratar de uma anistia de natureza distinta da tratada neste inciso e que foi concedida pelo Constituinte Originário. Trata-se da anistia política foi concedida pela Constituição Federal nos arts. 8º e 9º do ADCT, cujo texto pedimos licença para transcrever, tamanha a sua importância.

Art. 8º. É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram

atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.

§ 1º - O disposto neste artigo somente gerará efeitos financeiros a partir da promulgação da Constituição, vedada a remuneração de qualquer espécie em caráter retroativo.

§ 2º - Ficam assegurados os benefícios estabelecidos neste artigo aos trabalhadores do setor privado, dirigentes e representantes sindicais que, por motivos exclusivamente políticos, tenham sido punidos, demitidos ou compelidos ao afastamento das atividades remuneradas que exerciam, bem como aos que foram impedidos de exercer atividades profissionais em virtude de pressões ostensivas ou expedientes oficiais sigilosos.

§ 3º - Aos cidadãos que foram impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica, em decorrência das Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica nº S-50-GM5, de 19 de junho de 1964, e nº S-285-GM5 será concedida reparação de natureza econômica, na forma que dispuser lei de iniciativa do Congresso Nacional e a entrar em vigor no prazo de doze meses a contar da promulgação da Constituição.

§ 4º - Aos que, por força de atos institucionais, tenham exercido gratuitamente mandato eletivo de vereador serão computados, para efeito de aposentadoria no serviço público e previdência social, os respectivos períodos.

§ 5º - A anistia concedida nos termos deste artigo aplica-se aos servidores públicos civis e aos empregados em todos os níveis de governo ou em suas fundações, empresas públicas ou empresas mistas sob controle estatal, exceto nos Ministérios militares, que tenham sido punidos ou demitidos por atividades profissionais interrompidas em virtude de decisão de seus trabalhadores, bem como em decorrência do [Decreto-Lei nº 1.632, de 4 de agosto de 1978](#), ou por motivos exclusivamente políticos, assegurada a readmissão dos que foram atingidos a partir de 1979, observado o disposto no § 1º.

Art. 9º. Os que, por motivos exclusivamente políticos, foram cassados ou tiveram seus direitos políticos suspensos no período de 15 de julho a 31 de dezembro de 1969, por ato do então presidente da República, poderão requerer ao Supremo Tribunal Federal o reconhecimento dos direitos e vantagens interrompidos pelos atos punitivos, desde que comprovem terem sido estes eivados de vício grave.

Parágrafo único. O Supremo Tribunal Federal proferirá a decisão no prazo de cento e vinte dias, a contar do pedido do interessado.

Trata-se de uma importante conquista da democracia e que abrange todos

militares e civis, sejam eles, servidores, empregados e profissionais liberais, ou seja, qualquer cidadão qualificado como trabalhador. No que tange aos militares, a anistia abrange apenas aqueles que efetivamente tenha sido punidos com base em ato institucional ou complementar, ficando de fora aqueles que sofreram punição baseada em dispositivo da legislação comum ou em punição disciplinar inteiramente amparada pelos regulamentos militares, sem motivação política. Com base nisso, os anistiados terão direito às vantagens relativas ao cargo e às promoções que efetivamente teriam direito se tivessem permanecido em atividade, de acordo com o regime jurídico de cada categoria.

Como estudado anteriormente, quando tratamos dos direitos e garantias fundamentais, durante muito tempo o Supremo Tribunal Federal entendeu que o mandado de injunção, em respeito à separação dos poderes, resultaria em mera comunicação ao poder omissor para que venha a suprir a falta de regulamentação de um direito constitucionalmente garantido. Esse posicionamento somente foi alterado com o julgamento do MI 721/DF, em 30 de agosto de 2007. No caso do § 3º do art. 8º do ADCT, porém, o Supremo Tribunal Federal já havia adotado uma posição concretista, concedendo efeitos imediatos à medida. Em outras palavras, ao invés de apenas comunicar o poder omissor, a Corte, asseverando que o Congresso Nacional, mesmo após a comunicação, deixou de cumprir seu dever de legislar, garantiu, desde já, o direito à indenização garantidos aos que foram impedidos de exercer suas atividades em virtudes de atos ditatoriais do Golpe de Estado de 1964.

Por fim, cabe lembrar que essa anistia política (art. 9º do ADCT) protege não apenas aqueles que foram efetivamente cassados, mas, de uma forma geral, aquelas pessoas que, por motivo de perseguição política efetuada durante o regime de exceção instaurado no Brasil, sofreram ato punitivo de demissão, disponibilidade, aposentadoria, transferência para a reserva ou reforma que tenha atingido direitos de natureza funcional.

MI 626/SP-STF
RE 241.924-EDv-AgR/CE-STF
RE 123.485/DF-STF
RE 167.522-AgR/DF
MI 543/DF-STF
MI 384/RJ-STF
MI 284/DF-STF
AOE 16/RJ-STF

AULA 3

O segundo grupo de atribuições do Congresso Nacional é composto pelas competências deliberativas, que se referem aos atos que o Congresso Nacional irá exercer, de forma exclusiva, sem a necessidade de sanção do Presidente da República, por meio de Decretos (art. 49, CF/1988). Como definem ações do Congresso Nacional, atos que independem de lei, são representadas, via de regra, por verbos no infinitivo (resolver, autorizar, aprovar), diferentemente das competências do art. 48 da CF. São elas:

- resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

- autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;
- autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;
- aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;
- sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;
- mudar temporariamente sua sede;
- fixar idêntico subsídio para os deputados federais e os senadores, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;
- fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;
- julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;
- fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;
- zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;
- apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
- escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;
- aprovar iniciativas do Poder Executivo, referentes a atividades nucleares;
- autorizar referendo e convocar plebiscito;
- autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;
- aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

Aprofundamento no tema

O fato de o Congresso Nacional ter de se pronunciar a respeito dos tratados internacionais não significa que o Poder Legislativo detenha o poder de dar validade a esse instrumento no ordenamento Pátrio. O poder de firmar tratados é tradicionalmente concedido ao Poder Executivo. O trâmite desses atos, resumidamente, ocorre da seguinte forma: 1º) os tratados e atos internacionais são firmados pelo Presidente da República; 2º) o Congresso Nacional aprova, por Decreto Legislativo, o tratado; 3º) o Presidente da República ratifica, por um decreto de execução, o ato internacional anteriormente firmado. Somente após esse trâmite, o tratado terá força de lei federal em nosso País. Cabe ressaltar que o art. 5º, § 3º, da CF, permite que tratados e convenções que tratem de direitos humanos possam, mediante procedimento próprio, ser recebidos com força de emenda constitucional.

AULA 4

CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo (513 deputados federais, atualmente), eleitos pelo sistema proporcional, segundo o qual o número de deputados varia de acordo com a **população** do Estado, respeitando-se o limite mínimo de **oito** e o máximo de **setenta** deputados federais por Estado. A representação dos Estados e do Distrito Federal é estabelecida por **lei complementar**, sendo feitos os ajustes necessários no ano anterior ao das eleições (vide art. 4º, § 2º, do ADCT,

referente à irredutibilidade da representação em 1988). A representação dos **Territórios** é definida pela Constituição Federal e corresponderá ao número definido de **quatro** deputados. Além disso, nosso sistema proporcional engloba o chamado “voto de legenda”, segundo o qual os votos que ultrapassarem o **quociente eleitoral** (mínimo necessário para a eleição do candidato) são transferidos para o candidato da mesma coligação que tenha maior número de votos e assim sucessivamente. Ao final, havendo **sobra** de votos (sobras eleitorais), decorrentes das frações na referida divisão, faz-se a distribuição das cadeiras restantes aos partidos que obtiverem a melhor média real na relação votos/cadeira.

Aprofundamento no tema

Tanto o sistema proporcional quanto a representação proporcional dos Estados, previstos no art. 45 da Carta Maior, são normas que não prescindem de regulamentação infraconstitucional, não havendo falar, portanto, em auto-aplicabilidade. Por conta disso, só puderam ser impostas após a edição das respectivas normas infraconstitucionais. ADI 267/DF-STF e RE 140.543/RO-STF.

Como decorrência da limitação ao critério da proporcionalidade, que determina o **mínimo** de oito e o **máximo** de setenta deputados por Estado, decorre uma diminuição da representatividade dos Estados mais populosos e um aumento da representatividade dos Estados menos populosos. O Estado de São Paulo, por exemplo, caso não fosse adotado esse sistema, teria bem mais do que setenta deputados, enquanto o Estado do Acre teria menos do que os oito deputados de que detém. Isso significa que o eleitor de São Paulo, individualmente falando, tem uma força representativa menor do que o eleitor do Acre. Trata-se de uma exceção ao princípio da igualdade do voto (one man, one vote), inscrito no art. 14 da CF.

Em uma análise apressada, esse sistema pode parecer um tanto quanto injusto, mas perceberemos que ele não o é. A limitação à proporcionalidade evita a “**ditadura das maiorias**”. Caso ele não existisse, a Câmara dos Deputados poderia ser comandada pelo Estado mais populoso, enquanto os demais Estados, mais fracos, não conseguiriam ter força alguma dentro da Casa, podendo ser ignorado politicamente. Um sistema amoldado dessa forma levaria a uma crescente exclusão dos Estados menos populosos, já que todos os projetos aprovados na Câmara dos Deputados beneficiariam os Estados mais populosos, aumentando, assim, as desigualdades regionais.

Aqueles que defendem a inexistência de limitações à proporcionalidade da representação justificam seu posicionamento no conceito do “**one man one vote**” (universalidade), segundo o qual os votos devem ter o mesmo valor para todos, garantindo-se, assim, respeito ao **princípio da representação proporcional**.

- Regulamentação Infraconstitucional do art. 45 da CF -

- Lei Complementar nº 78/1993 -

Art. 1º Proporcional à população dos Estados e do Distrito Federal, o número de deputados federais não ultrapassará quinhentos e treze representantes, fornecida, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no ano anterior às eleições, a atualização estatística demográfica das unidades da Federação.

Parágrafo único. Feitos os cálculos da representação dos Estados e do Distrito Federal, o Tribunal Superior Eleitoral fornecerá aos Tribunais Regionais Eleitorais e aos partidos políticos o número de vagas a serem disputadas.

Art. 2º Nenhum dos Estados membros da Federação terá menos de oito deputados federais.

Parágrafo único. Cada Território Federal será representado por quatro deputados federais.

Art. 3º O Estado mais populoso será representado por setenta deputados federais.

Os requisitos de elegibilidade para os deputados são:

- ser brasileiro (só para Presidente da Câmara é exigida a nacionalidade nata);
- maior de vinte e um anos de idade;
- ser eleitor, sem restrições quanto à elegibilidade.

- Competências privativas da Câmara dos Deputados -
- art. 51 -

- autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;
- proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;
- elaborar seu regimento interno;
- dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;
- eleger membros do Conselho da República.

A autorização para instauração de processo penal contra o Presidente da República consubstancia um juízo de admissibilidade da ação penal. Assim, o Senado Federal ou o Supremo Tribunal Federal, quando receberem os pedidos de instauração de ação penal (denúncia ou queixa), deverão solicitar autorização da Câmara dos Deputados para que haja o devido processamento do feito. Esse juízo será exigido para processar Ministros de Estado quando praticarem crimes conexos com o Presidente da República (Pet 1.954/DF-STF).

AULA 5

SENADO FEDERAL

O Senado é a Casa legislativa que representa os Estados, sendo que, ao invés de seguir o sistema proporcional, segue o **princípio majoritário** (com 81 senadores). Cada Estado e o Distrito Federal elegem **três** senadores (decorrência do princípio federativo, segundo o qual não existe hierarquia entre os entes autônomos federados). O mandato dos senadores dura oito anos, sendo os cargos renovados por um terço e dois terços, alternadamente, em cada legislatura (a legislatura dura quatro anos, ou seja, quatro sessões legislativas).

Cada senador da República terá dois suplentes. Nesse ponto as eleições para o Senado Federal se diferenciam das eleições para deputado federal, na qual o sistema proporcional impõe a suplência partidária, consistente em uma lista partidária de suplentes, e não uma lista pessoal de suplentes, como ocorre com os senadores.

Aprofundamento no tema

A Suprema Corte, no julgamento do MS 20.927/DF, relatado pelo Ministro Moreira

Alves, entendeu que, apesar da adoção do princípio da representação proporcional e a representação parlamentar federal por intermédio de partidos políticos, não perde a condição de suplente o candidato pela Justiça Eleitoral que se desvincula do partido ou da aliança partidária pela qual se elegeu. Isso decorre da ausência de previsão constitucional do princípio da fidelidade partidária, que não poderá ser aplicado ao parlamentares empossados, nem aos suplentes.

São requisitos de elegibilidade dos senadores:

- ser brasileiro (apenas para o cargo de Presidente do Senado será necessário que seja brasileiro nato. Para os demais senadores, não importa que sejam brasileiros natos ou naturalizados);
- ter idade superior a 35 anos;
- ser eleitor sem inelegibilidades.

AULA 6

- Competências privativas do Senado Federal - - art. 52 -

- processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;
- processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;
- aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:
 - a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;
 - b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;
 - c) Governador de Território;
 - d) Presidente e diretores do Banco Central;
 - e) Procurador-Geral da República;
 - f) titulares de outros cargos que a lei determinar;
- aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;
- autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;
- fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;
- dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;
- estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;
- aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;
- elaborar seu regimento interno;
- dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes

orçamentárias;

- eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.
- avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

AULA 7

ORGANIZAÇÃO DAS CASAS LEGISLATIVAS

Uma das principais garantias de independência do Poder Legislativo é a capacidade de auto-organização das Casas legislativas. A Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Congresso Nacional terão regimentos internos próprios, que seguirão algumas regras previstas na própria constituição, como as que veremos:

Composição das Mesas

Cada órgão terá sua Mesa, que coordenará o funcionamento da Casa e será composta por membros eleitos para mandatos de dois anos, vedada (na mesma legislatura) a recondução para o mesmo cargo na eleição subsequente. A Constituição determina que o Presidente do Senado Federal irá presidir a Mesa do Congresso Nacional, e os demais lugares serão ocupados alternadamente, pelos devidos ocupantes das Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. No julgamento da ADI 793/RO-STF, o Ministro Carlos Velloso deixou assentado que a norma inscrita no art. 57, § 4º, da Constituição não é de reprodução obrigatória nas Constituições Estaduais, já que não constitui um princípio constitucional estabelecido (vide tema “princípio da simetria”).

A Mesa do Congresso Nacional será composta pelo Presidente do Senado, 1º Vice-presidente da Câmara, 2º Vice-presidente do Senado, 1º Secretário da Câmara, 2º Secretário do Senado, 3º Secretário da Câmara e 4º Secretário do Senado.

AULA 8

QUÓRUM PARA DELIBERAÇÃO

Via de regra, as deliberações serão tomadas por maioria simples (quórum de aprovação), presente a maioria absoluta dos membros da Casa. Em casos excepcionais exige-se uma maioria qualificada, exigindo-se, por exemplo, maioria absoluta para cassar mandato parlamentar, aprovar lei complementar, exonerar ou aprovar o Procurador-Geral da República e aprovar nomes indicados para Ministro do Supremo Tribunal Federal. Exige-se, por sua vez, maioria de dois terços da Câmara dos Deputados para autorizar instauração de processo por crime de responsabilidade, três quintos para aprovar Emenda Constitucional e dois quintos para cancelar concessão de rádio e TV, que são exemplos de maiorias qualificadas.

Quórum para deliberações não deve ser confundido com quórum para instalação das sessões. O quórum de deliberações, que tem previsão constitucional, pressupõe a presença de pelo menos a maioria absoluta dos membros, entendida esta como o número inteiro acima da metade. O quórum para a instalação de uma sessão será previsto regimentalmente.

AULA 9

SESSÕES LEGISLATIVAS

Cada legislatura dura quatro anos, compreendendo quatro **sessões legislativas**, ou seja, uma a cada ano. As sessões legislativas são divididas em dois períodos, o primeiro de 2 de fevereiro a 17 de julho e o segundo de 1º de agosto a 22 de dezembro. Não há, porém, de acordo com o art. 57, § 2º, da Constituição, recesso parlamentar se não for aprovada a lei de diretrizes orçamentárias (lei orçamentária que, dentre outras funções, delimita os parâmetros para a confecção da lei orçamentária anual). No início de cada legislatura a Câmara e o Senado se reunirão em **sessões preparatórias**, a partir de 1º de fevereiro, para posse dos membros e eleição das respectivas Mesas.

O Congresso Nacional se reunirá em **sessão conjunta** para inaugurar a sessão, elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços comuns, receber o compromisso do Presidente da República e do Vice-Presidente da República e conhecer do veto e deliberar.

Pode haver **convocações extraordinárias** no período de recesso. A convocação será feita pelo Presidente do Senado nos casos de intervenção federal, estado de defesa, estado de sítio ou para o compromisso e a posse do Presidente da República e do Vice-Presidente da República. Podem ser também convocadas pelos Presidentes da República, do Senado ou da Câmara, bem como a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de extrema urgência ou interesse público relevante, sempre sendo exigida aprovação de maioria absoluta de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

Nessas sessões, só serão decididas as matérias para as quais foram convocadas, salvo se existirem medidas provisórias, que serão automaticamente inseridas na pauta de votação. Alexandre de Moraes salienta que é possível a convocação de mais de uma sessão extraordinária para o mesmo período de recesso, realizada por diferentes legitimados. Por exemplo, se o Presidente da República convoca para tratar de assunto urgente de interesse do Poder Executivo, isso não impede que o Presidente da Câmara venha a estabelecer nova convocação, no mesmo período, para tratar de assunto diverso.

Não deve ser paga nenhuma parcela indenizatória em virtude da convocação extraordinária, nos termos do art. 57, § 7º, da CF, com redação dada pela EC nº 50/2006.

AULA 10

COMISSÕES PARLAMENTARES

O Congresso Nacional e suas Casas possuirão comissões, com formação e competências próprias. Essas comissões se dividem em permanentes e temporárias. As permanentes possuirão a mesma formação durante a legislatura e tratarão de assuntos predeterminados. As comissões temporárias serão constituídas por tempo determinado para tratarem de matérias específicas, sejam quais forem.

As comissões poderão

- votar matérias que dispensem a apreciação do plenário;
- convocar Ministros de Estado para prestarem informações (vide art. 50, CF/1988);
- receber reclamações de entidades públicas;
- solicitar depoimentos;
- apreciar planos e programas nacionais ou regionais.

A Constituição estipula duas comissões que terão um papel extremamente importante nas atividades do Congresso Nacional, que são a comissão representativa e as comissões parlamentares de inquérito (CPIs).

As comissões representativas serão criadas para representar o Congresso Nacional nos períodos de recesso (entre os períodos que compõem as sessões legislativas), respeitando sempre a proporcionalidade dos partidos que compõem as Casas.

As comissões parlamentares de inquérito são formadas com o intuito de apurarem fato de extrema relevância para o País, sempre por prazo determinado. Basta, para sua abertura, o requerimento de pelo menos um terço dos membros da respectiva Casa (as CPIs podem ser formadas na Câmara, no Senado ou de forma mista). Feita a colheita das assinaturas, os líderes partidários indicam os membros que vão compor a CPI. Essa comissão terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciárias, como o de tomar depoimentos (inclusive podendo conduzir a testemunha coercitivamente, ou seja, levar a força), quebrar sigilo telefônico, bancário e de dados, ouvir investigados ou indiciados, determinar a realização de perícias e exames, determinar buscas e apreensões e requisitar documentos.

Para aqueles que pretendem realizar concursos para cargos no Poder Legislativo, sugerimos a análise pormenorizada da regulamentação infraconstitucional das atividades das CPIs, que se encontra nos regimentos das Casas. Muitas vezes há diversidade de tratamento entre os regimentos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, o que pode levar a alguma confusão na hora da prova. Outra importância do estudo regimental desse tópico reside na previsão constitucional de que os poderes das CPIs não se limitem àqueles próprios das autoridades judiciárias, mas englobem também os previstos regimentalmente.

Outra dica para o estudo do tema é a análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. No caso das CPIs, a Suprema Corte tem delineado a amplitude dos poderes de investigação, o que causa certo atrito entre os poderes e muita repercussão na opinião pública.

Analisando a jurisprudência do Supremo Tribunal, percebemos que a maioria das limitações à atuação das CPIs deriva da aplicação de três princípios: do Contraditório, da Ampla Defesa e da Reserva Jurisdicional.

Recentemente, tivemos a divulgação de liminares concedidas pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de mandado de segurança, com o objetivo de que os investigados pela CPI da compra de votos tivessem direito de exercer pessoalmente sua defesa. Trata-se, claramente, de uma proteção ao direito ao contraditório – prerrogativa de contestar, expor seu ponto de vista – e ao direito à ampla defesa – liberdade ampla de produção de provas – concedidos aos parlamentares.

O Princípio da Reserva Jurisdicional, por sua vez, determina que certos poderes, mesmo que relacionados à atividade investigativa, não podem ser outorgados às comissões parlamentares de inquérito, já que são inerentes à atividade jurisdicional típica. São exemplos de poderes e medidas não permitidos às CPIs, em virtude de possuírem caráter eminentemente jurisdicional: medidas cautelares, como arrestos, seqüestros, hipoteca e indisponibilidade de bens; permissão para interceptação telefônica; prisões cautelares, como as preventivas e temporárias; invasão de domicílio, mesmo que para fins de busca e apreensão, etc.

Um equívoco muitas vezes cometido é a confusão entre quebra do sigilo de comunicações telefônicas e interceptação telefônica. Veja bem, quebrar o sigilo telefônico consiste em ter acesso aos dados armazenados na central telefônica, relativos às chamadas recebidas e efetuadas pelo investigado, o que é permitido às comissões parlamentares de inquérito. Determinar a interceptação telefônica, por sua vez, significa autorizar a gravação das conversas feitas pelo investigado, o que depende de autorização judicial, não supérfluo por autorização da própria CPI.

As CPIs, como sabemos, são criadas para investigar fato determinado e por prazo certo. Tais características, porém, não podem servir como um obstáculo à sua atuação. Assim, caso uma dessas comissões esteja investigando um fato A, e, ao longo das

investigações, descubra que um fato B, também ilícito, esteja conexo ao caso A, ela poderá investigar o fato B sem ferir o § 3º do art. 58 da CF, que limita a investigação a fato determinado.

Exemplificando, imagine que uma CPI é criada para investigar compra de votos e, ao longo das investigações, descubra-se indícios de que o dinheiro utilizado no suborno é público. Nesse caso, o fato de o Poder Legislativo estar investigando de onde veio o dinheiro não significa que houve um desvirtuamento do objeto inicial da investigação, já que se trata de um fato conexo.

Da mesma forma ocorre com a limitação do prazo. Caso haja a necessidade de os trabalhos da Comissão se estenderem além do prazo inicial, é possível que haja sucessivas prorrogações, desde que não se ultrapasse o período da Legislatura, que é o prazo de quatro anos coincidente com o mandato dos deputados federais.

Ao final dos trabalhos, a comissão parlamentar de inquérito, se for o caso, enviará suas conclusões ao Ministério Público, para que esse promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores. Ou seja, a CPI não julga, somente encaminha seus relatórios ao MP, que poderá, ou não, buscar, no Judiciário, a condenação do infrator.

Em qualquer caso, as comissões da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou mesmo as mistas (formada por membros de ambas as Casas), deverão guardar, sempre que possível, uma representação proporcional dos partidos políticos.

O que acontece se um partido político, buscando uma manobra para impedir a abertura de uma CPI, não indicar os membros que irão ocupar os cargos a que tem direito em uma CPI? A solução encontrada pelo Supremo Tribunal Federal é a de que o presidente da Mesa, mediante aplicação analógica do art. 28, § 1º c/c o art. 85, *caput*, respectivamente, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, deve proceder à designação dos nomes faltantes dos parlamentares que devem compor a comissão parlamentar de inquérito, observada a proporcionalidade da representação partidária (MS 24.831/DF-STF). Essa solução reconhece no direito à abertura de CPIs, um direito público subjetivo, assegurado às minorias legislativas, de ver instaurado o inquérito parlamentar, instrumento de efetivação do direito de oposição, derivado do regime democrático.

AULA 11

PRERROGATIVAS PARLAMENTARES (ESTATUTO DOS CONGRESSISTAS)

Muito se discute a respeito das imunidades parlamentares e demais regras especiais aplicáveis àqueles que detenham um cargo político, em sentido amplo. Muitas vezes, ouvimos trocadilhos envolvendo as palavras imunidade e impunidade, em clara referência ao abuso de tais prerrogativas.

De certo que em nosso País nos deparamos, em certos casos, com um trágico cenário em que indivíduos se utilizam do cargo para desrespeitar a lei, amparados no famoso dito: “você sabe com quem está falando?”. Trata-se de um desvirtuamento gerado pela incapacidade de se separar os âmbitos público e privado que envolvem o agente.

A existência de regras diferenciadas, seja de âmbito penal ou de âmbito administrativo, para os parlamentares é, sem sombra de dúvida, uma exceção ao princípio da isonomia formal. Mas a interpretação constitucional deve ser feita levando-se em conta todo o sistema constitucional instituído. Essa tarefa envolve a ponderação de princípios constitucionais de forma a flexibilizar conceitos, como o da igualdade.

A igualdade material, conceito mais adequado de isonomia, consiste em tratar os iguais de forma igual, e os desiguais de forma desigual. Com isso, torna-se possível a criação de normas especiais de conduta, desde que amparadas em pressupostos lógicos, racionais e fáticos, ou seja, uma real justificativa para tanto. E qual seria a justificativa para a existência de regras especiais para os parlamentares?

A própria terminologia utilizada para definir os membros do Poder Legislativo, os parlamentares, indica a principal função desses agentes públicos: expor suas idéias. Assim sendo, a imunidade material concedida ao parlamentar, que estudaremos adiante, tem a função de retirar as limitações que são inerentes à liberdade de expressão, descritas, por exemplo, no art. 5º, V, da Carta Maior. Ora, se a função do parlamentar é quebrar paradigmas, propor mudanças, contestar idéias, como pode o parlamentar exercer tal função sem total liberdade, preocupado com um provável processo de caráter civil ou penal? Realmente não seria razoável.

Assim, podemos concluir que a existência de prerrogativas exclusivas dos parlamentares é algo inerente à própria Tripartição de Poderes. Cabe à sociedade avaliar como tais prerrogativas estão sendo usadas por seus representantes eleitos, e compete ao Poder Constituinte Derivado adaptar a Constituição de modo a eliminar prerrogativas que não sejam amparadas em um pressuposto lógico, racional e fático, ou seja, que não encontre mais razão de ser.

AULA 12

- Imunidades:

Os parlamentares (deputados e senadores) possuem certas garantias que visam dar-lhes a devida proteção no exercício de sua função. As principais dessas garantias são as imunidades, que se classificam em imunidade parlamentar material (*freedom of speech*) e imunidade formal (*freedom from arrest*). Vejamos:

- Imunidade material (*freedom of speech*) significa que o parlamentar não comete crime de opinião, não podendo ser responsabilizado por suas palavras, votos, etc. Essa imunidade, segundo o Supremo Tribunal Federal, não é plena, devendo o seu exercício estar relacionado estritamente à atividade parlamentar. Em decorrência dessa prerrogativa, não poderá o parlamentar ser responsabilizado por suas opiniões, visto que não terá existido o crime. Essa imunidade abrange todas as consequências, tanto na esfera penal, quanto nas esferas cível e administrativa.
- Imunidade formal (*freedom from arrest*) representa a prerrogativa que o parlamentar terá de ter o andamento de seu processo-crime sustado por sua Casa legislativa. Para tanto, o recebimento da denúncia pelo Supremo Tribunal Federal deve se referir a crime ocorrido após a diplomação do parlamentar, ocasião na qual a Suprema Corte dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria (absoluta) de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação. Feito o pedido de sustação, a Casa tem o prazo de 45 dias para realizar a deliberação. Além desse aspecto, em virtude dessa imunidade, o parlamentar não pode ser preso, salvo em caso de flagrante delito de crime que não admita fiança (vide, por exemplo, art. 5º, XLII, XLIII e XLIV), caso em que a continuidade da prisão será analisada pela respectiva Casa, que será comunicada em no máximo em 24 horas após a prisão. Cumpre lembrar que a Emenda Constitucional nº 35/2001 alterou profundamente esse instituto, dispondo, por exemplo, que a sustação do andamento das ações penais só alcançará os crimes cometidos após a diplomação do parlamentar, como tratado anteriormente. Ao Supremo Tribunal Federal caberá autorizar a abertura de inquérito e, se decidir processar o parlamentar (receber a denúncia ou a queixa), deverá comunicar a respectiva Casa para, se quiser, pedir a sustação do processo. Caso seja concedida a sustação, será automaticamente suspensa a prescrição do crime. A sustação, ou seja, a paralisação do processo só surtirá efeitos durante o mandato parlamentar, de acordo com a jurisprudência da Suprema Corte.

Não só os parlamentares federais terão direito a essas prerrogativas, mas também os parlamentares estaduais, nos termos do art. 27 da Carta da República. Os membros do Legislativo municipal terão direito à imunidade material (crimes de opinião) de forma restrita aos limites territoriais do município.

A própria sociedade é capaz de avaliar até que ponto tais regras são realmente necessárias ou estão amparando meros privilégios. Tanto o é, que a EC nº 35/2001 alterou as disposições do art. 53 da Constituição, reduzindo algumas prerrogativas parlamentares.

Além das imunidades, os deputados e senadores ainda possuem outras prerrogativas que lhes garantem a independência necessária ao exercício de suas funções. São exemplos:

- inexistência de obrigação de testemunhar sobre informações obtidas no exercício de seu mandato;
- obrigatoriedade de prestação de serviço militar sujeita, ainda que em caso de guerra, à prévia autorização de sua Casa legislativa.
- impossibilidade de suspensão das imunidades em caso de estado de sítio, salvo nos casos de atos praticados fora do Congresso Nacional e que sejam incompatíveis com a execução da medida, desde que essa suspensão seja autorizada mediante voto de dois terços dos membros da Casa respectiva.

AULA 13

INCOMPATIBILIDADES

As incompatibilidades (situações que impossibilitam sua investidura no cargo) dos deputados e senadores são apuradas em dois momentos: em primeiro lugar na expedição do diploma e, em segundo lugar, quando da posse. Tais incompatibilidades não se aplicam aos suplentes (INQ 1684-STF).

- Incompatibilidades para a expedição do diploma:
 - manter contrato ou exercer cargo, função ou emprego remunerado em pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público (são exemplos de empresas concessionárias as empresas de transporte público coletivo).
- Incompatibilidades para a posse:
 - ser proprietário, controlador ou diretor de empresa ou nela ocupar cargo, se essa gozar de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público;
 - ocupar cargo, função ou patrocinar causa relativa às empresas anteriormente citadas;
 - ser titular de mais de um cargo público eletivo.

Perda do cargo:

Ocorrerá a perda do cargo o deputado:

- que infringir algumas das incompatibilidades;
- que agir em desacordo com o decoro parlamentar, que é uma série de regras de cunho moral a que se submetem os parlamentares, como, por exemplo, abuso de suas prerrogativas e recebimento de vantagens indevidas;
- que sofrer condenação criminal transitada em julgado;

- que faltar a mais de um terço das sessões, salvo se estiver de licença ou cumprindo missão autorizada pela Casa (se o deputado ficar afastado por mais de 120 (cento e vinte) dias será convocado seu suplente);
- que tiver declarada a perda do cargo pela Justiça Eleitoral;
- que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

Nos 3 (três) primeiros casos, a perda terá de passar pelo crivo da respectiva Casa legislativa (cassação), pelo voto secreto da maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político com representação no CN, assegurada sempre a ampla defesa.

AULA 14

PROCESSO LEGISLATIVO

O processo legislativo corresponde a uma série de atos que visam à confecção das espécies legislativas, quais sejam, as emendas constitucionais, as leis complementares, as leis ordinárias, as leis delegadas, as medidas provisórias, os decretos legislativos e as resoluções.

Várias são as etapas que compõem a atividade legislativa, vejamos:

Iniciativa

A iniciativa é o ato que dá início ao processo legislativo por meio de um projeto de lei. Várias são as pessoas que podem dar início ao processo legislativo, tais como os parlamentares, as comissões da Câmara, do Senado ou do Congresso Nacional, o Presidente da República, o Supremo Tribunal Federal, os Tribunais Superiores, o Procurador-Geral da República e os cidadãos. A iniciativa popular tem como requisito a assinatura de 1% do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com, no mínimo, 0,3% dos eleitores de cada Estado (nas Câmaras de Vereadores dos municípios, é necessária a assinatura de cinco por cento do eleitorado. A iniciativa popular nas Assembléias Legislativas dos Estados será determinada pela Legislação Estadual).

Aprofundamento no tema

Apesar de serem nítidas as diferenças etimológicas e axiológicas entre povo, cidadão e população (tema já tratada neste manual), percebemos que o texto constitucional não se mostrou rigoroso na denominação de alguns institutos como é o caso da iniciativa popular.

Percebe-se que instrumentos que são restritos àqueles que possuam capacidade de atuar politicamente (cidadãos) são tratados de forma genérica como instrumentos populares. É o caso, por exemplo, da ação popular (art. 5º, LXXIII, da CF) e da iniciativa popular (art. 61, § 2º, da CF), que mais fielmente poderiam ser denominadas ação cidadã ou iniciativa cidadã.

Outra leitura que deve ser feita de forma atenta é a relativa ao art. 18 da Constituição Federal, que impõe plebiscito com a população das áreas envolvidas em desmembramentos territoriais. Não se trata, nesse caso, de impropriedade terminológica do constituinte, mas é importante salientar que, por óbvio, o plebiscito não alcançará todos aqueles que habitam as unidades da Federação envolvidas, mas tão-somente aqueles que, habitando a localidade, cumpram os requisitos para o exercício da cidadania ativa.

Algumas leis só podem ser iniciadas pelo Presidente da República. São as que disponham sobre: fixação do efetivo das Forças Armadas e regime jurídico dos militares; cargos públicos e seus regimes jurídicos; organização dos serviços públicos; organização do Ministério Público e Defensoria Pública da União e regras gerais para os Estados, DF e Territórios; criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública. O Supremo

Tribunal Federal tem julgado incontáveis ações nas quais declara a inconstitucionalidade de leis que são iniciadas por parlamentares e que tratam de assuntos de iniciativa privativa do Presidente da República, como aumento de gratificação de servidores e alterações em seu regime jurídico, por exemplo. Nesses casos, a sanção presidencial, na fase da deliberação executiva, não tem o condão de ratificar a iniciativa do projeto de lei, ou seja, não afasta a inconstitucionalidade formal da lei que não observou o requisito da iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.

AULA 15

EMENDA

Quando o projeto de lei é encaminhado às Mesas, abre-se prazo para a propositura de emendas, ou seja, alterações aos projetos de lei.

Votação:

A discussão e votação do projeto serão feitas nas duas Casas legislativas. Via de regra, o projeto é iniciado na Câmara dos Deputados, salvo quando sua iniciativa venha de um senador ou de Mesa do Senado. Temos, assim, a atuação de duas Casas na votação do projeto, a Casa iniciadora e a revisora.

Pode haver três hipóteses:

1ª) A Casa iniciadora aprova e a Casa revisora também aprova. Resultado: o projeto é encaminhado ao Presidente para a sanção.

2ª) A Casa iniciadora aprova e a Casa revisora desaprova. Resultado: o projeto é arquivado.

3ª) A Casa iniciadora aprova e a Casa revisora emenda. Resultado: o projeto é reencaminhado à Casa iniciadora para a votação das emendas.

Aprofundamento no tema

A incidência da 3ª hipótese citada anteriormente vem sendo relativizada, permitindo-se que a Casa revisora imponha **emendas de mera redação** ao que está contido na proposta enviada pela Casa iniciadora, sem necessidade de retorno do projeto. Nesse sentido, fixou-se na ADC 3/UF-STF o entendimento de que:

O retorno do projeto emendado à Casa iniciadora não decorre do fato de ter sido simplesmente emendado. Só retornará se, e somente se, a emenda tenha produzido modificação de sentido na proposição jurídica. (...) Tal ocorrerá quando a modificação produzir alteração em qualquer um dos âmbitos de aplicação do texto emendado: material, pessoal, temporal ou espacial.

Se uma das Casas rejeitar o projeto de lei, ele é arquivado, interrompendo o ciclo de formação de uma nova norma legal. O art. 67 da CF/1988, que determina a possibilidade de a matéria constante de projeto de lei rejeitado ser novamente apreciada pelo Congresso Nacional, desde que seja reapresentada mediante proposta de maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas, não se aplica à proposta de emenda constitucional. No caso da PEC, proposta de emenda constitucional, o dispositivo aplicável é o art. 60, § 5º, da CF, que não prevê a possibilidade de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa (simplicando: no mesmo ano).

AULA 16

SANÇÃO

Sanção significa a concordância, a aceitação do Presidente da República, aplicada ao projeto de lei. Somente irão para o Presidente os projetos aprovados pelas duas Casas. Existem duas formas de sanção: a expressa e a tácita. O Presidente terá 15 (quinze) dias úteis para sancionar expressamente sua aquiescência ao projeto, caso não o faça, considerar-se-á que ele concorda com o projeto, ou seja, ocorrerá a sanção tácita.

VETO

Nos 15 (quinze) dias úteis de que o Presidente dispõe para sancionar, ele também pode, ao invés disso, vetar, ou seja, recusar o projeto, total ou parcialmente. Caso seja parcial, não poderá alcançar somente palavras ou expressões, mas deverá abolir por completo um artigo, parágrafo, inciso ou alínea.

O veto, no entanto, não é absoluto, sendo apreciado posteriormente pelo Congresso Nacional, que poderá derrubar esse veto desde que assim o entenda por maioria absoluta de seus membros.

AULA 17

PROMULGAÇÃO

A promulgação é o ato que declara a existência da lei, dando validade a esta. Em primeiro lugar, cabe ao Presidente da República promulgar as leis, mesmo que este a tenha vetado. Caso o Presidente não o faça nas quarenta e oito horas posteriores ao prazo para sanção, caberá ao presidente do Senado fazê-lo, também dentro de quarenta e oito horas. Se, por fim, o presidente do Senado também não o fizer, a responsabilidade recairá no vice-presidente do Senado.

PUBLICAÇÃO

Com a publicação da lei, dá-se ciência à sociedade da existência e do conteúdo desta no mundo jurídico. Caberá à autoridade que promulgou a lei publicá-la.

Vacatio legis

Existe um preceito legal que indica que ninguém pode deixar de cumprir a lei alegando que não a conhece. Mas essa força vinculatória do art. 3º da Lei de Introdução ao Código Civil só existe a partir do momento de entrada em vigor da lei. A entrada em vigor não será necessariamente coincidente com a publicação da lei.

A LICC (Lei de Introdução ao Código Civil) dispõe que, via de regra, a lei entrará em vigor no território nacional após o período de 45 (quarenta e cinco) dias após a publicação (art. 1º, *caput*). Fora do País esse prazo sobe para 3 (três) meses (art. 1º, § 1º).

O prazo poderá ser diferente no caso de a própria lei assim dispor.



O espaço de tempo entre a publicação e a vigência, se houver, é chamado de *vacatio legis*, ou vacância da lei, que é um período de adaptação à nova lei, definido pelo legislador.

AULA 18

ESPÉCIES LEGISLATIVAS

As espécies legislativas são o objeto do processo legislativo, podendo se manifestar das seguintes maneiras:

Emendas Constitucionais

Emendar, na linguagem popular, significa colocar, num tecido, por exemplo, um pedaço que lá não existia. Da mesma maneira ocorre com as emendas à Constituição, visto que inserem no texto constitucional novas determinações, estando o legislador atuando como **poder constituinte derivado**.

Podem dar início a uma emenda um terço, no mínimo, dos membros de qualquer das Casas legislativas (Câmara ou Senado), o Presidente da República ou mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

A proposta de emenda constitucional será discutida e votada em cada uma das Casas legislativas e será considerada aprovada se obtiver voto favorável de pelo menos três quintos dos votos de seus parlamentares em dois turnos em cada Casa. Trata-se de **limitação procedimental** do processo de emenda.

Outras diferenças quanto ao processo legislativo ordinário podem ser observadas no caso da proposta de emenda constitucional, vejamos.

Não existe a fase da deliberação executiva (sanção/veto). A promulgação é feita pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. No caso de rejeição da PEC ou de prejudicialidade, não é possível a sua repropositura na mesma sessão legislativa. Essas são, também, limitações formais da atividade do constituinte reformador.

Não poderá haver emendas à Constituição nos casos de intervenção federal, estado de sítio e estado de defesa, visto que não existirá, nesses casos, a tranquilidade essencial à sua elaboração. Essas são as chamadas **limitações circunstanciais** do processo de emenda da Constituição.

AULA 19

Existem certos tópicos em nossa Constituição que não poderão ser extintos por emenda constitucional, dada a sua enorme importância. Esses tópicos são as chamadas cláusulas pétreas, que de forma alguma serão objeto de emenda que vise a extinguir o que está ali contido, configurando, assim, uma **limitação material** do processo de emenda constitucional. Alguns autores afirmam que o próprio parágrafo que determina as cláusulas pétreas também é imutável, o que, de certo modo, é essencial à preservação deste instituto, configurando o que se denomina limitação material implícita. Outras limitações implícitas são identificadas na doutrina, como os princípios republicanos (temporariedade dos cargos, por exemplo) e o próprio processo de emenda constitucional, que não foram abrangidos pelo art. 60, § 4º, mas que também não poderão ser abolidos ou modificados substancialmente, sob pena de subversão da ordem constitucional imposta democraticamente.

Dispõe o art. 60, § 4º, que não será objeto de votação a emenda que queira extinguir:

- a forma federativa do Estado;
- o voto direto, secreto, universal e periódico;
- a separação dos Poderes;

- os direitos e garantias individuais.

Dizer que algum dispositivo constitucional é uma cláusula pétrea não significa que ele não poderá ser objeto de emenda constitucional. O que a Constituição proíbe é que seja objeto de deliberação uma proposta de emenda tendente a abolir essas cláusulas, o que não significa que possa existir uma emenda que implique em modificações que não levarão à extinção da cláusula. Entendemos, com base na evolução jurisprudencial, que uma emenda constitucional pode até mesmo levar à diminuição da abrangência do dispositivo, desde que não leve à extinção de seu núcleo básico existencial. Esse posicionamento ainda não é completamente aceito, mas é o que mais se coaduna com o texto da norma, já tendo sido levantado perante o STF.

Aprofundamento no tema

As cláusulas pétreas não são propriamente normas constitucionais de hierarquia superior. Apesar de serem núcleos inegociáveis do texto constitucional, não procede a alegação de inconstitucionalidade de uma norma constitucional inferior, sob o argumento de ela não seguiu os ditames de tais cláusulas. (ADI 815/DF-STF)

Reforma X Revisão Constitucional

Como já estudamos quando tratamos dos diversos tipos de poder constituinte, vimos que o Poder Constituinte Derivado de Reforma divide-se em emendas e revisões constitucionais.

As emendas constitucionais, como já vimos, são oportunidades permanentes dadas pelo constituinte de se alterar o texto constitucional.

O Poder de Revisão Constitucional, por sua vez, foi a oportunidade aberta pelo art. 3º do

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de se alterar o texto constitucional com um quórum menor que o da emenda constitucional (apenas maioria absoluta) e em

sessão unicameral. Essa possibilidade só existiu após o período de 5 (cinco) anos da

promulgação da Constituição, ou seja, depois de 5 de outubro de 1993. Ocorreu

concretamente em 1994, com a edição de 6 (seis) emendas constitucionais de revisão.

Esse poder tinha as mesmas limitações já estudadas em relação ao poder de emendar a Constituição, incluindo, ainda a limitação temporal de 5 (cinco) anos.

AULA 20

LEIS COMPLEMENTARES

As leis complementares são leis para as quais o constituinte reservou certas matérias, consideradas de maior importância. Essas leis exigirão, para que sejam aprovadas, os votos da maioria absoluta das respectivas Casas, entendida esta como mais da metade de

todos os seus membros (maioria simples é mais da metade dos presentes). Caso uma lei complementar venha a regular uma matéria que não seja reservada a esta espécie de norma, o ato normativo será formalmente complementar, mas materialmente ordinário. A consequência prática desse fenômeno é a de que a lei complementar terá, mesmo que em parte, *status* de lei ordinária, podendo ser derogada ou ab-rogada por outra lei ordinária.

Parte da doutrina atribui uma hierarquia maior às leis complementares, já que exigem uma maior dificuldade em sua aprovação e só tratam das matérias determinadas expressamente pela Constituição, concepção essa que vem sendo progressivamente abandonada.

Leis Ordinárias

As leis ordinárias, como o próprio nome diz, são aquelas que tratam de todas as matérias possíveis, sem qualquer rito especial para sua aprovação (requer somente maioria simples, que significa mais da metade dos presentes).

Existem basicamente duas limitações às leis ordinárias, quais sejam, não podem dispor sobre matérias reservadas a lei complementar, nem tratar sobre assuntos de competência privativa das Casas legislativas (tratadas por decretos legislativos e resoluções, por exemplo).

As leis ordinárias podem ser classificadas como leis nacionais ou leis federais. As primeiras são aquelas que, elaboradas pelo Congresso Nacional, disciplinam matérias que se aplicam a todo o território brasileiro, ou seja, têm força geral, alcançando todos os níveis da Federação. As segundas são as que regulam matérias que só aproveitam à União, ou seja, não se aplicam aos Estados, aos Municípios e à população de uma forma ampla. São exemplos de leis nacionais as que tratam do sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas (art. 48, I, da CF), as que dispõem sobre telecomunicações e radiodifusão (art. 48, XII, da CF), dentre outras. Como leis federais, podemos citar as leis orçamentárias (art. 48, II, da CF), a que fixa ou modifica o efetivo das Forças Armadas (art. 48, III, da CF) e a lei que fixa o subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (art. 48, XV, da CF).

AULA 21

LEIS DELEGADAS

A elaboração de leis delegadas é solicitada pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, que, por meio de resolução, especificará o seu conteúdo e os termos de exercício. O Congresso Nacional pode, quando da autorização, determinar que a lei fique **condicionada** a uma posterior votação, que será única e sem a possibilidade de emendas.

Não podem ser objeto de leis delegadas:

- atos de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas;
- organização do Judiciário ou do Ministério Público;
- nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais;
- questões orçamentárias.

AULA 22

MEDIDAS PROVISÓRIAS

A faculdade de que o Presidente da República dispõe de expedir medidas provisórias permite a ele que tome medidas com força de lei (sujeitas à **condição resolutiva**) quando houver uma grande **urgência e relevância** (art. 62 da CF). Esses requisitos (urgência e relevância) serão avaliados de forma discricionária pelo Presidente da República, o que não impede, porém, que o Poder Judiciário venha de forma excepcional a avaliar a sua existência. Depois de publicada, a medida provisória é encaminhada ao Congresso Nacional (com votação **iniciada na Câmara dos Deputados**) para que decida se a converte em lei ou se a “derruba”, ou seja, se rejeita a medida provisória e sua conversão. Antes de o **plenário** e cada uma das Casas do Congresso Nacional analisarem o mérito da medida provisória, essa espécie legislativa será examinada por comissão mista (deputados + senadores), que deverá emitir parecer prévio. O juízo de mérito a ser feito por cada uma das Casas, porém, deve ser precedido de uma análise do preenchimento dos pressupostos constitucionais (urgência e relevância, por exemplo), sem os quais a Casa sequer dá prosseguimento ao projeto de conversão.

Esse instrumento, porém, sofre uma série de **restrições**, as quais passamos a listar:

- não pode tratar de: nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos, direito eleitoral, direito penal, direito processual penal e processual civil, organização do Judiciário e Ministério Público, normas orçamentárias (PPA LDO e LOA exceto créditos extraordinários destinados a atender a despesas imprevisíveis e urgentes, com as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública), detenção ou seqüestro de bens ou aplicações financeiras;
- não pode dispor sobre matérias reservadas às leis complementares, nem matérias já disciplinadas pelo Congresso Nacional e pendentes de sanção ou veto presidencial.
- não é possível a edição de medida provisória para regulamentar artigo da Constituição Federal cuja redação tenha sido alterada por emenda promulgada entre 1º de janeiro de 1995 e 11 de setembro de 2001 (art. 246, com redação dada pela EC nº 32/2001);
- terão duração de, no máximo, 60 (**sessenta**) dias, prorrogável por igual período se a votação não tiver sido encerrada (competência do presidente da Mesa do Congresso Nacional). Esse prazo, porém, não é contado durante os recessos do Poder Legislativo (de acordo com entendimento de Henrique Savonitti, em seu Curso de Direito Constitucional, esse prazo volta a correr no caso de convocação extraordinária do Congresso Nacional). Sendo aprovado projeto de conversão da medida provisória em lei alterando o seu texto original, a medida continua em vigor até que haja a sanção ou veto ao projeto;
- se a medida não for apreciada em 45 (**quarenta e cinco**) dias, será incluída em caráter de urgência na pauta de votação, subseqüentemente, em cada uma das Casas, ficando sobrestadas todas as demais deliberações até que seja votada a medida provisória (**sobrestamento da pauta**);
- não se pode reeditar, na mesma sessão legislativa, medida provisória que já tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por não ter sido apreciada.

Interessante notar que a Constituição trouxe um mecanismo para que o Congresso Nacional venha a disciplinar as relações jurídicas que tenham derivado da medida provisória. Imagine que uma medida provisória tenha sido editada permitindo a união estável homoafetiva (Direito Civil) e que ela venha a ser rejeitada pelo Congresso Nacional (o que impõe a perda da eficácia desde a sua edição). Isso torna claro que inúmeras consequências jurídicas (uniões estáveis, bens adquiridos pelos conviventes, possíveis adoções, etc.), que tenham se originado no período de vigência da medida provisória, serão afetadas. Nessa hipótese, deve ser editado um decreto legislativo no prazo de 60 (**sessenta**) dias da rejeição ou perda da eficácia da medida provisória, estabelecendo quais são os seus reflexos dali para frente, sob pena de que as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência venham a se manter por ela regidos. Salienta José Afonso da Silva que mesmo iniciado o projeto de decreto legislativo que vise a dispor sobre as relações decorrentes da medida provisória não necessariamente ele será

aprovado, já que competirá ao Congresso Nacional deliberar livremente a respeito, podendo inclusive rejeitá-lo.

A medida provisória é instrumento que veio substituir o malfadado instituto do decreto-lei, instrumento ditatorial editado pelo Presidente da República e que poderia ser convertido pelo decurso do tempo, desde que não apreciado pelo Congresso Nacional em 60 (sessenta) dias. A medida provisória nasceu, em 1988, com graves limitações em relação ao decreto-lei, limitações essas que foram agravadas com a edição da Emenda Constitucional nº 32, de 11/9/2001. Por outro lado, a medida provisória se mostrou um instrumento muito mais amplo do que o decreto-lei, no sentido de que permite ao Presidente da República tratar de quaisquer temas, desde que não proibidos expressamente pela Carta, o que era proibido antes de 1988, tendo em vista que as matérias passíveis de serem abordadas em um decreto-lei deveriam estar expressamente previstas no texto constitucional (segurança nacional, finanças públicas, criação de cargos públicos e fixação de vencimentos).

A tão citada Emenda Constitucional nº 32/2001 deu um caráter definitivo às medidas provisórias que estavam em vigor na data de 11/9/2001 ao dispor, em seu art. 2º, que as tais medidas “continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional”.

Aprofundamento no tema

Apesar de a MP possuir restrição quanto à matéria orçamentária, mostra-se plenamente possível a estipulação de tributos por meio desse instrumento (entendimento nem sempre visto com bons olhos pela doutrina, que via na medida provisória um instrumento de urgência, o que a torna incompatível com a atividade tributária, que é sujeita à anterioridade). Dispõe a Carta Maior que, no caso de uma MP instituir ou majorar **impostos**, somente será possível exigir a exação no exercício financeiro (que atualmente coincide com o ano civil) seguinte se ela for convertida em lei até o último dia do ano quem que foi editada (excetua-se a essa regra o II, IE, IPI, IOF e impostos extraordinários, que não se sujeitam ao princípio da anterioridade tributária do art. 150, III, b, da CF). Nesse caso, a anterioridade qualificada de noventa dias, também chamada de noventena, terá como *dies a quo* a data da edição da emenda, e não da sua conversão.

AULA 23

DECRETOS LEGISLATIVOS E RESOLUÇÕES

Os decretos legislativos, na verdade, são “leis” que não precisam de sanção do Presidente. Serão sempre utilizados quando se tratar de questões referentes às competências exclusivas das Casas legislativas, tendo sempre uma força normativa para toda a sociedade (externa).

São elaborados pelo Congresso Nacional, com tramitação por ambas as Casas (de forma bicameral) e aprovados por maioria relativa.

As resoluções, por sua vez, são atos, via de regra, de caráter interno, que visam regular o bom funcionamento das atividades legislativas, regulando, portanto, as competências privativas das Casas. São elaboradas pelo Congresso Nacional ou por cada Casa legislativa de forma isolada, sempre por maioria relativa.

Há casos excepcionais em que uma resolução gera efeitos externos, ou seja, influenciam diretamente a sociedade e a ordem jurídica. São exemplos, a resolução que autoriza ao Presidente da República confeccionar de uma lei delegada e a que estende de forma *erga omnes* os efeitos de uma declaração incidental de inconstitucionalidade feita pelo Supremo Tribunal Federal.

Essa espécie legislativa também prescinde de sanção presidencial.

AULA 24

ANÁLISE DO PRINCÍPIO HIERÁRQUICO DAS NORMAS

Toda hierarquia pressupõe a existência de níveis diferenciados de poder. Assim como em uma empresa existem cargos de diferentes níveis hierárquicos, também eles existem nas normas. De uma forma geral, a norma possui três características básicas: coercitividade, generalidade e abstração. Pelo requisito da coercitividade, entende-se que a norma deve ter observância obrigatória, não cabendo ao indivíduo escolher se a ela se submete ou não. A generalidade impõe a existência de efeitos em toda a sociedade, e não apenas a uma pessoa. Por fim, a característica da abstração consiste na previsão de uma conduta em tese, sem indicar a situação fática de forma pormenorizada, cabendo ao intérprete adequar a situação concreta à previsão abstrata da norma (por exemplo, a norma diz que é proibido matar, e não que é proibido matar João, na esquina da rua tal, às 23 horas da noite).

Existem normas que possuem um conteúdo normativo mais restrito, abandonando os conceitos de generalidade e abstração. Esses são os regulamentos e as leis de efeitos concretos. Apesar de poderem ser consideradas normas, as leis de efeito concreto não serão objeto de controle abstrato de constitucionalidade. Por outro lado, por se aproximar mais do conceito de ato administrativo do que de ato legal, uma lei de efeitos concretos pode ser objeto de questionamento por meio de mandado de segurança, tendo em vista seu caráter específico. O melhor exemplo de lei de efeitos concretos são as leis federais que concedem benefícios previdenciários especiais a determinadas pessoas que não possuiriam ordinariamente tal benefício (ex.: a presente lei concede pensão especial aos parentes do Soldado Ernesto de tal, morto em combate na missão tal.) Uma lei dessa magnitude não pode ser considerada um ato normativo genérico, mas sim, uma lei de efeitos concretos.

Os regulamentos, por sua vez, configuram dentre os atos infralegais, tendo em vista que não podem inovar o ordenamento jurídico, limitando-se a tornar passível de concretização um comando genérico descrito em lei. Em suma, os atos normativos podem ser divididos em dois grandes grupos: atos normativos constitucionais e atos normativos infraconstitucionais. Este último, por sua vez, pode ser dividido em dois subgrupos: atos legais e atos infralegais.

Primeiramente, analisaremos a hierarquia das normas de um ponto de vista vertical, ou seja, envolvendo as esferas federativas.

Na hierarquia federativa das normas, podemos distinguir a seguinte ordem:

- 1º) Constituição Federal, norma maior e que estipula as demais competências (Estadual e Municipal);
- 2º) Constituições Estaduais e Lei Orgânica do Distrito Federal, que se subordinam à Constituição Federal e com ela devem guardar similitude (princípio da simetria);
- 3º) Leis Orgânicas dos Municípios, sujeitas à Constituição Federal e às Constituições Estaduais.

Quando estudarmos controle de constitucionalidade, veremos como essa hierarquia é garantida.

Em segundo lugar, vamos analisar a hierarquia sob o ponto de vista horizontal, ou seja, envolvendo apenas a União. A ordem hierárquica das normas federais pode ser assim enumerada:

- 1º) Constituição Federal, Revisões Constitucionais, Emendas Constitucionais e Tratados Internacionais que tratem sobre direitos humanos e que tenham sido aprovados por procedimento específico;
- 2º) Leis Complementares (apesar de alguns autores visualizarem uma hierarquia entre as leis complementares e as leis ordinárias, essa concepção já foi abandonada pela

jurisprudência, tendo em vista que não há que se falar em hierarquia de normas que possuam campo material diverso, ou seja, que regulamentam matérias não coincidentes), Leis Ordinárias, Leis Delegadas, Medidas Provisórias, Decretos Legislativos, Resoluções Legislativas e Tratados Internacionais;

3º) Atos Normativos editados pela Administração Pública, que têm força normativa mas não podem inovar nem criar direitos e obrigações.

Plebiscitos e Referendos

Ambos são formas de soberania popular direta, já que o povo irá diretamente exercer seu poder de voto sobre determinado assunto polêmico. A grande diferença existente entre esses dois atos é que, no plebiscito, o povo é consultado para saber o que se deve fazer, enquanto no referendo o congresso questiona se o povo aceita ou não determinado ato que esteja para ser tomado. Em suma, no plebiscito pergunta-se o que fazer, enquanto no referendo, questiona-se se o povo aceita que o congresso faça algo.

AULA 25

FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O Poder Legislativo terá, além da função de elaborar atos normativos, a função de fiscalizar os gastos públicos. Para tanto, o Congresso Nacional conta com a ajuda do Tribunal de Contas da União, formado por nove ministros, escolhidos um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado, e dois terços pelo próprio Congresso.

O Estado tem como finalidade maior a execução de serviços públicos bastantes para a satisfação das necessidades públicas. Para tanto, possui um aparato financeiro e patrimonial capaz de suprir financeiramente suas atividades. A atividade financeira do Estado pode ser resumida, de modo simplório, em duas atividades: arrecadação e gasto. A primeira consiste, principalmente, na atividade tributária, fonte derivada de recursos mediante a qual o Estado adquire receita. A segunda atividade, relativa à execução de despesas, pressupõe uma estrita obediência ao orçamento, ou seja, à previsão legal de gastos públicos.

O princípio da legalidade, que rege a atividade administrativa do Estado, impõe uma rígida fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, de modo a garantir que a gestão das rendas e do patrimônio estatal seja feita da forma mais eficiente e eficaz possível. Outros princípios que regem a Administração Pública também devem ser observados quando da realização do controle orçamentário, tais como a impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, finalidade e boa-fé. Para tanto, a Constituição prevê duas formas de controle: interno e externo.

O controle interno, ou autocontrole, é aquele realizado pela própria instituição que realiza a despesa, enquanto o controle externo é feito pelo Tribunal de Contas. Para exemplificar, imagine uma despesa empenhada com a finalidade de satisfazer a necessidade de compra de vacinas contra a hepatite pelo Ministério da Saúde. Nesse caso, o controle interno será exercido pelo próprio Ministério, de forma prévia, concomitante e subsequente (art. 77 da Lei nº 4.320/1964) e pelo Tribunal de Contas, que verificará a probidade da compra e o cumprimento da lei orçamentária.

Resumindo, o controle interno é feito *interna corporis*, pelo próprio da esfera de Poder, enquanto o controle externo constitui ato *externa corporis*, ou seja, realizado por órgão diverso daquele que está sendo fiscalizado.

A Constituição prevê, basicamente, quatro parâmetros de controle: a legalidade, que se relaciona à observância dos atos administrativos aos ditames da Constituição e das leis; a financeira, relacionada à forma de aplicação das receitas; a legitimidade, ligada à

verificação da utilização do dinheiro público de acordo com os objetivos inicialmente estabelecidos; e a economicidade, que é a constatação de que a forma de execução se adequou, sob a fórmula custo/benefício, de forma eficiente para o Estado.

Podemos identificar, pela análise da doutrina, que existem três sistemas de controle da execução orçamentária. O primeiro, inglês, no qual o Poder Executivo atua de forma conjunta com o Poder Legislativo para fiscalizar a execução. O segundo, americano, no qual um órgão do Congresso Nacional (Controladoria Geral) exercita a auditoria do Estado, nos moldes do que é feito em empresas privadas. Por fim, temos o terceiro sistema, francês, que é adotado no Brasil, em que há um Tribunal de Contas com a finalidade de fiscalizar e julgar as contas prestadas pelos gestores de receita pública.

AULA 26

Fiscalização

Os tribunais de contas, em nosso País, são órgãos criados para auxiliar o Poder Legislativo na sua tarefa de fiscalização, não havendo, porém uma relação de subordinação. O caráter de independência do Tribunal de Contas, que constitui prerrogativa essencial para o livre desenvolvimento de suas atividades, não induz a qualquer irresponsabilidade fiscal do órgão, o qual deverá prestar contas regularmente, exercendo, inclusive, controle interno.

Cabe ressaltar que o Tribunal de Contas da União não irá julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mas sim apreciar, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias, a contar do recebimento. O julgamento das contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo é realizado pelo Poder Legislativo.

Não se deve confundir, também, a prestação de contas com a tomada de contas. A primeira é realizada pelo próprio agente responsável pela execução da despesa, enquanto a segunda é efetuada por um órgão responsável pelo controle orçamentário.

O julgamento de contas efetuado por esse Tribunal abrange todos aqueles, sejam pessoas físicas ou jurídicas, que receberam recursos públicos ou simplesmente gerenciaram a sua aplicação, bem como aqueles que geraram algum prejuízo ao erário (patrimônio público *lato sensu*).

Apesar de o Tribunal de Contas possuir o poder de aplicar diretamente e de forma autônoma algumas sanções, como a aplicação de multa, e de sustar execução de ato impugnado, algumas de suas atividades necessitarão de autorização judicial. É que, apesar de ser denominado “tribunal”, o Tribunal de Contas não pertence ao Poder Judicial, não possuindo a capacidade de exercer atos que se classifiquem como de reserva jurisdicional, ou seja, que são reservados a magistrados ou tribunais. É o caso, por exemplo, de algumas medidas cautelares, com o arresto, que dependem de decisão judicial. O próprio Tribunal de Contas, como qualquer ente público ou gestor de receita pública, é submetido a controle interno e externo.

AULA 27

Fiscalização

O sistema interno de controle desenvolvido inicialmente pela Constituição Federal de 1988 é decorrência do princípio da separação dos Poderes, que prevê uma autonomia entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Assim, cada uma dessas vertentes do Estado irá estabelecer um sistema próprio que tem a obrigação de comunicar ao sistema de controle externo (Tribunais de Contas) quaisquer irregularidades relacionadas à atividade financeira do Estado. Caso a autoridade responsável pelo controle interno seja conivente

com a irregularidade, deixando de comunicar o fato ao Tribunal no momento propício, passará também a ser responsabilizada, independentemente de existir um locupletamento ilícito.

Além da provocação do controle interno, o Tribunal de Contas pode agir mediante denúncia dos cidadãos, partidos políticos, associações ou entidades sindicais. Devemos lembrar que uma leitura restritiva da Constituição nos leva a crer que não qualquer do povo que pode exercer o poder de denúncia de tais irregularidades, mas apenas aqueles que preencham os requisitos para ser um cidadão, ou seja, aqueles que possuam direitos políticos.

Conforme a Súmula 653-STF, “no tribunal de contas estadual, composto por sete conselheiros, quatro devem ser escolhidos pela assembleia legislativa e três pelo chefe do poder executivo estadual, cabendo a este indicar um dentre auditores e outro dentre membros do ministério público, e um terceiro a sua livre escolha”.

MÓDULO V

CAPÍTULO 2 - Poder Executivo

AULA 1

Introdução

Em nosso País, adotamos o sistema presidencialista, no qual o Chefe de Estado (aquele que o representa diplomaticamente) e o Chefe de Governo (aquele que atua nas decisões políticas) são a mesma pessoa. Em contrapartida, os países que adotam o sistema parlamentarista possuem duas pessoas distintas para exercerem tais funções, quais sejam o Primeiro-Ministro (Chefe do Executivo) e o Presidente (representante diplomático do Estado).

No Brasil, o Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado. Para simplificar nosso estudo, citaremos de forma sucinta as principais regras referentes à eleição, posse e sucessão do cargo:

AULA 2

- A eleição do Presidente significa também a eleição do vice. Ou seja, é “casada” a eleição de Presidente e Vice.
- Ocorrerá no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato presidencial vigente o primeiro turno das eleições. Caso não se alcance maioria absoluta, ter-se-á o segundo turno no último domingo deste mesmo mês, participando da votação os dois candidatos mais votados do primeiro turno.
- O Presidente e seu Vice tomarão posse em sessão do Congresso Nacional, prestando o compromisso de bem exercerem seus cargos. Caso o Presidente e seu Vice não se apresentem para a posse nos 10 (dez) dias posteriores à data marcada, será o cargo declarado vago.
- O Vice-Presidente da República terá a função de exercer a presidência quando o Presidente estiver impedido de fazê-lo, seja temporariamente, seja no caso de vaga definitiva. Além disso, irá auxiliar o Presidente em missões especiais.
- Caso haja impedimento (temporário) ou vaga (definitivo) tanto no cargo de Presidente quanto no de Vice, serão chamados, ao exercício da Presidência, o Presidente da Câmara, do Senado ou do Supremo Tribunal Federal, nessa ordem.
- No caso de vaga dos cargos de Presidente e Vice, serão convocadas novas eleições no prazo de 90 (noventa) dias. Porém, se a vaga ocorrer nos dois últimos anos do mandato¹, as eleições deverão ser feitas pelo Congresso Nacional, em 30 (trinta) dias (tem-se aqui uma hipótese de eleição indireta, ou seja, não é o povo quem escolhe seu governante, diretamente).

AULAS 3 e 4

Atribuições

¹ Não se pode confundir “mandado” com “mandato”. Mandado é uma ordem, como, por exemplo, uma ordem judicial que autorize uma escuta telefônica. Por sua vez, “mandato” é uma autorização, uma delegação de poderes, que alguém expede em favor de outrem, com fins de que aquele que o recebeu exerça atos em nome daquele que o expediu.

As atribuições do Presidente da República estão listadas no art. 84 da Constituição Federal e podem ser assim esquematizadas:

ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADMINISTRATIVAS - exercer a direção superior da administração federal, com o auxílio dos Ministros de Estado; - remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias; - convocar e presidir o Conselho da República; - conferir condecorações e distinções honoríficas; - enviar proposta de leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA); - prestar contas anualmente ao Congresso Nacional (prazo = 60 dias da abertura da sessão legislativa); - prover e extinguir os cargos públicos federais.
NORMATIVAS - iniciar o processo legislativo; - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis; - expedir decretos e regulamentos para a fiel execução das leis; - vetar projetos de lei; - dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; - dispor, mediante decreto, sobre a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos (decreto autônomo); - editar Medida Provisória.
INTERNACIONAIS - manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos; - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
SEGURANÇA NACIONAL - decretar o estado de defesa e o estado de sítio; - decretar e executar a intervenção federal; - conceder indulto e comutar penas; - exercer o comando supremo das Forças Armadas; - promover os oficiais-generais; - convocar e presidir o Conselho de Defesa Nacional; - declarar guerra; - decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional; - celebrar a Paz; - permitir, nos casos previstos em LC, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou permaneçam temporariamente.

NOMEAÇÕES

- nomear e exonerar os Ministros de Estado;
- nomear os Comandantes das Forças Armadas;
- nomear, após aprovação do Senado Federal, os Ministros do STF e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o PGR, o presidente e os diretores do Bacen e outros servidores nos casos previstos em lei;
- nomear os Ministros do TCU;
- nomear magistrados, nos casos previstos na CF, e o AGU;
- nomear membros do Conselho da República.

São delegáveis aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União as atribuições de expedir decretos sobre a organização da administração federal, conceder indulto ou comutar penas, prover os cargos públicos e, por fim, extingui-los, quando vagos.

O poder de exercer a direção superior da Administração Federal inclui o poder disciplinar sobre os servidores públicos federais. Essa competência do Presidente da República não fica vinculada à atuação do Tribunal de Contas da União (MS 20.882/DF-STF)

AULA 5

Responsabilidade do Presidente

Como decorrência da adoção da forma de governo republicana, temos em nosso país a possibilidade de **responsabilização** dos governantes. Porém, caso o Presidente da República cometa algum crime, só poderá ser processado se a Câmara dos Deputados autorizar por **dois terços** de seus membros. Em se tratando de crimes comuns (previstos no Código Penal), será ele julgado pelo Supremo Tribunal Federal. Nas hipóteses de crime de responsabilidade, o Presidente da República será julgado pelo Senado. São crimes de responsabilidade todos aqueles atos que atentem contra a Constituição e, em especial, contra:

- a existência da União;
- o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público, além dos poderes das Federações;
- o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
- a segurança interna do País;
- a probidade, ou seja, o exercício de forma correta e honesta da administração;
- a lei orçamentária;
- o cumprimento de leis ou decisões judiciais.

- Regulamentação Infraconstitucional –

A Lei nº 1.079/1950 define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, dispondo, de forma semelhante ao citado art. 85, que constituem crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra (art. 4º):

- a existência da União;
- o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados;
- o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
- a segurança interna do país;
- a probidade na administração;

- a lei orçamentária;
- a guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos;
- o cumprimento das decisões judiciais.

Constata-se, da redação do art. 85 da Constituição Federal, que o rol é meramente **exemplificativo**, não enumerando todas as hipóteses de responsabilização do Chefe do Poder Executivo Federal, já que quaisquer atos que atentem contra a Constituição Federal constituirão crimes de responsabilidade, desde que devidamente tipificados, em respeito ao art. 5º, XXXIX (Princípio da Reserva Legal). Sobre o tema destacamos a **Súmula 722-STF**, que assevera que:

são da competência legislativa da união a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento.

AULA 6

O procedimento para a responsabilização do Presidente é o seguinte:

1º) Pede autorização à Câmara dos Deputados para poder julgar o Presidente da República pelo crime que cometeu.

2º) Concedida a autorização, se for o caso de crime comum, o Supremo Tribunal Federal decidirá se recebe ou não a denúncia ou queixa-crime. Nesse caso, o Presidente da República não poderá ser preso antes de haver sentença penal condenatória, o que significa dizer que não é aplicável a decretação de prisões cautelares (flagrante delito, temporária, preventiva, etc.). Se for caso de crime de responsabilidade, o Senado Federal, presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, deverá instaurar processo contra o Presidente.

3º) Instaurado o processo pelo Senado Federal ou recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal, o Presidente da República ficará suspenso de suas atividades pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

O Presidente da República, durante o seu mandato, não poderá ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções (**irresponsabilidade relativa**).

Para que o Senado condene o Presidente, serão necessários **dois terços** dos votos e a condenação se limitará à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública.

Cabe notar que nos casos de crimes de responsabilidade do Presidente da República, está vinculado o Senado Federal a instaurar o devido processo legal para a apuração do crime, enquanto nas infrações penais comuns, o juízo de admissibilidade político positivo proferido por 2/3 da Câmara dos Deputados não vincula o STF, que não é obrigado a receber a denúncia ou queixa-crime oferecida contra o Presidente da República.

Nos crimes de responsabilidade, temos apenas **um juízo de admissibilidade**, já que o processo se desenvolve dentro de um único poder, que simplesmente reparte tarefas dentro do processo penal. Já nos crimes comuns, temos a atuação de dois poderes distintos, o que implica incidência do princípio da separação dos Poderes. Assim sendo, quando o Supremo Tribunal Federal recebe o requerimento para abertura do processo penal contra o Presidente da República, isso não significa uma ordem do Poder Legislativo, mas, simplesmente, uma autorização para o recebimento da denúncia e consequente instauração da ação penal.

Tal interpretação é corroborada pela redação do § 1º do art. 86 da CF/1988, que claramente adota tal diferenciação, prevendo a suspensão das funções presidenciais quando houver a instauração do processo pelo Senado Federal ou se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal, demonstrando, assim, a diferença nos processos por crimes de responsabilidade e comuns.

O Senado Federal, se entender pela condenação, limitar-se-á a impor a pena de **perda do cargo**, com **inabilitação**, por oito anos, para o exercício de função pública (incluído o desempenho de mandato eletivo – RE 234.223/DF-STF), sem prejuízo das demais sanções a serem aplicadas em outras esferas de responsabilização. Nos julgamentos por crime de responsabilidade, o Senado terá como presidente o do Supremo Tribunal Federal, nos termo do parágrafo único do art. 52 da Carta Magna (Alexandre de Moraes visualiza a formação, por conta disso, de um “Tribunal Político de colegialidade heterogênea”).

Em virtude da separação dos Poderes, o Poder Judiciário sequer pode alterar a decisão proferida pelo Senado Federal nos julgamentos por crimes de responsabilidade (*impeachment*), o que demonstra a impossibilidade de um poder determinar a ação do outro. Porém, quanto aos requisitos legais que envolvam a questão que possam levar à lesão ou ameaça a direito (MS 20.941/DF-STF), é possível o controle judicial, desde que não se adentre em questões *interna corporis* do Poder Legislativo ou no campo jurisdicional delegado pela Constituição Federal ao Senado Federal.

Alexandre de Moraes descreve o caráter dicotômico da natureza jurídica do *impeachment*, considerado por alguns como um instituto de natureza política (Paulo Brossard, Themistocles Cavalcanti, Carlos Maximiliano e Michel Temer) e por outros um instituto de natureza penal (José Frederico Marques). Uma terceira corrente considera sua natureza mista (José Frederico Marques).

Aprofundamento no tema:

- O princípio da simetria (segundo o qual as Constituições Estaduais devem seguir o modelo federal) deve ser aplicado com algumas restrições. Analisando a possibilidade de extensão da irresponsabilidade penal relativa do Chefe do Executivo Federal (relativa a atos estranhos ao exercício do mandato) ao executivo estadual, o Supremo Tribunal Federal entendeu que essa é uma prerrogativa exclusiva do Presidente da República (ADI 1.008/PI-STF). Assim sendo, essa imunidade não pode ser conferida pelas Constituições Estaduais aos Governadores de Estado (ADI 978/PB-STF). Por outro lado, o Supremo Tribunal Federal entende ser constitucional a norma estadual que estabelece prévia licença da Assembléia Legislativa para a instauração de processo por crime comum cometido por Governadores (HC 86.015/PB).

- O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do MS 21.689/DF-STF, declarou que a renúncia ao cargo, apresentada na sessão de julgamento, quando já iniciado este, não paralisa o processo de *impeachment*, tendo em vista que as penas de perda do cargo e inabilitação para exercício de função pública não possuem mais caráter acessório no ordenamento jurídico pátrio.

AULA 7

Ministros de Estado

Os Ministros de Estado terão a função de auxiliar o Presidente da República, orientando os órgãos da administração relacionados à sua área de atuação, expedindo decretos e resoluções, e praticando os demais atos que lhes sejam designados.

Serão escolhidos pelo Presidente da República, dentre quaisquer brasileiros com mais de vinte e um anos de idade e que detenham seus direitos políticos.

AULA 8

Conselhos



Os conselhos são órgão consultivos que têm o papel de auxiliar o Presidente da República nas suas funções de Chefe de Governo e Chefe de Estado. Sua origem remonta à Constituição de 1924, que em seu art. 137 institui o Conselho de Estado, formado por dez membros nomeados pelo próprio imperador, e que deveria ser ouvido em todos os negócios graves e medidas gerais da Administração; principalmente sobre a declaração da Guerra, ajustes de paz, negociações com as Nações Estrangeiras, assim como em todas as ocasiões em que o imperador se proponha exercer qualquer das atribuições próprias do Poder Moderador.

Conselho da República

Trata-se de um órgão de consulta superior do Presidente, que terá a função de se pronunciar sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio, além de tratar de quaisquer questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.

Compõem-se de: Vice-Presidente da República; Presidente da Câmara dos Deputados; Presidente do Senado Federal; líderes da maioria e da minoria da Câmara dos Deputados e líderes da maioria e da minoria do Senado Federal; Ministro da Justiça; e seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado e dois pela Câmara, tendo um mandato de três anos, vedada a recondução.

Conselho da Defesa

Esse conselho também será um órgão de consulta do Presidente, com a diferença de que tratará das questões relativas à soberania nacional e à defesa do Estado. Competirá a esse conselho: opinar sobre as declarações de guerra e de paz, opinar sobre a intervenção federal, o estado de defesa e o estado de sítio e, por fim, propor medidas que visem a uma melhor defesa do território nacional, com o propósito de garantir a independência nacional e a defesa do Estado Democrático.

Compõem-se de: Vice-Presidente da República; Presidente da Câmara dos Deputados; Presidente do Senado Federal; Ministro da Justiça; Ministro de Estado da Defesa; Ministro das Relações Exteriores; Ministro do Planejamento; e Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.